



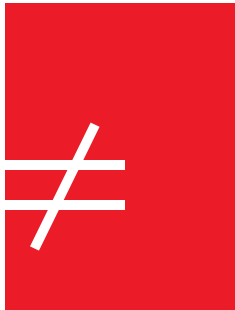
# *Estereótipos, preconceitos e discriminação*

*perspectivas teóricas  
e metodológicas*

*Marcus Eugênio Oliveira Lima  
Marcos Emanuel Pereira [Orgs]*







*Universidade Federal da Bahia*

*Reitor*

Naomar de Almeida Filho

*Vice-reitor*

Francisco José Gomes Mesquita

*Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*

*Diretor*

Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia*

*Mestrado/PPGPSI/UFBA*

*Coodenador*

Marcos Emanuel Pereira

*Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*

End: Rua Aristides Novis, 197, Federação

CEP: 40210-730 - Salvador- BA

Tel.: (71) 247-2800/2978 - Fax : (71) 331-2755

[www.pospsi.ufba.br](http://www.pospsi.ufba.br)

[pospsi@ufba.br](mailto:pospsi@ufba.br)



*Editora da UFBA*

*Diretora*

Flávia M. Garcia Rosa

*Editora da UFBA*

Rua Barão de Geremoabo, s/n - Campus de Ondina

CEP 40170-290 - Salvador - BA - Tel/fax: (71) 263-6164

[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)

[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

*Estereótipos,  
preconceitos e  
discriminação*

*perspectivas teóricas  
e metodológicas*

*Marcus Eugênio Oliveira Lima  
Marcos Emanuel Pereira [Orgs]*

© 2004 by Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA  
Direitos para esta edição cedidos à  
Editora da Universidade Federal da Bahia  
Feito o depósito legal

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida,  
sejam quais forem os meios empregados, a não ser com a  
permissão escrita do autor e da editora, conforme a  
Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998

*Revisão de Textos*  
dos autores

*Capa e Editoração*  
Joe Lopes

Biblioteca Central da UFBA

---

E79 Estereótipos, preconceitos e discriminação : perspectivas teóricas e metodológicas / Marcus Eugênio Oliveira Lima, Marcos Emanuel Pereira (organizadores) ; revisão de textos dos autores ; capa e editoração Joe Lopes. – Salvador : EDUFBA, 2004.  
300p.

ISBN 85-232-0331-1

1 . Preconceitos e antipatias. 2. Discriminação – Aspectos sociais. 3. Minorias. 4. Racismo. 5. Conflito social. 6. Cor - Aspectos psicológicos. 7. Relações raciais. 8. Discriminação racial. 9. Discriminação de sexo. 10. Grupos sociais. I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira. II. Pereira Marcos, Emanuel. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.

CDU – 316.647.82

CDD – 323.111

---

O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA

# SUMÁRIO

Autores

Introdução

*Marcos Emanuel Pereira & Marcus Eugênio Oliveira Lima* 9

## I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS

### Capítulo 1

Cognição, estereótipos e preconceitos sociais

*Helmut Krüger* 23

### Capítulo 2

Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade

*Marcus Eugênio Oliveira Lima e Jorge Vala* 41

### Capítulo 3

Grupos sociais e performance intelectual: O efeito da ameaça dos estereótipos

*Marcos Emanuel Pereira* 69

### Capítulo 4

Estereótipos e preconceitos de gênero, liderança e justiça organizacional: Controvérsias e sugestões para uma agenda de pesquisa

*Eveline Maria Leal Assmar e Maria Cristina Ferreira* 89

## II – ESTUDOS SOBRE AS NOVAS FORMAS DE PRECONCEITO E RACISMO E PERCEPÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

### Capítulo 5

As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: Estudos exploratórios

*Leoncio Camino, Patrícia da Silva e Aline Machado* 119

### Capítulo 6

As novas expressões de racismo na infância

*Dalila França e Maria Benedicta Monteiro* 139

### Capítulo 7

O individualismo e o coletivismo como explicadores do preconceito frente aos negros

*Valdiney V. Gouveia, Valeschka M. Guerra, María del Carmen Martínez e Consuelo Paterna* 161

### **Capítulo 8**

Percepção de discriminação e imagens da sociedade portuguesa em contexto intergrupar: O que os jovens “negros” pensam que os portugueses “brancos” pensam deles

*Jorge Vala e Diniz Lopes* 183

## **III – ESTUDOS SOBRE ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA GRUPOS MINORITÁRIOS**

### **Capítulo 9**

Preconceito contra prostitutas e representações sociais da prostituição em estudantes de teologia católicos e evangélicos

*Cícero Pereira, Ana Raquel Rosas Torres e Annelyse Soares Pereira* 209

### **Capítulo 10**

As bases normativas do sexismo ambivalente: A sutileza do preconceito frente às mulheres à luz dos valores humanos básicos

*Nilton Formiga* 235

### **Capítulo 11**

Las actitudes prejuiciosas a la luz de la estructura de personalidad y de la inseguridad socio-economica percibida

*Alicia Omar* 259

### **Capítulo 12**

Idadismo

*Félix Neto* 279



## AUTORES

*Alicia Omar*

Facultad de Humanidades y Artes de la  
Universidad Nacional de Rosario – Argentina

*Aline Machado*

Universidade Federal de Sergipe

*Ana Raquel Rosas Torres*

Universidade Católica de Goiás

*Annelyse Soares Pereira*

Universidade Católica de Goiás

*Cícero Pereira*

Universidade Católica de Goiás

*Consuelo Paterna*

Universidade de Murcia - Espanha

*Dalila Xavier de França*

Universidade Federal de Sergipe

*Diniz Lopes*

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Portugal

*Eveline Maria Leal Assmar*

Univeridade Gama Filho

*Félix Neto*

Universidade do Porto - Portugal

*Helmuth Krüger*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Jorge Vala*

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Portugal

*Leoncio Camino*

Universidade Federal da Paraíba

*Marcos Emanuel Pereira*

Universidade Federal da Bahia

*Marcus Eugênio O. Lima*

Universidade Federal da Bahia

*Maria Benedicta Monteiro*

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Portugal

*Maria Cristina Ferreira*

Univeridade Gama Filho

*María del Carmen Martínez*  
Universidade de Murcia – Espanha

*Nilton S. Formiga*  
CEULP/ULBRA de Palmas, Tocantins

*Patrícia da Silva*  
Universidade Federal da Paraíba

*Valdiney V. Gouveia*  
Universidade Federal da Paraíba

*Valeschka Martins Guerra*  
Universidade Federal da Paraíba

# INTRODUÇÃO

*Marcos Emanoel Pereira*  
*Marcus Eugênio O. Lima*

Os temas tratados neste livro são bastante antigos e ao mesmo tempo absolutamente atuais. Os estereótipos, o preconceito e a discriminação são fenômenos presentes desde o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos. Contudo, o seu estudo sistemático apenas se inicia na segunda década do século XX, quando, em 1922, os estereótipos são definidos por Walter Lippman. Um década depois, Katz e Braly criam as bases para o estudo empírico do tema, ao formularem um método de investigação que vem sendo utilizado até os dias atuais. Em meados da década de 50, Allport publica o livro *A natureza do preconceito*, no qual estão presentes os fundamentos teóricos iniciais para o estudo dos estereótipos, do preconceito e da discriminação.

A análise da trajetória desses temas ao longo da história da psicologia evidencia diferentes ênfases: até a década de 20 do século XX, os preconceitos eram vistos como atitudes normais frente a grupos sociais “inferiores”; os anos 40 e 50 assistiram ao surgimento de teorias de âmbito intra-individual, como a da frustração-agressão e da personalidade autoritária; nas décadas de 70, 80 e 90, foi observado o predomínio de teorias que enfatizavam processos das relações intergrupais, como, por exemplo, a da categorização, a da identidade social e a do conflito intergrupais (Duckitt, 1992). Esta evolução teórica e metodológica no estudo do preconceito reflete as mudanças sociais e históricas, assim como as normas sociais que estruturavam as relações intergrupais em cada período. Com efeito, nos séculos XVIII e XIX e até a primeira metade do século XX, não havia preocupação com os preconceitos, vivia-se em um mundo regido por hierarquias raciais claramente especificadas. A partir da segunda metade do século XX, um importante conjunto de mudanças sociais e políticas ocorridas entre as décadas de 40 e 60, como por exemplo, a crítica ao regime nazi-fascista, a Declaração dos Direitos Humanos (1948), a declaração da UNESCO sobre as classificações raciais (1950), as lutas pelos direitos civis nos EUA, o movimento feminista, e vários outros movimentos sociais importantes na Europa e na África do Sul, fazem mudar as formas de expressão do preconceito e do racismo e interferem na expressão pública dos estereótipos contra as minorias.

Como consequência direta dessas mudanças históricas e das conquistas políticas das minorias, as formas de expressão do preconceito sofreram mudanças significativas. Uma série de pesquisas realizadas mediante o uso de metodologias tradicionais de coleta de dados ou medidas diretas de atitudes raciais, feitas em lugares e épocas diferentes, demonstram que as atitudes contra os negros, as mulheres, homossexuais, imigrantes e outras minorias estão mudando significativamente, ao nível das suas expressões públicas (e.g., Ben Brika, Lemaine & Jackson, 1997; França & Monteiro, 2002; Gaertner & Dovidio, 1986; Glick & Fiske, 1996; Katz & Hass, 1988; Lima, 2004; Pereira, 2002; Pereira & Lima, 2003; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999).

Os dados obtidos em muitos estudos que utilizam metodologias tradicionais de coleta de dados (escalas ou medidas obstrutivas) parecem indicar que os estereótipos negativos e os preconceitos contra grupos minoritários estão em declínio na atualidade. No entanto, uma análise mais cuidadosa destes dados apresenta um quadro bem diferente e muito menos colorido. Uma outra interpretação possível, compatível com os resultados de pesquisas realizadas com metodologias distintas, revela que estamos muito longe da igualdade social. Nos EUA, por exemplo, não obstante possa ser verdade que alguns grupos menos privilegiados avançaram em áreas como educação, emprego, e moradia, análises mais acuradas sugerem que em certo sentido as desigualdades permanecem e mesmo aumentaram em alguns aspectos (Dovidio & Gaertner 1998; Pettigrew, 1985). Na Europa, dados do Eurobarômetro de 1997, que indicavam que 70% dos europeus achavam que os imigrantes deveriam ter direitos iguais aos europeus, apontam que apenas 55% concordam que os imigrantes não-europeus devam trazer as suas famílias, 59% consideram que as minorias de outras raças, religiões, ou culturas, abusam do sistema de segurança social e mais de 45% acham que os imigrantes são a causa da insegurança (Ben Brika et al., 1997). No Brasil, vários estudos têm constatado preconceito e discriminação contra negros, mulheres, homossexuais e outras minorias, em várias dimensões da vida social (Adorno, 1996; Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Lima, 2004; Patai, 1988; Turra & Venturi, 1995).

É neste novo contexto histórico que se torna efetivo um controle público à aplicação de estereótipos negativos contra certos grupos minoritários e que surgem as chamadas novas formas de preconceito e de racismo. E é neste sentido, que vai emergir, na psicologia social, um amplo conjunto de teorias e modelos explicativos que analisem as consequências das pressões para a igualdade social nas expressões de preconceito e nas imagens intergrupais (por exemplo, o modelo dissociativo dos estereótipos, as teorias do racismo moderno, simbólico, aversivo, cordial, ambivalente, as teorias do preconceito sutil, mascarado, do sexismo ambivalente e moderno, etc.).

A quase totalidade desses modelos e teorias analisa os estereótipos e o preconceito na ótica dos grupos majoritários, ou seja, apresentam suporte empírico baseado em evidências de estereotipia e preconceito por parte de brancos, homens, heterossexuais ou nativos de países ricos, contra negros, velhos, mulheres, homossexuais e imigrantes. Embora se reconheça a importância política e social de um aprofundamento no entendimento da perspectiva dominante no preconceito, igualmente importante é também entender os efeitos dos estereótipos, do preconceito e da discriminação nos processos psicológicos e comportamentos das minorias. Como argumenta Shelton (2000), a prática usual da psicologia que estuda estereótipos e preconceito de realizar estudos apenas na perspectiva dos grupos dominantes possui duas implicações que devem ser consideradas: a) o foco nos grupos dominantes como percebedores ativos (sujeitos) e nas minorias como alvos passivos desta percepção (objetos), e b) a tendência da psicologia social a entender os fatores intrapsíquicos como opostos aos fatores interpessoais.

Neste sentido, torna-se importante estudar os estereótipos, o preconceito e o racismo numa perspectiva que integre as percepções que a maioria têm das minorias aos efeitos que estas percepções têm sobre as minorias, bem como sobre o modo como estas refletem e integram estas imagens ou percepções. Considerando que os estereótipos e o preconceito são fenômenos multicausados, é preciso ainda tentar articular os diversos níveis de análise possíveis para conseguir uma melhor compreensão dessa temática.

Os vários trabalhos apresentados neste livro apresentam contribuições diversas, que embora adotem níveis de análise diferentes, em muitos pontos se complementam. Com efeito, os vários trabalhos apresentados, se considerados no seu conjunto, seguem a orientação de articulação das explicações e teorias da psicologia social em termos de níveis de análise, proposta por Willem Doise.

Doise (1982), entende que a teorização em psicologia social pode ser estruturada a partir de quatro níveis de análise. O primeiro nível é o *nível intraindividual*. As análises a este nível centram-se nos processos intrapsíquicos (e.g., motivacionais e cognitivos), através dos quais cada indivíduo organiza o mundo. O segundo nível de análise da psicologia social é o *nível interpessoal* ou situacional. Neste nível analisa-se a influência da situação imediata de interação com outras pessoas sobre os processos psicológicos. O terceiro nível de análise é o *nível posicional*. As análises feitas a este nível enfatizam os efeitos do estatuto ou da posição social dos indivíduos nos grupos sobre os processos psicológicos. Finalmente, no quarto nível de análise dos fenômenos da psicologia social, o *nível ideológico*, interessa analisar o papel das normas, representações sociais e sistemas de crenças de cada sociedade sobre os processos psicológicos.

A articulação de níveis de análise nas tentativas de compreensão do preconceito nos parece uma tarefa fundamental; uma vez que ela pode conduzir a uma síntese das contribuições de várias perspectivas teóricas e metodológicas da psicologia social (Camino, 1996). Pensamos ser esta a principal característica deste livro. Cada um dos autores possui inserções teóricas, metodológicas, geográficas e culturais particulares, que os fazem olhar com olhos diferentes para um mesmo objeto de análise. Pensamos que isto implica numa riqueza de aportes e aprofundamento da compreensão das várias formas de preconceitos e dos seus estereótipos. Nesse sentido, os organizadores deixam ao leitor a tarefa de integrar a riqueza de abordagens diferentes e muitas vezes divergentes do tema.

É este espírito de esforço, ao mesmo tempo articulado e de articulação, para compreensão dos fenômenos psicossociais e da vastidão de perspectivas teóricas e metodológicas que anima este livro. Outra característica fundamental neste trabalho é a diversidade de tipos de preconceitos estudados: analisa-se o preconceito contra os negros em adultos e em crianças; contra as mulheres, contra as prostitutas; contra os idosos e o preconceito de maneira geral. Investigam-se ainda as imagens que as minorias estigmatizadas possuem sobre si mesmos e sobre o grupo dominante, e as repercussões que as percepções de discriminação racial e o tipo de atribuição que se faz da discriminação têm sobre o bem-estar psicológico e sobre a percepção do exogrupo.

Este livro procura apresentar contribuições teóricas e empíricas a três grandes áreas de investigação dos estereótipos e do preconceito.

A primeira contribuição se refere aos alcances e as limitações do aporte da cognição social no entendimento dos estereótipos, do preconceito e da discriminação. Os capítulos apresentados na Parte I deste trabalho procuram entender que processos psicológicos subjazem aos estereótipos e ao preconceito e, ainda, se são estes fenômenos das relações intergrupais um ônus inevitável da categorização social. Além disto, na primeira parte procura-se também entender o papel da ameaça dos estereótipos nos processos psicossociais e busca-se construir uma agenda de pesquisa para os estereótipos e o preconceito de gênero.

No primeiro capítulo, Helmuth Krüger discute os fundamentos filosóficos dos conceitos de percepção social, cognição social, esquemas e crenças, evidenciando a natureza complexa dos pressupostos ontológicos e epistemológicos que fundamentam os modelos teóricos e metodológicos da psicologia. A partir dessa discussão, o autor, ciente da ausência de uma perspectiva unificadora, postula a necessidade de se fomentar o desenvolvimento de todos os modelos, uma vez que nenhum deles se apresenta como definitivamente superior em relação aos demais.

No Capítulo 2, Marcus Eugênio Lima e Jorge Vala analisam a perspectiva dominante na psicologia social dos estereótipos e do preconceito, especificamente o

pressuposto de que os estereótipos e o preconceito podem ser ativados de maneira automática, independente da vontade ou do controle dos indivíduos. Lima e Vala contrastam a grande quantidade de estudos feitos na cognição social, que têm se limitado a detectar e descrever a ativação automática do preconceito, com uma quantidade muito menor de estudos que têm se preocupado em analisar que elementos psicológicos, e, sobretudo, sociais e ideológicos contribuem e dão sentido à ativação automática do preconceito. Os autores consideram que a principal e mais grave consequência desse descompasso nas análises dos processos automáticos associados ao preconceito é a de que, na psicologia social, a visão dominante dos efeitos da automaticidade no preconceito acaba por fazer intuir que o preconceito é universal e inevitável. O Capítulo 2 finaliza com uma tentativa de demonstrar que a automaticidade não acontece num vácuo social, mas depende de um amplo conjunto de moderadores cognitivos e ideológicos, dentre os quais as normas sociais.

Marcos Emanuel Pereira, no Capítulo 3, analisa ampla evidência empírica contemporânea sobre os efeitos da ameaça aos estereótipos na performance intelectual de membros de grupos com estereótipos negativos. A partir do fato de que alguns estudos recentes, que comparam o QI de membros de grupos diferentes, verificam que os asiáticos apresentam um melhor desempenho do que os brancos, e estes do que os negros; Pereira formula algumas indagações importantes, que norteiam seu trabalho: Existem mesmo diferenças na performance intelectual entre as pessoas de etnias, classes ou gêneros distintos? E se elas existem, podem ser explicadas por meio de referências aos fatores inatos? O autor apresenta então os argumentos das teses Genética e Ambientalista, para em seguida fazer uma análise em termos de fatores psicossociais, tais como as expectativas ou crenças sociais. É neste sentido, que Pereira analisa os efeitos da ameaça do estereótipo na performance intelectual. Utilizando os pressupostos do Modelo de ameaça dos estereótipos desenvolvido por Claude Steele e considerando as graves consequências sociais e psicológicas da ameaça do estereótipo para os grupos minoritários, o autor sugere uma estratégia de intervenção social que envolva a transformação de classes de aula em ambientes seguros, onde os estudantes sintam-se confiantes de que não serão julgados através de estereótipos.

No quarto e último capítulo da primeira parte, Eveline Assmar e Maria Cristina Ferreira referem teoricamente o processo de expansão das mulheres no mercado de trabalho, ressaltando que, embora as mulheres tenham mais acesso ao mercado de trabalho na atualidade do que tiveram em outros tempos, permanece uma barreira invisível que as impede de ascenderem aos postos de alto escalão. As autoras utilizam a teoria do sexismo ambivalente para analisar as normas de justiça processual, interacional e distributiva em ambientes organizacionais. No final do

Capítulo, Assmar e Ferreira sugerem uma agenda de estudos que procurem integrar as normas de justiça organizacional, o gênero e os estilos de liderança, numa análise multinível.

A segunda contribuição deste livro refere-se à análise teórica e empírica das novas formas de expressão do racismo no Brasil e aos efeitos da percepção de ser vítima de racismo nas imagens construídas sobre si, sobre o grupo de pertença e sobre os outros. Os quatro capítulos apresentados na Parte II deste trabalho procuram entender como se expressa o racismo, em crianças e em adultos brasileiros, sob as pressões da norma anti-racista. A Parte II analisa ainda os efeitos de se sentir alvo de racismo sobre as percepções intergrupais e sobre o bem-estar psicológico dos grupos alvo de discriminação.

Concretamente, no Capítulo 5, Leoncio Camino, Patrícia da Silva e Aline Machado analisam o surgimento de novas e mais veladas formas de expressão do preconceito racial no Brasil. Operando com o conceito psicanalítico de formação reativa, os autores realizam estudos empíricos para analisar as conseqüências das normas anti-racistas na expressão do preconceito racial. Para tanto, trabalham com a distinção entre atributos de pessoas do primeiro mundo (e.g., ambicioso, civilizado, rico, etc.) e atributos mais típicos de pessoas de terceiro mundo (e.g., sonhador, solidário, pobre, etc.). Em dois estudos, realizados com amostras diferentes, Camino e colaboradores encontram resultados bastante significativos no que toca ao preconceito racial. Os negros são caracterizados como possuindo mais traços de 3º mundo do que os brancos, o contrário se passa para os traços de 1º mundo. Os autores concluem afirmando que as pessoas possuem um duplo padrão de avaliação no que toca ao preconceito racial e que este padrão duplo reflete ideologias sociais ambivalentes.

Dalila França e Maria Benedicta Monteiro, no Capítulo 6, analisam as novas expressões de racismo na infância. Neste capítulo as autoras discutem as teorias que consideram que o fenômeno da diminuição do preconceito na infância (ocorrido por volta dos 8 anos de idade) é uma decorrência da aquisição de novas estruturas cognitivas por parte da criança e pelo amadurecimento das já existentes. França e Monteiro afirmam que, a partir de certa idade, as crianças não reduzem a expressão do preconceito, mas apenas mudam o seu modo de expressão, tornando-se mais sutis ou veladas. Para examinar esta afirmação as autoras conduzem três estudos experimentais no Brasil, com crianças brancas de 5 a 10 anos de idade. Nesses estudos as autoras verificam que a partir dos sete anos de idade crianças brancas deixam de discriminar uma criança negra num contexto em que a discriminação não se justifica ou quando a norma anti-racista está claramente delineada (e.g., presença de uma entrevistadora negra), mas discriminam quando existe uma justificativa para tal; ao passo que as crianças de menos de 8 anos de idade discrimi-



nam o negro nos dois contextos. As autoras verificam ainda que, de fato, é partir dos 7 anos que as crianças apreendem as normas anti-racistas, apresentando um padrão de atitudes raciais semelhantes ao da sua família.

No Capítulo 7, Valdiney Gouveia, Valeschka Guerra, María del Carmen Martínez e Consuelo Paterna, analisam as novas formas de preconceito e o papel dos eixos culturais do Individualismo e do Coletivismo cultural, na formação e expressão do preconceito. Os autores, observando que a maior parte dos estudos sobre preconceito foi feita em sociedades culturalmente individualistas, referem a necessidade de mais estudos sobre este tema em sociedades coletivistas, como por exemplo o Brasil. Com o objetivo de verificar a relação entre orientações culturais gerais (Coletivismo *vs.* Individualismo) com o preconceito contra pessoas negras, Gouveia e colaboradores realizam um estudo com brasileiros que se autodefiniram como brancos. Os autores verificam que quanto maior a adesão ao coletivismo menor o preconceito racial, por outro lado, uma maior adesão ao individualismo implica em maior expressão de atitudes preconceituosas contra os negros. Os autores analisam esses resultados com base nas novas teorias sobre racismo e no papel da cultura nas atitudes e avaliações intergrupais.

Finalmente, no último Capítulo da Parte II, Jorge Vala e Diniz Lopes investigam “a outra face da moeda”, isto é, que imagens um grupo racializado (os negros) pensam que a sociedade portuguesa dominante constrói sobre eles. Os autores analisando a meta-imagem dos jovens negros ao nível de traços estereotípicos e das emoções, investigam a hipótese de que o modo como os jovens negros se consideram percebidos pela sociedade portuguesa reflete, sobretudo, a percepção de que são vítimas de racismo e discriminação. Num estudo realizado em Lisboa, Vala e Lopes verificam que, embora os jovens se sintam muito discriminados, ao nível psicológico essa percepção de discriminação possui pouco impacto; uma vez que a discriminação é atribuída ou explicada em termos de causas externas e não como consequência de causas internas ao grupo. Os autores refletem esses resultados à luz das teorias da Identidade Social e das formulações do Modelo de Invalidação de Juízos e Comportamentos Discriminatórios.

A terceira contribuição deste livro resulta do teste e construção de modelos empíricos de várias formas de preconceito contra grupos vários, no Brasil, na Argentina e em Portugal. Os quatro capítulos que compõem a Parte III investigam vários tipos de preconceito. Os trabalhos apresentados nesta parte integram as mais modernas metodologias de estudo do preconceito com o rigor e a sofisticação de várias técnicas estatísticas de análise de dados.

No primeiro capítulo da Parte III (Capítulo 9), Cícero Pereira, Ana Raquel Torres e Annelise Pereira, investigam as representações sociais que estudantes de

teologia, católicos e evangélicos, da cidade de Goiânia têm sobre a prostituição e como essas representações dão significado ao preconceito contra esse grupo estigmatizado. Os autores apresentam um estudo no qual investigam os posicionamentos ou atitudes dos estudantes em relação às prostitutas e analisam as representações e explicações ou teorias sociais que esses estudantes têm sobre a prostituição. Pereira e colaboradores observam que existe mais preconceito contra as prostitutas entre os evangélicos do que entre os católicos. Através de um modelo de equações estruturais, os autores demonstraram que o preconceito se ancora em representações sociais específicas da prostituição. Aqueles que estruturam a sua representação da prostituição em torno de questões religiosas apresentam mais preconceito contra as prostitutas do que aqueles que refletem sobre a prostituição à luz de explicações mais contextuais e sociais (por exemplo, pobreza, necessidade financeira, etc.).

No Capítulo 10, Nilton Formiga investiga o preconceito contra as mulheres no Brasil. Utilizando um modelo de estudos dos valores humanos, que busca identificar valores que representem necessidades consensualmente universais e a teoria do sexismo ambivalente, Formiga procura analisar empiricamente a relação entre a adesão a valores e as novas formas de sexismo (“benévolo” e “hostil”). Para este efeito, o autor realiza uma pesquisa com estudantes universitários de ambos os sexos. Formiga constata que, tanto uma maior orientação para os valores da tradição, quanto para os valores da estimulação, implicam em mais preconceito contra as mulheres. Em contrapartida, os valores suprapessoais (universalismo e benevolência) produzem um efeito de redução do preconceito, seja na sua expressão “benévola”, seja na sua expressão mais hostil. O autor conclui afirmando que só será possível intervir no sentido de uma redução do preconceito se forem considerados os valores que orientem os sujeitos em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Alicia Omar, no Capítulo 11, analisa o preconceito como uma consequência de uma estrutura de personalidade. Omar utiliza para tanto a teoria da personalidade de Hans Eysenck, que entende a personalidade como sendo formada por três fatores o fator N (estabilidade emocional: neuroticismo-controle), o E (temperamento: extroversão-introversão) e o P (normalidade-anormalidade psicótica). A autora realiza um estudo junto a uma amostra de universitários argentinos. Neste estudo procura relacionar as estruturas de personalidade, com atitudes sociais globais e com a percepção de insegurança econômica e social. Ela verifica que as mulheres tendem a apresentar uma estrutura de personalidade mais neurótica do que os homens; e que os homens, de maneira geral, e os estudantes de engenharia, de modo particular, apresentam atitudes mais preconceituosas do que as mulheres. A autora conclui afirmando que o preconceito decorre do interjogo entre fatores de personalidade, tipo de profissão escolhida e percepção de insegurança social e econômica.

Por fim, no Capítulo 12, Felix Neto, analisa o preconceito contra os idosos. O autor entende esta forma de preconceito como um fenômeno multidimensional, formado por atitudes preconceituosas em relação às pessoas idosas e ao processo de envelhecimento, práticas ou condutas nas relações interpessoais que são discriminatórias contra os idosos e práticas e políticas institucionais discriminatórios. O autor refere a importância de estudos que envolvam a temática do envelhecimento, uma vez que este tema vem ganhando importância na atualidade. Neto descreve um amplo estudo, realizado em 19 países do Mundo, que demonstra que os estereótipos dos idosos não variam muito (por exemplo, conservadores, lentos, etc.). O autor realiza ainda um estudo exploratório, junto a uma amostra de estudantes universitários portugueses, no qual valida uma escala de “Idadismo”, que, seguindo os pressupostos de Allport (1954), concebe o preconceito em três níveis ou dimensões de análise: discriminação, antilocução e “evitamento”. Neto argumenta que essas dimensões podem ser combinadas para formar um construto relativamente unitário e de grande importância para pesquisas futuras sobre o tema.

A partir deste breve resumo geral das contribuições apresentadas neste livro pretendemos enfatizar dois pontos. Primeiro, que a diversidade de aportes, teóricos e metodológicos, no estudo do preconceito pode e deve contribuir para uma melhor e mais apropriada compreensão do tema. Segundo, que embora diferentes contextos e grupos alvo produzam tipos ou matizes diferentes de preconceito, existem elementos comuns às várias formas de expressão do preconceito e do racismo que precisam ser considerados juntamente com as suas especificidades; sendo, portanto, importantes outros estudos que comparem formas de expressão dos estereótipos e preconceitos contra grupos semelhantes e diferentes em contextos de relações sociais diversos.

## Referências

- Adorno, S. (1996). Violência e Racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In L.M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 255-275). São Paulo: EDUSP.
- Allport, G.W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison-Wesley.
- Ben Brika, J., Lemaine, G. & Jackson, J. (1997). *Racism and Xenophobia in Europe*. Bruxelas: European Commission.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8 (1), 17-42.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo

- no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Dovidio, J.F., & Gaertner, S.L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. In J.L. Eberhardt & S.T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: The problem and the response* (pp. 3-32). Califórnia: SAGE.
- Duckitt, J. (1992). A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47, 1182-1193.
- França, D.X., & Monteiro, M.B. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de 5 a 10 anos. *Psicologia*, Vol XVI (2). Lisboa.
- Gaertner, S.L., & Dovidio, J.F. (1986). The aversive form of racism. In J.F. Dovidio, & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (pp. 61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-521.
- Katz, D., & Braly, K. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.
- Katz, I., & Hass, R.G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Lima, M.E.O. (2004). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 1- 13.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Nova York: Harcourt Brace.
- Patai, D. (1988). *Brazilian women speak*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press.
- Pereira, M.E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: EDU.
- Pereira, M.E., & Lima, M.E.O. (2003). Cor da pele e mudança cultural em Portugal e no Brasil: Um estudo comparativo. *Psicologia, Educação e Cultura*, Vol VII(2), 261-282.
- Pettigrew, T.F. (1985). New patterns of racism: the different worlds of 1984 and 1964. *Rutgers Law Review*, 1, 673-706.
- Pettigrew, T.F., & Meertens, R.W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

Shelton, J.N. (2000). A reconceptualization of how we study issues of racial prejudice. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 374-390.

Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.



# 1 **PERSPECTIVAS** TEÓRICAS

---





## COGNIÇÃO, ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS SOCIAIS

*Helmuth Krüger*

A mente humana vem sendo estudada sistematicamente na tradição ocidental desde os filósofos gregos, sobretudo a partir de Sócrates (470 – 399 a.C.); na esteira por ele deixada, Platão (429 – 347 a.C.) e Aristóteles (384 – 322 a. C.) analisaram as funções cognoscitiva, afetiva e volitiva da alma humana. Os conteúdos simbólicos de nossa mente eram também objeto de estudo para os gregos que se dedicavam à Retórica, Gramática, Lógica e Filosofia. Portanto, a investigação metodologicamente orientada sobre processos, estruturas e conteúdos cognitivos, como são referidos atualmente os diversos componentes da mente humana, é bastante antiga, pois ela emergiu no contexto da cultura e da civilização gregas.

Filosofia da Mente é a moderna designação desse ramo da Filosofia, na qual um dos problemas mais importantes é o da relação mente – cérebro. Mas, acerca desse problema, notadamente de questões conexas a ele, como por exemplo o da evolução da consciência no decurso da experiência civilizatória, foram realizados muitos estudos de elevada propriedade heurística. Dentre eles, um dos mais notáveis é o de Snell (1993), principalmente devido à erudição e à consistência argumentativa. Em síntese, Bruno Snell tentou compreender o despertar da personalidade e da consciência humana na lírica grega; a partir desse surgimento, a organização e a internalização de um sistema de valores; e, finalmente, sob tais condições, a formação e o estabelecimento de estruturas e regras indispensáveis ao pensamento lógico, orientado no sentido da interpretação do universo, do Homem e de suas relações com os deuses. Na mesma linha temática, porém com outro estilo e metodologia de trabalho, Randall Jr. (1926/1976) escreveu um livro notável,

que mereceu ser reeditado no ano comemorativo do cinqüentenário de sua primeira edição. A obra de John Herman Randall Jr. é ligeiramente mais antiga que a de Bruno Snell, porém a perspectiva geral é a mesma, ou seja, pretendeu-se descrever e interpretar o surgimento da consciência moderna no Ocidente tomando como ponto de partida a experiência grega.

Processos e conteúdos mentais também podem interessar a estudiosos das Ciências Sociais, voltados para a pesquisa de fatos coletivos influentes na sociedade e na história. Esses estudiosos baseiam seu trabalho teórico no pressuposto bastante razoável de que processos sociais ficam mais esclarecidos quando se tem conhecimento do conteúdo de pensamento de seus principais atores. É nesta perspectiva que foi recentemente publicado o livro de Gianetti (2003), que se insere na bibliografia da Filosofia Econômica contemporânea. Trata-se de uma obra original e cuidadosamente escrita, cuja tese principal é a de que a aceitação de modelos econômicos, bem como a rebeldia em relação a eles, pode ser explicada em termos de crenças socialmente compartilhadas. Insere-se no âmbito dessa tese a observação de que muitas dessas crenças socialmente difundidas e aceitas têm origem em obras filosóficas.

Nas ciências cognitivas há três justificativas para o estudo de obras do gênero a que pertencem os livros há pouco citados: a possibilidade de estabelecimento de um paralelo entre teorias e conceitos elaborados atualmente no interior dessas ciências e teses e doutrinas filosóficas desde a Antiguidade; a obtenção de conhecimento sobre a estrutura, conteúdo e estilos de pensamento filosófico do passado na perspectiva da Psicologia Histórica; e a assunção de uma forma de pensar e agir mais informada na condução de estudos e pesquisas acerca da cognição, reduzindo desta forma a probabilidade de reapresentação de antigas teses e explicações como se elas fossem originais.

Neste nosso estudo sobre estereótipos e preconceitos sociais, pretendemos ressaltar principalmente o papel desempenhado pelas crenças no conteúdo e na dinâmica desses processos, instalados e postos em ação no curso de nossas vivências (*Erlebnisse*) e experiências (*Erfahrungen*) psicossociais. Foram feitas inicialmente algumas considerações a respeito da importância ora concedida aos esquemas e crenças na Psicologia Social, notadamente em sua vertente mais ligada à Psicologia. Em seguida, foi analisado o conceito de cognição social e considerada sua inter-relação com estereótipos e preconceitos. Não é ocioso observar que o relevo dispensado a estes temas nestas páginas decorre da suposição de que o conhecimento cientificamente fundamentado sobre estes assuntos, assim como de outros, constitui uma importante contribuição à própria ciência, à sociedade e às pessoas em geral.

À ciência, devido ao incremento a ela proporcionado em seu sistema de explicações e interpretações dos fatos submetidos à investigação. À sociedade, em razão do desenvolvimento e divulgação de conceitos, teorias e técnicas diversas, os quais, sendo implementados, poderão prevenir ou ao menos reduzir os efeitos pessoal e socialmente prejudiciais advindos de preconceitos e estereótipos sociais negativos. E a nós mesmos, individualmente considerados, em razão do aumento de nosso entendimento sobre processos psicológicos, os quais, combinados a processos históricos, culturais, políticos, sociais, econômicos e biológicos, concedem à existência humana uma condição peculiar. Nesta visão, é oportuno acrescentar, pode-se mobilizar para fins de esclarecimento o conceito de relevância emancipatória do conhecimento, originado na obra filosófica de Jürgen Habermas, mas adaptado à Psicologia por Holzkamp (1977, p. 32). A relevância emancipatória do conhecimento manifesta-se mediante a dilatação da consciência reflexa e a conseqüente elevação do nível de autonomia da ação que praticamos no mundo em que nos inserimos.

### **Percepção Social**

Devido ao desenvolvimento científico e a condições socioculturais diversas, incluso filosóficas, como já foi observado, uma das mais influentes tradições na Psicologia contemporânea é a investigação da mente. Na Psicologia Social esta tradição foi inicialmente representada por Kurt Lewin (1890 – 1947). A forte influência exercida por Kurt Lewin na promoção da Psicologia Social, bem como na formação de psicólogos sociais, muitos dos quais vieram a se revelar teoricamente inovadores, foi de modo geral lembrado pelos nove ilustres participantes da Conferência do Yosemite National Park, realizada na primavera de 1997 (Rodrigues & Levine, 1999, p. 227). Sob o patrocínio de Kurt Lewin, foi iniciada a pesquisa experimental de microgrupos, sendo neles entretanto investigados processos, conteúdos e estados psicológicos individuais. Vale lembrar que a referência às relações interpessoais é relevante, pois dessa forma pode-se distinguir a Psicologia Social das demais subdisciplinas psicológicas, como por exemplo a Psicologia Cognitiva, da Personalidade, do Desenvolvimento e da Comunicação. Embora este critério seja cientificamente defensável, ele não é aceitável para psicólogos sociais comprometidos com a Sociologia, os quais propõem uma Psicologia Social mais voltada para temas de maior amplitude, sob um enquadramento histórico, político, cultural, econômico e social. A Psicologia Social de orientação sócio-histórica, cujo desenvolvimento no Brasil já é bem significativo, constitui uma das vertentes que perfilham este ponto de vista.

Porém, mesmo na Psicologia Social de orientação cognitiva, a despeito do considerável refinamento teórico e metodológico nela alcançado, há quem observe ser

necessário evitar a tendência, tomada como reducionista, de formular explicações cognitivas para motivações, atitudes e preconceitos sociais, entre outros processos e conteúdos psicológicos. Uma dessas vozes é a de Pepitone (1999), psicólogo social muito reconhecido. Em síntese, Pepitone (op. cit., p. 195) exorta psicólogos a conceder em seus estudos e pesquisas maior destaque à influência de fatores macrosociais, bem como à história, na formulação de hipóteses e teorias. De fato, este apelo é tão oportuno quanto procedente. E ele pode ser acolhido na perspectiva inaugurada pelo Gestaltismo, inteiramente baseada na explicação de que na origem de todos os nossos vínculos e relações com a realidade objetiva encontra-se a percepção. Este ponto de vista foi também por nós considerado recentemente (Krüger, 2003), quando indicamos a possibilidade teórica de se investigar a influência da história, da cultura e da sociedade no desenvolvimento da personalidade, de comportamentos e de condutas sociais, considerando a percepção que podemos ter dos fatos alojados em nosso entorno, que pode estar combinada à aprendizagem e à socialização.

Seria então exclusivamente por intermédio da percepção que experiências históricas e socioculturais viriam a se tornar presentes à nossa consciência, atingindo a partir dela a afetividade e o agir de todos quantos venham a passar por essa experiência. Em outras palavras, a realidade, seja qual for, só agirá em nós e sobre nós, se vier a ser conhecida. Enquanto dela não dispusermos de alguma representação mental, ela em nada nos influenciará. Percebendo-a porém, ela se tornará parte de nossa vida, no sentido psicológico. Em nossa visão, este é o caminho psicologicamente percorrido pelos costumes e tradições culturais de dimensão histórica, que se tornam presentes em nós depois de passarem pela porta da percepção. Naturalmente, estando a percepção sujeita aos limites e possibilidades das condições psicológicas e fisiológicas do percebedor, bem como de seus atributos de personalidade, as representações mentais obtidas através desse processo devem guardar provavelmente alguma diferença em relação aos fatos ou acontecimentos percebidos. As diferenças observadas refletem as características apresentadas pelo percebedor, como por exemplo suas motivações e atitudes, porém tanto estas quanto os conteúdos mentais resultantes da percepção exercem importante influência sobre outros processos psicológicos, os quais podem se manifestar nas interações sociais. Infere-se desta argumentação a relevância da percepção na Psicologia Social e a conveniência teórica de investigá-la na perspectiva do percebedor, cujas características pessoais vão sendo desenvolvidas dialeticamente em suas múltiplas relações com a história, a cultura e a sociedade.

### **Cognição Social**

A intensa investigação desenvolvida nas ciências cognitivas posteriormente ao famoso Symposium on Information Theory, coordenado por George Miller e

Jerome Bruner, realizado no Massachusetts Institute of Technology no dia 11 de setembro de 1956, difundiu e colocou a idéia de cognição em debate. Cognição é uma palavra associada a diferentes conceitos, resultando disso definições distintas para o termo. Dentre elas, duas interpretações se tornaram influentes: a da cognição como informação ou conhecimento obtido pela experiência pessoal; e a que define cognição como sistema de processos e conteúdos mentais interligados, que mantém em conjunto relações de influência mútua com os demais estados, processos e conteúdos psicológicos individuais, estando presentes em tomadas de decisão, na seleção de comportamentos, na orientação da conduta e na organização da escala de valores. Devido à abrangência, esta última definição é utilizada com maior frequência pelos psicólogos, notadamente os sociais.

Acompanhando a expansão do cognitivismo na Psicologia, desenvolveu-se na década 1970 o conceito de cognição social, sob o entendimento de que esta expressão seria aplicável à experiência pessoal, sob a forma e substância da percepção, memória, linguagem, imaginação, raciocínio e pensamento, assim como às representações mentais oriundas da ativação desses processos em contextos sociais. Em formulação mais sintética, Fiske & Taylor (1991, p. 14) entendem que o objeto de investigação que se está a considerar na cognição social é a maneira como pessoas concedem sentido ao que percebem em si próprias e em outras. Porém, esta definição é restritiva, pois deixa de lado a cognição dos demais componentes culturais e sociais por igual presentes e constitutivos do ambiente psicossocial. Comparativamente à de Fiske & Taylor (op. cit.), a interpretação adotada por Devine, Hamilton e Ostrom (1994, p. 2 – 5) é mais inclusiva, uma vez que para estes autores a cognição social refere estruturas e processos psicológicos subjacentes a fenômenos psicossociais. Desta forma, anuncia-se nesta definição uma característica comum a muitos estudos e pesquisas sobre a cognição social, que é a análise de variáveis de pequeno porte, que são de modo geral de natureza interveniente, associadas à formação de impressões, percepção social, organização do self, inferência social, atribuição de causalidade, consonância cognitiva, formação e mudança de atitudes, valores, preconceitos e estereótipos sociais.

Na busca de compreensão da cognição social há que se levar em conta a história, embora ela seja breve, da investigação já empreendida sobre este tópico ou abordagem da Psicologia contemporânea. Na perspectiva temporal, os estudos das recensões, como a de Sherman, Judd & Park (1989), pode ser de grande valia. Segundo os mencionados autores, a cognição social seria uma abordagem ou conjunto de suposições acerca de temas psicológicos básicos, destacando-se de pronto três questões: a relação entre memória e comportamento social; a influência da percepção na obtenção de primeiras impressões de pessoas e a subsequente presença influenciadora des-

tas nas relações interpessoais; e, finalmente, a complexa relação entre cognição social e afetividade. Esses problemas permanecem na pauta de temas a investigar, contudo outras questões vieram a ser configuradas nos anos seguintes ao da publicação do artigo de Sherman et al. (op. cit.), até mesmo porque a partir da década de 1980 psicólogos sociais europeus vieram a se interessar por essa temática, e ao se dedicarem a ela incluíram-na no quadro científico da Psicologia Social européia. Neste sentido, é muito esclarecedora a obra de Augustinos & Walker (1996, p. 4), que aponta para três grandes temas ora sob investigação no continente europeu, nos quais a cognição social poderia ficar alojada: na teoria da identidade social de Henri Tajfel; na perspectiva das representações sociais, sob a liderança teórica de Serge Moscovici, que se inspirou na obra de Émile Durkheim (1858 – 1917); e na análise do discurso. É oportuno acrescentar que a tendência temática, metodológica e teórica da Psicologia Social de tradição européia volta-se para tópicos como os das minorias sociais, relações interculturais, representações coletivas, estereótipos, formação e mudança da identidade social e funções interpretativa e diretiva de sistemas ideológicos em processos políticos e socioculturais.

Mobilizando-se uma temática deste porte e natureza, descortina-se um campo de investigação mais amplo que o da Psicologia Social em sua versão estadunidense. De outro lado, não obstante o esforço empreendido por Augustinos e Walker (op. cit., p. 10) na busca de um equilíbrio entre as duas teoricamente mais desenvolvidas vertentes da Psicologia Social contemporânea, o resultado não nos parece convincente. A rigor, persistem as diferenças entre os encaminhamentos psicológico e sociológico desta área do conhecimento científico. Podendo-se logo de início aduzir que este estado de coisas decorre sobretudo do fato de que se está a considerar fenômenos ou eventos situados em níveis ontologicamente diferenciados. A Psicologia, enquanto tal, é dirigida para a investigação de acontecimentos que têm lugar na pessoa, ainda que ela venha a estabelecer múltiplas e complexas relações interpessoais e com o meio externo; outro, no entanto, é o caminho da Sociologia, cujo campo de análise, sendo supraindividual, alcança estruturas e processos instalados ao nível dos grupos e das coletividades humanas de modo geral. Embora seja teórica e metodologicamente viável a pesquisa de processos psicológicos subjacentes a fatos enquadrados como objeto da Sociologia, pode-se prever que de tal empreitada venha a ser operada uma redução da Sociologia à Psicologia, se os fatos sociológicos vierem a ser inteiramente negligenciados. E este não seria um bom desfecho teórico, pois implicaria na eliminação da Sociologia como ciência autônoma.

A propósito deste assunto, reiteradas vezes trazido à baila na Psicologia Social, vale acrescentar que experiências realizadas com o propósito de impulsionar o desenvolvimento teórico mediante articulações interdisciplinares não produziram

resultados que pudessem racionalmente alimentar o entusiasmo e a motivação dos estudiosos que defendem tal modelo integrativo e cooperativo. Há muitas dificuldades que se interpõem na implementação de projetos desta ordem, algumas das quais procuramos detectar em outro breve estudo (Krüger, 2000), no qual concluímos, que ao contrário da interdisciplinaridade, pesquisas multidisciplinares são exequíveis e desejáveis. Ainda sobre esta matéria, são muito informativas e esclarecedoras as observações feitas por Berkowitz (1999, p. 160) a respeito dos fracassos experimentados nos programas de cooperação interdisciplinar iniciados nas universidades de Harvard, Yale e Michigan. Pouco proveito foi observado nesses programas, nos quais sociólogos e antropólogos de um lado, e psicólogos sociais de outro, pouco tinham a dizer uns aos outros, que pudesse se transformar em hipóteses ou artefatos conceituais úteis e aplicáveis ao trabalho científico.

Quanto à diversidade de pontos de vista acerca da natureza da cognição social, vale lembrar que essa ambigüidade também se manifesta quando se trata do enquadramento do tópico, ora incluído como tema dominante na Psicologia Social, ora entendido como abordagem a ser utilizada em outras subdisciplinas da Psicologia. Em princípio, psicólogos sociais incluem esse assunto em sua área especializada sem dificuldade, uma vez que ele de maneira muito evidente alinha-se à tradição cognitivista desta área de especialização, inaugurada por Kurt Lewin, secundado por Fritz Heider. Porém, baseados em outro ponto de vista, Devine et al. (1994, p. 4 – 5) entendem que a cognição social seja aplicável a outras áreas da Psicologia, como as do Desenvolvimento e da Personalidade, caracterizando-a assim como abordagem de pesquisa. A despeito das diferenças indicadas, estas duas posições não são opostas; ambas podem coexistir. Na prática, é o que está a acontecer.

É pertinente lembrar que a teoria da mente é um tópico de investigação próximo da abordagem da cognição social. Trata-se de um tema delimitado, dado que se circunscreve à habilidade que mobilizamos para explicar e prever nossas ações, bem como as de outras pessoas. A suposição geral é a de que essa habilidade seja desenvolvida ao longo de uma complexa seqüência temporal de experiências sociais, tendo por base a aprendizagem, não sendo todavia descartada a hipótese de que o núcleo dessa habilidade seja encontrado num módulo inato, geneticamente transmitido, segundo os moldes da teoria dos universais lingüísticos de Noam Chomsky. Numa síntese muito compreensiva, Carruthers & Smith (1996, p. 4 – 6) observaram que alguns pesquisadores, com Jerry Fodor, sustentam que a teoria da mente em realidade seja inata em seu núcleo, desenvolvendo-se na rota da maturação, cujo processo talvez seja marcado por distintas fases. Outros autores, entretanto, estabelecem a hipótese de que a teoria da mente dependa fundamentalmente da aprendizagem social; enquanto um terceiro grupo de estudiosos defende

a tese de que essa habilidade se desenvolva mediante acompanhamento de pessoas mais experientes, que interajam com crianças com este objetivo. A esta altura, diante da evidente sobreposição temática, pode-se concluir que o estreitamento das relações entre os estudiosos da teoria da mente e da cognição social fosse desejável, sendo razoável a expectativa de obtenção de resultados científicos vantajosos para ambos os tópicos.

Assim como acontece na investigação de qualquer outro tema ou problema, o estudo e a pesquisa da cognição social pressupõe a aceitação ao menos tácita de alguns pressupostos filosóficos, logicamente indispensáveis, uma vez que premissas desta ordem proporcionam uma orientação geral à investigação científica, além de fornecerem sentido tanto às práticas metodológicas a adotar quanto aos resultados que venham a ser obtidos. O tema da cognição social por conseguinte não seria uma exceção. No caso deste tema, há ao menos seis pressupostos filosóficos a considerar: valorização da mente como objeto de interesse científico, decorrente da influência da tradição filosófica; realismo, vale dizer, a suposição de que a cognição social não seja uma simples expressão verbal ou mera ficção, mas que, ao contrário, tenha lugar no mundo objetivo, sendo no entanto caracterizada como sistema de variáveis intervenientes e construções lógicas; cognoscibilidade, quer dizer, possibilidade de se conhecer processos, conteúdos e estados da cognição social, ainda que parcial e indiretamente, mediante a utilização de métodos e técnicas de pesquisa apropriados; admissão de inter-relações da cognição social com a afetividade, motivação, comportamento, conduta, personalidade e aprendizagem; suposição de ocorrência de suficiente regularidade no desenvolvimento e funcionalidade da mente social de modo a justificar em vasta extensão nessa área a adoção de uma orientação nomotética, baseada em explicações genéticas e probabilísticas; e, possibilidade e conveniência teórica da abordagem multidisciplinar no estudo e na pesquisa do tema. A este rol de pressupostos poderíamos ainda acrescentar a utilização do modelo do processamento de informação, referido por Devine et al. (1994, p. 3 – 4), como uma das características da teorização em torno da cognição social.

### **Esquemas e Crenças**

Esquema é um dos conceitos mais empregados atualmente na Psicologia Social. De acordo com Fiske & Taylor (1991, p. 98), esquema seria uma estrutura cognitiva complexa, representativa do conhecimento disponível a uma pessoa, sobre um conceito ou uma classe de estímulos, incluindo seus atributos e as relações entre esses mesmos atributos. A definição de esquema acolhida por Augostinos & Walker (1996, p. 32) situa-se no mesmo nível epistemológico da que foi proposta por Fiske & Taylor (op. cit.); resumidamente, esquemas seriam entendidos como



estruturas mentais constituídas de conhecimentos e expectativas gerais em relação ao mundo.

A importância atribuída aos esquemas em explicações elaboradas por psicólogos sociais promoveu um intenso trabalho teórico complementar, visando ampliar o conceito original de esquema, de modo a nele incluir esquemas particulares e específicos de menores proporções, como por exemplo, esquemas do *self* e de papéis sociais. Dois pressupostos justificam o dirigem a investigação deste conceito e das representações mentais por ele referidas: supõe-se que esquemas sejam estruturas presentes em nossa percepção de uma maneira muito geral, influenciando nesta condição as experiências perceptuais que vamos obtendo, concedendo ao produto delas, que passam a ser conteúdos de nossa mente, interpretações coerentes com os esquemas ativados; em segundo lugar, considerando a anterioridade dos esquemas relativamente à percepção, admite-se que, estando alojados na memória, venham a exercer alguma influência no pensamento e no raciocínio, mas também na imaginação, especialmente quando se tratar do objeto por eles enquadrado.

Esquemas são investigados sob diversos critérios: quanto à formação e mudança; do ponto de vista da composição e articulação interna de sua estrutura; na perspectiva de suas funções psicológicas; e na da inter-relação entre os múltiplos esquemas da cognição individual. Quanto a este último aspecto, têm sido considerados esquemas de dimensões diferentes, aplicados a grupos, pessoas, fatos e atributos muito distintos. No entendimento proporcionado pelos esquemas, estereótipos sociais são esquemas que referem traços ou atributos comuns aos membros de um estrato, grupo ou classe social. A aplicação dos esquemas face ao objeto apropriado é automática, e os atos e reações decorrentes de sua ativação tendem a ser coerentes com os esquemas mobilizados. Percurso argumentativo similar a este pode ser percorrido quando se tratar de preconceitos sociais, cabendo entretanto observar que neste caso estamos a considerar esquemas combinados a motivações e sentimentos sociais de natureza negativa, aversiva, excludente, dirigidos a coletividades humanas caracterizadas a partir de suas notas tomadas como mais significativas, não importando, vale acrescentar, se essas características encontram-se ou não uniformemente espalhadas e portanto representadas por inteiro entre os membros da coletividade em foco.

O conceito concorrente ao de esquema é a crença. Esta idéia é também bastante utilizada na Psicologia Social, sendo central em algumas contribuições teóricas muito conhecidas e influentes, como é o caso da obra de Rokeach (1981), dirigida à investigação de atitudes e valores nessa perspectiva. A expressão das crenças ocorre por intermédio de assertivas ou proposições aplicadas à experiência pessoal. Elas podem ser estritamente pessoais, quando expressam por exemplo uma avaliação ou

julgamento a respeito de alguém, mas também podem ser compartilhadas, como nos casos da opinião pública e dos estereótipos sociais. Colocados em paralelo, observa-se que os conceitos de esquema e de crença têm em comum a natureza cognitiva e a configuração simbólica, mas distinguem-se sob três aspectos: simplicidade, sendo a crença um conceito intelectualmente mais tangível que a idéia de esquema; facilidade de articulação interconceitual superior das crenças, comparativamente aos esquemas; e, por essas razões, as crenças podem receber um tratamento metodológico descritivo, analítico e avaliativo mais preciso que os esquemas.

O que torna as crenças relevante tema de estudo e pesquisa psicológica é a suposição muito plausível que elas produzem conseqüências na cognição, afetividade, conduta, no comportamento e na personalidade. Essa suposição justifica o interesse pela investigação desse tipo de representações mentais simbólicas que temos acerca de fatos, pessoas, condições do mundo, mas também de nossas condições internas, configuradas como expectativas, desejos, motivações, conflitos, sentimentos e aspirações. Concluímos, em outro momento (Krüger, 1995), que as crenças sempre têm sua origem em experiências pessoais, dando-se ao termo 'experiência' um significado que inclua, além de contatos e relações que estabelecemos com o mundo social e a realidade objetiva, a consciência que temos de nossos próprios processos cognitivos, ou seja, as crenças são formuladas quer no âmbito da percepção, quer no do pensamento, raciocínio e imaginação.

Tratando de processos cognitivos originadores de crenças, estamos a fazer considerações a respeito do papel desempenhado neste sentido pelas reflexões, cogitações ou especulações sobre algum assunto, teoria, idéia, intenção, desejo, preferência ou procedimento a aplicar na oportunidade de apresentação de tal ou qual situação, pessoa ou evento. Cabe neste momento ressaltar mais uma vez a pessoalidade da experiência originadora de crenças; ainda que estejamos expostos aos meios de comunicação social ou participando ativamente de uma interação social, as crenças formuladas são pessoais, precisamente porque de um lado dependem e, de outro, são condicionadas pelas atitudes, motivação, habilidades cognitivas, conhecimento, atenção e outros processos e condições psicológicas particulares. Resta observar que este argumento compatibiliza-se com a interpretação que apresentamos há pouco há respeito da importante função cognitiva da percepção na formação de nossa mente.

Diversos critérios podem ser adotados na classificação das crenças. Logicamente, qualquer que venha a ser a orientação aplicada à execução desse procedimento, considerar-se-á um conjunto de regras, que justificará o tratamento a ser dispensado às crenças ao mesmo tempo em que concederá coerência à classificação proposta. Por oportuno, lembramos que tais regras, para os que as admi-

tem, são crenças de um tipo especial. Dentre os critérios usados, há dois pontos de vista de grande utilidade na Psicologia Social: o da extensão da concordância social e o do nível de aceitação subjetiva; o primeiro refere-se às crenças compartilhadas e o segundo aponta para a necessidade de se avaliar a receptividade das crenças por seus portadores. Importa considerar os dois critérios na condução do trabalho teórico na Psicologia Social, pois ambos abrem um caminho teoricamente fértil para a investigação psicológica das crenças, ao mesmo tempo em que facilitam o encaminhamento da pesquisa para o plano pessoal e para o de ordem psicossociológica. No plano pessoal, considerando a magnitude da adesão ao conteúdo ideativo das crenças, caberia investigar seus efeitos na cognição, afetividade comportamento e conduta. Na ordem psicossociológica, basta lembrar a influência de crenças em interações sociais, aliás situações nas quais elas podem ser modificadas, complementadas ou substituídas por outras, dependendo da qualidade dessas interações e dos objetivos colimados pelos que delas participam. Sob esta ótica, basta lembrar a relação ensino-aprendizagem, o trabalho de catequese religiosa, a interação entre amigos e a socialização política.

Crenças não são necessariamente verdadeiras, portanto seu conteúdo informativo pode não corresponder a fatos e experiências que desejamos com elas referir. Tais discrepâncias ocorrem em situações bem distintas e com intensidade variável, mas nem por isso inibem ou invalidam a investigação psicológica, pois o foco de análise é dirigido para as representações que as pessoas formulam e sustentam a respeito da realidade interna e objetiva da qual fazem parte, com o objetivo de descrever e explicar as conseqüências que as crenças produzem em processos, conteúdos e estados psicológicos. De outro lado, também pode interessar a investigação das crenças muito distorcidas em relação aos fatos que lhes deram origem, não só porque elas exercem alguma influência em ações individuais e coletivas, mas principalmente devido ao fato de que elas se manifestam na sintomatologia e na etiologia de distúrbios psicológicos.

É importante acrescentar que, em sua natureza ontológica, crenças são classificadas como variáveis intervenientes, isto é, ficam inseridas na categoria dos fenômenos psicológicos não acessíveis à observação direta, mas que podem ser inferidos e integrar hipóteses empíricas, além de serem acessíveis à mensuração, ainda que indiretamente. Observe-se, por oportuno, que a idéia de variável interveniente vem sendo na recente literatura psicológica substituída pelo termo 'construto'. Em nosso entendimento, esta substituição longe de trazer algum benefício teórico representa muito mais um empobrecimento da linguagem técnica tradicional, da qual a expressão 'variável interveniente' faz parte. A hierarquia conceitual estabelecida nessa linguagem, baseada em construções lógicas ou hipotéticas, variáveis intervenientes

e termos observacionais, permite uma aproximação mais sutil dos fenômenos psicológicos, que não é possível manter mediante a substituição destas expressões e conceitos pelo termo construto, aplicado de forma generalizada.

Nossa argumentação favorável à crença como idéia heurística de grande utilidade na investigação de conteúdos ou representações mentais de formato simbólico, não elide o fato de que na análise teórica deste conceito apresentam-se algumas dificuldades. Desde logo avulta o problema ontológico da natureza das crenças, presumivelmente abstrata. Esta já é uma questão filosófica muito séria a contabilizar e a estudar. Mas, além deste problema, há o da relação entre crenças e o cérebro, considerando-se neste ponto a composição e a distribuição de neurônios, sob a influência da informação transportada pelos neurotransmissores. Quer dizer, o problema de difícil resolução que temos por aqui, supondo-se, é claro, que ele tenha sido formulado corretamente, é o da relação entre conteúdos abstratos e substância biológica, ou seja, como diriam Popper & Eccles (1977, cap P2), o problema estacionado diante de nós é uma complexa relação entre fenômenos que têm lugar em três mundos diferentes: no mundo 1, que é o da realidade objetiva; no mundo 2, constituído de processos cognitivos; e no mundo 3, cujos habitantes são os produtos simbólicos criados pela nossa cognição. Em nosso entendimento, temos de reconhecer que na pesquisa psicológica, como acontece no caso da que tem como centro de interesse a cognição, existem problemas metafísicos para os quais ainda não encontramos ou formulamos resoluções plenamente aceitáveis, sendo por conseguinte cabível e necessário dar continuidade à análise filosófica. Ao mesmo tempo, porém, conviria conceder continuidade à investigação psicológica, quanto mais não seja em razão de conveniências pragmáticas, embora falte a ela naturalmente uma fundamentação filosófica consistente.

Numa formulação teórica mais restrita, palavras como ‘crença’, ‘desejo’, ‘esperança’ e ‘intenção’, assim como seus respectivos conceitos, são rejeitados pelos teóricos da folk- psychology, dado que na opinião desses autores estes termos nada têm a ver com a Psicologia científica, classificada como ciência empírica ou natural, inscrita no quadro das ciências nomotéticas. A folk- psychology, como acertadamente o observou Araújo (2003, p. 17), dispõe de um status ambíguo, pois esta expressão refere a psicologia ingênua, seus conteúdos informativos e as estratégias empregadas em sua obtenção, mas ao mesmo tempo é a designação mais corrente de uma área especializada da Psicologia, cujo objeto é exatamente a análise e a mensuração da validade cognoscitiva de argumentos e explicações de cunho psicológico socialmente aprovados, provenientes da experiência humana e integrados à cultura popular. Considerando-a segundo esta última interpretação, a folk- psychology volta-se então contra o emprego de termos e expressões mentalistas

inseridos na linguagem coloquial, condenando o seu emprego na Psicologia. Nesta linha de atuação, a mais séria ameaça ao emprego deste vocabulário e naturalmente à teorização nele baseada, provém, segundo outra observação acertada de Araújo (op. cit., p. 23), do materialismo eliminativista, quer dizer, das diversas tentativas teóricas de se substituir todas as teorias psicológicas, e não apenas as cognitivas, por explicações biológicas, notadamente pelas que se baseiam em processos e estados neurofisiológicos. Contudo, em que pese a consistência argumentativa do materialismo eliminativista, não são apresentadas as corroborações empíricas requeridas para a validação de suas hipóteses e teorias.

Uma das conclusões possíveis face a este confuso estado de coisas é que dispomos na Psicologia contemporânea de modelos teóricos e metodológicos muito distintos, sem que disponhamos de recursos e critérios racionais adequados para uma tomada de decisão quanto ao rumo a tomar; carecemos de meios seguros que nos permitam distinguir, dentre as alternativas disponíveis, a que poderia ser tomada como preferencial, devido à superioridade relativa de seus pressupostos ontológicos e epistemológicos. Neste contexto, a nosso ver, conviria fomentar o desenvolvimento de todos os modelos teóricos existentes na Psicologia, inclusivamente o que foi constituído em torno da idéia de crença, enquanto eles se manifestarem metodologicamente viáveis e teoricamente fecundos. Naturalmente, mantém-se a crença de que o teste fundamental de qualquer linha de pesquisa é o da produtividade teórica, em outras palavras, o da obtenção de conhecimento válido; essa crença, elevada à condição de pressuposto, deve ser considerada em tomadas de decisão quanto à manutenção ou descontinuidade do trabalho aplicado em prol do desenvolvimento de qualquer linha de pesquisa ou modelo teórico.

### **Esteretótipos e Preconceitos Sociais**

No estágio atual de maturidade científica, a Psicologia é uma disciplina complexa em seus pressupostos filosóficos, cabendo destacar nesta oportunidade os que são elaborados em torno da natureza humana. Tomando a imagem do Homem como critério, temos duas possibilidades de constituição da Psicologia como disciplina científica, as quais foram discutidas desde o final do século XIX nas escolas filosóficas de Berlim e de Baden, onde encontraram formuladores e representantes teóricos, dentre os quais cabe lembrar Wilhelm Dilthey (1833 – 1911): a Psicologia entendida como ciência nomotética, praticada com o objetivo de prover explicações, vale dizer, proposições causais de tipo genético ou probabilístico válidas; e a Psicologia definida como ciência idiográfica, cujo objetivo é a compreensão das experiências (*Erfahrungen*) e vivências (*Erlebnisse*) humanas, sendo por este ponto de vista caracterizada como ciência hermenêutica. Uma terceira posição seria uma tentativa

de conciliação entre estas duas possibilidades. Entretanto, chegados a este ponto, convém lembrar que a discussão sobre os problemas ora apresentados não é realizada no interior da Psicologia Social, nem no das outras áreas especializadas da Psicologia, à exceção da Psicologia Filosófica. Entretanto, conviria a psicólogos sociais obter acerca deles ao menos alguma informação, a fim de prevenir a ingenuidade filosófica, condição que pode comprometer o trabalho científico.

É possível desenvolver a Psicologia Social em ambas as perspectivas há pouco sumariamente descritas. O postulado mais importante a considerar para o entendimento desta proposta é o da liberdade subjetiva, cuja manifestação pode ocorrer sob determinadas condições. E vindo a suceder, essa liberdade se manifestará em graus diversos. Todavia, mesmo no caso de sua ocorrência, é teoricamente possível admitir que sejamos submetidos a condicionamentos e venhamos a apresentar reações habituais face a conhecidas situações sociais. Teoricamente, esta interpretação da Psicologia como ciência híbrida exige um refinamento conceitual, de modo a possibilitar um desenvolvimento científico conseqüente. Foi precisamente com a intenção de colaborar neste sentido que retomamos a diferenciação conceitual entre comportamento, que consideramos ser uma idéia mais apropriada á orientação nomotética, e conduta, por nós entendida como termo e conceito mais apropriado a pesquisas idiográficas (Krüger, 1994).

Apesar de viável, a Psicologia Social idiográfica não é desenvolvida. E não o é provavelmente devido à conjugação de circunstâncias e fatores desfavoráveis, cabendo lembrar de passagem três deles: o relativo desinteresse pelo debate filosófico entre psicólogos sociais; o efeito do treinamento metodológico, no qual considera-se prioritário o aprendizado de métodos e técnicas aplicáveis a pesquisas empíricas e experimentais, tanto em sua versão quantitativa quanto em sua modalidade qualitativa; e, o impacto motivacionalmente desmobilizador e teoricamente desagregador do construcionismo social, que é a versão regional na Psicologia Social do pensamento pós-moderno. O fato é que em pesquisas básicas na Psicologia Social contemporânea, em ambas as suas correntes principais, a psicológica e a sociológica, a ciência idiográfica, se corretamente entendida pelos pesquisadores, não passa de uma alternativa a ser considerada talvez em algum momento futuro, cabendo nessa oportunidade, que ainda não se deu, o exercício da hermenêutica, aplicando-a por exemplo ao estudo da formação, difusão e ativação de estereótipos e preconceitos sociais, bem como ao processo de mudança e erradicação de tais estruturas, se elas se revelarem socialmente prejudiciais.

Pode-se definir estereótipo social como crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação

de um ou mais critérios, como por exemplo, idade, sexo, inteligência, moralidade, profissão, estado civil, escolaridade, formação política e filiação religiosa. Há duas direções na mobilização de estereótipos sociais: a que se volta para o grupo ao qual se pertença (auto-estereótipos); e a que visa um grupo distinto (hetero-estereótipos). Assim como há estereótipos sociais de duas qualidades distintas: os positivos e os negativos. Apresentada esta classificação básica, depreende-se que os estereótipos sociais podem ficar distribuídos em quatro categorias: auto-estereótipos positivos e negativos; e hetero-estereótipos positivos e negativos. Havendo ainda a possibilidade de tornar esta classificação mais complexa, se for considerada a intensidade, como variável a considerar na aceitação de estereótipos sociais.

De outro lado, estereótipos sociais influenciam condutas e comportamentos em interações sociais, quando os interatores são enquadrados por essas crenças. Essa influência ocorre através de variáveis intervenientes, sendo a percepção social a primeira delas, mas que se articula à memória, pensamento, motivação e tomada de decisão. Ao nível da percepção social, ocorre inicialmente a categorização, que é a aplicação de nomes ou expressões a experiências decorrentes da estimulação social. Do ponto de vista da Psicologia, estereótipos sociais podem ser investigados sob aspectos diferentes, que vão desde a sua formação até a sua manifestação coletiva. Complementarmente, considerando o alcance supraindividual dos estereótipos sociais, cabe destacar e analisar as funções cognitivas dessas crenças compartilhadas, como o fez Tajfel (1989, v. 1, cap. 7). Em outro enfoque, mais afetivo, poder-se-ia colocar em foco sua relação com valores, atitudes e preconceitos sociais. A considerar as observações feitas até aqui, pode-se supor que seja bem extensa a bibliografia sobre o tema em discussão. Ela de fato o é, como algumas obras mais recentes dedicadas ao tema o revelam. Tal é o caso do livro de Pereira (2002), numa atualizada perspectiva teórica. Quanto à metodologia aplicável à pesquisa empírica de estereótipos sociais, pode-se consultar a tese de doutorado de Campos (2001), que propõe inovações técnicas muito úteis.

Quando estiverem associados a sentimentos, estereótipos sociais passam a constituir estruturas psicológicas de maior complexidade, caracterizadas como atitudes e preconceitos sociais. A aludida complexidade deriva precisamente da presença de sentimentos, ora positivos, ora negativos, em relação a um objeto social que, na situação considerada, é um grupo humano. Assim, a articulação entre estereótipos sociais, favoráveis ou desfavoráveis, e sentimentos, de aceitação ou rejeição, dos grupos humanos visados, produz, na ocorrência combinada de crenças e sentimentos positivos, atitudes sociais; porém, se estes mesmos, ao contrário, forem negativos, ter-se-á como efeito um preconceito social. Devido a razões pragmáticas, o interesse científico por processos psicossociais, que funcionam como causas de conflitos ou dificuldades em relações interpessoais, intergrupais ou inter-

nacionais, é mais acentuado do que no caso daqueles processos que produzem efeitos socialmente positivos ou ao menos satisfatórios. Daí a ênfase aplicada à investigação de preconceitos sociais. O efeito imediato de preconceitos sociais é a discriminação que, essencialmente, é um tratamento injusto, quer dizer, uma forma de relacionamento, avaliação e atendimento comparativamente desigual e desfavorável, proporcionado a uma coletividade humana ou individualmente a pessoas que a integram, precisamente porque são alvo de preconceitos sociais. Esse tratamento injusto pode assumir formatos diversos, dependendo da situação. Assim, pode haver discriminação social na contratação de empregados, na seleção de alunos, na escolha de colegas ou parceiros, mas também pode se dar em outros contextos, de maior abrangência, como acontece na política e nas relações com imigrantes. A discriminação social pode ser particularmente praticada por pessoas, consideradas em sua individualidade, contudo ela tende alcançar o estatuto de uma norma social implícita ou ser até mesmo uma prática institucionalizada.

Teoricamente, a racionalidade e irracionalidade de preconceitos sociais, bem como de atitudes sociais, depende da intensidade do afeto e de características de personalidade dos que os experimentam. Sob este prisma, a mais importante das pesquisas realizadas foi a de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford (1950), em torno da personalidade autoritária. A despeito das críticas feitas ao projeto de pesquisa e às interpretações teóricas do trabalho realizado por estes conhecidos autores, entendemos que a obra em destaque contenha elementos de informação muito esclarecedores e sugestivos, além de propor uma abordagem do preconceito baseada na personalidade, que julgamos ser teoricamente mais fecunda na Psicologia Social, assim como na Psicologia da Personalidade. No caso da tese de Adorno et al. (op. cit.), uma das suposições é a de que uma das características da personalidade autoritária seja a rigidez, que se manifestaria em diferentes níveis da cognição e da afetividade, do comportamento e da conduta, sendo uma dimensão influenciadora na formação e ativação de preconceitos sociais, que na referida obra, organizam-se em torno de três eixos principais: anti-semitismo, etnocentrismo e conservadorismo político-econômico. Pode-se ainda combinar variáveis do contexto sociocultural à personalidade, na investigação de preconceitos sociais, como Heintz (1968) o propôs.

### **Duas Observações Finais**

A falta de um modelo unificador é uma das principais características da Psicologia Social, em todas as suas vertentes. Uma teoria de maior amplitude é epistemologicamente desejável, pois possibilita agrupar de maneira logicamente articulada e consistente, conceitos, hipóteses, teorias de pequeno alcance e dados de pesquisa empírica. A formulação ou obtenção de uma teoria de tal alcance deve-



ria ser uma preocupação permanente dos estudiosos e pesquisadores em atividade nesta área do conhecimento científico. Embora seja uma tarefa de difícil realização, em razão dos problemas alojados na fundamentação ontológica da Psicologia, uma vez que há diversas visões antropológicas disponíveis, um maior investimento intelectual aplicado ao problema ora considerado proporcionaria ao menos maior clareza sobre suas implicações teóricas.

Em particular, na investigação de estereótipos e preconceitos sociais, as crenças podem revelar sua utilidade, sobretudo na abordagem cognitiva deste tópico, que repousa sobre o pressuposto da racionalidade humana. Formando sistemas ou argumentos, crenças são conteúdos mentais de natureza simbólica, cuja influência na cognição é manifestada na percepção e na interpretação que o percebedor faz de sua experiência social. Acolhendo-se este ponto de vista na Psicologia Social, duas conseqüências se apresentariam: na formulação de teorias e no planejamento de estratégias ou iniciativas práticas, visando a prevenção ou até mesmo a erradicação de estereótipos e preconceitos socialmente prejudiciais. Em ambas as situações, a visão cognitivista na Psicologia Social, organizada em torno de conceitos como o de crença, pode ser cientificamente proveitosa.

## Referências

ADORNO, T. W., FRENKEL – BRUNSWIK, E., LEVINSON, D. J. & SANFORD, R. N. *The Authoritarian Personality*. New York: Harper, 1950.

ARAUJO, Saulo de Freitas. *Psicologia e Neurociência: Uma Avaliação da Perspectiva Materialista no Estudo dos Fenômenos Mentais*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2003.

AUGOSTINOS, Martha & WALKER, Ian. *Social Cognition: An Integrated Introduction*. London: SAGE Publications, 1996.

BERKOWITZ, Leonard. On the Changes in U. S. Social Psychology: Some Speculations. In: RODRIGUES, Aroldo & LEVINE, Robert V. *Reflections on 100 Years of Experimental Social Psychology*. New York: Basic Books, 1999. cap. 7

CAMPOS, Luís Antonio Monteiro. *Auto-estereótipos e Hetero-estereótipos em Relação a Adolescentes*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutorado

CARRUTHERS, Peter & SMITH, Peter K. *Theories of Theories of Mind*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

DEVINE, Patricia G., HAMILTON, David L. & OSTROM, Thomas (ed.) *Social Cognition: Impact on Social Psychology*. New York: Academic Press, 1994.

FISKE, Susan T. & TAYLOR, Shelley E. *Social Cognition*. New York: McGraw – Hill, Inc., 1991.

- GIANETTI, Eduardo. *O Mercado das Crenças: Filosofia Econômica e Mudança Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HEINTZ, Peter. *Los Prejuicios Sociales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1968.
- HOLZKAMP, Klaus. *Kritische Psychologie*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1977.
- KRÜGER, Helmuth. Ação e comportamento. *Cadernos de Psicologia IP/UERJ*, Rio de Janeiro, nº 2, p. 17 – 25, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia das Crenças: Perspectivas Teóricas*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995. (Tese do concurso público para professor titular de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da UERJ)
- \_\_\_\_\_. O Problema da Multi e Interdisciplinaridade na Psicologia. *Jornadas de Psicologia; Coletânea de Textos*. Rio de Janeiro: Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha, 2000, p. 44 – 48.
- \_\_\_\_\_. História, Cultura e Sociedade no Desenvolvimento da Personalidade e da Conduta Social. *Anais da XXXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*. Belo Horizonte, MG, 2003, p. 56.
- PEPITONE, Albert. Social Psychology in the Golden Age. In: RODRIGUES, Aroldo & LEVINE, Robert V. *Reflections on 100 years of Experimental Social Psychology*. New York: Basic Books, 1999. cap. 8.
- PEREIRA, Marcos Emanuel. *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2002.
- POPPER, Karl R. & ECCLES, John C. *The Self and Its Brain*. New York: Springer Verlag, 1977.
- RANDALL Jr., John Herman. *The Making of the Modern Mind*. New York: Columbia University Press, 1976.
- RODRIGUES, Aroldo & LEVINE, Robert V. *Reflections on 100 Years of Experimental Social Psychology*. New York: Basic Books, 1999.
- ROKEACH, Milton. *Crenças, Atitudes e Valores*. Rio de Janeiro, Editora Interciência, 1981.
- SHERMAN, Steven J., JUDD, Charles M. & PARK, Bernadette. Social Cognition. *Annual Review of Psychology*, v. 40, p. 281 – 326, 1989.
- SNELL, Bruno. *Entstehung des Geistes; Studien zur Entstehung des Europäischen Denkens bei den Griechen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- STICH, Stephen. *From Folk – Psychology to Cognitive Science: The Case Against Belief*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1996.
- TAJFEL, Henri. *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. (2 volumes)

### **SERÃO OS ESTEREÓTIPOS E O PRECONCEITO INEVITÁVEIS? O MONSTRO DA AUTOMATICIDADE<sup>1</sup>**

*Marcus Eugênio O. Lima  
Jorge Vala*

Imagine que você está andando sozinho numa rua escura a altas horas da noite, ao seu encontro, em largas passadas, vem uma outra pessoa. Imagine que a outra pessoa é um Negro, e que ele parece olhar fixamente para você. Qual seria a sua reação? O seu coração poderia acelerar. As suas mãos talvez começassem a suar um pouco e você as enfiasse nos bolsos sem saber bem porque. A pessoa cruza então com você e, num gesto simpático, lhe cumprimenta. Qual seria agora a sua reação? Talvez se sentisse constrangido pelas reações que teve segundos atrás, talvez se culpasse por elas e questionasse o seu auto-conceito de pessoa igualitária e sem preconceitos. Talvez resolvesse tudo dizendo algo do tipo "este foi só um impulso de auto-defesa".

Neste trabalho procuramos analisar o tipo de processo que produz as reações referidas e sobre as quais os indivíduos não possuem controle consciente, ou seja, os processos automáticos de preconceito, e tentaremos entender que processos psicossociais moderam a produção dessas respostas automáticas. Para este efeito, primeiramente analisamos os principais contornos do chamado "monstro da automaticidade". Em seguida discorreremos sobre alguns conceitos básicos e estudos relacionados com os processos automáticos e controlados de preconceito. No ponto três analisamos estudos que demonstram a existência de moderadores, sobretudo cognitivos e motivacionais, na ativação automática dos estereótipos e do preconceito. Finalmente, no ponto quatro analisamos o papel das normas sociais no controle da ativação automática do preconceito.

# 1. O monstro da automaticidade

Na década de 60 Tajfel e Wilkes (1963) verificam que existe uma tendência à superestima das diferenças percebidas nas comparações entre membros de categorias diferentes e, ainda que de forma menos acentuada, a superestima das semelhanças percebida nos membros de uma mesma categoria. Esta tendência, denominada de princípio da acentuação, seria uma conseqüência do processo de categorização social, definido como o processo através do qual são etiquetados e organizados mentalmente os grupos sociais (Tajfel, 1981). O processo de categorização social, graças ao princípio da acentuação, teria como conseqüência direta a percepção dos grupos sociais e de seus membros em termos de estereótipos (ver Amâncio, 1989 para uma revisão).

Antes de Tajfel, porém, Allport (1954) já havia analisado as características do processo de categorização e estereotipia, quando referiu que a categoria satura tudo que ela contém num mesmo conteúdo ideativo e emocional.<sup>2</sup>

Taylor (1981) sintetizando os pressupostos de Tajfel (1981), argumenta que a categorização possui três propriedades: (i) etiqueta ou rotula as informações do mundo físico e social em termos de categorias, (e.g., raça e gênero), (ii) minimiza as diferenças dentro do grupo e exagera as diferenças entre grupos, e (iii) produz uma interpretação dos comportamentos dos membros dos grupos em termos de estereótipos.

A conseqüência mais imediata da categorização social são os estereótipos. Os estereótipos podem ser definidos, no sentido de Lippmann (1922), como "mapas mentais", "fotografias em nossas mentes" ou imagens super simplificadas sobre os grupos sociais (ver Pereira, 2002, para uma revisão).

Esta abordagem cognitivista do processo de categorização e dos estereótipos ganha eco e produz na psicologia social uma longa tradição que considera os estereótipos como uma conseqüência automática e muitas vezes inevitável do processo de categorização social (e.g., Hamilton, 1981), que refletem uma necessidade funcional de simplificação do meio social (e.g., Allport, 1954; Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990). Sendo os estereótipos a base cognitiva do preconceito (Allport, 1954), a principal e mais grave conseqüência dos pressupostos referidos é a de que o preconceito pode ser entendido como um resultado normal e inevitável da categorização. Como indica Fiske (2000, p. 303): "Cognitive theories recognize, in effect, the banality of bias. People normally<sup>3</sup> prejudice, form ingroups and reject outgroups."

A abordagem da categorização social proposta no âmbito da psicologia cognitiva, que salienta os aspectos de economia psíquica dos estereótipos, é conhecida pela metáfora do "Cognitive Miser". De acordo com esta metáfora, o sistema

perceptivo humano estaria adaptado a selecionar do ambiente apenas os estímulos que considerasse relevantes, e por economia e mesmo avareza mental formaria perceptos o mais simplificados e com o mínimo dispêndio de esforço e atenção possível (Fiske, 1980; Fiske & Taylor, 1984). Assim, por questões de economia psíquica, a mera presença de uma característica facilmente discernível (e.g., cor da pele, traços de gênero, idade, etc.) seria suficiente para desencadear um processo automático de estereotipia. Nesta perspectiva os estereótipos são resultado de um processo sobre o qual os indivíduos não possuem consciência e controle.

Para Bargh e Chartrand (1999), não apenas a categorização e os estereótipos, mas também a maior parte das nossas ações e experiências quotidianas seriam determinadas por motivos sobre os quais não temos consciência e controle.

Pela sua força e ubiquidade, podemos denominar, juntamente com Bargh (1999), a este processo de simplificação, categorização, desindividualização e estereotipia automáticas de "Monstro Cognitivo".

Mas, como se definem e qual a natureza dos processos automáticos ou inconscientes de estereotipia e preconceito?

## **Automaticidade e controlabilidade: Breve panorama conceitual**

Desde o início dos anos 90 tem aumentado o interesse da psicologia pela análise dos processos automáticos associados aos estereótipos e ao preconceito (ver Bargh, 1999; Kunda, 1999, para revisões). Com efeito, numa pesquisa recente, inserimos o termo "automatic processes" na linha de pesquisa dos jornais da APA (American Psychology Association) e encontramos 309 textos relacionados com este tema publicados entre 1992 e 2002. Isto é mais do que encontramos quando introduzimos o termo "prejudice" (93 textos) e o termo "stereotypes" (233 textos). Além disso, um dos principais jornais em Psicologia Social, o *Journal of Personality and Social Psychology*, dedicou em Novembro de 2001, um número exclusivo aos processos automáticos de preconceito (ver Devine, 2001). E na versão mais recente do *Handbook of Social Psychology*, de 1998, existe um capítulo de Wegner e Bargh dedicado a este tema.

A importância teórica e empírica deste tema na psicologia social não acontece por acaso. A automaticidade tem se tornado um dos principais temas nos trabalhos sobre atitudes, de maneira geral (Bargh, 1989, 1994), e sobre os estereótipos e o preconceito, de maneira particular (Devine, 1989; Dovidio, 2001).

Os processos automáticos podem ser definidos como aqueles que acontecem sem a intenção consciente do ator: "Automatic activation processes are those which

may occur without intention, without any conscious awareness and without interference with other mental activity." (Posner & Snyder, 1975, p. 81).

Bargh (1994), inspirando-se nesta definição formula uma conceituação mais ampla e ao mesmo tempo menos rígida dos processos automáticos. Para Bargh (1994, 1996), os processos automáticos de processamento da informação podem ser definidos com base em quatro atributos: não consciência, eficiência, não intencionalidade e não controlabilidade.

Com relação à consciência, três caminhos podem ser seguidos: a) a pessoa pode estar inconsciente do estímulo que desencadeia o processo, como no caso de estímulos subliminares; b) a pessoa pode estar inconsciente da forma pela qual o estímulo é interpretado e categorizado, como no caso das pesquisas sobre a acessibilidade automática dos estereótipos; e c) a pessoa pode estar inconsciente dos determinantes dos seus julgamentos e estados afetivos, como no caso de tarefas de formação de impressões. A não eficiência refere-se à demanda de recursos de atenção durante o processamento da informação, quanto mais recursos atencionais forem despendidos no processamento da informação menor a eficiência do processo. Já a intencionalidade refere-se à decisão consciente e voluntária da pessoa de iniciar ou não o processo. Enquanto que a controlabilidade refere-se à capacidade da pessoa de parar ou gerenciar o processo assim que decida fazê-lo, mesmo tendo este já sido deflagrado (ver Bargh, 1994).

Para Wegner e Bargh (1998) a automaticidade do processo seria resultado da presença de pelo menos uma destas quatro características. Embora, dentre os quatro critérios apresentados para definir a automaticidade do processo, o da eficiência seja o mais utilizado (T. Garcia-Marques, 1998). De tal maneira que, processos com baixos custos de recursos atencionais podem ser definidos como automáticos.

Mas, qual o papel dos processos automáticos sobre fenômenos das relações e conflitos intergrupais, a exemplo dos estereótipos e do preconceito?

## **2. Os contornos do monstro da automaticidade**

Bargh e colaboradores (Bargh, 1999; Wegner & Bargh, 1998), referindo-se à ativação automática dos estereótipos, afirmam literalmente que os estereótipos de gênero e de raça são inevitáveis. É neste sentido que Bargh (1999), ao discutir as afirmações sobre a possibilidade de controle consciente da automaticidade dos estereótipos, afirma que é impossível controlar a automaticidade dos estereótipos e do preconceito.<sup>4</sup>

Greenwald e Banaji (1995) trilham a mesma linha de raciocínio, ainda que referindo-se apenas à ativação e não a aplicação dos estereótipos. Para estes autores, a ativação automática de determinadas atitudes apenas na presença de um

objeto relacionado a essas atitudes (e.g., uma pessoa negra no caso da atitude de preconceito racial) é um fenômeno inevitável e universal das relações sociais.

Essas afirmações recebem um amplo suporte empírico, que pela sua importância passamos a referir em detalhe.

## **Processos automáticos de preconceito: Evidências empíricas**

A existência de ativação automática dos estereótipos e do preconceito tem sido verificada num amplo conjunto de estudos. Todos estes estudos utilizam ou o paradigma do priming<sup>5</sup> e/ou da latência de resposta.

Vários desses estudos têm demonstrado que um priming racial produz facilitação estereotípica (i.e., reconhecimento mais rápido de itens relativos aos estereótipos dos grupos). Em quase todos esses estudos a variável dependente é a latência de resposta a determinados estímulos. Especificamente, alguns estudos demonstram que participantes submetidos a um priming relacionado com a categoria social "Negros" demoram mais tempo para reconhecer palavras ou associações positivas e são mais rápidos para reconhecerem palavras ou associações negativas, seja quando o priming foi categorial, como por exemplo a palavra "Negros" apresentada de modo subliminar (e.g., Wittenbrink, Judd & Park, 1997, Wittenbrink, Judd & Park, 2001b), ou de modo supraliminar (e.g., Devine, 1989; Gaertner & McLaughlin, 1983); seja quando o priming foi uma fotografia ou um desenho de uma pessoa Negra apresentada de maneira supraliminar (e.g., Fazio, Jackson, Dunton & Williams, 1995) ou de maneira subliminar (e.g., Dovidio, Kawakami, Johnson, Johnson & Howard, 1997).

Independentemente das variações nas formas de analisar a ativação automática do preconceito, todos estes estudos constataam que um priming associado à categoria "Negros" facilita a estereotipia negativa ou o preconceito contra os Negros. Entretanto, o processo que subjaz a esse padrão de resultados pode ainda ser mais geral e refletir um viés de favorecimento automático do próprio grupo de pertença.

Perdue, Dovidio, Gurtman e Tyler (1990), analisando uma tarefa de decisão lexical (i.e., dizer se determinado conjunto de letras forma ou não uma palavra com sentido), verificam que quando estimulados por um pronome pessoal que se referia à sua categoria de pertença ("Nós") os indivíduos reconheciam palavras positivas mais rapidamente e palavras negativas mais lentamente do que quando estimulados pelo pronome "Eles". Assim, parece mesmo existir um viés automático de favorecimento do próprio grupo, ou de etnocentrismo, em condições mínimas de pertença. Mas como se manifesta essa suposta tendência automática de favorecimento do endogrupo e com ela é estudada na psicologia?

Apresentaremos, logo em seguida, vários dos estudos sobre os efeitos de um priming na ativação automática do preconceito. A apresentação será exaustiva, uma vez que o conhecimento do paradigma no qual esses estudos se inserem é fundamental para a compreensão do argumento que defendemos neste trabalho. A apresentação que faremos desses estudos se organiza em função do tipo de priming utilizado nos estudos.

### **Estudos utilizando como priming o estereótipo da categoria social**

Um dos primeiros estudos e talvez o mais clássico que analisou os efeitos de um priming racial no preconceito foi realizado por Gaertner e McLaughlin (1983). Estes autores, utilizando uma tarefa de decisão lexical, analisam a força de associação entre características estereotípicas e uma categoria social (e.g., blacks:lazy ou whites:lazy, blacks:smart ou whites:smart). Neste estudo são utilizadas três palavras positivas, três palavras negativas e conjuntos de sílabas sem sentido. Os participantes do estudo foram universitários americanos brancos, com altos e baixos escores numa escala de preconceito. Eles deveriam indicar se um conjunto de letras que viam emparelhado com um rótulo categorial era ou não uma palavra (i.e., tarefa de decisão lexical). Os resultados (experimentos 1 e 2) indicam que os emparelhamentos de palavras positivas com a categoria Brancos foram mais rapidamente reconhecidos do que os emparelhamentos de palavras positivas para a categoria Negros. Não houve efeitos significativos para os emparelhamentos com as palavras negativas. Estes resultados não foram influenciados pelo nível de preconceito dos participantes.

Patricia Devine (1989) também realiza um estudo clássico na análise dos efeitos do priming sobre a ativação automática dos estereótipos. Devine (1989, experimento 2), forma dois grupos de participantes e solicita que cada um dos grupos leia, durante 80 milésimos de segundos, uma lista contendo palavras neutras e itens dos estereótipos dos negros norte-americanos (e.g., Jazz, Negros, Afro, Harlem, musical, etc.). Para um dos grupos a proporção de palavras estereotípicas foi de 80% (condição de alta exposição), para o outro grupo a proporção de palavras estereotípicas foi de 20% (condição de baixa exposição). Em seguida, os participantes liam uma história sobre uma pessoa que se comportava de uma forma ambígua, que poderia ser interpretada como mais ou menos hostil. Os participantes deveriam julgar esta pessoa. Os resultados indicaram que o grupo na condição de alta exposição julgou a pessoa da história mais negativamente do que o grupo na condição de baixa exposição. Este efeito foi encontrado tanto para os indivíduos com altos escores de preconceito quanto para os com baixos escores.



## **Estudos utilizando como priming um exemplar da categoria racializada**

Como referimos, alguns estudos utilizam como priming fotografias de membros de grupos racializados apresentadas em intervalos de tempo que permitem a sua visualização e interpretação. Os primeiros estudos utilizando este tipo de priming foram realizados por Fazio, Jackson, Dunton e Williams (1995). Estes autores realizam um conjunto de estudos nos EUA para testar alguns dos achados do estudo de Devine (1989). Fazio et al. (1995) utilizam como priming fotografias de indivíduos brancos, negros, hispânicos e asiáticos que apareciam na tela do computador por 1/3 de segundo. Os participantes dos estudos foram estudantes americanos brancos e negros. Depois das fotografias (priming) apareciam no computador uma a cada vez 24 palavras (metade positivas e metade negativas). Os participantes deveriam indicar simplesmente se as palavras eram positivas ou negativas. A variável analisada foi a latência de resposta. Fazio et al. (1995) verificaram que o estímulo (prime<sup>o</sup>) "fotos de brancos" produziu maior facilitação no reconhecimento dos adjetivos positivos (menor latência de resposta) do que o prime "fotos de negros". O inverso aconteceu para as palavras negativas, que foram reconhecidas mais rapidamente quando precedidas do prime "negros" do que do prime "brancos".

Outros estudos utilizam o mesmo tipo de priming de Fazio et al. (1995), ou seja, fotografias ou desenhos de membros de grupos racializados, mas com a diferença de serem apresentados de maneira subliminar. Dovidio, Kawakami, Johnson, Johnson e Howard (1997), analisam, em universitários americanos brancos, os efeitos de faces esquemáticas de homens e mulheres (negros e brancos) utilizadas como prime subliminar (15-30 milésimos de segundos), sobre o reconhecimento de palavras positivas e negativas. Os autores verificam que o tempo de resposta para adjetivos negativos foi menor quando o prime foi a "face negra" do que quando o prime foi a "face branca". Por outro lado, o prime "branco" produziu maior facilitação no reconhecimento das palavras positivas do que o prime "negro".

## **Estudos utilizando como priming rótulos categoriais subliminares**

Wittenbrink, Judd e Park (1997) realizam um conjunto de estudos, utilizando como priming subliminar os rótulos categoriais: "Negros" (Black), "Brancos" (White); uma palavra neutra: "Mesa" (Table). Estas palavras permaneciam na tela do computador de 15 a 30 ms., depois eram substituídos por uma máscara ("XXXXX"), que em seguida dava lugar a um traço estereotípico positivo ou negativo de negros ou de brancos nos EUA ou a uma não palavra (conjunto de letras sem sentido). A tarefa dos participantes, estudantes americanos, era uma decisão

lexical. Os resultados indicam que houve facilitação estereotípica e preconceito: itens positivos dos estereótipos dos americanos brancos e negativos dos estereótipos dos negros foram reconhecidos mais rapidamente do que itens positivos dos negros e negativos dos brancos, quando comparados com o prime neutro.

Estes resultados são replicados em outro estudo (Wittenbrink, Judd & Park, 2001b), no qual os autores verificam que o mesmo padrão de preconceito automático contra os Negros se verifica tanto numa tarefa de decisão lexical, quanto numa tarefa de julgamento (indicar a valência das palavras).

No seu conjunto, os estudos referidos traçam um quadro grave da ativação automática dos estereótipos e a da automaticidade do preconceito dos brancos contra os Negros. No entanto, a grande maioria dos estudos foi feita nos Estados Unidos e, portanto, se referem a um tipo específico de relações racializadas. De modo que, podemos questionar se os estereótipos negativos e o preconceito contra os Negros são universais e inevitáveis?

De fato, os resultados encontrados nesses estudos podem ter conseqüências graves ao nível das relações sociais. Afirmações tais como as que referem que a mera presença de um membro de um determinado grupo "racial" ou de sexo desencadeia processos automáticos de estereotipia ou desindividualização podem fazer supor que as categorias raciais existem in natura, como entidades absolutas. Essas afirmações têm sérias implicações nos julgamentos de situações sociais, tais como a discriminação e o racismo, os quais passariam a ser fenômenos naturais ao invés de fenômenos sociais. Essas inquietações surgem no próprio seio da cognição social. O próprio John Bargh (1999) e também Susan Fiske (1998) indagam como alguém pode ser responsabilizado ética, jurídica e socialmente por comportamentos discriminatórios, quando a própria psicologia social demonstra que boa parte dos processos que levam à discriminação e ao racismo são automáticos e involuntários.

A questão fundamental que se coloca é a de saber se e como pode ser vencido o monstro da automaticidade do preconceito. Nos próximos tópicos analisaremos estratégias de combate ao "monstro cognitivo", desde fatores motivacionais, até fatores mais contextuais e normativos.

### **3. A suposta inevitabilidade do preconceito: É possível vencer o monstro cognitivo?**

A perspectiva dominante na cognição social acerca do "Monstro Cognitivo" pode levar à crença de que os negros, com a sua "diferença", são a causa, ainda que involuntária, do racismo; ao mesmo tempo em que o preconceito dos brancos pas-

sa a ser visto como um resultado natural do processamento de informações. Como argumenta Wetherell (1996), as concepções sobre a ubiqüidade do fenômeno da automaticidade não apenas exoneram os grupos dominantes do racismo, como também deslocam o debate do preconceito e do racismo da arena política das relações intergrupais para a arena da clínica dos processos intrapsíquicos.

O principal pressuposto que engendra o "mostro cognitivo" é a noção de que os estereótipos são necessários e mesmo inevitáveis, uma vez que cumprem uma função de economia dos recursos cognitivos. A principal crítica a este pressuposto parte dos trabalhos de Gilbert e Hixon (1991).

Gilbert e Hixon (1991) realizam dois estudos com o objetivo de demonstrar que os estereótipos não implicam em economia psíquica. No estudo 1 os participantes são informados por uma assistente "asiática" ou por uma "caucasiana" que deverão completar uma série de palavras incompletas. Os autores utilizam 20 palavras, sendo 5 delas estereotípicas dos asiáticos (e.g., S\_\_Y (SHY), S\_\_ORT (SHORT), RI\_\_E (RICE), POLI\_\_E (POLITE) e N\_\_P (NIP)). Alguns dos participantes fazem esta tarefa numa condição de sobrecarga cognitiva (overloading), tendo que memorizar um algarismo de 8 dígitos. Outros participantes faziam a tarefa sem terem que memorizar nada (condição de não sobrecarga cognitiva). Os resultados indicam que os participantes que não estiveram em sobrecarga cognitiva completaram mais os estereótipos quando na presença da assistente "asiática" do que na presença da "caucasiana". Mas entre os participantes em sobrecarga cognitiva não houve ativação dos estereótipos referentes aos asiáticos, nem quando da presença da assistente asiática.

No estudo 2, Gilbert e Hixon manipulam duas fases. Uma fase de ativação dos estereótipos (idêntica à do estudo 1) e outra fase de aplicação dos estereótipos, através de uma tarefa de formação de impressões. O desenho experimental e as variáveis dependentes foram semelhantes às do primeiro estudo. Os resultados deste último estudo demonstram que na condição de sobrecarga cognitiva ocorre uma menor ativação e uma maior aplicação dos estereótipos relativos aos asiáticos do que na condição de não sobrecarga. Os autores concluem afirmando que os estereótipos não são necessariamente consequência inevitável de um viés da economia psíquica, uma vez que os participantes com menos recursos cognitivos (em sobrecarga) ativaram menos os seus estereótipos étnicos do que os participantes que dispunham de mais recursos cognitivos (os cognitivamente não sobrecarregados). No entanto, a aplicação dos estereótipos (fase mais controlada do processo) foi maior nos cognitivamente sobrecarregados do que nos não sobrecarregados.

O padrão de resultados obtidos por Gilbert e Hixon (1991) parece apontar para dois caminhos. Por um lado, a ativação dos estereótipos (fase mais automática do processamento) é maior nos participantes que não estão em sobrecarga cognitiva;

dado que coloca em causa a noção de que a ativação automática dos estereótipos resulta de uma necessidade de economia cognitiva (são os com mais recursos cognitivos - não sobrecarga - os que mais ativam os estereótipos). Por outro lado, a aplicação dos estereótipos (fase mais controlada) foi maior nos participantes sobrecarregados cognitivamente. Este dado parece sinalizar para o efeito da norma anti-racista na aplicação dos estereótipos, uma vez que a distração mental produzida pela sobrecarga pode ter tornado os participantes menos controlados nas suas repostas.

Yzerbyt, Coull e Rocher (1999) encontram resultados semelhantes aos de Gilbert e Hixon (1991) e também concluem que os estereótipos consomem energia cognitiva para se manter.

Além da crítica à inevitabilidade dos estereótipos, outra crítica importante se refere à noção de "categorias primitivas". Como salientam Marques e Páez (2000), não existe evidência empírica para a crença que as chamadas "categorias primitivas" permitam uma melhor predição do comportamento dos seus membros. Também Vala, Lopes e Brito (1999) e Hopkins, Reicher e Levine (1997) afirmam que as categorias raciais, supostamente um tipo de "categoria primitiva", não existem biologicamente, como categorias naturais, mas apenas ideologicamente, como construções sociais. Billig (1985) chama a atenção para o fato de que o processo de homogeneização dos membros dos exogrupos caminha lado a lado com o processo de particularização, tendo ambos a mesma força e importância cognitivas.

O que queremos referir com estes argumentos é o fato de não existir, nos estudos sobre ativação automática dos estereótipos, uma reciprocidade em relação aos alvos da estereotipia. Existem muitos estudos que demonstram que negros, homossexuais e mulheres produzem ativação automática dos estereótipos, mas existem muito poucos estudos que analisam a ativação automática dos estereótipos quando encontramos um branco, um homem ou um heterossexual.

Ora, se os estereótipos servem, sobretudo, para resguardar os recursos cognitivos, eles deveriam ser utilizados ou aplicados de igual maneira na percepção de diferentes grupos sociais. No entanto, não é isto que ocorre. A automaticidade dos estereótipos e do preconceito incide, sobretudo, contra os membros de categorias minoritárias. Tanto que parece que apenas os Negros possuem raça, as mulheres possuem gênero, os grupos culturalmente minoritários possuem etnia (Banks & Eberhardt, 1998; Fiske, 2000).

Isto nos leva a questionar em que medida essa forma seletiva ou enviesada de automaticidade pode ser considerada universal ou inevitável, como faz supor grande parte da teorização em psicologia social.

Novamente é Allport (1954) quem fornece as primeiras respostas a esta questão. Para Allport os estereótipos possuem dupla função: relacionam-se, por um lado,

com a economia psíquica, e por outro, com a necessidade de justificação ou racionalização das relações intergrupais.<sup>7</sup>

Seguindo Allport (1954), podemos supor que a automaticidade se constrói a partir de um conjunto de redes associativas acerca dos grupos minoritários, e que estas redes associativas cumprem uma determinada função de legitimação das relações intergrupais. Podemos ainda avançar este argumento, afirmando que essas funções cumpridas pelas redes associativas refletem as normas dos grupos de pertença dos indivíduos e as ideologias dos grupos sociais. Por ora vamos nos deter à primeira parte deste argumento, a do caráter apreendido e intrapsíquico do conteúdo das associações automáticas. Em seguida desenvolveremos a segunda parte, sobre o papel das normas e contextos sociais na produção das associações e da automaticidade dos estereótipos e preconceitos.

## **Os moderadores cognitivos e motivacionais no controle do monstro da automaticidade**

Segundo o modelo dissociativo de Patricia Devine (1989), é preciso distinguir entre a ativação automática, freqüentemente inevitável, e a aplicação dos estereótipos, normalmente controlável. A ativação dos estereótipos é determinada, em parte, pela acessibilidade das informações sobre o alvo da percepção (grupo ou indivíduo) e pelo grau de encaixe do alvo ao estereótipo. Isto é, em que medida aquele membro é prototípico do estereótipo ou imagem da categoria. A aplicação dos estereótipos, por sua vez, se refere a uma avaliação do alvo sujeita a julgamentos conscientes (Kawakami, Dovidio, Moll, Hermsen & Russin, 2000). De acordo com o modelo dissociativo de Devine (1989), os estereótipos culturais associados às minorias, freqüentemente negativos, só afetariam os comportamentos de indivíduos com crenças pessoais igualitárias em condições cognitivas desfavoráveis.

Seguindo este modelo, várias perspectivas de análise consideram a ativação automática dos estereótipos e do preconceito como um "mau hábito" apreendido ao longo da vida, que pode ser evitado ou inibido sob determinadas circunstâncias (e.g., Devine, 1989; Devine & Monteith, 1993; Monteith, 1993). Neste sentido, a suposta automaticidade dos estereótipos e do preconceito não necessariamente implica na inevitabilidade da inferiorização dos grupos minoritários. Vários autores afirmam que a aplicação e mesmo a ativação automática dos estereótipos e do preconceito pode ser evitada através de uma série de moderadores cognitivos ou relativos a diferenças individuais, tais como a motivação (Fiske & Neuberg, 1990; Neuberg & Fiske, 1987) e o esforço consciente para a auto-regulação e controle das conseqüências comportamentais (Devine, 1989; L. Garcia-Marques, 1999; Monteith, 1993), o tipo

de objetivo do processamento da informação (Macrae, Bodenhausen, Milne, Thorn & Castelli, 1997), e o tipo de priming (e.g., Lepore & Brown, 1997). Outros moderadores ainda importantes são os moderadores sócio-cognitivos, relativos aos contextos e imagens sociais dos grupos, tais como a criação de imagens mentais contra-estereotípicas positivas (Blair & Banaji, 1996; Blair, Ma & Lenton, 2001; Dasgupta & Greenwald, 2001) e o treino contra-estereotípico (Kawakami, Dovidio, Moll, Hermsen & Russin, 2000), ou ainda o tipo de contexto de percepção intergrupar (Wittenbrink, Judd & Park, 2001a) e o treino multicultural (Rudman, Ashmore & Gary, 2001).

Em seguida discorreremos sobre alguns dos estudos que substanciam essas perspectivas.

## **Os moderadores relativos às diferenças individuais, aos objetivos do processamento e ao tipo de priming**

Neste subtópico examinaremos um conjunto de moderadores da ativação e aplicação automática dos estereótipos que se caracterizam por processos motivacionais de regulação das respostas preconceituosas ou estereotípicas (processos de natureza intrapsíquica) que são diferentes de indivíduo para indivíduo. A apresentação que faremos estrutura-se em termos do tipo de moderador analisado.

### **A motivação como moderadora da automaticidade dos estereótipos**

Neuberg e Fiske (1987) realizam três estudos para verificar o papel da motivação, analisada enquanto interdependência de resultados na interação, numa formação de impressões mais individualizadora do alvo. No estudo 1 os participantes esperavam interagir com um ex-paciente esquizofrênico. Os participantes, estudantes universitários americanos, eram informados de que colaborariam juntamente com esse ex-paciente na produção de jogos criativos. Na condição de dependência de resultados (alta motivação) metade dos participantes recebia a informação de que a dupla (ex-paciente/estudante) que produzisse mais jogos receberia 20 dólares. Na condição de não dependência de resultados a outra metade dos participantes recebia a informação de que cada dupla (ex-paciente/estudante), independentemente de seu desempenho, receberia 20 dólares (condição de baixa motivação). Em seguida, os participantes do estudo deveriam ler um pequeno texto que supostamente descrevia o ex-paciente esquizofrênico com quem se encontrariam. A variável dependente foi o tipo de formação de impressões, se individualizadora ou desindividualizadora (i.e., com base na categoria social), que os participantes construíram sobre o ex-paciente. A variável de-

pendente foi operacionalizada pelo tempo que os participantes levaram para lerem o texto que descrevia o ex-paciente (dispêndio de atenção); sendo que tempos mais curtos indicam desindividualização e tempos mais longos indicam individualização. Os resultados indicam que na condição de alta motivação os participantes demoram mais tempo para lerem as informações sobre o suposto paciente e, portanto, o individualizam mais do que na condição de baixa motivação. No estudo 2 estes resultados são replicados mesmo quando se controla a positividade ou negatividade da impressão formada. No estudo 3 se verifica que uma instrução para que os participantes sejam precisos na formação de impressões também produz maior individualização do alvo. Neuberg e Fiske (1987) concluem que uma elevada motivação para formar uma impressão cuidadosa sobre um alvo pode evitar a automaticidade dos estereótipos.

Outros estudos utilizam o modelo dissociativo de Devine (1989) para demonstrar que, não obstante determinada forma de automaticidade possa ser apreendida no processo de socialização e através dos hábitos, isto não implica que ela não possa ser controlada, uma vez que a automaticidade pode ser evitada através do esforço ou motivação cognitiva.

Nesta linha de argumentação Margo Monteith (1993) demonstra que a criação de discrepância entre a auto-imagem de pessoa igualitária dos sujeitos e o seu comportamento com relação às minorias pode produzir inibição da estereotipia automática em indivíduos explicitamente menos preconceituosos, pois conduz a estratégias de auto-regulação do preconceito. Monteith realiza dois estudos. No estudo 1 leva estudantes brancos a acreditarem que avaliaram mais negativamente a ficha de aplicação de um candidato apenas porque ele era homossexual. Na outra condição experimental os participantes não experimentaram discrepância entre a sua auto-imagem igualitária e o seu comportamento. Os resultados indicam que tanto os indivíduos com altos escores de preconceito quanto os menos preconceituosos apresentam desconforto emocional por terem se mostrado preconceituosos. No estudo 2, Monteith utiliza como variáveis dependentes medidas não obstrutivas, tais como a avaliação da comicidade de uma piada sobre homossexuais e o tempo para responder a determinadas questões. Os resultados indicam que os indivíduos menos preconceituosos respondem mais cuidadosamente (i.e., demoradamente) na condição de discrepância, numa tentativa de evitar respostas discrepantes adicionais. Mais importante foi o fato de os indivíduos menos preconceituosos na condição de discrepância terem atribuído menos comicidade à piada. Monteith (1993) conclui que uma discrepância cognitiva entre a auto-imagem igualitária dos sujeitos e o seu comportamento pode produzir respostas compensatórias que anulem a ativação automática dos estereótipos.

Também Leonel Garcia-Marques (1999) utiliza os pressupostos teóricos e metodológicos do Modelo Dissociativo, para analisar a hipótese de inevitabilidade

dos estereótipos contra os negros em Portugal. Primeiramente o autor dicotomiza as atitudes dos portugueses brancos relativamente aos negros em "mais positivas" e "mais negativas". Em seguida analisa os efeitos dos dois grupos criados (Com atitudes mais positivas vs. Com atitudes mais negativas) sobre os estereótipos culturais em relação aos negros (i.e., características que a maioria dos portugueses brancos utilizam para caracterizar um negro típico) e sobre os estereótipos pessoais em relação aos negros (i.e., características que traduzem a opinião pessoal do participante sobre um negro típico). Os resultados encontrados por L. Garcia-Marques corroboram os pressupostos do Modelo Dissociativo, pois demonstram que os participantes mais preconceituosos não diferem dos menos preconceituosos ao nível dos estereótipos culturais sobre os Negros; mas diferem significativamente no grau de coincidência entre os estereótipos culturais e os estereótipos pessoais. Os participantes com atitudes mais negativas face aos Negros apresentam maior coincidência entre os estereótipos culturais (mais negativos) e pessoais, do que os participantes menos preconceituosos. O autor conclui que, embora o estereótipo, enquanto forma de reduzir a imensa variedade de informação social relativa a grupos humanos possa ser inevitável; a discriminação racial ou étnica pode ser controlada, uma vez que o estereótipo cultural só afetará os julgamentos e decisões dos indivíduos com crenças pessoais igualitárias e democráticas em condições cognitivas desfavoráveis, ou seja, quando faltar motivação ou esforço para a auto-regulação das atitudes.

#### Os objetivos da tarefa e o tipo de priming como moderadores da automaticidade dos estereótipos

Macrae, Bodenhausen, Milne, Thorn e Castelli (1997) apresentam evidência empírica de que nem sempre o encontro com um membro de um grupo minoritário desencadeia um processo de estereotipia. Os autores utilizam fotografias de homens e mulheres como priming. Numa primeira condição os participantes vêem as fotografias apenas com o objetivo de identificar um objeto na foto (detecção). Numa segunda condição os participantes deveriam indicar se o objeto visto na foto era animado ou inanimado (julgamento semântico). Finalmente, na terceira condição os participantes deveriam apenas indicar se haviam visto algo na foto, sem especificarem o quê (exposição). O objeto apresentado nas fotos era uma boneca branca. A variável dependente foi medida numa tarefa posterior, enquanto latência de resposta numa tarefa de decisão lexical formada por palavras estereotípicas ou contra-estereotípicas das mulheres. Os resultados indicam que na condição de julgamento semântico houve maior facilitação na percepção de palavras estereotípicas associadas à categoria "mulheres", do que nas outras duas con-



dições. Os autores concluem afirmando que apenas quando o objetivo é uma tarefa de julgamento é que a ativação automática dos estereótipos acontece.

Outros estudos verificam que a automaticidade dos estereótipos depende do tipo de priming utilizado nas pesquisas. Lepore e Brown (1997) demonstram experimentalmente que quando aspectos negativos dos estereótipos dos grupos são utilizados como priming, indivíduos muito e pouco preconceituosos não diferem na ativação automática do seu preconceito. Entretanto, quando o priming utilizado é a categoria racial, os indivíduos menos preconceituosos apresentam menor ativação automática do que os mais preconceituosos.

## **Os moderadores relativos a fatores contextuais ou às imagens sociais dos grupos**

Neste ponto analisaremos alguns moderadores da automaticidade dos estereótipos e do preconceito que se referem à criação de imagens sociais positivas ou contra-estereotípicas dos grupos alvo de preconceito e aos efeitos da produção de contextos estereotípicos positivos e negativos na ativação automática dos estereótipos e ao treino multicultural contra-estereotípico.

### **O contexto como moderador da automaticidade dos estereótipos**

Além dos já referidos moderadores, podemos pensar que a situação de encontro com um membro de um grupo minoritário pode ser um importante moderador da ativação automática. Com efeito, depois de 11 de Setembro de 2001 encontrar um Árabe, tipicamente vestido, dentro de um avião pode ser muito mais eficaz na ativação automática dos estereótipos dos árabes do que encontrá-lo numa praia.

Wittenbrink, Judd e Park (2001a), utilizando uma noção similar de contexto social, realizam dois experimentos a fim de demonstrar que o tipo de contexto ou situação de percepção intergrupar também pode influenciar a ativação automática dos estereótipos. No experimento 2, utilizando o paradigma de Fazio et al. (1995) como medida de atitudes raciais implícitas, os autores, introduzem como priming, numa amostra de americanos brancos, negros e asiáticos, fotos de pessoas negras em cenas estereotípicas positivas (e.g., um negro numa igreja) e em cenas estereotípicas negativas (e.g., o mesmo negro numa rua escura). Os resultados indicam que o prime estereotípico negativo produziu facilitação dos estereótipos associados aos negros, de maneira análoga à facilitação encontrada por Fazio et al. (1995). Entretanto, o prime estereotípico positivo não apenas inibiu a ativação automática como produziu maior facilitação na percepção de palavras positivas do que negativas.

## As expectativas contra-estereotípicas e o treino multicultural como moderadores da automaticidade dos estereótipos

Blair e Banaji (1996) realizam 4 estudos a fim de demonstrar que a ativação automática dos estereótipos não implica necessariamente em respostas estereotípicas. As autoras, utilizando uma estratégia de priming semântico, verificam, nos experimentos 1 e 2, que as associações de nomes femininos com traços estereotípicos das mulheres (e.g., dependent-Jane) e as associações de nomes masculinos com traços estereotípicos dos homens (e.g., hostile-Jack) são reconhecidas por estudantes universitários americanos, de ambos os sexos, mais rapidamente que as associações contra-estereotípicas (e.g., hostile-Jane, dependent-Jack). No entanto, nos experimentos 3 e 4 as autoras introduzem uma manipulação nos estereótipos através de duas instruções: uma estereotípica e outra contra-estereotípica. A instrução estereotípica consistia em informar aos participantes que se a primeira palavra que vissem na tela do computador fosse um traço do estereótipo masculino (e.g., ambitious) então os participantes poderiam esperar um nome masculino logo em seguida. De igual maneira, os traços do estereótipo feminino precederiam os nomes femininos. Na estratégia contra-estereotípica a instrução era invertida, se o primeiro estímulo fosse um traço do estereótipo masculino então o nome que apareceria logo em seguida seria um nome feminino. Os resultados indicam que na condição de ativação contra-estereotípica a ativação automática dos estereótipos foi anulada, embora tenha permanecido forte na condição estereotípica.

Blair, Ma e Lenton (2001) desenvolvem esta perspectiva. De acordo com estas autoras é a criação de imagens mentais contra-estereotípicas que pode inibir a ativação automática. Em 5 experimentos as autoras investigam a criação voluntária de uma representação mental de uma pessoa na ativação automática dos estereótipos de gênero. Primeiramente, Blair et al. (2001, experimentos 1, 2, 3 e 4) solicitam à metade dos participantes que pensem sobre como é uma mulher forte<sup>8</sup>, o que ela faz, o que ela gosta de fazer. Na condição neutra, a outra metade dos participantes deve pensar sobre como seriam férias no Caribe, que lugares poderiam visitar lá, etc. As atitudes implícitas são medidas através de um teste de associações implícitas (IAT de Greenwald, McGhee & Schwartz, 1998). Os resultados indicam que os participantes na condição experimental (imagem mental contra-estereotípica) produzem menor ativação dos estereótipos de gênero do que os da condição neutra ou controle.

Noutra perspectiva, Dasgupta e Greenwald (2001), demonstram que fazer os participantes pensarem sobre pessoas negras admiradas pode reduzir a ativação automática. Para testar esta idéia os autores analisam se a exposição dos participantes a

exemplares de negros americanos admirados (e.g., o ator Denzel Washington) e de brancos (e.g., o ator Tom Hanks), e a exemplares não apreciados de negros (e.g., o pugilista Myke Tyson) e de brancos (e.g., o assassino Jeffrey Dahmer) afeta a ativação automática dos estereótipos em americanos brancos (caucasianos e asiáticos). As fotos dos exemplares eram apresentadas na primeira fase do experimento acompanhadas por descrições sobre o que eles (os exemplares) haviam realizado. Em seguida os participantes começavam a tarefa de associação de coisas prazerosas ou desprazerosas com nomes de pessoas negras ou com nomes de pessoas brancas (ver os procedimentos do IAT em Greenwald et al., 1998). Os resultados indicam que a exposição a exemplares negros positivos reduz a ativação automática dos estereótipos negativos dos negros. O efeito do priming foi medido também 24 horas depois da exposição e os resultados de redução da ativação automática se mantiveram.

Numa perspectiva mais ampla, Rudman, Ashmore e Gary (2001) propõem que a maneira de reduzir a ativação automática dos estereótipos raciais é através da educação multicultural. Rudman et al. (2001, experimentos 1 e 2), dividem os participantes em dois grupos. O primeiro grupo assistiu, durante 14 semanas, a um curso sobre preconceito e conflito ministrado por uma professora negra. O segundo grupo foi formado por estudantes que participaram de um curso sobre um tema não relacionado com preconceito (métodos de pesquisa), também de 14 semanas de duração, ministrado pela mesma professora. As atitudes implícitas foram avaliadas através do IAT (Greenwald et al., 1998), que foi aplicado antes e depois do curso. Os resultados indicam que os participantes que fizeram o curso sobre preconceito e conflito apresentaram uma mudança nas suas atitudes raciais implícitas, no sentido de menor preconceito automático. Ao contrário, os que participaram de cursos não relacionados ao tema aumentaram a negatividade das suas atitudes raciais implícitas.

Kawakami, Dovidio, Moll, Hermsen e Russin (2000) realizam três estudos a fim de demonstrar que a ativação automática dos estereótipos pode ser evitada através do treino. Concretamente, os participantes nesses estudos deveriam, numa primeira fase, responder "não" a itens estereotípicos dos grupos e sim a itens contra-estereotípicos. O pressuposto teórico dos autores é o de que sendo os estereótipos um "mau hábito", adquirido através de associações culturais (ver Devine & Monteith, 1993), o simples ato de produzir uma associação inversa pode reverter a associação cultural dominante. No estudo 1, os participantes, estudantes universitários holandeses, após verem uma foto de um *Skinhead* e de uma pessoa velha, eram solicitados a responderem "sim" para itens contra-estereotípicos e "não" para itens estereotípicos que apreciam logo em seguida. Metade dos participantes foi instruída a dizer sim aos itens contra-estereotípicos das pessoas velhas e não aos

itens estereotípicos deste grupo, e ainda a dizer sim aos itens estereotípicos dos *Skinhead* e não aos contra-estereotípicos (grupo 1). A outra metade recebeu a instrução contrária (treino estereotípico para as pessoas velhas e treino não estereotípico para os *Skinhead*) (grupo 2). Numa fase seguinte a ativação automática dos estereótipos sobre estes dois grupos era medida através de uma tarefa tipo *Stroop*<sup>9</sup>. Os resultados indicam que a tarefa de treino implicou efetivamente em aprendizagem contra-estereotípica. Os participantes do grupo 1 apresentaram ativação automática dos estereótipos dos *Skinheads*, mas não do estereótipo das pessoas velhas. Os participantes do grupo 2 apresentaram padrão inverso de resultados. No estudo 2, Kawakami et al. (2000) replicam os resultados do primeiro estudo e verificam que o efeito de supressão da ativação automática dos estereótipos permanece 24 horas depois do treino. Os autores concluem que a prática e o treino exaustivos podem anular a ativação automática dos estereótipos sobre os grupos.

## Sumário e Críticas

No seu conjunto, os estudos referidos permitem concluir que o preconceito, embora possa ter uma ativação automática, como um "mau hábito", pode ser evitado. Esta conclusão não é, no entanto, consensual a todas as perspectivas de análise.

Bargh (1999), faz uma re-análise dos dados de Blair e Banaji (1996) e demonstra que o efeito de contenção estereotípica encontrado pelas autoras é mais fraco do que o efeito de ativação automática. Além disso, ainda podemos indagar sobre a validade ecológica desses modelos, isto é, sobre a possibilidade de aplicação desses modelos em situações mais reais e concretas de interação social (importante exceção a esta crítica é o modelo proposto por Rudman, Ashmore & Gary, 2001). Aqui, podemos fazer nossas as palavras de Bargh (1999, p. 370), para referirmos a eficácia desses modelos no controle dos estereótipos e do preconceito: "In sum, with this enemies, the cognitive monster doesn't need friends."

Com efeito, não obstante a engenhosidade técnica de vários estudos, podemos nos questionar sobre a possibilidade de aplicação social dos seus resultados. Por exemplo, o estudo realizado por Wittenbrink et al. (2001a), que utiliza situações estereotípicas, tais como um negro numa rua escura ou um negro numa igreja, para produzir ativação automática do preconceito, e estudos como o realizado por Payne (2001), que analisa a associação automática dos negros com armas, e tenta explicar o que se passou no caso Diallo, quando um jovem imigrante negro foi assassinado por 4 policiais brancos numa rua escura de Nova York em 1999, porque os policiais acharam que ele iria sacar uma arma. Estes dois estudos, em conjunto, permitem concluir que provavelmente o que se passou com os policiais

foi uma ativação automática muito forte dos estereótipos raciais, consubstanciada pelo contexto (rua escura) e pela associação dos negros a armas. Entretanto, afora o fato de que os Negros devem freqüentar menos as ruas escuras e irem mais à Igreja, podemos indagar como estes resultados podem ser aplicados em situações mais concretas da vida cotidiana e no combate ao racismo. E nem é preciso ir tão longe. Aqui mesmo no Brasil, recentemente, um Odontólogo negro foi confundido pela polícia de São Paulo com um bandido e executado a queima-roupa.

Parece-nos, portanto, que a ativação e a aplicação dos estereótipos também depende de outras variáveis menos relacionadas com as diferenças individuais ou com re-aprendizagens sociais e mais relacionadas com os interesses e conflitos intergrupais. Estas variáveis são, no nosso entender, as normas sociais e ideologias.

#### **4. As normas sociais como moderadoras da ativação automática do preconceito**

Freud (1921/1970), na sua psicologia do grupo, criticando a possibilidade de o conceito de "sugestão hipnótica" de Gabriel Tarde explicar todo o comportamento das multidões, utiliza uma imagem que pode nos ser útil: "Cristóvão carregava Cristo, Cristo carregava o mundo inteiro; onde, então, Cristóvão apoiava o pé?" (p. 115).

Podemos adaptar esta imagem para o nosso problema: a automaticidade e inevitabilidade dos estereótipos está na base do preconceito, o preconceito está na origem de uma série de conflitos intergrupais, mas o quê está na origem da automaticidade dos estereótipos e do preconceito?

Esta questão, apesar de fundamental, é, como vimos, muito pouco ou nada discutida nos estudos sobre a ativação automática dos estereótipos (exceção importante é o modelo dissociativo de Devine, 1989). Para tentar responder a esta questão, primeiramente, devemos problematizar a sua origem e em seguida questionar a universalidade das suas conseqüências.

Na nossa perspectiva, consideramos que determinadas necessidades de justificação da relações intergrupais interferem sobre a "automaticidade" e sobre a expressão dos processos associados aos estereótipos e ao preconceito. De tal modo, se para Freud e a perspectiva psicanalítica era sobre a libido que a sugestão hipnótica das multidões punha os pés, para nós, numa perspectiva psicossocial, é sobre as ideologias e as normas sociais que a "automaticidade" e os seus moderadores intrapsíquicos se estabelecem.

As nossas crenças e atitudes, sejam elas implícitas ou explícitas, são construídas socialmente pelas normas culturais. De modo que, como afirma Allport (1954), é a cultura que fornece uma versão social para os processos automáticos. Sendo assim,

determinadas normas sociais ou ideologias, tais como a da igualdade e da tolerância, podem motivar a inibição de respostas automáticas; ao passo que outras normas sociais, como o individualismo e a competição podem alimentar e fortalecer o monstro.

## **Normas sociais, processos automáticos e preconceito: Evidências empíricas**

A literatura dominante em psicologia sobre o processo de estereotipia afirma que uma variedade de fatores psicológicos desempenha papel importante nas manifestações cognitivas e comportamentais dos vieses estereotípicos. Estes fatores atuam como moderadores entre a categorização e a estereotipia. Os moderadores mais importantes na literatura, como já vimos, referem-se à variáveis intraindividuais, especificamente a atenção e a motivação.

Entretanto, outros autores têm destacado o papel das normas sociais, concretamente da norma igualitária, no controle dos estereótipos. Nesta linha, Bodenhausen e Macrae (1998) formulam um modelo de acordo com o qual a criação de um "auto-motivo" para ser igualitário pode produzir inibição da ativação automática dos estereótipos. Estes autores consideram a noção de "controle hierárquico" possibilita uma modulação auto-regulatória dos estereótipos. De outra maneira, seguindo este modelo, o objetivo de não estereotipar um novo vizinho (um objetivo subordinado) pode surgir porque existe um conjunto de valores igualitários que afirmam que todas as pessoas devem ser tratadas como indivíduos (objetivo supraordenado). Este seria o caso de um controle hierárquico (de um nível menos inclusivo para um nível mais inclusivo) atuando como processo inibitório da aplicação dos estereótipos.

Este modelo recebe suporte empírico. Moskowitz, Gollwitzer, Wasel e Schaal (1999), considerando que existe um auto-motivo para se mostrar igualitário nas pessoas, e que este auto-motivo pode operar a nível pré-consciente na supressão da ativação automática dos estereótipos, realizam três estudos, dos quais nos detemos apenas no terceiro por estar mais relacionado com os objetivos deste trabalho.

Moscowitz et al. (1999) dividem os participantes, estudantes alemães de sexo masculino, em dois grupos, os "cronicamente igualitários" e os "não cronicamente igualitários". Esta divisão foi feita da seguinte forma. Primeiro os participantes responderam a uma escala tipo diferencial semântico, em seguida tomaram parte numa tarefa de distração, para após isto completarem um questionário que induzia uma experiência de desconforto (incompleteness no original) para sujeitos igualitários, isto é, foram levados a darem respostas estereotípicas sobre as mulheres. O indicador de pressão igualitária foi medido através do número de respostas compensatóri-

as expressas pelos participantes quando, na terceira fase, responderam novamente a uma escala tipo diferencial semântico sobre as mulheres. Os participantes que demonstraram mais respostas compensatórias (exageradamente não preconceituosas) foram classificados como "cronicamente igualitários" e os que esboçaram poucas respostas compensatórias foram classificados como "não cronicamente igualitários". Em seguida os participantes foram informados que tomariam parte num estudo sobre os efeitos da percepção de fotografias na capacidade de leitura. Eles viam fotografias de homens ou de mulheres, famosos ou anônimos, que apareciam num monitor de computador, e em seguida deviam ler em voz alta uma palavra que aparece logo depois da fotografia. As palavras utilizadas foram itens dos estereótipos das mulheres, dos homens e itens não estereotípicos. Outra variável independente foi o intervalo de exposição das palavras (200 milésimos de segundos ou 1,5 segundo). A variável dependente foi o tempo que os participantes demoraram a pronunciar cada palavra. Os resultados indicam que o priming produz facilitação na leitura dos estereótipos relacionados. Mas este efeito se verifica apenas para os participantes "não cronicamente igualitários". Os "cronicamente igualitários" não apresentaram o efeito clássico de facilitação dos estereótipos. Estes resultados são consistentes tanto para o processo automático de ativação dos estereótipos (i.e., 200 ms.), quanto para o processo controlado de supressão (i.e., 1,5 segundos).

Goodwin, Gubin, Fiske e Yzerbyt (2000) demonstram que o estatuto dos grupos ("poder") interfere na formação de impressões. Indivíduos colocados em grupos de alto estatuto tenderam a prestar mais atenção às informações estereotípicas do que outros colocados em grupos de baixo estatuto (sem poder). No entanto, este padrão de resultados só se verifica para os participantes que não foram estimulados ou ativados pelos valores da igualdade. Na condição de priming igualitário ocorre uma maior atenção na formação de impressões e esta é mais individualizadora ou menos estereotípica. Goodwin e colaboradores (2000) concluem afirmando que a ativação de valores igualitários pode encorajar a individualização na formação de impressões e, assim, controlar ou mesmo inibir a estereotipia. Por outro lado, o estatuto social elevado (poder) motiva os indivíduos a formarem impressões que preservam os estereótipos associados às categorias.

## Considerações finais

Neste capítulo pretendemos analisar os processos automáticos de estereotipia e preconceito. Vimos que a principal preocupação da maioria dos estudos apresentados é a de provar o carácter ubíquo da ativação automática dos estereótipos, seja de gênero seja racial. Outros estudos, ainda que em menor número, procuram analisar mecanismos de inibição ou anulação da ativação automática do precon-

ceito. No entanto, comum a todos os estudos apresentados e a toda a perspectiva de análise dos processos automáticos associados ao preconceito, de maneira geral, é a crença na imanência da ativação automática. Tanto que, mesmo os estudos que afirmam a possibilidade de controle da ativação automática supõem, obviamente, a existência e a onipresença da automaticidade.

Alguns estudos salientam a importância da igualdade como norma social responsável pelo controle dos processos automáticos associados ao preconceito e como possível arma contra o "monstro cognitivo". Entretanto, poucas análises têm incidido sobre que norma social engendra e alimenta o monstro.

Considerando a automaticidade como resultado de encadeamentos de redes associativas de idéias que representam os grupos minoritários como anexados a imagens sociais negativas, e que estas mesmas imagens cumprem função de justificar e naturalizar a situação destes grupos, cabe indagar não apenas pelos mecanismos que evitam a automaticidade, mas principalmente pelos mecanismos (ideológicos, normativos e políticos) que produzem em larga escala estas redes associativas. Pensamos que este é um ponto importante a ser considerado em investigações futuras.

Para finalizar, podemos lembrar uma canção que aparece no "Mercador de Veneza", que pensamos resume muito bem tudo aquilo que tentamos dizer aqui, ou seja, o modo como a ativação automática dos estereótipos resulta muito mais de produções sociais e ideológicas externas do que de mecanismos da funcionalidade cognitiva:

*"Onde nasce a fantasia?  
No coração, na cabeça?  
Como se gera e se nutre?  
Responde, responde.  
É concebida nos olhos,  
De olhares nutre-se e morre  
No berço mesmo onde jaz.  
À morte dela dobremos.  
Eu começo: blan, blen, blão!<sup>101</sup>*

## Notas

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer os comentários e sugestões da Professora Teresa Garcia-Marques, da Universidade de Lisboa e da Professora Isabel Correia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Este trabalho é uma versão de um dos capítulos da Tese de Doutorado do primeiro autor, sob a orientação do Prof. Jorge Vala, defendida a 31 de Janeiro de 2003, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal).



<sup>2</sup> “The category saturates all that it contains with the same ideational and emotional flavor.” (Allport, 1954/1979, p. 21).

<sup>3</sup> Grifo nosso.

<sup>4</sup> “It would be nice if the stereotypes were found not to be activated automatically. It would be nice if, failing that and stereotypes were found to be automatically activated, then it was found that an individual could prevent this activation by having conscious, counterstereotypic expectancy. It would be nice if, even automatic activation could not be shown to be prevented in this (or any other) way, individuals were found to be indeed cognizant of the possibility of being nonconsciously influenced, and when aware of that influence, to have the motivation and the time to effortfully control it. And it would be nice if, even if all these propositions failed and stereotypes shown to be automatically activated and to affect perceptions of and behavior toward a member of a minority group, this influence was still found to be benign because the group stereotype was a demonstrably accurate portrait of the target individual.

All of this would indeed be nice – if it was true. But the relevant research evidence largely contradicts this rosy picture.” (Bargh, 1999, p. 366)

<sup>5</sup> “The term ‘priming’ refers to a technique developed to study how context influences performance; the technique involves the measurement of responses to a second (target) stimulus as a function of its relation to a first stimulus (the prime). The prime thus serves as a context for the target” (Humphreys, 1990, p. 281)

<sup>6</sup> *Prime* se refere ao estímulo específico, independentemente do seu efeito, que é utilizado num procedimento de *priming*. Por exemplo, fotografias, palavras, etc.

<sup>7</sup> Para uma ampliação das idéias originais de Allport (1954), ver também Tajfel (1981) e mais recentemente Jost e Banaji (1994).

<sup>8</sup> Segundo as autoras, pelo fato de o estereótipo dominante das mulheres concebê-las como sensíveis e afetuosas e o dos homens concebê-los como fortes e assertivos, colocar os participantes para pensarem numa mulher forte produz uma imagem contra o estereótipo feminino (imagem contra-estereotípica).

<sup>9</sup> Ver Correia (2001) para uma descrição deste procedimento.

<sup>10</sup> Shakespeare, William (1564-1616). *O mercador de Veneza*. Rio de Janeiro: Victor Civita, 1981, p. 330.

## Referências

Allport, G.W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison-Wesley.

Amâncio, L.B.Q. (1989). Factores psicossociológicos da discriminação da mulher no trabalho. *Dissertação de Doutorado não publicada*. Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- Banks, R.R., & Eberhardt, J.L. (1998). Social psychology processes and the legal bases of racial categorization. In J.L. Eberhardt, & S.T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: the problem and the response* (pp. 54-75). Londres: SAGE.
- Bargh, J.A. (1989). Conditional automaticity: varieties of automatic influence in social perception and cognition. In J.S. Uleman & J.A. Bargh (Eds.), *Unintended thought* (pp. 3-51). Nova York: Guilford Press.
- Bargh, J.A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In R.S. Wyer & T.K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition* (2ed. Vol. 1). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bargh, J.A. (1996). Automaticity in social psychology. In E.T. Higgins & A.W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles* (pp. 169-183). Nova York: Guilford Press.
- Bargh, J.A. (1999). The cognitive monster: The case against the controllability of automatic stereotype effects. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual-processes theories in social psychology* (pp. 361-382). NY: The Guilford Press.
- Bargh, J.A., & Chartrand, T.L. (1999). The unbearable automaticity of being. *American Psychologist*, 54, 462-479.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Blair, I.V., & Banaji, M.R. (1996). Automatic and controlled processes in stereotyping priming. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 6, 1142-1163.
- Blair, I.V., Ma, J.E., & Lenton, A.P. (2001). Imagining stereotypes away: the moderation of implicit stereotypes through mental imagery. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 828-841.
- Bodenhausen, G.V., & Macrae, C.N. (1998). Stereotype activation an inhibition. In R.S. Wyer, Jr. (Ed.), *Stereotype activation and inhibition: Advances in Social Cognition* (Vol. 11, pp. 1-52). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Brewer, M.B. (1988). A dual process model of impression formation. In T.K. Srull & R.S. Wyer, (Eds.), *Advances in Social Cognition*, Vol. 1, Nova Jersey: Hillsdale, pp. 1-36.
- Correia, I. (2001). Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária. *Dissertação de doutoramento não publicada*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Dasgupta, N., & Greenwald, A.G., (2001). On the malleability of automatic attitudes: combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 800-814.
- Devine, P.G. & Monteith, M.J. (1993). The role of discrepancy-associated affect in

prejudice reduction. In D.M. Mackie & D.L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: interactive processes in intergroup perception* (pp. 317-344). San Diego, CA: Academic Press.

Devine, P.G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 1, 1-18.

Devine, P.G. (2001). Implicit prejudice and stereotyping: how automatic are they? Introduction to special section. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 757-759.

Dovidio, J.F. (2001). On the nature of contemporary prejudice: the third wave. *Journal of Social Issues*, 57, 829-849.

Dovidio, J.F., Kawakami, K., Johnson, C., Johnson, B., & Howard, A. (1997). On the nature of prejudice: automatic and controlled process. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 510-540.

Fazio, R.H., Jackson, J.R., Dunton, B.C., & Williams, C.J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: a Bona Fide Pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 1013-1027.

Fiske, S.T. (1980). Attention and weight in person perception: the impact of negative and extreme behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 889-906.

Fiske, S.T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In: D.T. Gilbert, S.T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (4<sup>th</sup> ed., Vol. 2, pp. 357-411). Nova York: McGraw-Hill.

Fiske, S.T. (2000). Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30, 299-322.

Fiske, S.T., & Neuberg, S.L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. In M.P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp 1-74). New York: Academic Press.

Fiske, S.T., & Taylor, S. (1984). *Social Cognition*. New York: Random House.

Freud, S. (1921/1970). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1<sup>a</sup> Edição.

Gaertner, S.L., & Mclaughlin, J.P. (1983). Racial stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristic. *Social Psychology Quarterly*, 46, 23-30.

Garcia-Marques, L. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 121-132). Oeiras: Celta.

Garcia-Marques, T. (1998). The mind needs: The mood-as-regulation-mechanism hypothesis as an explanation for the impact of mood processing. *Dissertação de*

*Doutoramento não publicada.* Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Gilbert, D.T., & Hixon, J.G. (1991). The trouble off thinking: activation and application of stereotypes beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 509-517.

Goodwin, S.A., Gubin, A., Fiske, S.T., & Yzerbyt, V.Y. (2000). Power can bias impression processes: Stereotyping subordinates by default and by design. *Group Processes and Intergroup Relations*, 3, 227-256.

Greenwald, A.G., & Banaji, M.R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4-27.

Greenwald, A.G., McGhee, D.E., & Schwartz, L.K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464-1480.

Hamilton, D. (1981). Cognitive representations of persons. In E. Higgins, C. Herman, & M.P. Zanna (Eds.), *Social Cognition*. The Ontario Symposium on Personality and social Psychology (Vol. I). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Hopkins, N., Reicher, S., & Levine, M. (1997). On the parallels between social cognition and the "new racism". *British Journal of Social Psychology*, 36, 305-339.

Humphreys, G.W. (1990). 'Priming'. In M.W. Eysenck (Ed.), *The Blackwell Dictionary of Cognitive Psychology* (pp. 281-283). Londres: Blackwell.

Jost, J.T., & Banaji, M. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.

Kawakami, K., Dovidio, J.F., Moll, J., Hermsen, S., & Russin, A. (2000). Just say no (to stereotyping): Effects of training in the negotiation of stereotypic associations on stereotype activation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 871-888.

Kunda, Z. (1999). *Social cognition: Making sense of people*. (Cambridge, MA: MIT Press)

Lepore, L. & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 275-287.

Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Nova York: Harcourt Brace.

Macrae, C.N., Bodenhausen, G.V., Milne, A.B., Thorn, T.M.J., & Castelli, L. (1997). On the activation of social stereotypes: The moderating role of processing objectives. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 471-489.

Marques, J., & Páez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*, 4ª ed, (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Monteith, M.J. (1993). Self-regulation of prejudiced responses: implications for progress in prejudice reduction efforts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 469-485.

- Moskowitz, G.B., Gollwitzer, P.M., Wasel, W., & Schaal, B. (1999). *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 167-184.
- Neuberg, S.L., & Fiske, S.T. (1987). Motivational influences on impression formation: outcome dependency, accuracy-driven attention, and individuating processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 432-444.
- Payne, B.K. (2001). Prejudice and perception: the role of automatic and controlled processes in misperceiving a weapon. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 181-192.
- Perdue, C.W., Dovidio, J.F., Gurtman, M.B., & Tyler, R.B. (1990). Us and them: social categorization and the process of intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 475-486.
- Pereira, M.E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: EDU.
- Posner, M.I., & Snyder, C.R.R. (1975). Attention and cognitive control. In R.L. Solso (Ed.), *Information Processing and Cognition: The Loyola symposium* (pp. 55-85). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rudman, L.A., Ashmore, R.D., & Gary, M.L. (2001). "Unlearning" automatic biases: the malleability of implicit prejudice and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 856-868.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Wilkes, A.L. (1963). Classification and quantitative judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.
- Taylor, S.E. (1981). The interface of cognitive and social psychology. In J. Harvey (Ed.), *Cognition, social behavior, and the environment* (pp. 189-211). Hillsdale: Erlbaum.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wegner, D.M., & Bargh, J.A. (1998). Control and automaticity in social life.. In D.T. Gilbert, S.T. Fiske e G. Lindsey (Eds.). *Handbook of Social Psychology*, (pp. 446-496) 4<sup>a</sup> ed, Vol. 2, New York, McGraw-Hill.
- Wetherell, M. (1996). Group conflict and the social psychology of racism. In M. Wetherell (Ed.), *Identities, Groups, and Social Issues* (pp 175-238). London: SAGE.
- Wittenbrink, B., Judd, C.M., & Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Wittenbrink, B., Judd, C.M., & Park, B. (2001a). Spontaneous prejudice in context variability in automatically activated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 815-827.

Wittenbrink, B., Judd, C.M., & Park, B. (2001b). evaluative versus conceptual judgments in automatic stereotyping and prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37, 244-252.

Yzerbyt, V.Y., Coull, A., & Rocher, S.J. (1999). Fencing Off the Deviant: The Role of Cognitive Resources in the Maintenance of Stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 449-462.

### **GRUPOS SOCIAIS E PERFORMANCE INTELLECTUAL: O EFEITO DA AMEAÇA DOS ESTEREÓTIPOS**

*Marcos Emanuel Pereira*

A preocupação com a influência dos grupos na performance individual não é nova na psicologia. Um dos primeiros estudos experimentais da psicologia social, conduzido por Norman Triplett (1897), investigou a influência exercida por outras pessoas no sentido de facilitar ou favorecer a expressão de respostas individuais. Os resultados desses e de estudos semelhantes apresentavam evidências bastante controversas, ora apontando para o efeito facilitador da presença de outras pessoas, no que passou a ser conhecido na literatura por facilitação social, ora indicando o efeito inibidor do grupo sobre a performance, expresso através do conceito de vadiagem social (*social loafing*). Atualmente, observa-se uma clara intensificação do interesse na investigação de alguns elementos psicossociais que interferem na performance individual<sup>1</sup>, sendo especialmente significativo um conjunto de pesquisas voltadas para a identificação da forma pela qual as representações estereotipadas interferem na performance intelectual.

As evidências, fundamentadas em resultados obtidos por pesquisadores vinculados a diversas tradições de investigação, longe de serem conclusivas, procuram explicar as discrepâncias na performance intelectual entre os membros das várias categorias sociais a partir de dois tipos de fatores: a herança genética e as pressões ambientais.

Uma das primeiras formulações da tese da herança encontrou expressão nos trabalhos desenvolvidos pelos frenologistas, a partir do impulso das pesquisas iniciais de Franz Joseph Gall [1758-1828] e Johann Gaspar Spurzheim [1776-1832], nas quais se postulava uma correlação entre o tamanho do cérebro e a manifestação da inteli-

gência, derivando-se daí a crença de que as raças poderiam ser hierarquizadas de acordo com o tamanho do cérebro ou o volume da caixa craniana. Da mesma forma, Charles Darwin [1809-1882], em *A Descendência do Homem*, sustentava que as raças diferiam em vários aspectos, inclusive no plano intelectual (Darwin, 1874). Gobineau [1816-1882], no ensaio sobre a desigualdade das raças humanas postulava, a partir do pressuposto de uma hierarquia entre as raças, a idéia de uma raça nórdica pura, denominada ariana, atribuindo o declínio da civilização ocidental ao casamento inter-racial (Rohmann, 1999). Alguns autores, a exemplo dos conhecidos psicólogos Francis Galton [1822-1911] e Lewis Terman [1877-1956], sustentavam a idéia de que as diferenças de performance entre indivíduos das varias raças deveriam ser explicadas por meio de influências biológicas, especialmente aquelas que se manifestavam numa dimensão genética (Galton, 1865). Um argumento favorável a este ponto de vista se sustentava na presumida constatação, obtida durante a aplicação em massa de testes de inteligência em soldados norte-americanos, durante a primeira guerra mundial, de que recrutas negros apresentavam em média 15 pontos a menos que os soldados brancos nos testes de avaliação do quociente de inteligência.

Estudos contemporâneos comparativos, realizados com os testes de QI (Lynn, 1991), sugerem que os asiáticos apresentam um resultado um pouco mais alto do que os obtidos pelos brancos, que por sua vez apresentam uma performance melhor do que os negros. De fato, existem mesmo diferenças na performance intelectual entre as pessoas de etnias, classes ou gêneros distintos? E se elas existem, podem ser explicadas por meio de referências aos fatores inatos?

Os argumentos favoráveis a uma interpretação genética das diferenças raciais na inteligência foram desenvolvidos por autores como Arthur Jensen e Hans Jürgen Eysenck [1916-1997], sustentando-se, sobretudo, em uma interpretação fortemente hereditária da inteligência e nas dificuldades em se apresentar explicações ambientalistas para tais diferenças. Os argumentos dos que defendem esta posição se sustentam em três grandes linhas de raciocínio: 1) a consistência dos resultados dos testes de inteligência entre os membros de uma mesma raça, mesmo que os seus membros estejam geograficamente distantes; 2) as diferenças apresentadas por membros de raças distintas em testes mais sofisticados, que envolvem a mensuração de tempo de resposta e o mapeamento cerebral; e 3) considerações sobre as contribuições apresentadas por povos de background raciais distintos para a humanidade como um todo (Lynn, 1991).

Os ambientalistas, por sua vez, explicavam tais diferenças levando em considerações argumentos que ora apontavam para a falta de validade dos instrumentos, ao considerarem que os testes de avaliação da inteligência apresentavam vieses que tornavam os resultados dos negros inferiores aos dos apresentados pelos bran-



cos, ou sugeriam que um longo passado de discriminação, as péssimas condições sociais, econômicas, educacionais e culturais, assim como um legado secular de escravidão, seria suficiente para explicar as diferenças apresentadas na performance de brancos e negros nos testes de inteligência.

Um dos principais argumentos, comum entre vários autores de orientação ambientalista, assenta-se no entendimento de que a idéia de raça foi moldada durante séculos por forças como o imperialismo, o colonialismo, a escravidão, e que nos dias atuais qualquer tentativa de interpretar cientificamente diferenças raciais na performance intelectual nada representa além da manifestação de uma espécie de racismo científico, desposado, em especial, por antropólogos, psicólogos<sup>2</sup> e biólogos, que incapazes de refletirem sobre os vieses ideológicos a que se encontram sujeitos, defendem idéias racistas, sem se darem conta da natureza preconceituosa das suas asserções pretensamente científicas.

Muitos trabalhos evidenciaram o efeito de fatores psicossociais, tais como as expectativas ou crenças, na performance intelectual de indivíduos vinculados a determinados grupos sociais. O conhecido trabalho de Rosenthal e Jacobson (1968) identifica o efeito da expectativa do professor na performance intelectual dos estudantes. Jacobs e Eccles (1992) evidenciaram que a percepção das mães sobre as capacidades matemáticas de meninos e meninas influenciam a maneira pela qual os seus filhos passam a avaliar as suas próprias habilidades.

#### A idéia de ameaça do estereótipo

A noção de ameaça do estereótipo assenta-se em duas linhas essenciais de argumentos, que podem ser expressas a partir de dois blocos de proposições. Em primeiro lugar,

- I. X acredita que pertence ao grupo Y
- II. X sabe que o grupo Y é alvo do estereótipo negativo N,
- III. nas circunstâncias em que realizar uma tarefa T, relacionada com N, a performance de X, mensurada por um instrumento I, sofrerá uma redução detectável;

Conseqüentemente,

- IV. Para afastar a ameaça do estereótipo N, X se convence de que não deve se preocupar com a tarefa T, desvalorizando-a,
- V. X afasta o temor de confirmar o estereótipo N, mas se obriga a não despende os esforços necessários para melhorar a performance na tarefa T, mensurada pelo instrumento I,
- VI. O que leva à confirmação do estereótipo N sobre o grupo Y

Estes dois blocos de proposições configuram os dois conceitos básicos da teoria, a ameaça do estereótipo e a des-identificação. Tentemos compreender estas idéias em uma dimensão qualquer, a performance esportiva, por exemplo. Imagine que X seja o terceiro homem do meio de campo, o cérebro da equipe, aquele tipo de atleta que quase todo time de futebol sente falta, mas sabe que no nosso país jogadores negros são razoáveis na zaga, bons para as laterais e para o desarme no meio de campo, excelentes na ponta e geniais no ataque, mas que para jogar de terceiro homem de meio de campo, como ele quer jogar, tem de ser mesmo branco (Alguém já viu mesmo um terceiro homem de meio de campo negro de sucesso no futebol brasileiro?) A teoria postula que ao entrar em campo, a performance de X (parodiando os antigos locutores de futebol) será bisonha, já que ele está impedido de ser um destacado terceiro homem de meio de campo, porque apenas os brancos sabem jogar como terceiro homem de meio de campo. Conseqüentemente, para afastar a ameaça de que não será um bom jogador, X não se esforça tanto quanto devia, encontrando desculpas para a sua péssima performance, o que o tranquiliza em relação ao estereótipo, mas definitivamente o impede de se transformar em um destacado terceiro homem de meio de campo. Em conseqüência, X procura uma outra posição onde goste de jogar e possa atuar bem, talvez a meia-esquerda, o que confirma o estereótipo de que os negros não podem jogar de terceiro homem no meio de campo.

É necessário, no entanto, diferenciar o conceito de ameaça do estereótipo da idéia mais difusa que sugere uma espécie de vulnerabilidade racial. Tal tese, expressa inicialmente por Allport (1962), e desenvolvida em muitos trabalhos posteriores, sugere que, por passarem toda a vida expostos à crença que pertencem a um grupo inferior em termos das suas capacidades intelectuais, os membros da categoria alvo do estereótipo desenvolverão uma ansiedade decorrente dessa inferioridade, o que gera uma tendência a acusar aos outros como fontes dos seus problemas e a deixar de lado as oportunidades que surgem, passando-se a adotar a postura de vítima. Trata-se, portanto, de uma argumentação psicológica, centrada na noção de internalização do sentimento de inferioridade. O conceito de ameaça do estereótipo, ao contrário, insere-se em uma linha de argumentação mais contextual, fazendo referências às ameaças situacionais mais imediatas, derivadas de um amplo compartilhamento das crenças estereotipadas sobre o grupo ao qual se pertence e da ameaça que paira no ar de que o critério de julgamento da performance será antes de tudo as crenças e julgamentos estereotipados.

Existem indícios efetivos a respeito da realidade da ameaça dos estereótipos ou se trata apenas de uma ficção, algo tão fictício quanto o terceiro homem de meio de campo no futebol atual? Consideremos uma área onde tal ameaça pode ser bem

insidiosa, a do rendimento acadêmico. Trabalhos conduzidos por Claude Steele e colaboradores procuram identificar de que forma a ameaça do estereótipo interfere na performance intelectual e acadêmica de estudantes negros matriculados em uma das mais reputadas instituições de ensino superior norte-americana, a Universidade de Stanford. Fundamentalmente, Steele adotou como ponto de partida a idéia que a diferença na performance intelectual de estudantes brancos e negros não reflete unicamente uma melhor preparação prévia dos brancos, uma vez que o desempenho intelectual dos estudantes negros sob a ameaça dos estereótipos mostra-se inferior mesmo nos casos em que eles possuem um grau de preparação equivalente ao dos estudantes brancos.

Argumentos compatíveis com a noção de ameaça dos estereótipos foram desenvolvidos por Irwin Katz durante os anos 60 (citado por Steele e Aronson, 1995). Em um desses estudos foram apresentadas evidências de que os estudantes negros se saíam melhor em um teste de QI quando eles sabiam que os seus resultados seriam comparados com os obtidos em uma amostra de estudantes negros do que quando eles sabiam que os resultados seriam comparados com a amostra de estudantes brancos. Em uma outra pesquisa, os resultados indicaram que estudantes negros se saíam melhor no teste de QI se este fosse apresentado como um teste de coordenação olho-mão, enquanto apresentavam uma performance inferior se esse mesmo teste fosse apresentado como um teste de inteligência.

O que acontece com um estudante, cuja categoria social encontra-se sujeita à ameaça do estereótipo, quando submetido a uma prova intelectual com um alto nível de dificuldade? Ora, se a situação de teste possui algum significado para o estudante, ela passa a ser vista como uma fonte de ameaça à auto-estima, e pode interferir na performance do estudante sob várias formas, como, por exemplo, impedindo-o de identificar as diversas informações para solucionar a questão, direcionando a atenção para um conjunto de preocupações não diretamente relacionadas com a tarefa ou mesmo impondo um excesso de precauções que o impede de prosseguir com a resolução das várias tarefas exigidas para a consecução do teste.

Quais as evidências apresentadas para as suposições de Steele e colaboradores? Os primeiros achados foram apresentados em quatro experimentos publicados no *Journal of Personality and Social Psychology* (Steele e Aronson, 1995). No primeiro deles, participantes brancos e negros dispunham de 30 minutos para resolverem questões bastante difíceis do GRE (Graduate Record Examination). Os participantes das duas etnias foram alocados a três grupos experimentais. No primeiro grupo, o teste foi apresentado como um instrumento para o diagnóstico da capacidade intelectual (condição diagnóstica); no segundo, como uma simples tarefa laboratorial de solução de problemas (condição apenas não-diagnóstica) e no

terceiro grupo, o teste, explicitamente apresentado como dotado de um alto grau de dificuldade, deveria ser entendido como um desafio (condição desafio não-diagnóstica). Com base nessa caracterização, apenas os participantes da condição 1 foram submetidos à ameaça do estereótipo. A performance no teste, uma vez controlada o efeito do nível de habilidade individual, foi a principal medida da variável dependente. Mediante o uso do ANCOVA, e adotando o escore no Scholastic Aptitude Test como fonte de controle da covariância, os resultados apontaram efeitos significativos da condição experimental, com os participantes da condição desafio não-diagnóstica se saindo melhor que os participantes da condição apenas não-diagnóstica e da condição diagnóstica, assim como um claro efeito da etnia, com os estudantes brancos apresentando uma melhor performance que os negros. Afora isso, os resultados apontaram que os participantes negros alocados à condição diagnóstica obtiveram uma performance significativamente mais pobre que os negros alocados à condição apenas diagnóstica e à condição desafio não-diagnóstica, assim como em relação aos brancos alocados à condição diagnóstica.

Não seria a ansiedade de saber que está sendo diagnosticado o principal responsável pela tendência apontada pelos resultados acima descritos? O segundo experimento, usando um procedimento experimental semelhante, procurou avaliar se a ameaça do estereótipo produziu um acréscimo na ansiedade dos participantes, mensurada através da aplicação do Spielberger State Anxiety Inventory (STAI) imediatamente após a realização da tarefa experimental. Os resultados, uma vez mais, confirmaram a tendência anterior, evidenciando que estudantes negros na condição diagnóstica apresentaram uma performance mais reduzida que os participantes da mesma etnia submetidos a uma condição não diagnóstica e do que os brancos na condição diagnóstica e não-diagnóstica. Os resultados, no entanto, não evidenciaram qualquer diferença significativa nos indicadores de ansiedade entre os participantes alocados às diferentes condições experimentais.

Teria sido mesmo o efeito do estereótipo, e não de outra explicação alternativa, o responsável pelo déficit na performance intelectual dos participantes dos dois primeiros experimentos? Um terceiro estudo procurou dirimir tais dúvidas, ao procurar determinar, mediante a adição ao delineamento experimental de um procedimento de completar palavras, originalmente utilizado no conhecido estudo de Gilbert e Hixon (1991) sobre o automatismo na ativação dos estereótipos, se a ameaça do estereótipo efetivamente influenciou a ativação e o processamento dos conteúdos estereotipados. Fundamentalmente, esperava-se, e os resultados favoreceram a hipótese, que os participantes negros, alocados à condição diagnóstica, deveriam evidenciar uma maior ativação dos conteúdos cognitivos associados ao estereótipo do que os participantes negros alocados à condição experimental não diagnóstica.

De fato, as evidências obtidas apontaram que a alocação à condição diagnóstica permitiu que participantes negros completassem um número significativamente maior de palavras racialmente relevantes, o que não se observou no caso dos participantes brancos. Da mesma forma, as evidências também sugeriram que os participantes negros alocados à condição diagnóstica completaram um maior número de palavras racialmente relevantes que os participantes negros alocados à condição não diagnóstica.

Ao contrário dos três experimentos iniciais, nos quais a ameaça do estereótipo era manipulada mediante o uso de instruções explícitas sobre o poder diagnóstico do teste da capacidade intelectual, o último experimento (Steele e Aronson, 1995, experimento 4) procurou avaliar se mesmo uma referência indireta à etnia, sem qualquer alusão a uma pretensa condição diagnóstica, produziria um resultado semelhante aos obtidos nos estudos anteriores. Nesse caso, foi adotado um delineamento experimental fatorial  $2 \times 2$ , sendo a etnia o primeiro fator e o fato da pessoa identificar ou não sua etnia antes de completar a tarefa experimental o segundo fator. Os resultados indicaram que os participantes negros obrigados a registrar a etnia apresentaram resultados mais negativos que os participantes de todas as outras condições, ao mesmo em que apontaram os participantes negros que não registraram a etnia apresentaram uma performance semelhante aos participantes brancos.

Em resumo, a ameaça do estereótipo não se manifesta apenas nos casos em que a pessoa internaliza a inferioridade e passa a apresentar um alto grau de ansiedade, mas sim em todos os membros do grupo alvo, estejam eles explicitamente conscientes de que estão sendo diagnosticados ou simplesmente por meio de uma mera alusão à categoria social a qual pertencem. Uma questão, no entanto, permanece em aberto: será que de fato todos os membros de uma categoria social estão igualmente sujeitos à ameaça do estereótipo? Alguma classe de estudante sofre mais ao se defrontar com esta situação?

Esta questão é particularmente interessante, pois os argumentos da teoria da ameaça do estereótipo parecem suportar o entendimento de que os estudantes academicamente orientados estão mais sujeitos a este tipo de ameaça. Se isto é verdade, deparamo-nos com uma situação no mínimo curiosa. Não custa lembrar que os movimentos de ação afirmativa justificam a defesa das políticas compensatórias em função das imensas desvantagens, produzidas por um longo passado de desigualdade social e discriminação, a que os estudantes de alguns grupos minoritários estão sujeitos. Da mesma forma, uma estudante que deseja seguir uma carreira onde se exige o conhecimento avançado de matemática deve superar uma série de barreiras, principalmente descrenças oriundas muitas vezes no seio da própria fa-

mília, dos amigos, colegas e professores, dada a crença compartilhada de que matemática é coisa de homem e que as mulheres não são boas em matemática. De uma forma irônica, e talvez para confirmar aquele ditado popular de que tragédia pouca é bobagem, são justamente os estudantes negros e as mulheres que conseguem superar essas barreiras e conseguem um bom grau de identificação com o universo acadêmico que se deparam com a dificuldade adicional da ameaça do estereótipo<sup>3</sup>.

Steele (1997) apresenta o resultado de dois experimentos realizados por seu grupo que oferecem suporte empírico a esta suposição. No primeiro, usando um delineamento semelhante aos trabalhos anteriormente descritos, homens e mulheres foram avaliados em questões particularmente difíceis de um teste padrão de matemática e os resultados indicaram uma performance significativamente inferior das mulheres quando comparadas aos homens. Em contrapartida, quando o teste de matemática foi substituído por um teste envolvendo questões avançadas de literatura, a performance das mulheres foi equivalente àquela apresentada pelos homens. Em um segundo experimento, os resultados de homens e mulheres em um teste de matemática com baixo grau de dificuldade não diferiram, o que parece indicar que uma situação menos desafiadora impede a manifestação da ameaça do estereótipo. Em uma investigação correlata, conduzida com uma amostra altamente qualificada de estudantes universitários (experimento 1) ou menos qualificada (experimento 3), Spencer, Steele e Quinn (1999) apresentaram evidências que se a performance das mulheres foi mais baixa que a dos homens em teste de matemática difícil, em um teste mais fácil os resultados de homens e mulheres foram extremamente semelhantes, embora esse efeito desaparecesse nas circunstâncias em que o teste era caracterizado como independente da influência de gênero (experimento 2), o que parece indicar que o déficit na performance é o resultado da situação na qual o teste é aplicado e não de uma falta de habilidade das mulheres com o raciocínio matemático.

Os resultados parecem consistentes no sentido de confirmar um déficit na performance decorrente da presença da ameaça do estereótipo. Um problema, no entanto, persiste: se, de fato, a ameaça se abate indiscriminadamente, face à mera presença de uma crença estereotipada, ela também deve se manifestar em outras categorias, que não os negros ou as mulheres. No contexto norte-americano, homens brancos são bem menos estereotipizados do que as mulheres e os negros. Se forem apresentadas evidências de que a performance dos membros desta categoria social apresenta um declínio em virtude das pressões situacionais inerentes à ameaça do estereótipo, então podemos, em certo sentido, desconsiderar a influência de uma história prévia de estigmatização ou a influência de um sentimento internalizado de inferioridade social.

Aronson, Lustina, Good, Keough, Steele e Brown (1998) apresentaram indícios que oferecem suporte à hipótese de que qualquer pessoa pode apresentar uma performance baixa em um teste intelectual com um grande grau de dificuldade, desde que exista a crença compartilhada de que o déficit na performance é resultado de uma incapacidade inerente ao grupo ao qual ela pertence. Para testar esta hipótese, participantes brancos, altamente habilitados em matemática, foram alocados a dois grupos experimentais. Em um deles, antes da condução da tarefa experimental, um teste com questões de matemática extremamente difíceis, os participantes leram uma série de artigos pretensamente retirados de jornais de grande circulação que se referiam a uma grande diferença na performance matemática de estudantes asiáticos e brancos e eram explicitamente informados sobre as diferenças na performance favoráveis aos asiáticos em relação aos brancos, enquanto no segundo grupo, que funcionou como a condição de controle, não foi oferecida qualquer informação e nem feita qualquer alusão aos estereótipos positivos dos estudantes asiáticos. Em média, no espaço de vinte minutos, os estudantes sujeitos à ameaça do estereótipo resolveram 6.55 questões, enquanto os estudantes na condição controle apresentaram uma média de 9.58 questões respondidas acertadamente. Medidas adicionais sugeriram a ausência de qualquer diferença entre os participantes das duas condições experimentais no nível de ansiedade, no tempo de resposta requerido para a resolução de cada item ou mesmo no reporte do grau de dificuldade dos testes. Em contrapartida, os resultados sugeriram que os participantes da condição de ameaça do estereótipo reportaram um maior esforço na resolução dos itens, o que parece sugerir que o déficit na performance parece ser o resultado do excesso e não da falta de esforço. Um segundo experimento procurou determinar se o grau de identificação com a realização acadêmica no campo da matemática interfere na redução da performance. Os resultados foram bastante claros, no sentido de indicar que os estudantes com um alto grau de identificação com a matemática apresentaram uma significativa redução na performance quando comparados com os estudantes com um grau de identificação apenas mediano. Um padrão semelhante de resultados foi obtido por Bell e Spencer (2002), no contexto específico da ameaça dos estereótipos sobre o desempenho de mulheres no F.E.E. (um exame de habilitação profissional para o exercício da engenharia). Nesse caso, as evidências apontaram que a performance das mulheres foi significativamente pior nas circunstâncias em que deveriam responder questões com um maior grau de dificuldade, não sendo observada nenhum tipo de diferença em relação aos resultados obtidos pelos homens quando as questões possuíam um menor grau de dificuldade.

Um teste ainda mais decisivo, realizado por Leyens, Désert, Croizet e Darcis (2000), oferece suporte ao argumento de que a ameaça do estereótipo é mais

situacional do que propriamente individual ao evidenciar que um grupo usualmente dominante, os homens, apresenta algum déficit na performance quando ameaçado por um estereótipo que não proporciona qualquer experiência de estigmatização, no caso, a deficiência do processamento de informações de natureza afetiva. Nesse caso, homens e mulheres apresentaram resultados bastante semelhantes quando submetidos a uma prova de decisão lexical e a uma outra em que se avaliou a valência das palavras. Apenas na condição em que foi apresentada a ameaça do estereótipo, os homens cometeram uma quantidade maior de erros de avaliação do que os homens não submetidos à ameaça do estereótipo, assim como em relação às mulheres tanto na condição de ameaça quanto na de não ameaça do estereótipo. A partir de considerações sobre os tipos de erros cometidos pelos homens ameaçados pelos estereótipos foi possível constatar uma tendência a identificar de forma imprópria uma palavra sem conotação afetiva, considerando-a afetiva, o que parece indicar que de fato os homens ameaçados pelo estereótipo se esforçaram para se apresentarem como mais afetivos do que eles realmente são. Tais resultados sustentam, de forma ainda mais intensa, o entendimento de que a ameaça do estereótipo é eminentemente situacional.

Se a ameaça do estereótipo possui uma natureza situacional, ela manifestar-se-á em outros domínios de uma forma semelhante ao que ocorre no ambiente acadêmico? Além disso, pessoas de faixas etárias distintas, como, por exemplo, as crianças, também apresentarão uma redução na performance decorrente da ameaça do estereótipo? Ambady, Shih, Kim e Pittinsky (2001), em um engenhoso delineamento que inclui o efeito da identidade cruzada de gênero e étnica, procuraram investigar a suscetibilidade das crianças aos estereótipos. Uma vez mais, o objetivo foi o de determinar a influência da ameaça do estereótipo na performance matemática. Conforme se evidenciou anteriormente, asiáticos, ao contrário das mulheres, são estereotipadamente percebidos como bons em matemática. Qual seria, então, o efeito da ameaça do estereótipo na performance intelectual de meninas asiáticas? Predominaria a identidade de gênero, afetando negativamente a performance ou a identidade étnica, com um conseqüente incremento nos resultados do teste?

O raciocínio básico, no caso, sugere que a depender do tipo de identidade ativada, observar-se-á a manifestação de um estereótipo positivo ou negativo, o que produzirá resultados diferenciados na performance intelectual. Para testar esta hipótese foi conduzido um experimento em que as participantes foram alocadas em três condições experimentais: a ativação da identidade asiática; a ativação da identidade feminina e um grupo controle, em que não era feita qualquer alusão à identidade social. Considerando-se exclusivamente o efeito da condição, pode-se



constatar uma diferença significativa na acurácia do teste matemático, com as crianças alocadas à condição étnica apresentando um resultado melhor que a do grupo controle, que por sua vez alcançou um melhor desempenho que as participantes alocadas na condição gênero. Afora isso, foi observado um efeito do grau de escolaridade e da ativação da identidade na performance intelectual. No caso, os resultados das crianças mais velhas (11 a 13 anos) demonstraram um forte impacto positivo da ativação da etnia e o impacto negativo da saliência do gênero. O mesmo perfil de resultados foi observado nas crianças mais novas (5 a 7 anos de idade). No caso das crianças entre 8 e 10 anos, no entanto, a ativação da identidade de gênero produziu um resultado mais significativo, superando inclusive a condição em que foi ativada a identidade étnica ou no caso do grupo controle.

Qual seria o mecanismo responsável pelo déficit na performance? Quinn e Spencer (2001), analisando os resultados de uma amostra do sexo feminino, constataram que as participantes se saíram pior em uma tarefa de solução de problemas matemáticos quando o enunciado era exposto sob forma verbal, ao mesmo em que apresentaram um resultado equivalente aos homens quando o enunciado do problema era expresso sob a forma algébrica. Este resultado parece colocar em evidência que a performance mais reduzida das mulheres não pode ser considerada como o resultado da ausência de habilidades ou da falta de conhecimento matemático, uma vez que, nesse particular, elas obtiveram um escore semelhante aos obtidos pela amostra masculina. Qual seria, então, o mecanismo responsável por essa baixa performance feminina quando o enunciado do problema é expresso sob a forma verbal? Em um outro experimento, Quinn e Spencer avaliaram as estratégias de codificação adotadas por homens e mulheres, sob condições de alta e de baixa ameaça do estereótipo, para a solução do mesmo tipo de problema e encontraram evidências de que as mulheres em uma condição em que a ameaça do estereótipo era intensa deixavam de encontrar estratégias apropriadas para a solução do problema. Uma possível explicação para as dificuldades encontradas pelas mulheres, nesse caso, pode ser a redução dos recursos cognitivos necessários para um bom desempenho da tarefa experimental decorrente da ameaça do estereótipo. A suposição básica é a de que, ao reconhecer estarem sendo avaliadas de uma forma estereotipada, as mulheres tentam suprimir tais pensamentos e esta tentativa de supressão termina por exigir um grande esforço cognitivo, drenando os recursos necessários para a elaboração das estratégias requeridas para a solução dos problemas matemáticos que lhes são solicitados <sup>4</sup>.

Uma vez que as mulheres atualmente estão ocupando de forma cada vez mais intensa espaços profissionais até então exclusivamente masculinos elas se encontram frente à situação de ser a única mulher em um ambiente masculino. Em

que medida uma situação como essa contribuiria para potencializar o efeito da ameaça do estereótipo? Sekaquaptewa e Thompson (2003) procuraram avaliar o efeito conjunto da ameaça do estereótipo e do fato de ser a única representante do sexo feminino em um ambiente dominado por homens sob a performance pública - um exame oral de matemática - de mulheres. Os resultados indicaram de forma nítida um efeito aditivo de ambos os fatores, pois se a performance das mulheres na condição de ausência da ameaça do estereótipo sofreu uma redução significativa quando elas estavam sozinhas, esta redução da performance foi ainda mais marcante nas circunstâncias em que ameaça do estereótipo e o fato de ser a única mulher na situação se encontravam presentes. É importante assinalar, também, que este efeito aditivo se manifestou de forma nítida independente dos itens requererem uma solução mediante procedimentos computacionais ou por meio de um simples recall.

Uma explicação alternativa para os mecanismos psicológicos atuantes durante a ameaça do estereótipo foi apresentada por O'Brien e Crandall (2003), ao se referirem ao acréscimo no nível de ativação (arousal) como um possível mediador do efeito da ameaça do estereótipo. Nessa linha argumentativa, Ben-Zeen, Inzlicht e Fein (2002) sugerem que a influência da ameaça do estereótipo manifestar-se-ia nas circunstâncias em que ocorresse um incremento no nível de ativação que ultrapassasse um limite ótimo. O argumento central, desenvolvido a partir da teoria fisiológica da ativação de Yerkes-Dodson, sustenta-se na admissão que o desempenho permanecerá ótimo quando a ativação permanecer em um nível intermediário, declinando quando o nível de ativação apresentar tanto um acréscimo quanto um decréscimo. Para testar a influência do nível de ativação na ameaça do estereótipo foi desenvolvido um experimento em que participantes de um grupo ameaçado pelo estereótipo eram informados que no *setting* experimental encontrava-se instalada uma máquina que emitia sons subliminares e que tais sons poderiam introduzir fatores capazes de comprometer a performance intelectual. Os resultados evidenciaram que os participantes na condição de ameaça do estereótipo apresentaram um desempenho significativamente mais reduzido que os participantes na condição de ausência da ameaça do estereótipo, além de indicarem que o efeito de externalização da atribuição da ativação proporcionou um contexto favorável que inibiu a redução da performance do grupo ameaçado pelo estereótipo quando comparado com o grupo que não sofreu tal ameaça.

É possível que fatores, tais como a ansiedade, contribuam para a explicação de diferenças raciais e de gênero na performance intelectual (Osborne, 2001). Brown e Pinel (2003) enfatizam o papel das diferenças individuais e apontam evidências de que os indivíduos cronicamente conscientes de serem objetos do estigma apresentam uma performance pior de que os indivíduos com o resultado mais baixo na

escala de consciência do estigma. Outras alternativas de explicação, entretanto, devem ser consideradas, principalmente as que se referem à distração, quando a atenção direcionada para a realização de tarefas irrelevantes pode deslocar o foco de atenção para um outro tipo de atividade que não a que está sendo avaliada, assim como a expectativa, quando a pessoa desenvolve a crença de que a sua performance será baixa e, por meios de mecanismos tais como a profecia auto-realizadora, passa a contribuir de forma automática ou deliberada para a realização das suas (piores) expectativas.

Existe alguma maneira de reduzir a influência negativa da ameaça do estereótipo? Embora trabalhos anteriores tenham apresentado algumas sugestões, esta questão foi sistematicamente trabalhada por McIntire, Paulson e Lord (2003), em um artigo em que foram apresentados dois experimentos que indicaram que salientar as realizações do grupo alvo parece produzir um efeito significativo na redução dos efeitos negativos da ameaça do estereótipo. No primeiro experimento, as participantes de uma condição foram levadas a acreditar que após a realização do experimento, exclusivamente as mulheres seriam convidadas a participarem de um segundo experimento, levando-as a acreditar que existiam evidências de que as mulheres produziam dados mais confiáveis e válidos e que compreendiam melhor as instruções necessárias para a condução de experimentos psicológicos que os homens. Após essa preparação, as participantes foram submetidas a um teste de matemática, composto por 34 questões extremamente difíceis. Os resultados foram bastante claros no sentido de evidenciar que as mulheres que não foram preparadas apresentaram uma performance significativa mais reduzida que os homens, enquanto as preparadas se saíram bem melhor, apresentando um padrão de desempenho semelhante aos homens. O segundo experimento, que confirmou os resultados do anterior, adotou um procedimento bastante semelhante, desta vez substituindo a referência direta ao sucesso das mulheres nos experimentos psicológicos por uma alusão ao sucesso obtido pelas mulheres nas áreas de negócios, direito, medicina e invenções. Em resumo, os resultados de ambos os experimentos indicam que apenas aludir ao sucesso dos membros de um grupo parece ser suficiente para melhorar o desempenho das pessoas que pertencem a uma categoria submetida à ameaça do estereótipo.

Muitas vezes a resposta à ameaça do estereótipo possui um caráter mais sutil, envolvendo não a des-identificação com a categoria social como um todo e sim uma desengajamento seletivo, levando ao que Pronin, Steele e Ross (2003) denominaram de bifurcação da identidade. O aspecto mais interessante desse fenômeno é que ele impede a des-identificação com o grupo como o todo, permitindo que o membro da categoria social alvo do estereótipo continue a se identificar com o

grupo ao qual valoriza. Estudos nessa linha evidenciaram que mulheres que completaram um número razoavelmente grande de cursos de matemática, ao contrário das que completaram um número pequeno de cursos, desprezaram características fortemente associadas com os estereótipos femininos (flerte, desejo de ter filhos), mas não as características moderadamente associadas com o estereótipo feminino (empatia). Tais resultados sugerem a importância da manutenção da identidade social, pois as mulheres que dedicadas ao campo da matemática podem se desvincular de alguns atributos vistos estereotipadamente como potencialmente perigosos para o sucesso profissional (maquiagem, flertes e maternidade), ao mesmo tempo em que mantém os atributos da identidade social feminina.

Enfim, um último conjunto de questões: o conceito de ameaça do estereótipo possui um estatuto ontológico aceitável ou tudo não passa de um mero artifício característico das investigações conduzidas de acordo com procedimentos experimentais sofisticados? Se forem encontrados padrões semelhantes de resultados em pesquisas realizadas com outros procedimentos de pesquisa, podemos admitir, com um grau de segurança razoável, que esta ameaça não é um fenômeno artificial, produzido exclusivamente pela interferência do ambiente experimental.

Whaley (1998), avaliando os argumentos apresentados por Steele e colaboradores sugere uma série de problemas de validade interna e externa na teoria da ameaça dos estereótipos. Um problema crucial relativo à validade interna refere-se às ameaças “injustificadas” sofridas pelos estudantes durante a aplicação dos testes matemáticos e às conseqüências dessa ansiedade na performance acadêmica. Nessa linha, dois problemas relativos à validade interna se apresentam de imediato: de fato, a ameaça sofrida pelos estudantes é a de ser estereotipizado ou a de ser discriminado? Além disso, seja estereotipização ou discriminação, as preocupações daquele que é alvo da ameaça devem ser consideradas reais ou fantasmáticas? Para Whaley a resposta é simples: a experiência dos afro-descendentes ensina que o racismo é um *stress* crônico e que os seus efeitos são duradouros, o que sugere uma experiência real de discriminação, o que torna, conseqüentemente, a ameaça um problema mais real que imaginário. Um outro problema apontado por Whaley refere-se à motivação do estudante afro-descendente para responder apropriadamente ao teste matemático. O argumento, nesse caso, é o de que os testes são vistos pelos afro-descendentes como um meio de impedir que eles demonstrem as suas verdadeiras habilidades em uma situação de vida real. O problema da validade externa relaciona-se com a dificuldade em generalizar os resultados obtidos com uma amostra de estudantes universitários freqüentadores de universidades de elite para a população negra como um todo, algo particularmente grave no caso das pesquisas de Steele, quando se considera que a amostra de estudantes negros,

freqüentadores da Universidade de Stanford, dificilmente poderia ser representativa da população negra como um todo. Na sua réplica, Steele (1998) procura responder a estes argumentos, sustentando, em primeiro lugar, que a experiência do alvo do estereótipo deve ser qualificada como uma ameaça, na medida em que o alvo interpreta a situação como verdadeiramente ameaçadora. Em relação ao problema do teste como critério para mensuração da performance acadêmica, Steele sugere que os cuidados tomados para descaracterizar o teste como um instrumento de diagnóstico torna o argumento injustificado, sobretudo quando se considera que não se observou qualquer redução na performance no grupo experimental não submetido à ameaça do estereótipo.

Alguma outra teoria não poderia explicar melhor os fenômenos evidenciados pela teoria da ameaça dos estereótipos? Em um experimento que procurou avaliar o poder preditivo da teoria da ameaça do estereótipo (Inzlicht e Ben-Zeev, 2000), contrastando-a com uma hipótese na qual se postula que ser um membro minoritário em um grupo homogêneo majoritário exige um esforço adicional e a um senso de auto-responsabilidade que acaba comprometendo a performance intelectual do indivíduo em vários domínios, enquanto a teoria da ameaça do estereótipo sugere que a performance será comprometida exclusivamente no domínio em que a ameaça do estereótipo paira sobre o grupo. Os resultados favoreceram à teoria da ameaça do estereótipo, pois as mulheres, na presença de um grupo majoritário constituído por homens, apresentaram uma redução na performance exclusivamente no teste de matemática, enquanto não foi encontrada qualquer evidência que indique algum comprometimento do desempenho no teste verbal realizado com um grupo majoritariamente masculino.

Afinal, podem ser encontradas evidências de que outros estudos, desenvolvidos com uma metodologia distinta da abordagem experimental, oferecem suporte à teoria da ameaça do estereótipo? Usando a metodologia do auto-relato Steele, James e Barnett (2002) apresentaram indícios de que estudantes de graduação do gênero feminino, matriculadas em áreas acadêmicas caracterizadamente masculinas, tais como matemática ou engenharia, sentiram-se mais discriminadas do que os demais estudantes, não apenas no plano pessoal, como também em relação à sua categoria social e, de forma consistente, também apresentaram evidências de que freqüentemente se sentiam ameaçadas pelo estereótipo de não serem tão capazes quanto os homens.

Uma forma alternativa de mensurar o efeito da ameaça do estereótipo consiste em determinar os seus efeitos fisiológicos correlatos. Blascovich, Spencer, Quinn e Steele (2001) mensuraram a pressão arterial sanguínea de estudantes brancos e afro-descendentes submetidos ou não à ameaça do estereótipo e encontraram evi-

dências de que o padrão de medida da pressão arterial foi bastantes semelhante entre os estudantes afro-descendentes não submetidos à ameaça do estereótipo e os brancos submetidos e não submetidos à ameaça, mas que os estudantes afro-descendentes submetidos a ameaça do estereótipo apresentaram uma acréscimo considerável nas taxas de pressão arterial e que os valores permaneceram altos algum tempo depois de finalizada a tarefa que estavam executando.

Afinal, qual a consequência da ameaça do estereótipo para os investigadores interessados na questão da avaliação da performance escolar? Em primeiro lugar, por se tratar de uma interpretação situacional dos déficits do desempenho intelectual, o conceito perfila-se ao lado de outras noções que adotam uma interpretação mais positiva da mudança social, pois os déficits porventura presentes não são vistos como inerentes ao indivíduo. Tal visão otimista se manifesta no entendimento de que é possível a adoção de estratégias cujo objetivo seria o desenvolvimento de um ambiente no qual o risco de estereotipização seja menor e os componentes positivos da identidade social possam ser valorizados. Nesse sentido, uma estratégia de intervenção social envolveria a transformação de classes de aula em ambientes seguros, onde os estudantes tenham a confiança de que eles não serão julgados mediante o uso de estereótipos. Claro que são necessárias novas pesquisas para determinar se o ambiente escolar pode ser repensado para evitar este tipo de ameaça e se tais ambientes seguros contribuiriam efetivamente para o sucesso acadêmico do estudante que sofre a ameaça do estereótipo.

Enfim, é necessário que sejamos otimistas, porém cuidadosos, especialmente pais e professores, que devem se disciplinar no sentido de inibir a manifestação de crenças estereotipadas, pois, como sugerem os estudos baseados na ameaça do estereótipo, uma frase, ou mesmo uma palavra, fora de lugar pode causar danos intelectuais para uma pessoa que em outras circunstâncias poderia ter um melhor futuro pela frente.

## Notas

<sup>1</sup> Um dos principais pontos de intersecção entre a psicologia social e a psicologia individual, o conceito de diferenças individuais incorpora elementos como a personalidade, a inteligência, o temperamento e, até mesmo, processos fisiológicos suscetíveis a alguma variação individual na sua expressão. Apesar dessas diferenças, um substrato comum, a noção de medida psicológica, subsume estas diversas noções particularizadas. A tradição psicométrica de investigação possui um passado bastante longo e nos distanciáramos do nosso interesse central se dispuséssemos a discuti-lo de forma mais detalhada. Para além das influências históricas, é importante assinalar que o desenvolvimento do conceito de diferenças individuais sofreu

a influência de duas grandes mudanças sociais: a universalização da educação, ocorrida a partir do século XIX, e a necessidade de selecionar adequadamente as pessoas para ocuparem determinados cargos, preocupação essa intensificada, sobretudo, a partir das duas grandes guerras mundiais (Hampson, 1999)

<sup>2</sup> No volume *Psychology in Twentieth-century thought and society*, editado por Ash e Woodwarth (1989) podem ser encontrados dois artigos, o de Geuter sobre a psicologia na Alemanha nazista e o de Hartnack sobre a psicanálise na Índia colonial, de que ilustram bem como a psicologia pode ser usada para dar suporte a políticas discriminatórias e racistas

<sup>3</sup> Embora o conceito de identificação com o domínio seja um dos mais importantes na teoria da ameaça do estereótipo, pouco tem sido feito até o momento para mensurá-lo, o que permitiria a diferenciação entre os indivíduos com alto e baixo grau de identificação. Uma contribuição digna de nota nesse particular foi a DIM, Domain Identification Scale, desenvolvida por Smith e White (2001). Esta escala, composta por 16 itens, permite a mensuração do grau de identificação com dois domínios acadêmicos, a matemática e a língua inglesa.

<sup>4</sup> Este argumento permanece fiel ao princípio da avareza cognitiva, que vem sendo gradualmente substituída pela noção de um agente cognitivo taticamente motivado. Nesse sentido, alguns indicadores parecem sugerir que a performance cognitiva pode ser ajustada para atingir determinados fins e que um dos ajustes pode ser, por exemplo, reduzir estrategicamente a performance matemática para despertar a admiração em parceiros românticos potenciais (Jellison et al, 1975).

## Referências

- Allport, G. (1962). *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires:Eudeba.
- Ambady, N., Shih, M., Kim, A. e Pittinsky, T. (2001). Stereotype susceptibility in children: effects of identity activation on quantitative performance. *Psychological Science*, 12, 5, 385-390.
- Aronson, J., Lustina, M., Good, C., Keough, K., Steele, C. e Brown, J. (1998). When white men can't do math: necessary and sufficient factors in stereotype threat. *Journal of Experimental Social Psychology*, 35, 29-46.
- Ash M. e Woodwarth, W. (1989). *Psychology in Twentieth-Century Thought and Society*. Cambridge: Cambridge University Press
- Bell, A. e Spencer, S. (2002). The Effect of Stereotype Threat on Women's Performance on the Fundamentals of Engineering Exam. *Proceedings of the American Society for Engineering Education Annual Conference and Exposition (ASEE)*, Montreal, Canada, June 2002.
- Ben\_Zeev, T., Inzlicht, M. e Fein, S. (2002). What is stereotype threat? An investigation of the mediating role of arousal in threatening intellectual

environments. [http://bss.sfsu.edu/ben-zeev/arousal\\_paper\\_jan\\_16,\\_2002.htm](http://bss.sfsu.edu/ben-zeev/arousal_paper_jan_16,_2002.htm) (acessado em janeiro de 2004)

Blascovich, J., Spencer, S., Quinn, D. e Steele, C. (2001). African americans and high blood pressure: the role of stereotype threat. *Psychological Science*, 12, 3, 225-229

Brown, R. e Pinel, E. (2003). Stigma on my mind: individual differences in the experience of stereotype threat. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 6, 626-633

Darwin, C. (1874) *Descent of Man*. London: J. Murray. Versão *on-line* disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Darwin/Descent/index.htm>

Galton, F. (1865). Hereditary talent and character. *Macmillan's Magazine*, 12, 157-166, 318-327. Versão *on-line* disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Galton/talent.htm>

Gilbert, D. e Hixon, G. (1991). The trouble of thinking: activation and application of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 4, 509-517.

Hampson, S. (1999). Individual Differences. In A. Manstead e M. Hewstone (Eds.) *The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology*. Oxford: Blackwell

Inzlicht, M. e Ben\_Zeev, T. (2000). A threatening intellectual environment: why females are susceptible to experiencing problem-solving deficits in the presence of males. *Psychological Science*, 11, 365-371

Jacobs, J. e Eccles, J. (1992). The impact of mothers' gender-role stereotypic beliefs on mothers' and children's ability perceptions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, (6), 932-944

Leyens, J-P, Désert, M., Croizet, J-C. e Darcis, C. (2000). Stereotype threat: are lower status and history of stigmatization preconditions of stereotype threat? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 10, 1189-1199

Lynn, R. (1991). Race differences in intelligence: a global perspective. *Mankind Quarterly*, 31, 255-296.

McIntire, R., Paulson, R. e Lord, C. (2003). Alleviating women's mathematics stereotype threat through salience of group achievements. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 83-90.

O'Brien, L. E. e Crandall, C. (2003). Stereotype threat and arousal: effects on women's math performance. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 6, 782-789

Osborne, J. (2001). Testing stereotype threat: does anxiety explain race and sex differences in achievement? *Contemporary Educational Psychology*, 26, 291-310.

Pronin, E., Steele, C. e Ross, L. (2003). Identity bifurcation in response to stereotype threat: women and mathematics. *Journal of Experimental Social Psychology*,

Quinn, D. E. Spencer, S. (2001). The interference of stereotype threat with women's generation of mathematical problem-solving strategies. *Journal of Social Issues*, 57, 1, 55- 71.



- Rohmann, C. (1999). *A world of ideas: a dictionary of important theories, concepts, beliefs, and thinkers*. New York: Balantine Books
- Rosenthal, R. e Jacobson, L. (1968). *Pygmalion in the classroom: Teacher expectation and pupils' intellectual development'*. New York: Rinehart and Winston.
- Sekaquaptewa, D. e Thompson, M. (2003). Solo status, stereotype threat, and performance expectancies: their effect on women's performance. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 68-74.
- Smith, J. e White, P. (2001). Development of the domain identification measure: a tool for investigating stereotype threat effects. *Educational and Psychological Measurement*, 61, 6, 1040-1057.
- Spencer, S., Steele, C. E Quinn, D. (1999). Stereotype threat and women's math performance. *Journal of Experimental Social Psychology*, 35, 4-28.
- Steele, C. (1997). A threat in the air. How stereotypes shape intellectual identity and performance. *American Psychologist*, 52, 6, 613-629
- Steele, C. (1998). Stereotyping and its threat are real. *American Psychologist*, 53, 6, 680- 681
- Steele, C. e Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 5, 797- 811
- Steele, J., James, J. e Barnett, R. (2002). Learning in a man's world: examining the perception of undergraduate women in male-oriented academic areas. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 46-50
- Tripplert, N. (1897). The dynamogenic factors in pacemaking and competition. *American Journal of Psychology*, 9, 507-533. Versão on-line disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Tripplert/>
- Whaley, A. (1998). Issues of validity in empirical test of stereotype threat theory. *American Psychologist*, 53, 6, 679-680.



## **ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS DE GÊNERO, LIDERANÇA E JUSTIÇA ORGANIZACIONAL: CONTROVÉRSIAS E SUGESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA**

*Eveline Maria Leal Assmar*

*Maria Cristina Ferreira*

### **1. As Relações de Gênero no Contexto do Trabalho**

A gradativa inserção da mulher no mundo do trabalho, principalmente sua ascensão a carreiras de prestígio nas organizações, obrigou à revisão da teoria e pesquisa em liderança e gênero. A ampliação do foco de análise foi impulsionada ora pelas publicações populares que se multiplicavam nas primeiras décadas do movimento feminista, ora pelo surgimento inevitável de teorias feministas de liderança, em ambos os casos sendo propaladas diferenças visíveis entre a gestão masculina e a feminina.

O exame de estatísticas oficiais de órgãos nacionais e internacionais, especializados em macro-análises econômicas e sociais, permite traçar um panorama geral das atuais condições de trabalho da mulher. Estudos recentes da Organização Mundial do Trabalho e do Banco Mundial (O Globo, 9/3/2001a) revelam que, nos 41 países estudados, as mulheres representam 40% da força de trabalho mundial, sendo crescente sua participação no âmbito das micro e pequenas empresas – na América Latina, 30 a 60% delas são comandadas por mulheres e, no Brasil, 30% já estão nas mãos de mulheres. Em contrapartida, apenas 3% das posições de comando em grandes organizações são ocupados por mulheres executivas e a participação das mulheres em cargos de gerenciamento não ultrapassa 30%.

Por outro lado, estudos brasileiros feitos pelo IBGE em 1999 (O Globo, 9/3/2001b) indicam que, em 1992, as mulheres ganhavam 46% menos que os homens, e em 1999 essa diferença caiu para 36%. De modo semelhante, dados relativos à região metropolitana de São Paulo, divulgados pela Fundação Seade-Dieese (O Globo, 9/03/2001b) também evidenciam o avanço feminino: sua participação no mercado de trabalho aumentou 14% no período de 1991 a 2000 contra 5% da masculina, e a proporção do salário das mulheres relativamente ao dos homens passou de 88,2% em 1999 para 90,9% em 2000.

Tais números, apesar de se mostrarem cada vez mais favoráveis às mulheres, denotam que a presença das mulheres nos altos escalões ainda é minoritária, ou seja, que esta é uma área ainda dominada pelos homens. O uso freqüente do termo “teto de vidro” (*glass ceiling*) ilustra bem essa situação ao fazer referência às barreiras invisíveis e sutis que se antepõem às mulheres no mundo dos negócios, impedindo-as de ocupar posições privilegiadas no topo da hierarquia funcional.

Um dos fatores diretamente responsáveis pelas desigualdades observadas entre homens e mulheres em cargos de liderança são os estereótipos e preconceitos dirigidos às mulheres por conta de sua condição de gênero, isto é, o sexismo, manifesto em representações e atitudes negativas, bem como em práticas discriminatórias contra as mulheres no espaço de trabalho. Ainda que se diga, por vezes, que a discussão em torno do binômio gênero e liderança seja estéril – porque o que vale mesmo é a eficácia da gestão, independentemente de ela ser exercida por homens ou mulheres – a literatura tem mostrado as dificuldades em se dissociarem inteiramente os estilos, atributos e concepções pessoais dos gestores dos papéis de gênero.

Atualmente, a qualidade da liderança – e, *ipso facto*, sua eficácia – tem sido aferida não apenas pelo seu “gênero”, mas também pelas percepções de justiça dos liderados em relação à atuação de seus líderes, no que diz respeito tanto à distribuição dos resultados que efetuam entre seus empregados quanto aos procedimentos que adotam ou ao tipo de tratamento interpessoal que lhes dispensam. Em suma, quando os líderes são percebidos como justos, as atitudes e comportamentos dos liderados tendem a ser positivos, daí resultando um ambiente altamente propício para o desempenho eficaz da equipe como um todo.

Ao falarmos em comportamentos e práticas de gestores vem à tona, mais uma vez, a questão do gênero, já que é possível supor que as percepções de justiça desses comportamentos e práticas sejam afetadas pelo fato de a liderança ser exercida por homens ou por mulheres. As gerentes mulheres são mais justas que os gerentes homens? Os gerentes homens fazem justiça do mesmo modo que as gerentes mulheres? Liderados do sexo masculino e do sexo feminino diferem em suas percep-

ções de justiça em relação a gestores masculinos e femininos? Qual o papel que seus estereótipos e preconceitos de gênero desempenham nessas percepções?

Em contraste com a já extensa produção voltada para a articulação das questões de gênero e liderança no trabalho, não foram encontrados trabalhos que se detivessem especificamente no exame das possíveis inter-relações existentes entre os estereótipos e preconceitos de gênero, a liderança no trabalho e as percepções de justiça dos líderes, sendo também pouco expressivo o número de estudos e pesquisas que conectam gênero e justiça ou liderança e justiça.

Contudo, os achados já obtidos nessas áreas, tomadas individualmente ou duas a duas, tornam promissoras as tentativas de conexão lógico-conceitual desses construtos. Em face dessas considerações, e tomando como ponto de partida o acervo teórico e empírico já reunido sobre estereótipos e preconceitos de gênero, liderança no trabalho e justiça organizacional, o objetivo deste capítulo é justamente analisar as possibilidades de articulação teórica entre liderança, gênero e justiça. E, com base em uma síntese crítica do estado atual de conhecimentos nessas temáticas, capaz de identificar as principais controvérsias, propor uma agenda de pesquisa com foco no contexto organizacional brasileiro, que permita a avaliação futura de algumas das condições específicas que cercam a atuação de homens e mulheres executivas diante da nova configuração das relações sociais de gênero.

## **2. Estereótipos e Preconceitos de Gênero**

Desde a famosa obra de Gordon Allport, “A natureza do preconceito”, publicada em 1954, proliferam na literatura especializada os estudos sobre estereótipo e preconceito contra determinados grupos sociais, orientados inicialmente pela concepção clássica de que o preconceito decorria de um estereótipo negativo em relação a um grupo social. Entre os psicólogos sociais contemporâneos, entretanto, prevalece a visão de que os estereótipos constituem a base cognitiva do preconceito. Em outras palavras, são as crenças compartilhadas acerca de atributos ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos que “alimentam” as atitudes e sentimentos preconceituosos, os quais, por sua vez, justificam as práticas e comportamentos discriminatórios efetivamente exibidos contra eles.

Inúmeras teorias dedicaram-se a explorar os fatores e processos psicossociais e culturais responsáveis pela formação e desenvolvimento dos estereótipos e preconceitos dirigidos aos grupos sociais formados em função do gênero, isto é, do sexismo. Dentre elas, destacam-se as teorias feministas, postulando que foi a sociedade patriarcal quem primeiro contribuiu para a divisão de papéis sexuais. Ao reservar para o homem o espaço público e para a mulher, o espaço privado, fez com

que surgissem os mitos de superioridade masculina e inferioridade feminina, sendo atrelada a esses valores a aceitação de diferenças naturais entre homens e mulheres. As desigualdades originárias passaram a se solidificar por meio dos processos de aprendizagem social, reforçando de geração a geração as diferenças de poder e de *status* entre os sexos, manifestas nos estereótipos e preconceitos de gênero. Em suma, para essa abordagem, o sexismo é uma consequência natural das experiências de socialização vivenciadas por homens e mulheres (Lott, 1997).

Eagly e seus associados (Eagly, 1987; Eagly, Wood & Dickman, 2000) sustentam que os estereótipos são construídos com base nos papéis sociais típicos de um grupo. Aplicada ao gênero, a teoria sugere, então, que os papéis de gênero originaram-se da interação entre fatores físicos, sociais e ecológicos, que levaram o homem a desempenhar tarefas que lhe exigiam força física, a exercer funções extradomésticas em busca do sustento familiar e a desenvolver capacidades que acabaram por lhe trazer maior *status*, poder e controle dos recursos. Intimamente associadas ao desempenho desses papéis, crenças a respeito da posse de atributos instrumentais (agressivo, independente, assertivo, competitivo, auto-suficiente, autoconfiante) passaram a lhe ser atribuídas, surgindo, a partir daí, a ideologia da supremacia masculina.

Em contrapartida, à mulher coube cuidar do espaço doméstico, por conta de sua capacidade de reproduzir e amamentar, reservando-se a ela, naturalmente, as tarefas prioritárias de cuidar da casa e dos filhos. Essas práticas propiciaram o desenvolvimento de crenças acerca da vinculação entre a mulher e os atributos expressivos (protetora, sensível, voltada para o bem-estar dos outros, prestativa, gentil, afetiva) e, conseqüentemente, a aceitação da submissão feminina.

Em síntese, a ocupação de papéis diferenciados na estrutura social – na família e no trabalho – promoveu a formação de estereótipos de gênero associados a expectativas de que cada sexo deveria possuir aquelas características que lhe permitissem um desempenho adequado das atividades e funções inerentes aos seus papéis. Tais estereótipos, ao enfatizarem uma hierarquização nas relações de gênero, restringiam as oportunidades para os grupos sociais em desvantagem e acabavam por justificar uma ordem social desigual para homens e mulheres.

Para Eagly e seus associados (Eagly, 1987; Eagly, Wood & Dickman, 2000), no entanto, os estereótipos são dinâmicos e refletem uma sociedade em mudança, isto é, as características estereotípicas associadas aos grupos sociais mudam se seus membros são vistos como assumindo novos papéis sociais. Ora, o que se observa nas últimas décadas é que os papéis sociais de homens e mulheres vêm se tornando mais semelhantes, especialmente devido à crescente participação das mulheres na força de trabalho e em funções de maior prestígio social. Com isso, redefine-se o

papel social da mulher, o que, provavelmente, irá levar a novas configurações dos estereótipos de gênero, que incorporem as características identificadas como inerentes ao desempenho dessas novas atividades. Particularmente no que tange ao estereótipo feminino, é possível que ele sofra modificações capazes de absorver atributos mais instrumentais (*agentic*) e menos expressivos (*communal*) que os atributos tradicionais, estereotipicamente associados ao papel doméstico (Diekman & Eagly, 2000).

Glick e Fiske (1996) sinalizaram o surgimento de novas formas de sexismo, por meio das quais as atitudes de hostilidade em relação às mulheres não se manifestam exclusivamente de modo explícito ou aberto, assumindo, pelo contrário, formas mais veladas e simbólicas. Postulando a co-existência de estereótipos positivos e negativos em relação às mulheres, esses autores desenvolveram a teoria do sexismo ambivalente, que se expressa não apenas por atitudes negativas contra a mulher (sexismo hostil), mas também por sentimentos e ações positivas (sexismo benevolente). Ambas as formas estão associadas à congruência ou incongruência dos papéis tradicionais de gênero, com a primeira eliciando reações positivas (benevolentes) e a segunda, reações negativas (hostis). Assim, o preconceito em relação a mulheres que ocupam papéis tradicionais se manifesta pela aprovação e por avaliações mais positivas; já o preconceito em relação a mulheres em papéis não-tradicionais se expressa por avaliações negativas. O sexismo benevolente, embora aparentemente se revista de atitudes em favor da mulher, é apenas subjetivamente positivo, uma vez que, ao se apoiar nas crenças sobre a inferioridade feminina subjacente à ideologia patriarcal, desempenha as mesmas funções do sexismo hostil de justificação da supremacia e do poder masculinos, reforçando, assim, as tradicionais desigualdades de gênero.

A par dos processos de formação dos estereótipos, ocupa lugar de destaque na literatura a discussão quanto à natureza mais permanente ou mais dinâmica dos estereótipos, dispondo-se de modelos teóricos que justificam ambas as posições, aparentemente contraditórias. Powell, Butterfield e Parent (2002) analisam esses modelos ao investigarem a questão da possível mudança dos estereótipos gerenciais e de gênero em função da presença de mulheres na gestão organizacional. No primeiro caso, mecanismos cognitivos e sociais atuam como reforçadores da durabilidade dos estereótipos. Assim, sob o enfoque cognitivo, postula-se que o processo de categorização social leva ao desenvolvimento de crenças autopromotoras dos atributos compartilhados por um dado grupo, as quais, por sua vez, agem como profecias auto-realizadoras em busca de confirmação dessas expectativas. Do ponto de vista sociocultural, os estereótipos são aprendidos com outros significativos, por meio dos processos de socialização.

No segundo caso, admite-se que os estereótipos estão continuamente abertos à revisão. Para uma das perspectivas (*bookkeeping*), eles podem mudar gradualmente em resposta a um fluxo contínuo de novas informações desconfirmadoras; já para o modelo de conversão, os estereótipos mudam subitamente em resposta a informações desconfirmadoras salientes e críticas. Em suma, se uma nova informação sobre a acurácia de um estereótipo mostra-se moderadamente desconfirmadora, o primeiro modelo prevê uma mudança reduzida e o segundo, nenhuma mudança. Se, contudo, a nova informação contraria fortemente o estereótipo, ambos os modelos prevêem mudanças acentuadas no conteúdo estereotípico. Um terceiro tipo de modelo de mudança centra-se no desdobramento do grupo-alvo em subgrupos “desviantes” sempre que alguns de seus membros não se conformem ao estereótipo e exibam um comportamento inesperado. Essa resposta cognitiva permite a preservação do estereótipo original contra o grupo como um todo.

Aplicada ao gênero, a avaliação do grau de resistência à mudança dos estereótipos manifesta-se pelo grande número de estudos e pesquisas que se propõem periodicamente a verificar se, em meio às inúmeras transformações nas relações sociais de gênero dentro das organizações e às novas informações oriundas de experiências diretas com mulheres gestores ou da constatação do sucesso “inquestionável” de mulheres executivas, processaram-se também mudanças correspondentes nos estereótipos de gênero e de líderes.

### **3. Gênero e Liderança no Mundo do Trabalho**

Apoiados na literatura sobre estereótipos de gênero, que acentuava as diferenças entre as características de homens e mulheres, os estudos sobre gênero e liderança, durante muito tempo, orientaram-se para a busca de evidências em favor da comprovação da tese de que homens e mulheres possuíam estilos diferenciados de liderança. Posteriormente, surgiram novos paradigmas para análise desse fenômeno, sendo uma das principais tendências a de considerar a liderança como independente do gênero, conforme o demonstram os modelos e achados empíricos a serem revistos nas duas próximas seções.

#### **3.1. Os Estereótipos de Gênero e as Diferenças de Liderança Masculina e Feminina**

Por muitos anos, os pesquisadores interessados em explorar as diferenças de gênero na liderança esbarraram na quase inexistência de mulheres em postos de comando. A dominação numérica dos homens e a conseqüente construção da liderança dentro de um quadro de referência masculino (Billing & Alvesson, 2000)



fizeram com que, historicamente, liderança e masculinidade tenham se confundido e que os grandes líderes fossem descritos desde a perspectiva da “ética masculina” (Kanter, 1977, citado por Lewis & Fagenson-Eland, 1998). Em outras palavras, inicialmente, homens e mulheres eram vistos como essencialmente diferentes, predominando o “masculinismo” nos postos de comando, em face de sua “inegável” superioridade diante das mulheres cujo lugar ideal era o lar.

Em um primeiro momento, portanto, sob a égide da “supremacia masculina”, as teorias tradicionais em liderança ou desconsideravam a questão do gênero ou negligenciavam a possibilidade de as mulheres atuarem como líderes, refletindo uma imagem única, universal e inquestionável do líder homem. Para a teoria do “Grande Homem” ou a teoria dos traços, por exemplo, o exercício da liderança pressupunha a posse de atributos e habilidades especiais, próprias de homens excepcionais. A ausência de mulheres na administração era explicada pelas diferenças em traços psicológicos, experiências de socialização, orientações para o trabalho e escolha de carreiras. Uma descrição estereotípica da liderança masculina enfatiza os atributos já referidos: assertividade, independência, controle, objetividade, competição, racionalidade, capacidade de análise, impessoalidade, orientação para ação e para fora, entre outras (Hines, 1992; Marshall, 1993, citados por Billing & Alvesson, 2000).

Entre as perspectivas que acentuam as diferenças entre os estilos masculino e feminino de liderar encontra-se, também, o modelo centrado no gênero, que atribui as diferenças no comportamento de liderança ao próprio gênero (Fagenson, 1990; Riger & Galligan, 1980). De acordo com ele, são as diferenças psicológicas e comportamentais entre homens e mulheres que fazem com que eles desenvolvam estilos gerenciais e de liderança distintos e únicos: o estilo masculino corresponde aos comportamentos voltados para a tarefa e o sistema de produção, tradicionalmente chamados de comportamentos de estrutura de iniciação; já o estilo feminino corresponde aos comportamentos voltados para as relações socioemocionais e o sistema interpessoal, convencionalmente designados como comportamentos de consideração.

Em apoio a tais pressupostos, uma série de pesquisas demonstrou que as percepções estereotípicas dos papéis de gênero têm ramificações nas percepções de líderes e de gestores, numa evidência de que se mantêm fortes e generalizadas as percepções de que homens e mulheres exercem a liderança de forma distinta, apesar das mudanças nos papéis sociais e nos direitos da mulher na sociedade (Heilman, Block, Martell & Simon, 1989; Kolb, 1999; Lewis & Fagelson-Eland, 1998). O estudo de Kruze e Wintermantel com estudantes alemães (1986, citado por Kolb, 1999) – além de constatar que as classificações feitas por homens do conceito de homem correlacionaram-se positivamente com as classificações do conceito de gerente (0,90)

e as do conceito de liderança (0,80) e que suas classificações do conceito de mulher correlacionaram-se negativamente com as de gerente (0,40) e as de liderança (0,50) – pôs em relevo que as classificações feitas por mulheres foram praticamente as mesmas feitas pelos homens.

Contudo, os achados das pesquisas orientadas por tal modelo ainda são controvertidos e as interpretações variadas: para uns, por conta dessas diferenças, são os homens que possuem as melhores habilidades para liderar (Hennig & Jardim, 1977, citados por Lewis & Fagenson-Eland, 1998) ou faltam às mulheres essas mesmas habilidades (Owen & Todor, 1993; Powell & Butterfield, 1989); para outros, essas diferenças é que fazem as mulheres serem líderes mais eficazes (Helgesen, 1995; Rosener, 1995); para outros, ainda, avaliações mais favoráveis das mulheres em certas áreas organizacionais já fazem supor algumas “rachaduras no teto de vidro” (Dalton & Kesner, 1993).

Alinhados com a abordagem das diferenças entre líderes homens e mulheres encontram-se, ainda, os argumentos em defesa de um estilo feminino único de liderar, naturalmente interativo e bem sucedido por causa de, e não apesar de, seus atributos, antes tidos como puramente “femininos”, e, portanto, inapropriados aos líderes (Rosener, 1995). Na construção dessas representações sobressai também a idéia de que as mulheres têm uma atitude diferente da dos homens em relação ao poder: para elas, o poder seria visto não como uma fonte de controle e dominação, mas como uma capacidade que deriva e deve se direcionar para o grupo. Nessa mesma direção, surgem várias outras idéias associadas: o poder na liderança feminina é concebido em termos relacionais, e não individualizados; há um forte apelo para uma liderança “conectiva” (Lipman-Blumen, 1992), “em rede”, democrática, transformacional, não-hierárquica e não-totalitária (Lewis & Fagenson-Eland, 1998); princípios femininos são fortemente enfatizados, tais como as mulheres cuidam, se envolvem e ouvem melhor que os homens (Helgesen, 1995).

Apesar de a concepção de liderança tipicamente feminina ter concorrido em parte para a “desmaculinização da administração” e para a ampliação de oportunidades de trabalho para a mulher, são inúmeras as críticas a ela dirigidas. Boa parte dessas críticas destaca o fato de que ela acaba por reproduzir no contexto organizacional as tradicionais e estereotípicas divisões de trabalho e de papéis sociais do âmbito doméstico, limitando o raio de ação das mulheres, vistas como mais próprias para certos setores e funções, e permitindo que o homem continue a dominar os postos mais elevados das organizações. Segundo Fletcher (1994), a liderança feminista é uma versão “castrada” de feminismo.

Mais recentemente, Eagly e Karau (2002) propuseram a teoria da congruência de papéis, considerada uma extensão da teoria dos papéis sociais, na medida em

que também se apóia no conteúdo dos papéis de gênero e em sua importância na promoção de diferenças de comportamento entre os sexos. Diferentemente da anterior, contudo, a nova teoria vai mais além na explicação do preconceito por levar em conta a congruência entre papéis de gênero e papéis de liderança e por especificar os fatores-chave e os processos que influenciam a congruência de percepções e suas conseqüências para o preconceito e comportamentos negativos.

Trata-se, na verdade, de uma teoria de preconceito contra mulheres líderes, tomando por base os aspectos descritivos e prescritivos dos papéis de gênero. De acordo com esse enfoque, o preconceito em relação a mulheres líderes é decorrente de dois tipos de desvantagem. O primeiro associa-se à percepção de que as mulheres possuem menos habilidades para liderar que os homens e origina-se da combinação de aspectos descritivos de papéis de gênero e de liderança, ou seja, se as mulheres possuem menos traços instrumentais e mais comunais, então elas são menos qualificadas para ocuparem papéis de executivas. O segundo tipo de desvantagem é conseqüência do aspecto prescritivo do papel de gênero feminino e diz respeito a uma avaliação menos favorável dos comportamentos compatíveis com as prescrições do papel de líder, quando esses comportamentos são desempenhados por uma mulher, violando, dessa forma, o papel de gênero feminino. Desse modo, mesmo quando as mulheres desempenham bem o papel de líder e o peso dado aos aspectos descritivos do papel feminino tende a diminuir, os aspectos prescritivos desse papel irão produzir o preconceito, porque tal comportamento em uma mulher seria inconsistente com as crenças da maioria das pessoas sobre o comportamento feminino desejável. Essas duas formas de desvantagem produzem conseqüências, demonstradas pelos achados empíricos relevantes na literatura da área: as atitudes menos favoráveis em relação às mulheres líderes que aos homens líderes, o menor acesso das mulheres aos papéis de liderança e maiores dificuldades para se reconhecerem as mulheres líderes como eficazes em seus papéis de liderança (Eagly & Karau, 2002).

A influência dos estereótipos de gênero na avaliação diferencial de homens e mulheres líderes tem produzido também alguns paradoxos. Nesse sentido, Rudman e Glick (1999) reportam os resultados de uma pesquisa em que os sujeitos foram solicitados a fazer recomendações de contratação para um trabalho gerencial masculino ou feminino. As candidatas “instrumentais” eram vistas como possuindo menos habilidades interpessoais que os homens “instrumentais”, e essas percepções resultaram em discriminação para o trabalho feminino, mas não para o masculino. Já os candidatos “expressivos”, independentemente do sexo, receberam avaliações mais baixas. Os autores concluem que as mulheres se apresentam como instrumentais para serem contratáveis, mas isso pode ser visto como uma condição

deficiente em termos interpessoais. Ironicamente, a “feminização” da gestão (requerendo traços instrumentais e expressivos para gerentes) pode acabar levando à legitimação, não intencional, da discriminação contra as mulheres.

### **3.2. As Semelhanças entre os Estilos de Liderança Masculina e Feminina**

De acordo com Billing & Alvesson (2000), as concepções mais recentes sobre liderança e administração afastam-se da tendência de “essencializar” o gênero e evidenciam que a ênfase na polarização de perspectivas entre masculinidade e feminilidade, isto é, na liderança apoiada em valores estritamente masculinos ou femininos, tem perdido terreno para visões mais igualitárias. Para esses autores, nem a concepção de uma liderança masculina nem a concepção de que as mulheres se afastam desse padrão quando exercem a liderança podem ser levadas em conta de forma irrestrita. Em defesa desse ponto de vista, comentam que a liderança feminina foi veementemente contestada em conferência internacional realizada em Copenhague, em julho de 1997, cuja conclusão geral foi a de que mulheres e homens em papéis gerenciais têm aspirações, valores e outros traços de personalidade semelhantes, assim como habilidades e comportamentos relacionados ao trabalho equivalentes.

Nessa linha de argumentação, o modelo centrado na estrutura organizacional prediz que o papel ocupado na estrutura hierárquica da organização é mais importante que o gênero na determinação dos comportamentos dos indivíduos (Fagenson, 1986; Kanter, 1977, citados por Lewis & Fagenson-Eland, 1998). Em outras palavras, as organizações estabelecem linhas de conduta claras no que diz respeito ao desempenho esperado de gerentes, o que faz com que seu principal objetivo seja corresponder a esses padrões, e não a se conformar a papéis de gênero culturalmente definidos. Assim, quando os gerentes homens e mulheres ocupam um mesmo papel dentro da organização, com características semelhantes em termos de poder e *status*, não há razão para esperar que emerjam diferenças de gênero entre os estilos de liderança (Eagly, Karau & Makhijani, 1995). Tal conclusão sugere, então, a importância de se compararem homens e mulheres com a mesma posição e o mesmo nível hierárquico na organização ao serem confrontados seus comportamentos no exercício da liderança (Carless, 1998).

Com o intuito de demonstrar a primazia da perspectiva estrutural na explicação do comportamento organizacional, e assim evitar sua atribuição indevida ao gênero, Kanter (1977, citado por Lewis & Fagenson-Eland, 1998) assinala que aqueles situados no topo da hierarquia gerencial geralmente pertencem ao grupo majoritário, percebem-se como mais poderosos e com mais oportunidades de progredir na

organização. Como os indivíduos agem de acordo com as exigências da posição que ocupam na hierarquia funcional e como a maior parte dos escalões superiores sempre foi preenchida por homens, é natural que eles se mostrem mais agressivos, instrumentais e orientados para o risco, e que estejam mais comprometidos com o trabalho, engajando-se, então, em comportamentos de liderança associados à estrutura de iniciação. Inversamente, aqueles situados nos escalões hierárquicos inferiores, sentem-se subordinados ao poder e percebem-se com menos oportunidades de progredir profissionalmente, o que os leva a desenvolver comportamentos de ajuda, atenção e cuidados com as necessidades dos outros, comportamentos esses correspondentes ao estilo de liderança do tipo consideração. Como a maioria das mulheres gestoras costuma ocupar posições mais baixas, elas acabam por desenvolver com maior frequência tais comportamentos.

Em suma, de acordo com esse modelo, homens e mulheres desempenhando papéis gerenciais de mesmo nível e poder na escala hierárquica da organização desenvolvem estilos semelhantes de liderança; de igual modo, os ocupantes de funções gerenciais estruturalmente não-equivalentes exibem estilos diferenciados de liderança, independentemente do gênero.

Uma série de evidências empíricas atesta as predições desse modelo, como é o caso do estudo de Eagly e cols. (1995), que demonstrou serem os líderes homens e mulheres igualmente eficazes, apesar de os homens se mostrarem mais eficazes que as mulheres em papéis definidos em termos mais masculinos, bem como em situações nas quais os papéis de líderes e liderados são numericamente dominados por homens. Já o estudo de Ragins (1991) demonstrou que os subordinados são mais receptivos ao poder do que ao gênero dos líderes quando solicitados a fazerem avaliações da eficiência de seus líderes. Outros estudos (Fagenson & Jackson, 1993, citados por Billing & Alvesson, 2000) revelaram que, ao assumirem posições de comando, as mulheres têm ou desenvolvem mais orientações masculinas que femininas.

Em meta-análise realizada com base em 162 estudos que discutiam os estilos de liderar de homens e mulheres, Eagly e Johnson (1990) não detectaram diferenças entre os sexos quanto aos estilos de orientação para a tarefa X orientação interpessoal, embora tenham encontrado algumas diferenças no uso da liderança democrática, com as mulheres adotando estilos mais participativos e inclusivos e os homens, estilos mais diretivos e controladores (Carless, 1998). De modo semelhante, em meta-análise conduzida dois anos depois, com o objetivo de comparar as avaliações de líderes masculinos e femininos, Eagly, Makhijani e Klonsky (1992) verificaram apenas uma pequena propensão geral em se avaliarem as mulheres mais negativamente que os homens, e tal propensão mostrou-se mais pronunciada

sob certas circunstâncias. Nesse sentido, as mulheres em posições de liderança foram vistas de forma mais negativa que os homens líderes quando a liderança era exercida em estilo estereotipicamente masculino, isto é, de forma autocrática ou diretiva. A desvalorização era maior quando as líderes desempenhavam papéis predominantemente masculinos e quando os avaliadores eram do sexo masculino.

Em síntese, nos estudos comparativos entre gerentes homens e mulheres vêm sendo demonstradas mais semelhanças que diferenças entre eles. Quando, porventura, registram-se diferenças, essas são bastante modestas (Butterfield & Powell, 1981; Dobbins & Platz, 1986). De todo modo, a controvérsia acerca da existência, ou não, de diferenças de gênero no exercício da liderança, nos comportamentos dos líderes, em seus estilos ou na forma com que são percebidos, e na ótica de quem são percebidos, parece estar longe do fim.

Mais recentemente, porém, a discussão das relações entre gênero e liderança vem assumindo uma perspectiva mais crítica na medida em que se passou a questionar a utilidade em manter categorias sociais estereotipicamente definidas, mutuamente excludentes, para estudar a liderança. Uma das conseqüências dessa polarização pode ser, por exemplo, o paradoxo que as mulheres têm que enfrentar quando tentam se transformar em líderes bem sucedidos: se elas buscam igualar o estilo masculino de liderança, seus liderados masculinos não gostam delas nem as aprovam; se elas adotam o estilo estereotipicamente feminino – protetor e afetuoso – os liderados gostam delas, mas não as respeitam (Kawakami, White & Langer, 2000).

## **4. Gênero, Justiça e Liderança**

### **4.1 Justiça Organizacional: Categorias Conceituais**

O estudo da justiça organizacional, termo cunhado por Greenberg (1987) para se referir às percepções de justiça que os empregados possuem em relação às organizações a que pertencem, desdobra-se, de um modo geral, em três eixos principais: a justiça distributiva, a justiça processual ou procedimental e a justiça interacional.

**Justiça Distributiva** – focaliza o conteúdo, isto é, a justiça dos fins e resultados obtidos, como salários, promoções, sanções disciplinares, etc. Dois tipos de abordagem tratam da justiça distributiva: a unidimensional e a multidimensional. A primeira, representada pela teoria da equidade (Adams, 1965; Walster, Berscheid & Walster, 1973), desenvolveu-se originalmente no contexto das organizações de trabalho para explicar a reação dos trabalhadores a suas remunerações. Apoiada no preceito aristotélico de que “o justo é o proporcional”, postula que uma distribuição de resultados é percebida como injusta quando os resultados recebidos não são propor-

cionais às contribuições ou investimentos feitos. Já a abordagem multidimensional (Deutsch, 1985) postula a coexistência de múltiplas regras distributivas, dependendo da natureza das relações cooperativas e do objetivo primordial que os grupos procuram atingir: a equidade predominaria nas situações em que a produtividade econômica é a meta principal; a igualdade, quando o objetivo é a harmonia social; e a necessidade, quando o objetivo é o desenvolvimento ou bem-estar pessoal.

**Justiça Processual** – focaliza o processo, referindo-se à justiça dos meios ou procedimentos adotados para determinar os resultados, tais como, os critérios usados para aumentos salariais, sanções disciplinares, avaliação de desempenho, etc. Thibaut e Walker (1975) propõem uma explicação instrumental para justificar por que motivo as pessoas valorizam procedimentos justos, argumentando que as decisões nas quais elas têm “voz” (são ouvidas ou participam das decisões) tendem a produzir resultados mais favoráveis. As pessoas não valorizam o processo justo por si mesmo, mas, sim, por ser um meio para atingir resultados melhores e mais justos no futuro, já que elas visam sempre defender ou maximizar seu auto-interesse. Posteriormente, na tentativa de demonstrar que a justiça processual tem também aspectos não-instrumentais, Tyler e Lind (1992) introduzem o modelo do valor grupal ou relacional, sugerindo que as pessoas se importam com processos justos porque eles constituem *feedbacks* em relação a seu *status* no grupo. Desse modo, se os trabalhadores não são tratados com respeito, confiança e neutralidade, isso significa que eles não são apoiados pela organização e seus representantes, o que lhes traz ameaças a sua auto-estima e auto-eficácia.

**Justiça Interacional** – refere-se à qualidade da interação interpessoal entre os gestores e os empregados quando da implementação dos procedimentos (Bies & Moag, 1986). Alguns autores (Greenberg, 1993) defendem que a justiça interacional é parte da justiça procedimental, que englobaria, além dos aspectos estruturais e formais dos processos decisórios, os aspectos interpessoais envolvidos na implementação dos procedimentos e na comunicação dos resultados. Os elementos sociais presentes na justiça interacional abrangem, então, dois aspectos distintos: a sensibilidade social, que concerne ao grau com que o gestor adota um tratamento digno e respeitador às pessoas afetadas pelos procedimentos e decisões distributivas (justiça interpessoal); e a justificação informacional, que traduz o fornecimento de informações e explicações das decisões tomadas (justiça informacional). No primeiro caso, é de se esperar que o tratamento justo eleve as percepções de justiça, aumente o grau de aceitação das decisões e suscite outros tipos de reações positivas por parte dos empregados. No segundo caso, presume-se que as explicações e justificações atenuem as reações negativas dos empregados às percepções de injustiça ou à desfavorabilidade dos resultados obtidos (Rego, 2000).

Tomando por base essas formas de justiça os empregados podem julgar como injusto um determinado resultado (valor de um aumento salarial, por exemplo), mas considerar justos os procedimentos adotados na distribuição dos aumentos ou as formas respeitadas com que são tratados ao receberem as explicações sobre os procedimentos e resultados. De um modo geral, os empregados esperam que as decisões organizacionais sejam justas e, quando isso não acontece, se engajam em reações negativas contra a organização, como por exemplo, absenteísmo, rotatividade, baixo desempenho, insatisfação, falta de motivação, comportamentos agressivos ou retaliatórios. Em contrapartida, as percepções de justiça tendem a induzir atitudes e comportamentos positivos em relação ao trabalho e à organização, como por exemplo, confiança no gestor e na organização, melhoria no desempenho ou na produtividade, aumento do comprometimento e da cidadania organizacional.

De acordo com o modelo dos efeitos diferenciais, embora resultados, procedimentos e tratamento interpessoal sejam importantes determinantes de justiça, eles afetam fatores diferentes. Assim, a percepção de justiça distributiva estaria mais relacionada a resultados individuais, específicos e imediatos; a percepção de justiça processual, mais associada a atitudes e comportamentos relevantes para a organização; e a justiça interacional, mais vinculada às avaliações diretas do supervisor ou à fonte da injustiça (Cohen-Charash & Spector, 2001). Nesse sentido, foi verificado, por exemplo, que as percepções de justiça distributiva afetaram a satisfação com o pagamento salarial (Sweeney & MacFarlin, 1993); as percepções de justiça processual aumentaram a confiança na gerência e comprometimento organizacional (Folger & Konovsky, 1989); e as percepções de justiça interacional desencadearam comportamentos de cidadania e sentimentos de confiança, dirigidos ao superior imediato (Rego, 2000).

#### **4.2. Diferenças de Gênero nas Percepções da Justiça Organizacional**

Além da preocupação em determinar as reações dos empregados às percepções de injustiça no trabalho, os pesquisadores da área têm se dedicado também a investigar seus principais antecedentes, partindo do pressuposto de que fatores individuais (demográficos, de personalidade ou cognitivos) e fatores organizacionais (cultura organizacional, sistemas de remuneração, de avaliação de desempenho, entre outros) moldam essas percepções (Beugré, 1998). Dentre as variáveis demográficas, uma das mais pesquisadas é o gênero, predominando na literatura os estudos que visam avaliar se homens e mulheres diferem quanto ao uso de regras distributivas e procedimentais. Embora os achados não sejam conclusivos e pouca atenção tenha



sido dada às relações entre gênero e justiça interacional, algumas interpretações preliminares podem ser feitas à luz das questões ora em discussão.

Na avaliação dessas preferências parte-se do pressuposto de que a socialização masculina instila a observância de uma orientação para resultados, isto é, foco nas diferenças de *status* que resultam das distribuições de recursos ou recompensas, ao passo que a socialização feminina instila uma orientação para o processo, isto é, foco nos aspectos interpessoais das decisões (Deaux, 1976; Kahn, Nelson & Gaed, 1980, citados por Tata & Bowes-Sperry, 1996). Em suma, espera-se que homens priorizem a justiça distributiva e as mulheres, a justiça processual e interacional.

No estudo das relações entre gênero e justiça distributiva, uma das principais tendências é verificar se homens e mulheres se distinguem na aplicação dos princípios distributivos – equidade, igualdade, necessidade – ora na condição de alocadores, ora na condição de recebedores das recompensas. Major e Deaux (1982), em extensa revisão sobre essa temática, resumem alguns desses achados. Quando homens e mulheres alocam recompensas a outros, não estando eles na condição de recebedores e havendo, ou não, perspectiva de interação futura, são poucas as diferenças encontradas quanto ao princípio de repartição utilizado. As diferenças emergem, com alguma regularidade, quando os alocadores são também recebedores. Em geral, quando mulheres alocadoras percebem seus *inputs* como iguais, maiores ou menores que os de seus parceiros tendem a se atribuir menores recompensas que os homens, nessa mesma condição. Curiosamente, ainda que seus *inputs* sejam superiores aos do parceiro, os comportamentos femininos não se conformam às predições do princípio equitativo, tal como homens o fazem: em vez de se julgarem merecedoras e de se concederem recompensas proporcionalmente maiores que as de seus parceiros, elas tendem a fazer repartições iguais.

Repetem-se aqui, mais uma vez, as interpretações com base nos condicionamentos culturais a que homens e mulheres foram submetidos ao longo da vida: por força de seus papéis de gênero, as mulheres são levadas a ter maior interesse pela satisfação de seus parceiros e a manter relações interpessoais positivas, ainda que isso se faça às custas de seus próprios interesses ou merecimentos; já os homens são induzidos a se preocupar mais com a realização pessoal e a busca de *status*. Não é de estranhar, portanto, que tais tendências se manifestem também quando tratam de fazer justiça.

Os julgamentos de justiça distributiva com base no princípio de equidade (o justo é o proporcional) pressupõem comparações interpessoais, isto é, para saber se seus resultados são justos, as pessoas comparam o que recebem com o que recebem outras pessoas que lhes são similares, embora não exclusivamente. Nesse raciocínio, as mulheres tenderiam a se comparar com mulheres. No entanto, compara-

ções cruzadas serão mais freqüentes à medida que as mulheres forem se introduzindo em campos tradicionalmente dominados por homens e dispendo de informações sobre os referentes masculinos (Rego, 2000).

Recentemente, os pesquisadores passaram a expandir suas preocupações para o estudo comparativo das várias formas de justiça e a influência do gênero em seus julgamentos. Exemplos dessa tendência são os estudos de Sweeney e McFarlin (1997) e de Lee e Farh (1999). O primeiro constatou que a relação entre justiça procedimental e resultados organizacionais é mais forte entre mulheres que entre homens, ocorrendo o inverso na relação entre justiça distributiva e resultados, endossada basicamente pelos homens. Uma interpretação plausível para a primazia da justiça de procedimentos sobre a de resultados, entre as mulheres, pode envolver os seguintes aspectos: a) as mulheres têm expectativas de remuneração inferiores às dos homens, e recebem, de fato, salários menores; b) como as pessoas tendem a adotar padrões de referência do mesmo sexo, é provável que a aceitação de salário mais baixo por parte das mulheres seja uma resultante desse processo comparativo; c) por conta disso, as mulheres tendem a não sentir a insatisfação que seria de se esperar se usassem referentes masculinos (Rego, 2000).

Já Lee e Farh (1999) observaram padrão inverso no que se refere às mulheres, uma vez que o gênero mediou a relação entre justiça distributiva e confiança. O maior peso atribuído pelas mulheres à justiça dos resultados, e não à dos procedimentos, foi interpretado como uma tentativa de buscarem uma compensação para suas experiências anteriores de pagamentos discrepantes em relação aos homens. Por outro lado, a ausência de quaisquer outros efeitos do gênero nas relações entre justiça e resultados organizacionais foi atribuída à similaridade de valores que ultimamente vem sendo apresentada por homens e mulheres, em função do estreitamento das diferenças entre os gêneros no contexto do trabalho.

Tata e Bowes-Sperry (1996) vão mais além e propõem-se a discutir o papel do gênero nas percepções de justiça em função da ênfase diferencial atribuída às três classes de justiça. A pesquisa foi realizada com universitários de administração, de ambos os sexos, no contexto das decisões de aumento de salários. Os participantes foram solicitados a se colocarem no papel de um empregado que havia recebido um aumento de salário e a classificarem a decisão em termos da justiça distributiva, procedimental e interacional. Os resultados trouxeram apoio empírico em favor das diferenças de gênero, com os homens mostrando-se novamente mais propensos a levar em conta a justiça distributiva para explicar a decisão, e as mulheres inclinando-se mais pela justiça interacional, numa evidência adicional de que os indivíduos, dependendo do sexo, podem interpretar de forma diferente os resultados e decisões organizacionais. Não foram observadas, porém, diferenças em relação à justiça processual.

Em trabalho subsequente, Tata (2000) reporta resultados em favor da suposição de que os sujeitos de ambos os sexos, quando assumem o papel de supervisores, optam prioritariamente pela justiça dos procedimentos, mas, no papel de supervisionados, tendem a preferir a justiça distributiva. Quanto ao gênero, foi observado que os homens tendem a usar mais a justiça distributiva quando têm de tomar decisões de aumento salarial, mas as mulheres não mostram diferenças no uso dos dois tipos de princípio.

Em um dos poucos estudos voltados especificamente para a análise das percepções de justiça dos comportamentos de líderes masculinos e femininos sob a ótica dos liderados, Rodrigues (2001) reporta pesquisa, realizada com 321 empregados de organizações do município do Rio de Janeiro, com igual representação por sexo. Dentre os principais resultados, foi verificado que os liderados do sexo feminino perceberam as gestoras como mais justas que os gestores, mas entre os liderados do sexo masculino não houve diferenças nessas percepções. Quanto ao uso das regras de justiça distributiva, observou-se que os liderados, independentemente do sexo, julgaram a equidade como a norma mais usada por seus líderes, tanto do sexo masculino quanto do feminino, mas a proporção de uso foi vista como bem maior entre os gestores homens. A regra da igualdade, no entanto, é vista por liderados, de ambos os sexos, como a segunda mais usada pelas gerentes mulheres, e muito pouco usada por gerentes homens.

A preferência de homens e mulheres pela justiça distributiva ou processual ao avaliarem a justiça dos resultados organizacionais alcançados tem sido explicada pelos mesmos modelos utilizados para explicar as diferenças comportamentais nos estilos de liderança, quais sejam, o modelo centrado no gênero e o modelo centrado na estrutura organizacional. Em revisão das suposições subjacentes a esses modelos, Tata (2000) assinala que o modelo centrado no gênero supõe que homens e mulheres se distinguem nos três fatores considerados importantes determinantes das preferências manifestas por princípios distributivos ou procedimentais em situações de alocação:

- os estilos, objetivos e orientações interpessoais – em decorrência dos processos de socialização, os homens são mais ligados à tarefa e as mulheres, à harmonia social; como as decisões de aumento de salário, por exemplo, estão mais diretamente relacionadas à manutenção das diferenças de *status*, e os procedimentos, à habilidade de manter a coesão interpessoal, espera-se que os homens recorram mais à justiça distributiva e as mulheres se utilizem mais da justiça processual;
- os valores atribuídos a recompensas materiais – como o salário é visto como

símbolo de competência no trabalho, sucesso e prestígio, os homens o valorizam mais que as mulheres, talvez pelo fato de que, tradicionalmente, elas não tenham sido remuneradas monetariamente por seu desempenho em tarefas femininas e, ainda, pelos vieses sociais de que as mulheres podiam ganhar menos por não serem diretamente responsáveis pelo sustento econômico da família;

- a habilidade em adiar gratificação imediata, mas menor, por uma mais distante, porém maior – mais típica em mulheres que em homens; como tanto o adiamento da gratificação quanto a justiça procedimental implicam uma visão a longo prazo da “pertença” organizacional (procedimentos justos garantem que os resultados sejam justos ao longo do tempo), espera-se que elas optem por essa forma de justiça.

Já o modelo estrutural prediz que gerentes/supervisores e empregados, independentemente do gênero, distinguem-se na escolha dos princípios de justiça. Os primeiros, dispendo de maior acesso às fontes de informação sobre as políticas organizacionais de administração de recompensas, que envolvem perspectivas de longo prazo, adotam mais a justiça procedimental. Os últimos, sem acesso privilegiado à informação, tendem a recorrer à comparação de seus resultados com os de colegas, isto é, à justiça distributiva.

### **4.3 As Relações entre Liderança e Justiça**

Nos estudos mais contemporâneos sobre liderança, particularmente no âmbito das teorias transacionais ou de troca social, a justiça vem sendo considerada um dos aspectos-chave da avaliação da qualidade da liderança. A percepção de que o líder age de forma justa é fundamental para a concessão de apoio, confiança, lealdade e legitimidade por parte de seus liderados, pressupondo-se, então, a manutenção do vínculo, a satisfação mútua, a motivação das partes, o bom desempenho e a eficácia do grupo como um todo. Na identificação dos fatores que influenciam as avaliações da liderança, dois aspectos são fundamentais: se as avaliações envolvem, de fato, questões de justiça e se se referem aos resultados distribuídos ou aos procedimentos adotados nas decisões (Tyler, 1986).

Embora a justiça distributiva tenha dominado inicialmente a pesquisa na área, atualmente a ênfase maior dirige-se à justiça processual, entendida de forma mais estrita (processos decisórios formais e explícitos adotados pela organização) ou mais ampla (englobando a justiça interacional), em ambos os casos sendo realçadas suas implicações positivas – sociais e psicológicas – para os membros individualmente e para suas relações com os líderes. Tais tendências são claramente atestadas no exame

da literatura mais recente sobre liderança e justiça, vindo ao encontro da recomendação de maior atenção às regras de justiça processual (De Cremer, 2003).

Nessa linha de análise, enquadraram-se, por exemplo, os estudos sobre as relações entre as percepções de justiça processual dos líderes e a auto-estima (De Cremer, 2003), os comportamentos dos membros de times de trabalho (Phillips, 2002; Phillips, Douhitt & Hyland, 2001) e as decisões de promoção (Lemons, 2003). O trabalho de De Cremer (2003), tomando por base os modelos relacionais de justiça, reúne evidências empíricas acerca dos efeitos negativos da liderança inconsistente, avaliada como processualmente injusta, na auto-estima e nos sentimentos de insegurança dos liderados em seus relacionamentos dentro do grupo.

No primeiro estudo de Phillips (2002), com o objetivo de aplicar a teoria de justiça à eficiência do time e ao exercício da liderança, foi proposto um modelo de justiça processual, segundo o qual o controle do processo e o controle da decisão exerceriam efeitos positivos e independentes sobre as percepções de justiça processual em times de tomada de decisão, hierarquizados segundo o nível de *expertise*. Os resultados obtidos apoiaram o modelo e as hipóteses de que as percepções de justiça processual se correlacionariam positivamente com a auto-eficácia dos membros do time e sua satisfação com o líder. Já no segundo estudo (Phillips & cols., 2001), os resultados, de um modo geral, confirmaram as pressuposições de que as percepções de justiça dos membros do time em relação ao seu líder mediariam as relações entre a acurácia das decisões tomadas, o grau de influência sobre as decisões do líder e os comportamentos de consideração do líder, por um lado, e o apego ao time e a satisfação com o líder, por outro.

A pesquisa de Lemons (2003) visou identificar os determinantes contextuais e cognitivos das barreiras à promoção de mulheres no trabalho. Nesse sentido, propôs-se a explorar as relações entre as percepções de fatores contextuais identificados como estimuladores do *glass ceiling* – falta de modelos de papel feminino, oportunidades limitadas de redes de comunicação (*networks*), segregação de gênero no trabalho e passos formais de carreira – e as percepções de justiça processual, partindo do pressuposto de que os estereótipos de gênero (tradicionais e não-tradicionais) funcionariam como moderadores dessas relações. Os principais resultados obtidos constituem evidências em favor do papel moderador dos esquemas de gênero nas relações entre as percepções de modelos de papel feminino e de passos formais de carreira, por um lado, e as percepções de justiça processual nas decisões de promoção, por outro. Desse modo, os empregados com esquemas de gênero não-tradicionais, quando comparados aos empregados com esquemas de gênero tradicionais, têm percepções de justiça processual mais elevadas quando julgam ser alto o número de modelos de papel feminino e grande a disponibilidade de

passos formais de carreira. Nas demais relações testadas, não foi observado o efeito moderador dos esquemas de gênero; no entanto, as percepções de segregação de gênero no trabalho e de *networks* limitados exerceram um efeito principal significativo nas percepções da justiça dos processos decisórios envolvidos nas promoção de gerentes mulheres.

## **5. Estereótipos de Gênero, Liderança e Justiça: Controvérsias e Sugestões para uma Agenda de Pesquisa**

A noção de liderança feminina, por si só, pode ser enganadora, e certamente não será a defesa que faz da necessidade de aumentar o número de mulheres gerentes que levará às transformações profundas e necessárias nas organizações. Para tanto, a análise da administração e liderança deve valer-se de outros recursos que não a adoção da liderança feminina como um slogan para a promoção da igualdade de gênero, da busca de organizações mais humanas ou do desenvolvimento da participação e dos negócios (Billing & Alvesson, 2000).

Uma possibilidade nesse sentido seria a inclusão do estudo da justiça organizacional no binômio gênero-liderança, o que equivaleria a ampliar a discussão sobre a existência de semelhanças ou diferenças entre lideranças masculinas e femininas, admitindo-se que talvez um parâmetro mais fundamental, sobre o qual se deva alicerçar a medida da eficácia da liderança, seja a justiça nas relações entre líderes e liderados. O exame da literatura revela grandes lacunas no estudo dessas inter-relações, que podem ser potencialmente úteis ao planejamento estratégico de políticas organizacionais voltadas para o bem-estar dos empregados e o bom desempenho das empresas. Visando contribuir nessa direção, convém então avaliar em que medida o conhecimento sobre estereótipos de gênero, liderança e justiça organizacional pode constituir um caminho preliminar em busca de uma agenda de pesquisa destinada a nortear as futuras investigações nessa linha.

Em suma, considerando-se a liderança como um fenômeno interpessoal cuja avaliação, em termos de eficácia, costuma envolver os modos pelos quais os gestores lidam com os problemas de justiça que sempre permeiam suas relações com os grupos, importa conhecer como líderes femininos e masculinos pensam e agem nessas situações, já que se pressupõe que as trocas entre líderes e liderados devem ser mutuamente satisfatórias. Durante muito tempo, a justiça foi vista como um tabu – de pouca importância para a vida empresarial, onde o que vale é eficiência, eficácia, lucros, mercado (Rego, 2000), mas, atualmente, reconhece-se que ela constitui requisito básico para o funcionamento eficaz das organizações e a satisfação pessoal de seus membros (Greenberg, 1990).

Como forma de se atingir tal objetivo cabe-nos retomar os principais eixos de discussão, derivados do exame da literatura empreendido, com o intuito de fazer uma síntese dos achados obtidos até o momento, na tentativa de identificar os principais contrastes entre as várias posições e algumas tendências gerais até então observadas.

– **O estilo de liderança depende do gênero**

Em que pesem as controvérsias acerca do real papel desempenhado pelos estereótipos de gênero na configuração dos estilos de gerenciamento é possível concluir que tais fenômenos encontram-se intimamente associados, conforme atestam os achados de que:

- a liderança é própria de homens porque eles possuem habilidades cognitivas e traços de personalidade especiais;
- a liderança confunde-se com masculinidade, independentemente de o líder ser homem ou mulher;
- as mulheres não possuem as habilidades necessárias para liderar
- a liderança feminina é diferente da masculina, sendo inerente e natural à mulher por suas habilidades e talentos especiais;
- as características estereotípicas vinculadas aos papéis de gênero e de liderança mantêm-se estáveis, a despeito das mudanças no papel social feminino;
- as características estereotípicas atreladas aos papéis de gênero e de liderança vêm mudando por conta das experiências diretas com a gestão feminina e o sucesso recente de mulheres executivas.

– **O estilo de liderança depende da posição estrutural na hierarquia, e não do gênero**

Em oposição aos estudos que apóiam as conclusões anteriores, outras pesquisas têm mostrado que:

- a liderança feminina e a liderança masculina não existem, mas, sim, líderes;
- os estilos de liderança variam conforme a posição na estrutura hierárquica da organização, e não conforme o gênero;
- as percepções dos comportamentos típicos dos líderes variam conforme se trate das percepções dos líderes, dos superiores ou dos liderados;
- líderes masculinos e femininos exibem o mesmo estilo de gestão se ocupam posições funcionais de igual poder e *status* dentro da organização.

– **Os líderes masculinos e femininos diferem nos comportamentos de justiça**

Apesar de o conjunto de achados reunidos acerca das relações entre gênero e justiça

ser ainda insuficiente, pouco conclusivo e, em alguns casos, controvertido, algumas tendências gerais podem ser extraídas dos resultados das pesquisas já realizadas:

- os líderes homens priorizam os princípios distributivos, em especial a equidade, porque enfatizam a tarefa e o *status*;
- as líderes mulheres priorizam princípios distributivos, mas usam a equidade apenas para os outros, não para si mesmas;
- as líderes mulheres ora adotam princípios distributivos, ora princípios procedimentais;
- as líderes mulheres endossam mais a justiça procedimental porque priorizam os aspectos interpessoais das decisões e as conquistas a longo prazo;
- as líderes mulheres privilegiam a justiça interacional porque enfatizam as relações interpessoais e a harmonia social.

#### **– Os líderes masculinos e femininos não diferem no uso de formas de justiça**

Na pressuposição de que, nos últimos tempos, as orientações de valor de homens e mulheres estão se aproximando, alguns estudos admitem que:

- tanto os líderes homens quanto as líderes mulheres usam princípios distributivos, ainda que por motivos diferentes;
- líderes masculinos e femininos tendem a adotar comportamentos de justiça similares como consequência do estreitamento das diferenças de gênero no trabalho.

#### **– As percepções de justiça do líder correlacionam-se com sentimentos e comportamentos positivos em relação ao líder e ao grupo**

O exame da literatura indica desequilíbrio nos conhecimentos acerca das relações entre liderança e justiça. Se, por um lado, as pesquisas atuais vêm evidenciando o importante papel desempenhado pelas percepções de justiça processual dos líderes nos sentimentos e comportamentos dos grupos, por outro, são grandes as lacunas em relação à justiça distributiva e interacional. Sabe-se, então que:

- as percepções de justiça processual do líder correlacionam-se com a satisfação dos liderados em relação ao líder e com seu apego ao grupo;
- as percepções de justiça processual do líder afetam a auto-estima e auto-eficácia dos liderados;
- as percepções de justiça processual constituem variáveis moderadoras nas relações entre fatores contextuais relacionados ao “teto de vidro” e as barreiras na promoção de mulheres no trabalho.



### – Indagações gerais por explorar

A despeito das intensas atividades de pesquisa em torno da temática da liderança e suas relações com gênero e justiça, algumas questões fundamentais permanecem sem resposta:

- A líder mulher é mais justa que o líder homem?
- O líder tem que ser justo, independentemente de ser homem ou mulher?
- Qual o peso que líderes homens e mulheres concedem às diferentes formas de justiça?
- A liderança pode até ser injusta, contanto que seja eficaz?
- A liderança não pode ser eficaz se não for justa, e não pode ser justa se não for eficaz?
- Qual o papel que as percepções de justiça distributiva do líder desempenham no comportamento dos membros do grupo e nas relações entre eles e o próprio líder?
- Qual o papel que as percepções de justiça interacional do líder desempenham no comportamento dos membros do grupo e nas relações entre eles e o próprio líder?
- Os estereótipos de gênero interferem nas percepções de justiça de líderes homens e de líderes mulheres?
- Por que, a despeito de todas as evidências em contrário, os estereótipos de gênero permanecem tão fortes?

## 6. Conclusões

Os dados acerca da participação de mulheres e homens na força de trabalho ilustram um quadro ainda marcado por muitos contrastes e desigualdades, mas, por outro lado, revelador de conquistas femininas até há algum tempo inimagináveis. Nesse sentido, o perfil salarial dos trabalhadores masculinos e femininos ao longo da década de 90 sinaliza a redução do abismo salarial entre os sexos. Por outro lado, ainda que o hiato permaneça grande, principalmente levando-se em conta que a mulher tem escolaridade superior (7,3 anos de estudo contra 6,6 anos dos homens) e que a ocupação feminina se concentra em postos de trabalho de pior qualidade, as projeções indicam que essa distância tende a diminuir, uma vez que as mulheres estão estrategicamente posicionadas para atuar em um mercado que privilegia a educação.

De todo modo, os números ainda expressam um mundo dominado pelos homens. A prevalecerem muitas dessas tendências, a tensão social será progressivamente maior – a presença e o preparo das mulheres no mercado de trabalho tornarão cada vez mais inaceitáveis as desigualdades em relação aos homens. Tal situa-

ção aponta, assim, para a necessidade premente de novos paradigmas de gestão organizacional com base não apenas no gênero, mas em outras variáveis individuais, grupais e contextuais, que possam ampliar o alcance no entendimento dessa temática multifacetada.

É de todo imprescindível, portanto, que a pesquisa em liderança seja feita à luz de modelos teóricos menos simplistas, que não se apoiem somente no gênero. Para apreender um pouco mais da complexidade do fenômeno os modelos precisam ser mais abrangentes, integrando múltiplos níveis de análise. E, principalmente, para preservar a natureza interpessoal do fenômeno, indispensável se faz que ele seja investigado sob o duplo enfoque dos líderes e dos liderados.

Alinhado com tal perspectiva, o presente trabalho identificou controvérsias e formulou sugestões para uma futura agenda de pesquisa cujos resultados poderão contribuir eficazmente para a redução da presença dos estereótipos e preconceitos de gênero na manifestação e avaliação de comportamentos de liderança, de modo a que estes, em futuro próximo, possam se realizar de forma independente do sexo daqueles que exercem tal papel, fundamental para o sucesso das organizações.

Tais sugestões orientaram-se para a discussão das inúmeras possibilidades de estudo que se oferecem no contexto de articulação do trinômio gênero-liderança-justiça. Contudo, uma síntese dos principais achados já obtidos nessas áreas, independente ou conjuntamente, autoriza a conclusão de que muito ainda falta para pôr ordem nesse campo do conhecimento e, a partir daí, poder extrair alguns princípios básicos que permitam o entendimento mais consistente do fenômeno interpessoal de liderança, visto sob a perspectiva conjunta de quem a exerce e de como é avaliada pelos liderados. Somente através de pesquisa sistemática e rigorosa é que se pode avançar. O presente trabalho pretendeu dar um primeiro passo nessa direção.

## Referências

- Adams, J. S. (1965). Inequity in social exchange. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2, pp. 267-299). New York: Academic Press.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Beugré, C. D. (1998). *Managing fairness in organizations*. Westport: Quorum Books.
- Bies, R. J. & Moag, J. S. (1986). Interactional justice: Communication criteria of fairness. Em R. J. Lewicki, B. H. Sheppard & M. H. Bazerman (Orgs.), *Research on negotiation in organizations* (pp. 43-55). Greenwich: JAI Press.
- Billing, Y. D. & Alvesson, M. (2000). Questioning the notion of feminine leadership: A critical perspective on the gender labeling of leadership. *Gender, Work, and Organization*, 7 (3), 144-157.

- Butterfield, D. A. & Powell, G. N. (1981). Effect of group performance, leader sex, and rater sex on ratings of leader behavior. *Organizational Behavior and Human Performance*, 28, 1239-141
- Carless, S. A. (1998). Gender differences in transformational leadership: An examination of leader and subordinate perspectives. *Sex Roles*, 39, 887-902.
- Cohen-Charash, Y. & Spector, P. E. (2001). The role of justice in organizations: A meta-analysis. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 86, 278-321.
- Dalton, D. R. & Kesner, I. (1993). Cracks in the glass: The silent competence of women. *Business Horizons*, 36 (2), 6-11.
- De Cremer, D. (2003). Why inconsistent leadership is regarded as procedurally unfair: The importance of social self-esteem concerns. *European Journal of Social Psychology*, 33 (4), 535-550.
- Deutsch, M. (1985). *Distributive justice: A social-psychological perspective*. New Haven: Yale University Press.
- Diekmann, A. B., & Eagly, A. H. (2000). Stereotypes as dynamic constructs: Women and men of the past, present, and future. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1171-1188.
- Dobbins, G. & Platz, J. (1986). Sex differences in leadership: How real are they? *Academy of Management Review*, 11, 118-127.
- Eagly, A. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Eagly, A. & Johnson, B. (1990). Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 111 (1), 3-22.
- Eagly, A. & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological Review*, 109 (3), 573-598.
- Eagly, A., Karau, S. J. & Makhijani, M. C. (1995). Gender and effectiveness of leaders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 117, 125-145.
- Eagly, A., Makhijani, M. C. & Klonski, B. G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 111, 3-22.
- Eagly, A., Wood, W. & Dieckman, A. B. (2000). Social role theory of sex differences and similarities: A current appraisal. Em T. Eckes & H. M. Trautner (Orgs.), *The developmental social psychology of gender* (pp. 123-174). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Fagenson, E. A. (1990). At the heart of women in management research: Theoretical and methodological approaches and their biases. *Journal of Business Ethics*, 9, 267-274.
- Fletcher, J. (1994). Castrating the female advantage feminist standpoint in contemporary writings. *Academy of Management Review*, 33 (1), 257-282.

- Folger, R. & Konovsky, M. A. (1989). Effects of procedural and distributive justice on reactions to pay raise decisions. *The Academy of Management Journal*, 32, 115-130.
- Glick, P. & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.
- Greenberg, J. (1987). A taxonomy of organizational justice theories. *Academy of Management Review*, 12, 9-22.
- Greenberg, J. (1990). Looking fair vs. being fair: Managing impressions of organizational justice. *Research in Organizational Behavior*, 12, 111-157.
- Greenberg, J. (1993). The social side of fairness: Interpersonal and informational classes of organizational justice. Em R. Cropanzano (Org.), *Justice in the workplace: Approaching fairness in human resource management* (pp. 79-106). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Heilman, M. E., Block, C. J., Martell, R. F. & Simon, M. C. (1989). Has anything changed? Current characterization of men, women, and managers. *Journal of Applied Psychology*, 74, 935-942.
- Helgensen, S. (1995). *The female advantage: Women's ways of leadership*. N. Y.: Double Day Currency.
- Kawakami, C. White, J. B. & Langer, E. J. (2000). Mindful and masculine: Freeing women leaders from the constraints of gender roles. *Journal of Social Issues*, 56 (1), 49-63.
- Kolb, J. (1999). The effect of gender role, attitude toward leadership and self-confidence on leader emergence: Implications for leadership development. *Human Resource Development Quarterly*, 10 (4), 305-320.
- Lee, C. & Farh, J-L. (1999). The effects of gender in organizational justice perception. *Journal of Organizational Behavior*, 20, 133-143.
- Lemons, M. A. (2003). Contextual and cognitive determinants of procedural justice perceptions in promotion barriers for women. *Sex Roles*, 52, 1026-1049.
- Lewis, A. E. & Fagenson-Eland, E. A. (1998). The influence of gender and organization level on perceptions of leadership behaviors: A self and supervisor comparison. *Sex Roles*, 39, 479-502.
- Lipman-Blumen, J. (1992). Connective leadership: Female leadership styles in the 21<sup>st</sup> century workplace. *Sociological Perspectives*, 35 (1), 183-203.
- Lott, B. (1997). The personal and social correlates of a gender difference ideology. *Journal of Social Issues*, 53, 279-298.
- Major, B. & Deaux, K. (1982). Individual differences in justice behavior. Em J. Greenberg & R. L. Cohen (Orgs.), *Equity and justice in social behavior*. N. Y.: Academic Press.
- O Globo (2001a). "OIT: mulheres executivas são só 3% no mundo". *Caderno de Economia*, p. 23, edição de 9/3/2001.

- O Globo (2001b). "Cai diferença salarial entre os sexos". *Caderno de Economia*, p. 23, edição de 9/3/2001.
- Owen, C. L. & Todor, W. D. (1993). Attitudes toward women as managers: Still the same. *Business Horizons*, 36 (2), 12-15.
- Powell, G. N. & Butterfield D. A. (1989). "The good manager": Did androgyny fare better in the 1980s? *Academy of Management Journal*, 22, 395-403.
- Powell, G. N., Butterfield, D. A. & Parent, J. D. (2002). Gender and managerial stereotypes: Have the times changed? *Journal of Management*, 146, 1-18.
- Phillips, J. M. (2002). Antecedents and consequences of procedural justice perceptions in hierarchical decision-making teams. *Small Group Research*, 33 (1), 32-64.
- Phillips, J. M., Douthitt, E. A. & Hyland, M. A. (2001). The role of justice in team member satisfaction with the leader and attachment to the team. *Journal of Applied Psychology*, 86, 316-325.
- Ragins, B. R. (1991). Gender effects in subordinate evaluations of leaders: Real or artifact? *Journal of Organizational Behavior*, 12, 259-268.
- Rego, A. (2000). *Justiça e comportamento de cidadania organizacional: Uma abordagem sem tabus*. Lisboa: Ed. Sílabo.
- Riger, S. & Galligan, P. (1980). Women in management: An exploration of competing paradigms. *American Psychologist*, 35, 902-910.
- Rodrigues, S. M. C. (2001). *Liderança feminina frente à liderança masculina: As percepções de justiça na ótica dos liderados*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, RJ.
- Rosener, J. B. (1995). *America's competitive secret: Women managers*. N.Y.: Oxford University Press.
- Rudman, L. A. & Glick, P. (1999). Feminized management and backlash toward agentic women: The hidden costs to women of a kinder, gentler image of middle managers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 1004-1010.
- Sweeney, P. D. & McFarlin, D. B. (1993). Workers' evaluations of the "ends" and the "means": An examination of four methods of distributive and procedural justice. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 55, 23-40.
- Sweeney, P. D. & McFarlin, D. B. (1997). Process and outcome: Gender differences in the assessment of justice. *Journal of Organizational Behavior*, 18, 83-98.
- Tata, J. (2000). Influence of role and gender on the use of distributive versus procedural principles. *The Journal of Psychology*, 134 (3), 133-143.
- Tata, J. & Bowes-Sperry, L. (1996). Emphasis on distributive, procedural, and interactional justice: Differential perceptions of men and women. *Psychological Reports*, 79, 1327-1330.

Thibaut, J. W. & Walker, L. (1975). *Procedural justice: A psychological analysis*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

Tyler, (1986). The psychology of leadership evaluation. Em H. W. Bierhoff, R. L. C. Cohen & J. Greenberg (Orgs.), *Justice in social relations* (299-316). New York: Plenum Press.

Tyler, T. R. & Lind, E. A. (1992). A relational model of authority in groups. Em M. Zanna (Org.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 25, pp. 115-191). New York: Lexington Books

Walster, E., Berscheid, E. & Walster, G. W. (1973). New directions in equity research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, 151-176.

**2 ESTUDOS SOBRE AS NOVAS**  
FORMAS DE PRECONCEITO E  
RACISMO E PERCEPÇÃO DE  
DISCRIMINAÇÃO RACIAL

---





### **AS NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL: ESTUDOS EXPLORATÓRIOS**

*Leoncio Camino*  
*Patrícia da Silva*  
*Aline Machado*

É um fato conhecido por todos nós que nas sociedades modernas, particularmente após o movimento dos anos 60 pelos direitos civis, atos explícitos de discriminação racial e étnica são publicamente condenados e proibidos por lei. Portanto, pode-se supor, que os preconceitos estão acabando? Não. Na verdade, o que parece estar ocorrendo é uma mudança tanto nas formas de expressão do preconceito e da discriminação racial como nas perspectivas em que o racismo é estudado.

No que concerne à compreensão das formas atuais que o racismo está tomando, parece-nos necessário analisar o contexto contemporâneo aonde se desenvolvem as novas formas dos processos de exclusão social. Este contexto é dominado pela globalização que deve ser entendida como um conjunto de processos culturais e econômicos, independentes entre si, mas fortemente relacionados.

Assim, ao nível cultural, o processo de globalização intensifica as relações entre as diferentes culturas e etnias, fato que produz uma certa ambigüidade. De um lado cresce o respeito frente à diversidade de valores culturais. Mas de outro lado, emergem fortes pressões para a manutenção das identidades e valores culturais regionais. A subida de movimentos nacionalistas na Europa e em outras regiões (Giddens, 1996) e o surgimento de fanatismos religiosos de caráter fundamentalista (Brown, 1995), seriam expressão típica da ambigüidade que caracteriza a globalização, a qual traz como efeitos colaterais, o fanatismo e a discriminação contra etnias e grupos minoritários (Wetherell, 1996).

Ao nível econômico, o processo de globalização financeira e a formação de novos blocos, se de um lado traduzem o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo, do outro, aumentam as diferenças já existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre ricos e pobres no interior dos diversos países como constatado pelas próprias estatísticas governamentais (Beeman & Frank, 1988) e por estudos acadêmicos (Bauman, 1998; Dupas, 2000).

Certamente este conjunto de mudanças culturais e econômicas afeta as formas em que são vividas hoje as relações raciais e introduz nestas, as ambigüidades e contradições próprias do Pós-modernismo (Bowser, 1995). Assim, constata-se que em sociedades modernas, embora os atos explícitos de discriminação estão publicamente proibidos por lei, a discriminação pela cor da pele continua a se desenvolver. Observa-se por exemplo, que na maioria dos países onde se deu a escravidão, o caso do Brasil, continuam a aumentar as diferenças socioeconômicas entre as pessoas de cor branca e as pessoas de cor negra (Paixão, 2003; Silva, 2000). Já nos países desenvolvidos que foram colonizadores, criam-se dificuldades para a entrada de trabalhadores estrangeiros não brancos. Em ambas situações, são constatadas violências e até assassinatos contra pessoas de cor negra (da Silva, 2003; Oliveira, de Lima e dos Santos, 1998). Mas de fato, na maioria dos países, têm-se criado a convicção generalizada que períodos históricos mais antigos como os da escravidão e mais recentes como do *apartheid* e de segregação racial têm sido superados. O racismo enquanto ideologia e prática está formalmente proibido na maioria dos países ocidentais.

Compreende-se assim, que o tipo de preocupação presente nos trabalhos que surgiram a partir dos anos 40 (Hovland e Sears 1940; Adorno *et al.*, 1950) em explicar um racismo aberto e ativo, tenha sido substituído gradualmente, pela preocupação em revelar formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas essas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo. Esta preocupação deu lugar à abordagens diversas que têm em comum, a idéia da persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente normas anti-discriminatórias (Dovidio e Gaertner, 1986; Katz, Wackenhut e Hass, 1986; McConahay, 1986; Pettigrew e Meertens, 1995).

De fato, alguns autores (Crosby e outros, 1980; Dovidio, Mann e Gaertner, 1989) sugerem que a diminuição das expressões do racismo seria mais aparente que real, pois pressupõem a persistência de atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as normas atuais anti-discriminativas. Entre estas abordagens incluem-se: a teoria da ambivalência/amplificação das atitudes raciais (Katz, 1981, Katz, Wackenhut e Hass, 1986) e a teoria do racismo aversivo (Dovidio e Gaertner, 1986).

Assim por exemplo, Katz (1981), em sua teoria de ambivalência racial considera que as pessoas exageram tanto as atitudes positivas quanto as negativas dependendo do contexto social: presença de outros, relevância da cor da pele na situação, etc. O que estas teorias têm em comum é a idéia de que a discriminação manifesta, a qual supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e rejeição do contato íntimo com os membros deste grupo, está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação. Estas conceitualizações pressupõem que nos últimos 30 ou 40 anos as sociedades modernas vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais à discriminação racial. Pressupõem também que em consequência destas práticas institucionais, as pessoas se adaptariam a essas pressões inibindo expressões externas de discriminação, embora no foro íntimo não tenham internalizado os novos valores e conservem atitudes preconceituosas bem enraizadas na sua psicologia. Neste sentido, a não expressão do racismo deveria ser atribuída a processos de acomodação psicológica (Kelman, 1961). Alguns dados parecem confirmar esta visão. Pesquisas de Sigall e Page (1971), de Crosby e outros (1980) mostram a relação complexa existente entre respostas conscientes como respostas a escalas clássicas de questionários e respostas espontâneas, avaliadas seja por comportamentos não verbais, seja por medidas fisiológicas.

Outros autores consideram que não se trata de uma questão meramente quantitativa, a redução na intensidade da expressão, mas de uma transformação qualitativa das formas de expressão do preconceito. Por essa razão, teorias como a do racismo simbólico (Sears e McConahay, 1973), a do racismo moderno (McConahay, 1986) e a do racismo sutil (Pettigrew e Meertens, 1995), falam de novas formas de preconceito. Assim por exemplo, Sears e Kinder (1971), na teoria do racismo simbólico, supõem que o núcleo deste novo racismo estaria constituído pela afirmação, por um lado de valores igualitários (próprios do pós-modernismo) e oposição, por outro lado, de políticas congruentes com estes valores.

Estas novas formas de preconceito se expressariam em crenças e práticas diferentes das típicas do racismo clássico, por tanto a expressão atual do preconceito não pode ser medido através de escalas tradicionais ou por escalas de distância social. É neste sentido que McConahay (1986) tem proposto uma nova escala que considera as características do racismo moderno. É evidente que este tipo de escala não pode ser compreendido como medindo apenas tendências individuais. Estas escalas, de fato, traduzem a visão que o mundo moderno tem do conflito racial.

Assim para Wetherell (1996), o fato de que o sujeito experimente um conflito, uma ambivalência etc., não quer dizer que este conflito tenha sua origem ao nível psicológico do sujeito, mas que o sujeito reproduz argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade. Na mesma direção Billig (1991),

afirma que se a ideologia reflete de alguma maneira a organização econômica, pode-se esperar que a mentalidade pós-moderna inclua tanto aspirações universalistas e globalizantes como aspirações setoriais (nacionalistas) que o espírito de concorrência e a meritocracia capitalista inculcam. Por isso, na mentalidade pós-moderna coabitam aspirações moralistas de fraternidade e de igualdade e preocupações realistas de justiça concreta. Assim a frase “eu não sou preconceituoso, mas devemos reconhecer que os estrangeiros estão tirando o nosso emprego”, afirma concomitantemente, valores éticos de justiça social e valores materiais muito específicos. Para Billig (*op. cit.*) o triunfo de uma ideologia é o triunfo no discurso cotidiano da exigência por justificativas empíricas de seu sucesso. Isto implica num paradoxo: quanto mais se critica o preconceito mais os preconceitos do liberalismo são justificados.

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais na base das raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1995). É neste sentido que se pode afirmar que o racismo é uma ideologia ou um discurso que justifica processos de discriminação social (Bowser, 1995; van Dijk, 1997). E a ideologia, enquanto construção mental justificadora, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue ao mesmo tempo conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos, por se tratar de idéias e emoções. Entre os processos cognitivos merecem destaque os processos de categorização e de construção de estereótipos, principalmente quando se considera que estudos recentes mostram o papel justificador que os estereótipos desempenham nas relações intergrupais (Yzerbyt, Rocher & Schadron 1997).

Numerosas pesquisas desenvolvidas a partir da obra de Tajfel (1981) sobre os estereótipos como indicadores da discriminação têm mostrado que as pessoas atribuem mais traços positivos e menos traços negativos ao seu grupo do que a um outro grupo. Ainda tem sido mostrado que quando os grupos em presença são grupos assimétricos (dominante / dominado; maioria / minoria, posição social elevado / baixo), este fenômeno de discriminação intergrupar ocorre com maior expressão nos grupos majoritários, dominantes ou de posição mais elevada (Monteiro *et al.*, 1994).

De acordo com estes resultados, deveria esperar-se que pessoas de grupos majoritários mostrassem um claro favoritismo pelos seus grupos de pertença, atribuindo-lhes mais traços positivos e menos traços negativos do que aos grupos discriminados. No entanto, a indesejabilidade social da discriminação, poderia implicar um processo mais fino de discriminação. Por exemplo, num estudo realizado em Espanha por Perez (1996), que tinha como grupo-externo-alvo os ciganos daquele país, verificou-se que os entrevistados atribuíram mais traços positivos ao

próprio grupo do que ao grupo externo, não diferindo significativamente na atribuição de traços negativos a ambos os grupos. Ou seja, a norma antidiscriminatória foi aplicada à atribuição de traços negativos, mas não à atribuição de traços positivos, situação em que os indivíduos manifestaram um claro favoritismo pelo grupo dos não ciganos. Dito de outra forma, verifica-se um favoritismo pelo próprio grupo, mas não uma discriminação do grupo externo.

Outros estudos, usando como sujeitos estudantes norte-americanos brancos (Gaertner e McLaughlin, 1983; Dovidio, Mann e Gaertner, 1989), não encontraram diferenças na avaliação de brancos e negros em atributos negativos, como por exemplo “preguiçoso”, mas descobriram um favorecimento sistemático dos brancos em atributos considerados positivos como “ambicioso”. Para esses estudantes, “os negros não são piores, mas os brancos são melhores” (Dovidio *et al.*, 1989: 88).

Para testar a hipótese de que a discriminação racial se expressa hoje não tanto pela atribuição de traços negativos, mas mais pela não atribuição de traços positivos ao grupo racial, Vala, Brito e Lopes (1999), num estudo desenvolvido com 435 sujeitos portugueses, compararam o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e a imigrantes negros. Os sujeitos eram confrontados com uma lista de oito traços: quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Com base nesses traços, pedia-se que indicassem aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e sobre um negro típico. Vala, Brito e Lopes (*op. cit.*) observaram que os portugueses escolheram significativamente mais traços positivos para descrever a si mesmos do que para descrever os imigrantes negros. No que concerne aos traços negativos, os autores não encontraram diferenças significativas, ou seja, os sujeitos manifestaram abertamente uma diferenciação entre os dois grupos ao nível dos traços positivos, mas não ao nível dos traços negativos. Curiosamente, o número de traços negativos é até maior no próprio grupo do que no grupo externo. A partir destes estudos, pode-se supor que nos países ocidentais, o preconceito não se expressa hoje em dia pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo, mas pela negação de atributos positivos a este. Isto significa que em certos países ocidentais as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis e se revestindo de novas formas que visam preservar o respeito por uma normatividade social idealizada de não discriminação de grupos sociais a partir de critérios de raça.

Como se processam no Brasil as normas anti-racistas e como se justificam as discriminações concretas? De fato, o Brasil parece ter características muito especiais no que concerne à expressão do racismo. Numa pesquisa que atingiu todo o território nacional, Venturi e Paulino (1995) constataram que 89% dos brasileiros reconheciam a existência de preconceito racial no Brasil. Mas apesar da consciên-

cia da existência de um preconceito generalizado, só 10% admitiam serem preconceituosos. Venturi e Paulino (*op. cit.*) constataram também que 87% dos brasileiros, apesar de não se reconhecerem como preconceituosos, revelavam de forma indireta, algum tipo de preconceito. Estes autores afirmam que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra os negros”. Rodriguez (1995) denomina este fenômeno de “Racismo Cordial”, afirmando que esta atitude seria uma maneira de não ofender mais aquele que se discrimina. Martinez e Camino (2000) observaram a mesma contradição em estudantes universitários de João Pessoa. Numa escala de 1 a 10, onde os maiores escores indicavam maior atribuição de preconceito, os estudantes atribuíam a si, em média, 3,3 pontos enquanto que atribuíam 7,8 pontos aos brasileiros.

Num outro estudo, Camino, da Silva, Machado e Pereira (2001), avaliaram, diferentemente das pesquisas já citadas (Rodrigues, 1995; Martinez e Camino, 2000), a forma em que os brasileiros se atribuem preconceito, relacionando expressamente a existência, ou não, da atitude preconceituosa na pessoa a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa no brasileiro. E de fato observam que a grande maioria dos estudantes (82%) escolhe a opção que relaciona a existência de preconceito no brasileiro à posição individual não-preconceituosa. Estes estudantes, ao mesmo tempo em que afirmam que a maioria da população brasileira é preconceituosa, afirmam também que eles mesmos não são preconceituosos. A escolha desta alternativa contraditória – nós como indivíduos não somos racistas, mas o Brasil é racista - sugere que no Brasil, as pessoas tanto têm uma clara consciência de que se vive numa situação de discriminação racial como não se sentem individualmente responsáveis por esta situação. A força da norma social anti-racista leva as pessoas a evitar assumir atitudes pessoais preconceituosas, mas essa norma não lhes impede de ver que no Brasil continua a discriminação de pessoas de cor negra. Nesta situação contraditória existe discriminação, mas ninguém é responsável por ela.

Num país onde existe, por um lado, um forte processo de miscigenação que facilita as relações inter-raciais e, por outro, uma situação extrema de discriminação racial, como as pessoas vivem esta situação contraditória? Evidentemente as formas de categorizar as diferenças raciais devem conter, de alguma maneira, esta ambivalência. Tendo em conta este contexto, podemos perguntar se os brasileiros tenderiam a favorecer pessoas brancas, mas não discriminariam pessoas de cor negra, como foi observado tanto na Europa como nos Estados Unidos ou, as normas anti-racistas junto com a forte miscigenação racial existente no Brasil impediriam qualquer forma de discriminação?

Num conjunto de estudos empíricos procuramos analisar as conseqüências das normas anti-racistas vigentes no Brasil na expressão do preconceito. Pretendí-

amos mostrar que junto à acomodação psicológica que as pessoas realizam entre resíduos de uma longa socialização racista e as normas anti-racistas, vêm se afirmando formas de categorização social que substituem o conceito de raça por uma adaptação aos valores modernos progressistas. A cor da pele estaria de alguma maneira associada seja a valores do primeiro mundo seja a valores do terceiro mundo.

### **1º Estudo Empírico**

*Objetivos* - Neste primeiro estudo, de caráter exploratório, pretendíamos ver se a pressão anti-racista no Brasil é tal que, diferentemente dos estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa, as pessoas não manifestariam nenhuma forma de discriminação. Estudos anteriores (Camino, da Silva, Machado e Pereira, 2001), nos fizeram pensar que no Brasil, o preconceito é expresso mais facilmente quando o sujeito não se encontra numa situação claramente de relações inter-raciais ou quando atribui este preconceito aos brasileiros, ao passo que ao referir-se a si, o sujeito tende a negar ser preconceituoso. Por esta razão decidimos comparar, usando a mesma abordagem metodológica de Vala, Brito e Lopes (1999), as diferenças existentes entre a forma em que as pessoas atribuem adjetivos positivos e negativos a brancos e a negros e a forma que eles pensam que os brasileiros o fariam.

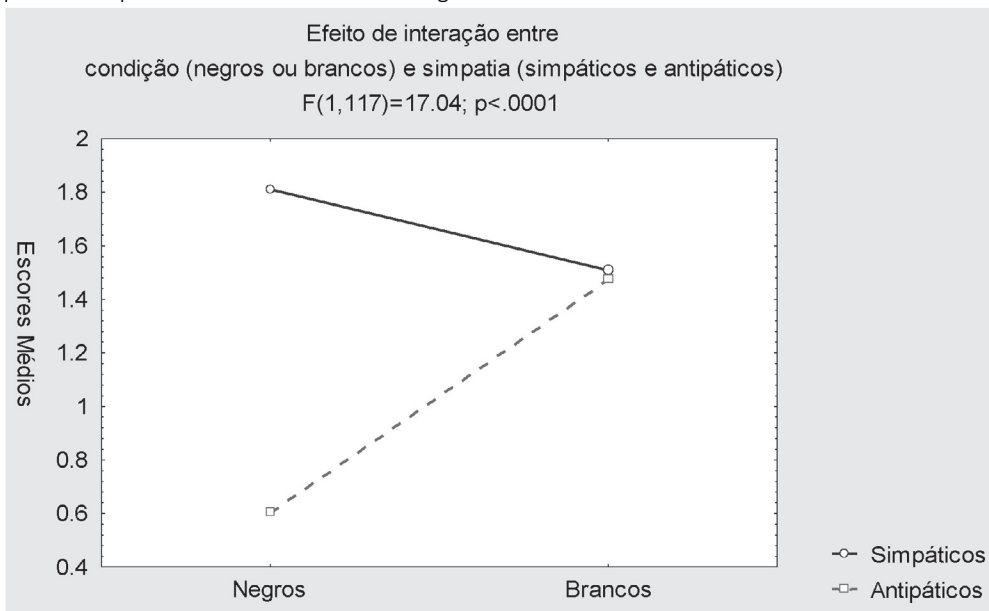
Por outro lado, embora a ideologia liberal negue diferenças hierárquicas entre raças, pressupõe que existam diferenças em termos de progresso socioeconômico. Neste sentido, pensamos explorar a forma em que negros e brancos seriam classificados nesta dimensão, usando adjetivos característicos de pessoas do primeiro e do terceiro mundo. Pressupomos que, para caracterizar pessoas negras, os estudantes utilizariam com maior frequência adjetivos utilizados para classificar pessoas de países do 3º mundo enquanto que a caracterização dos brancos recairia sobre adjetivos que classificam pessoas de países do 1º Mundo.

*Procedimentos* - Neste primeiro estudo, foram entrevistados 120 estudantes da Universidade Federal da Paraíba, numa amostra proporcional às características da vida acadêmica. Para testar nossa hipótese de que os estudantes, por causa da forte norma anti-racista existente em nossa sociedade, inibiriam a expressão pública do preconceito, enquanto que outras formas mais aceitas pela ideologia pós-moderna, seriam facilmente expressas; utilizamos a técnica da lista de adjetivos. Só que à lista clássica de oito adjetivos positivos e negativos pessoais (Vala, Brito e Lopes, 1999), acrescentamos mais oito adjetivos, obtidos numa pesquisa piloto anterior (Camino, Da Silva, Machado e Martinez, 2000). Estes adjetivos foram os mais usados pelos estudantes da UFPb para referirem-se as pessoas do 1º e do 3º Mundo. Nesse estudo, de um conjunto de 49 adjetivos, foram retidos 16: 4 referentes a pessoas que mais se admira: alegre, simpático, inteligente, honesto; 4 referentes a pessoas que não se

admira: agressivo, antipático, egoísta, desonesto; 4 referentes a pessoas de países do 1º mundo: ambicioso, civilizado, independente, rico e, finalmente 4 referentes a pessoas de países do 3º mundo: sonhador, solidário, trabalhador, pobre<sup>1</sup>. Os estudantes eram contatados na sala de aula. Solicitava-se à metade dos sujeitos que escolhessem, entre a lista de 16 adjetivos, os adjetivos que melhor identificam pessoas de cor branca e à outra metade que escolhessem os adjetivos que melhor identificam pessoas de cor negra. Primeiramente de acordo com a própria percepção do sujeito e logo após de acordo com a concepção dos brasileiros.

*Resultados* - No que concerne os 8 adjetivos que se referem a pessoas simpáticas ou antipáticas a Análise de Variância mostra um efeito significativo ( $F = 18.933$ ;  $p < .0000$ ) para o tipo de adjetivo e uma interação significativa ( $F = 40.517$ ;  $p < .0000$ ) entre a cor da pele da pessoa que é avaliada e o tipo de adjetivo utilizado (simpático ou antipático). Na Figura 1 pode-se observar, em primeiro lugar que os estudantes utilizam, em média, mais adjetivos que se referem às pessoas simpáticas ( $m = 1.7$ ) que às pessoas antipáticas ( $m = 1.0$ ). Pode-se observar também que o número de adjetivos vai depender da cor da pele da pessoa avaliada. Assim as pessoas de cor negra recebem o maior número de adjetivos simpáticos ( $m = 1.8$ ) e o menor número de adjetivos antipáticos ( $m = 0.6$ ). Já as pessoas de cor branca recebem o mesmo número de adjetivos simpáticos e antipáticos ( $m = 1.5$ ).

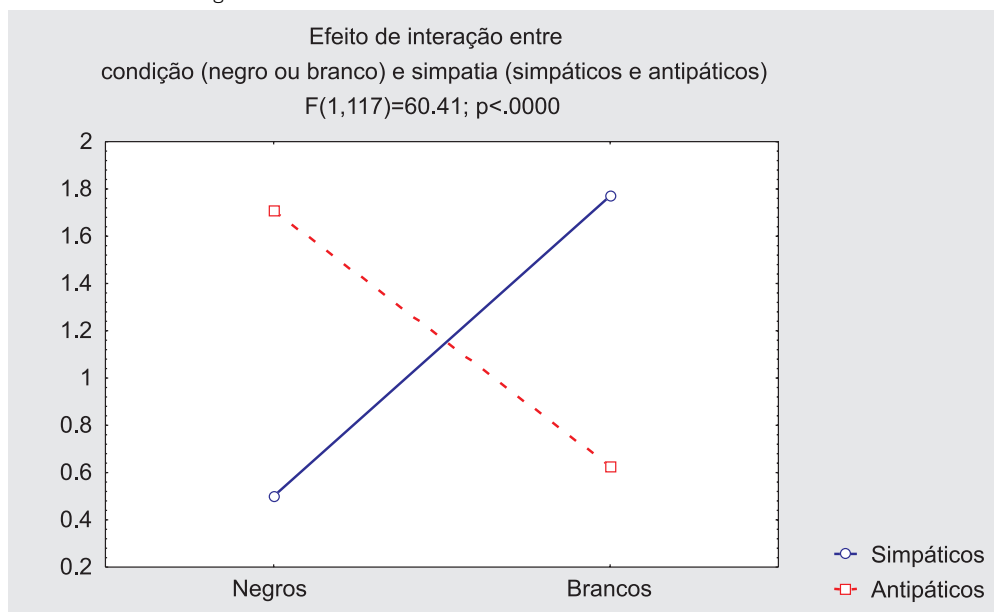
Figura 1: Número de adjetivos de simpatia/antipatia usados por estudantes da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra





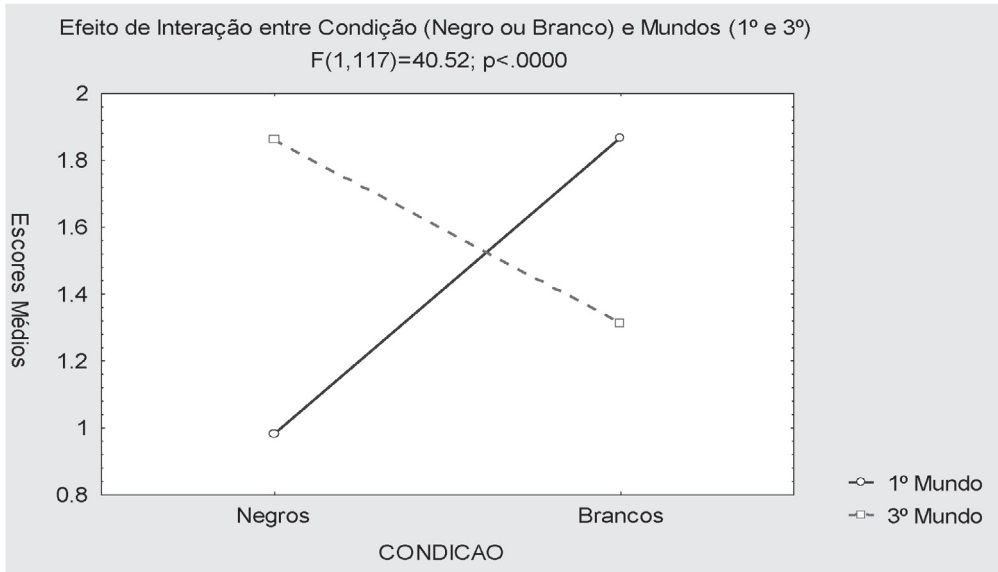
Já a Análise de Variância do número de adjetivos quando os estudantes os atribuem em função do que os brasileiros pensam, mostra uma interação significativa ( $F = 60.411$ ;  $p < .0000$ ) entre a cor da pessoa julgada e o tipo de adjetivo usado. Os resultados mostram que, para os estudantes, os brasileiros usariam mais adjetivos de pessoas antipáticas ( $m = 1.7$ ) e menos de pessoas simpáticas ( $m = 0,5$ ) para descrever as pessoas de cor negra e mais adjetivos positivos e menos negativos para julgar as pessoas de cor branca (Figura 2).

Figura 2: Número de adjetivos de simpatia/antipatia usados por estudantes da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra como os brasileiros o fariam.



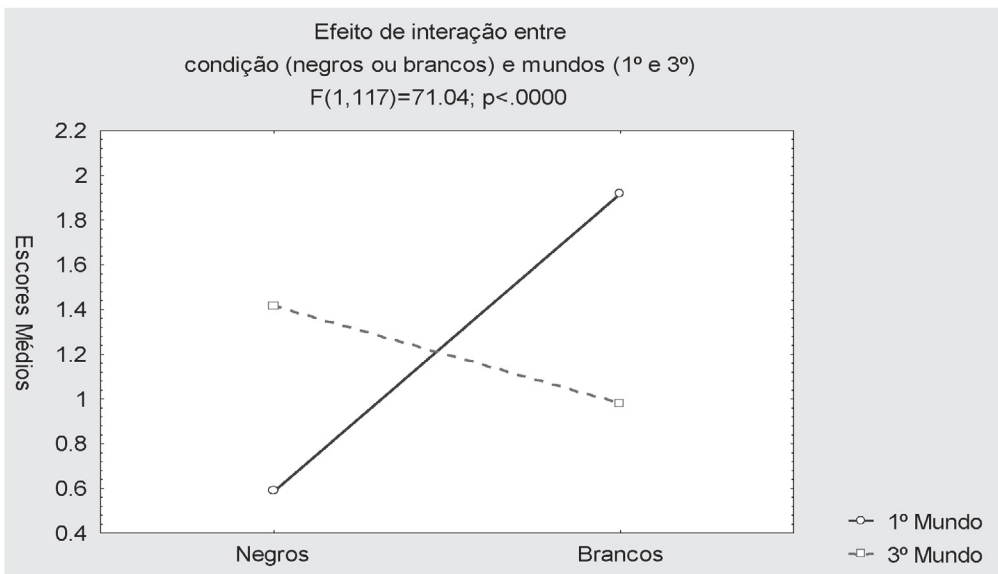
No que concerne aos 8 adjetivos que descrevem pessoas do primeiro e do terceiro mundo, observou-se uma interação significativa ( $F = 40.517$ ;  $p < .0000$ ) entre a cor da pessoa avaliada e o tipo de adjetivo o que indica que os estudantes, quando respondem por se mesmos, utilizam mais adjetivos do terceiro mundo ( $m = 1.9$ ) e menos do primeiro mundo ( $m = 1.0$ ) para descrever pessoas de cor negra e mais adjetivos do primeiro mundo ( $m = 1.9$ ) e menos do terceiro mundo para descrever as pessoas de cor branca.

Figura 3: Número de adjetivos referentes a pessoas do 1º e do 3º mundo usados por estudantes da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra.



Os estudantes, quando convidados a responder pelos brasileiros dão o mesmo padrão de respostas, com uma interação também significativa ( $F = 71.004; p < .0000$ ). Utilizam portanto, mais adjetivos do terceiro mundo ( $m = 1.9$ ) e menos do primeiro mundo ( $m = 0.6$ ) para descrever pessoas de cor negra e mais adjetivos do primeiro mundo ( $m = 1.9$ ) e menos do terceiro mundo ( $m = 1.4$ ) para descrever as pessoas de cor branca.

Figura 4: Número de adjetivos referentes a pessoas do 1º e do 3º mundo usados por estudantes da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra como os brasileiros o fariam.



Análises de Variância complementares mostram que tanto a atribuição de adjetivos de simpatia ou antipatia como a atribuição de adjetivos próprios de pessoas do 1º e do 3º Mundo a pessoas de cor branca e de cor negra não estão relacionadas nem com a cor da pele, nem com a raça do estudante. A atribuição de adjetivos próprios de pessoas do 1º e do 3º Mundo a pessoas de cor branca e de cor negra não está relacionada com o fato de admirar ou se identificar a um ou a outro tipo de país.

*Conclusões.*- Tínhamos suposto que as formas de categorizar as diferenças raciais devem conter claramente elementos que justifiquem a relação de dominância. Mas esta relação com a dominância social, por causa das normas anti-racistas, não apareceria de forma óbvia. Assim, quando convidados a escolher entre os 8 adjetivos que descreviam pessoas simpáticas ou antipáticas observou-se que os estudantes quando respondiam por si mesmos, utilizavam mais adjetivos de pessoas simpáticas e menos de pessoas antipáticas para descrever pessoas de cor negra que quando descreviam pessoas de cor branca. Quando convidados a responder como brasileiros, os resultados se invertem. De fato os estudantes atribuem mais adjetivos de pessoas antipáticas e menos de pessoas simpáticas para descrever pessoas de cor negra e mais adjetivos positivos e menos negativos para julgar as pessoas de cor branca.

No Brasil por um lado, a miscigenação racial muito forte e por outro lado, a extrema discriminação em que vivem as pessoas de cor negra devem produzir processos de acomodação muito fortes. Assim, diferentemente dos resultados obtidos nos Estados Unidos e na Europa, os estudantes da Paraíba surpreendentemente, atribuem aos negros um número maior de adjetivos positivos do que atribuem as pessoas de cor branca e praticamente não utilizam adjetivos negativos para descrever pessoas de cor negra. Já ao responder pelos brasileiros, os estudantes dão respostas que expressam uma atitude depreciativa em relação aos negros.

No que concerne os adjetivos que descrevem pessoas de primeiro e terceiro mundo, observou-se que os estudantes, quando respondiam por si mesmo, utilizavam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo para descrever pessoas de cor negra e mais adjetivos do primeiro mundo e menos do terceiro mundo para descrever as pessoas de cor branca. Quando convidados a responder pelos brasileiros davam o mesmo padrão de respostas.

O conjunto de resultados mostra que ao mesmo tempo em que os estudantes inibem claramente expressões clássicas de discriminação racial, novas formas de categorização estão se desenvolvendo, formas que se destinam a substituir o conceito de raça pelo de modernismo, a cor branca sendo associada aos valores do primeiro mundo e a cor negra aos “valores” do terceiro mundo. Estas novas formas de categorização não se confrontam com as normas anti-racistas, o que facilita a conservação dos processos de exclusão. Podemos descrever todo este processo de

categorização, utilizando como analogia, o conceito psicanalítico de “formação reativa”, para indicar que tanto os mecanismos psicológicos de inibição como as novas formas do discurso racial, têm como objetivo preservar a discriminação racial vigente desde a escravidão além de retirar dos cidadãos o sentimento de responsabilidade por essa situação.

Mas, dado o fato de que nossa amostra está constituída exclusivamente por estudantes universitários, que certamente possuem um status sócio-econômico e um nível de educação muito superior aos da média da população brasileira, poderia se pensar que estas formas sutis de preconceito seriam próprias de pessoas de um bom nível educacional. Será que setores mais populares do Brasil inibem também as expressões do preconceito racial? Esta preocupação nos levou a estudar os servidores da Universidade, tanto os do setor administrativo como os de apoio e da limpeza.

A adaptação aos valores modernos progressistas. A cor da pele estaria de alguma maneira associada, seja a valores progressistas do primeiro mundo, seja a valores menos avançado.

## **2º Estudo**

Supomos que os servidores da UFPB apresentarão o mesmo padrão de respostas observadas no estudo anterior. Concretamente esperamos que o preconceito, através dos estereótipos, seja expresso mais facilmente quando o sujeito atribui este preconceito aos outros ao passo que ao se referir a si, o sujeito tenderá a negar ser preconceituoso. Esperamos também que, para caracterizar pessoas negras, os servidores utilizem com maior freqüência adjetivos utilizados para classificar pessoas de países do 3º mundo enquanto que a caracterização dos brancos recairá sobre adjetivos que classificam pessoas de países do 1º Mundo.

*Procedimento* - Foram contactados 133 sujeitos, adultos, de ambos os sexos, servidores da Universidade Federal da Paraíba. Para avaliar a expressão do preconceito racial repetiu-se o mesmo procedimento utilizado no estudo piloto anterior (Camino, Da Silva, Machado e Martinez, 2000)<sup>2</sup>, só que desta vez com servidores da UFPB. Obtiveram-se 16 adjetivos, divididos em quatro situações: 4 adjetivos para pessoas simpáticas: Alegre, Bom, Honesto, Inteligente; 4 adjetivos para pessoas antipáticas: Agressivo, Antipático, Selvagem, Ruim; 4 para pessoas de países do 1º mundo: Ambicioso, Civilizado, Rico, Solidário e 4 para pessoas de países do 3º mundo: Barulhento, Ingênuo, Pobre, Sonhador.

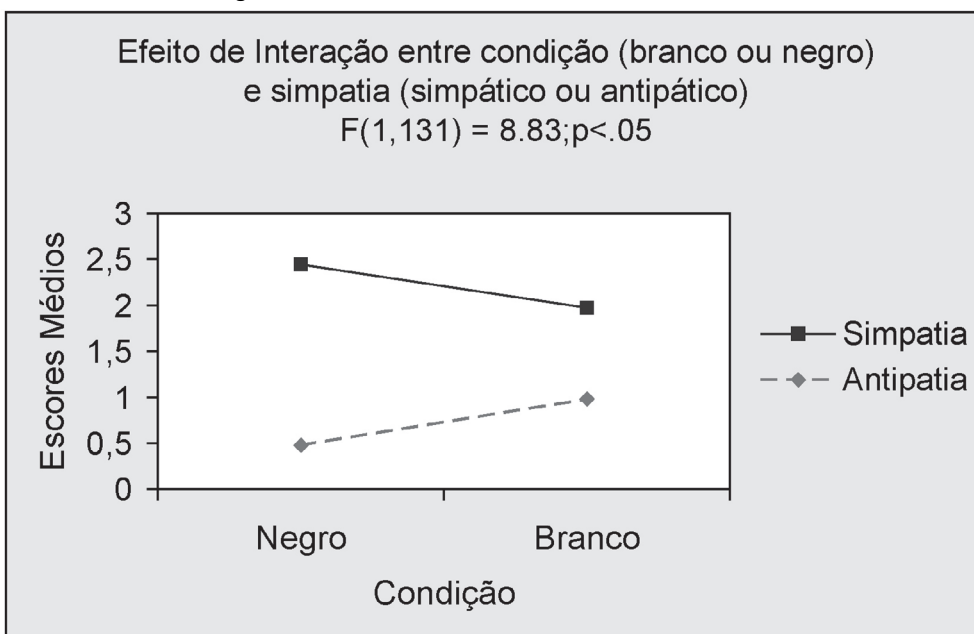
Pediou-se à metade dos sujeitos que escolhessem os adjetivos que melhor identificavam pessoas de cor branca e à outra metade que escolhessem os adjetivos que melhor identificavam pessoas de cor negra. Estas escolhas deveriam ser feitas primeiramente de acordo com a própria percepção do sujeito e logo após, de acordo

com o que eles achassem ser a concepção dos brasileiros. Os servidores foram contactados no período do trabalho com a autorização do Departamento de Pessoal da UFPB

## Resultados

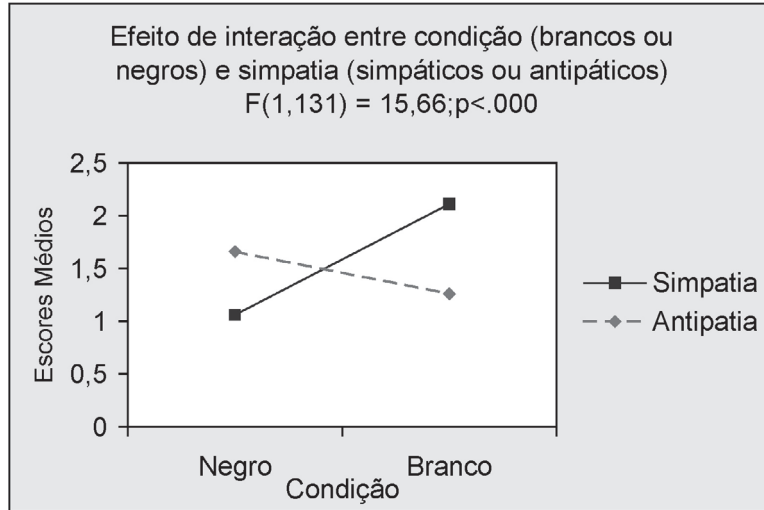
Na Figura 5 constata-se que o número de adjetivos usados vai depender da cor da pele da pessoa avaliada ( $F_{(1,131)} = 8,83; p < ,05$ ). Pessoas de cor negra recebem o maior número de adjetivos simpáticos ( $M = 2,44$ ) e o menor de antipáticos ( $M = .48$ ); pessoas de cor branca recebem menor número de adjetivos simpáticos ( $M = 1,97$ ) e maior número de adjetivos antipáticos ( $M = .98$ ).

Figura 5: Número de adjetivos de simpatia/antipatia usados por servidores da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra.



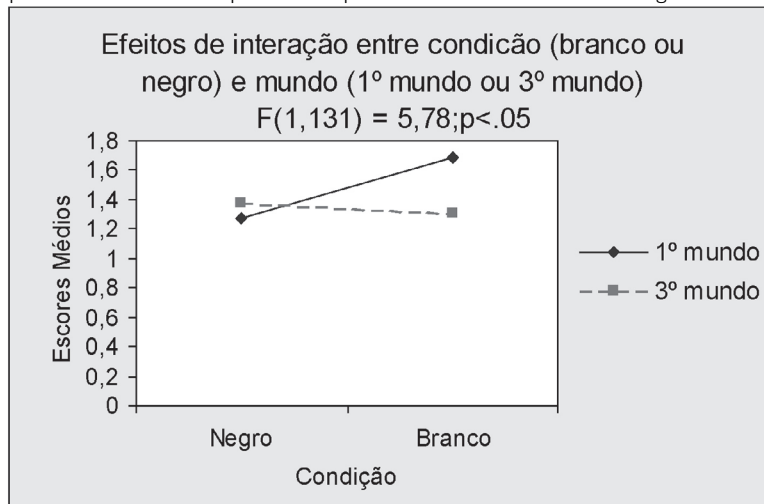
A Análise de Variância (Figura 6) do número de adjetivos usados quando os sujeitos respondem como os brasileiros pensam, mostra uma interação significativa ( $F_{(1,131)} = 15,66; p < ,000$ ) entre a cor da pessoa julgada e o tipo de adjetivo usado. Os resultados mostram que, para os servidores da UFPb, os brasileiros usariam mais adjetivos de pessoas antipáticas ( $M = 1,66$ ) e menos de pessoas simpáticas ( $M = 1,06$ ) para descrever as pessoas de cor negra, e mais adjetivos positivos ( $M = 2,11$ ) e menos negativos ( $M = 1,26$ ) para julgar as pessoas de cor branca.

Figura 6: Número de adjetivos de simpatia/antipatia usados por servidores da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra como os brasileiros o fariam.



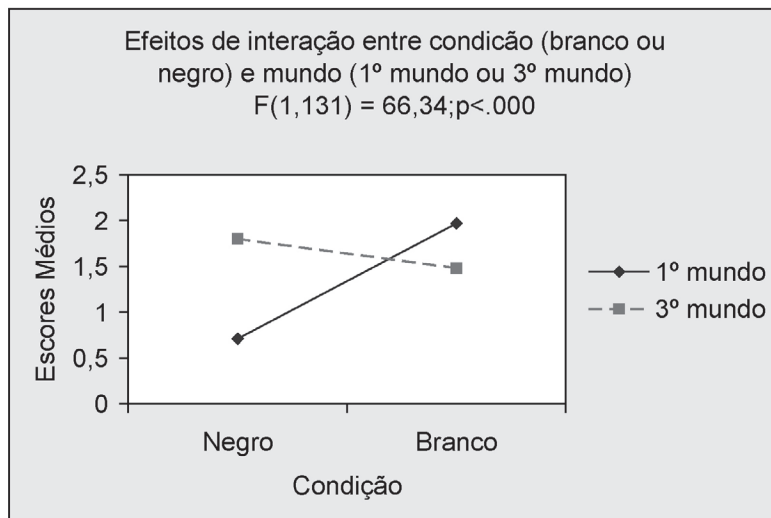
No que concerne aos adjetivos que descrevem pessoas do primeiro e do terceiro mundo (Figura 7), observou-se uma interação significativa ( $F_{(1,130)} = 5,78; p < ,05$ ) entre a cor da pessoa avaliada e o tipo de adjetivo, o que indica que os sujeitos, quando respondem por si mesmos, utilizam mais adjetivos do terceiro mundo ( $M = 1.38$ ) e menos do primeiro mundo ( $M = 1.27$ ) para descrever pessoas de cor negra, e mais adjetivos do primeiro mundo ( $M = 1.69$ ) e menos do terceiro mundo ( $M = 1,31$ ) para descrever as pessoas de cor branca.

Figura 7: Número de adjetivos referentes a pessoas do 1º e do 3º mundo usados por servidores da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra.



Os sujeitos, quando respondem pelos brasileiros (Figura 8), dão o mesmo padrão de respostas, com uma interação também significativa ( $F_{(1,130)} = 66,34; p < ,000$ ).

Figura 8: Número de adjetivos referentes a pessoas do 1º e do 3º mundo usados por servidores da UFPb para avaliar pessoas de cor branca e de cor negra como os brasileiros o fariam.



Neste estudo feito com os servidores da UFPB temos reproduzido todos os resultados encontrados com a amostra de estudantes universitários. Isto nos indica que a expressão sutil do preconceito racial não tem a ver com o nível cultural ou intelectual das pessoas, mas com um discurso que possui caráter geral na sociedade.

## Conclusões

Os resultados dos dois estudos mostram que a existência do preconceito racial é expresso mais facilmente quando o sujeito atribui este preconceito aos outros (brasileiros), ao passo que ao referir-se a si, o sujeito tende a negar ser preconceituoso. Constata-se que a força da norma social anti-racista leva as pessoas a evitarem assumir atitudes pessoais preconceituosas, mas essa norma não lhes impede ver que no Brasil continua a se discriminar pessoas de cor negra. Nesta situação contraditória, existe discriminação, mas ninguém é responsável por ela.

Assim como, tínhamos sugerido, as formas de categorizar as diferenças raciais contêm de alguma maneira, esta ambivalência. Ao escolher entre os adjetivos que descreveriam pessoas simpáticas ou antipáticas, quando respondem por si mesmos, tanto os estudantes quanto os servidores da UFPb utilizam mais adjetivos de pessoas simpáticas e menos de pessoas antipáticas para descrever pessoas de

cor negra que para descrever pessoas de cor branca. Por sua vez, quando respondem o que acham que os brasileiros pensam, os resultados se invertem; neste caso os estudantes e servidores atribuem mais adjetivos de pessoas antipáticas e menos de pessoas simpáticas para descrever pessoas de cor negra e mais adjetivos positivos e menos negativos para julgar as pessoas de cor branca.

Aquilo que define o preconceito como sutil ou flagrante tem a ver com a relação desenvolvida pelos indivíduos com as normas anti-racistas. Assim, enquanto alguns indivíduos (de fato, são muito raros no Brasil) rejeitam essas normas e assumem o preconceito de forma clara e flagrante, outros (provavelmente muito poucos), aceitam e internalizam as normas igualitárias, rejeitando totalmente o preconceito. Mas de fato, pareceria que muitas pessoas se conformariam à norma, mas não a internalizariam. O preconceito dessas pessoas só apareceria quando pode ser expresso através de formas socialmente aceitáveis. Como por exemplo, usar a maneira de pensar dos brasileiros. Afirmando que os brasileiros são racistas, as pessoas não só reconhecem um fato, mas criam uma dupla norma que lhes guia no seu cotidiano. Assim por exemplo, observa-se com frequência que muitas pessoas afirmam que por elas teriam algum tipo de relação inter-racial, mas tendo em conta o preconceito dos outros, desistem de fazer tal coisa.

Estes dados sugerem que muitas pessoas utilizam um duplo padrão de avaliação quanto ao preconceito racial. Esta duplicidade de norma tem sido observada, por exemplo, na vida sexual de estudantes norte-americanos (MacDonald, Huggins, Young e Swanson, 1973) e na vida sentimental de nordestinos (Deschamps, Camino e Neto 1998). Neste último caso, os estudantes se declaram por um lado, abertos às experiências sexuais pessoais, mas por outro lado, eles possuem uma visão tradicional e normativa da vida sexual de suas parceiras. Deschamps, Camino e Neto (1998) relacionam este duplo padrão com a ideologia machista. Pensamos que, no caso destes dois estudos, o duplo padrão serve claramente aos interesses do racismo.

Mas a existência desta duplicidade não deve ser entendida exclusivamente como resultante de um conflito psicológico. Assim observamos nos dois estudos, que os estudantes e os servidores da Universidade, ao escolherem entre os adjetivos que descreveriam pessoas do primeiro e terceiro mundo, tanto quando respondem por si mesmos como quando respondem sobre a forma de pensar dos brasileiros, utilizam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo, para descreverem pessoas de cor negra e mais adjetivos do primeiro mundo e menos do terceiro mundo, para descreverem as pessoas de cor branca. Isto nos leva a pensar na importância do discurso ideológico onde se situam as relações inter-raciais.

Assim, pode-se afirmar que muitas das pesquisas em psicologia social sobre o preconceito dão relevo ao estudo das imagens negativas que os grupos majoritá-



rios têm dos grupos minoritários e da distância social que desejam manter deles. Mas para entender este aspecto processual seria necessário analisar os significados psicológico e ideológico do preconceito, no contexto das ideologias próprias de cada sociedade. De fato como afirmam Mc Conahay (1986), Sears e Kinder (1981) e Pettigrew e Meertens (1995) existe uma norma geral anti-preconceito tão forte que é compartilhada mesmo pelos grupos racistas mais radicais. Mas este paradoxo do racismo anti-preconceituoso não pode ser entendido exclusivamente como a solução do conflito entre uma atitude latente, profunda, verdadeira e a necessidade de aceitação social. Mas, como afirma Billig (1991) este tipo de interpretação pressupõe, por um lado, a distinção entre normas sociais externas e superficiais e forças profundas e autênticas do psiquismo e por outro lado, a necessidade das ideologias serem unitárias e coerentes. Ambos pressupostos são difíceis de aceitar.

Para concluir, devemos reconhecer que os dois estudos apresentados, que têm caráter exploratório, limitam-se a descrever as formas complexas com que as pessoas, no Brasil, lidam com o preconceito racial. Mas estudos são necessários, pois a forma e a intensidade dos preconceitos estarão relacionadas com a maneira concreta como as pessoas se inserem na sociedade e a maneira subjetiva como as pessoas percebem as relações entre os diversos segmentos sociais.

## Notas

<sup>1</sup> De fato, dos 8 adjetivos utilizados para classificar positiva e negativamente uma pessoa, 6 adjetivos coincidem com os utilizados por Vala, Brito e Lopes (1999).

<sup>2</sup> A estratégia utilizada foi semelhante a vista no estudo anterior – 49 adjetivos – no entanto pode-se observar que houve uma pequena modificação na escolha dos adjetivos pelos servidores, justificada pelo campo semântico da classe a que pertencem.

## Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*, New York: Harper & Row.
- Bauman, Z. (1998) – *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Beeman, W. e Frank, I. (1998) – *New dynamics in the global economy*. New York, Committee for Economic Development.
- Billig M. (1991) *Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology*. London, Sage.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Bowser, Benjamin P. (1995) – Racism in the modern world community. Em: Benjamin P. Bowser (Org.) – *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage. Pp. 27 – 45.

- Camino, L.; Da Silva, P.; Machado, A. e Martinez, I. (2000) - Aspirações primeiro-mundistas de estudantes brasileiros e as novas formas do racismo. Comunicação apresentada no I Congresso Hispano-Português, 21-23 de Setembro. Santiago de Compostela, Espanha.
- Camino, L., da Silva, P., Machado, A. e Pereira, C. (2001) - A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*. 1(1), 13-36.
- Crosby, F., Bromley, S. e Saxe, L. (1980) Recent unobstrusive studies of Black and White discrimination and prejudice. *Psychological Bulletin*, 87, 546-563.
- Da Silva J. (2003) Violência e racismo no Rio de Janeiro. Niterói, Editora da Universidade federal Fluminense.
- Deschamps, J-C.; Camino, L. e Neto, F. (1997) - Différences entre les conceptions de l'amour d'étudiants(tes) brésileiens(nes) et suisses. *Cahiers Internacionaux de Psychologie Sociale*. 36, 11-27.
- Dovidio, J. F., Mann, J., and Gaertner, S.L. (1989) "Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism" in Blanchard, F. & Crosby, F. (Eds.) *Affirmative Action in Perspective*, New York, Springer-Verlag
- Dovidio, J.F. & Gaertner, S.L. (1986) (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press,
- Dupas, G. (2000) – *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo, Paz e Terra. 2ª Edição.
- Gaertner, S.L., McLaughlin, J.P. (1983) "Racial Stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristics" *Social Psychology Quarterly*, 46, pp. 23-30
- Giddens, A. (1996) - *Para além da esquerda e da direita*. S. Paulo Ed. UNESP
- Guimarães, A. S. (1999) – *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34 Ltda.
- Hovland, C. I. e Sears, R. (1940) - Minor Studies of Aggression: Correlation of Lynchings with Economic Indices. *Journal of Psychology*, 9, 301-310.
- Katz, I., (1981) *Stigma: A social psychological analysis*, Hillsdale, New Jersey, Erlbaum
- Katz, I., Wackenhut, J., Hass, R.G., (1986) "Racial ambivalence, value duality, and behavior" in J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press,
- Kelman, H. C. (1961) - Processes of opinion change. *Public Opinion Quarterly*. 25, 57-78.
- Martinez, I. e Camino, L. (2000) - Brasil es Racista, Brasil no es Racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos. Comunicação apresentada no VII Congresso de Psicologia Social da Espanha. 26-29 de Setembro. Oviedo, Espanha.
- Mac Donald, A. P. Jr., Huggins, J., Young, S. e Swatson, R. A. (1973) – Attitudes toward homosexuality: Preservation of Sex morality or the double standard? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 40, 161.

- McConahay, J.B. (1986) Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale” in J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press
- Monteiro, M. B., Lima, L., Vala, J. (1994), “Relações entre grupos e gestão de conflitos - A retórica da discriminação”, in *Psicologia Social e das Organizações - Estudos em empresas portuguesas*, Oeiras, Celta, pp. 79-98
- Oliveira D. D., Lima, R. B. e dos Santos, A. (1997) *A cor do Medo: o medo da cor*. Brasília, editora da UNB.
- Paixão, M. J. P. (2003) *Desenvolvimento Humano e relações raciais*. Rio de Janeiro, DP & A Editora.
- Perez, J.A. (1996) “Nuevas formas de racismo 1” in J.F. Morales & S Yubero (eds.) *Del prejuicio al racismo: perspectivas psicosociales*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha
- Pettigrew, T. F. e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Rodrigues, F. (1995) – Racismo Cordial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo. Pp. 11-56.
- Sears, D. O. e Kinder, D. R. (1971) – Racial tensions and voting in Los Angeles. Em: W.Z. Hirsch (Ed.) *Los Angeles: Viability and prospects for metropolitan leadership*. New York, Praeger.
- Silva, N. V. (200) Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. Em: A.S.A. Guimarães e L. Huntley. *Tirando a mascara. Ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e terra.
- Tajfel H. (1981) *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Vala, Jorge; Brito, Rodrigo Lopes, Diniz (1999) – *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Van Dijk, T. A. (1997) – *Racismo y análisis crítico de los medios*. Buenos Aires, Paidós.
- Van Dijk, T. A. (1998) – *Ideology: A multidisciplinary approach*. Londres, Sage.
- Venturi G. e Paulino, M. F. (1995) – Pesquisando preconceito racial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo. Pp. 83-95.
- Wetherell, M. (1996) - *Identities Groups and Social Issues*. The Open University, Califórnia, EUA.
- Yzerbyt, V., Rocher S. & Schadrón, G. (1997). Stereotypes as Explanations: A subjective Essentialistic View of Group Perception. in Spears, R., Oakes, P., Ellemers, N., Haslam, A.S. (1997) - *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*. Blackwell, Oxford Cambridge, EUA. pp. 51-71.



### **AS NOVAS EXPRESSÕES DE RACISMO NA INFÂNCIA**

*Dalila Xavier de França  
Maria Benedicta Monteiro*

Vários estudos realizados com adultos têm demonstrado que as formas de expressão do racismo na sociedade contemporânea estão se tornando progressivamente mais sutis, mais indiretas e menos abertamente negativas do que eram até a primeira metade do século XX (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976; Pettigrew & Meertens, 1995). A análise das formas mais sutis e indiretas de expressão do racismo e do preconceito nos adultos tem gerado um amplo corpo teórico e metodológico na psicologia social. Contudo, há uma carência de estudos que analisem as formas mais sutis e indiretas de racismo na infância. Os estudos que analisam o preconceito na infância afirmam que após os sete anos de idade as crianças tornam-se menos preconceituosas (e.g., Aboud, 1988; Bigler & Liben, 1993; Brown, 1995; Doyle & Aboud, 1995; Doyle, Beaudet & Aboud, 1988; Katz & Zalk, 1978; Williams, Best, Boswell, Mattson & Graves, 1975; Yee & Brown, 1992). Esta diminuição no preconceito é explicada através da aquisição de novas estruturas cognitivas por parte da criança e pelo amadurecimento das já existentes (Aboud, 1988; Doyle & Aboud, 1995). Mas se isto é verdade (se o preconceito na infância é o resultado do insuficiente amadurecimento de estruturas afetivo-cognitivas), como então explicar a presença de atitudes preconceituosas, mais tarde, nos adultos? A presente pesquisa visa demonstrar que, a partir de certa idade, as crianças, diferentemente do que afirma a abordagem cognitiva do desenvolvimento do preconceito na infância, não reduzem a expressão do preconceito, mas apenas mudam o modo de expressão desse preconceito, tornando-se mais indiretas.

## As novas formas de preconceito e racismo nos adultos

As principais teorias que tratam das novas formas de expressão do preconceito e do racismo nos adultos mais estudadas na literatura são a teoria do racismo ambivalente, a teoria do racismo simbólico, a teoria do preconceito sutil, a teoria do racismo aversivo e a teoria do racismo moderno. A seguir falaremos de cada uma dessas teorias, de seus principais proponentes e preceitos teóricos.

A teoria do racismo ambivalente foi criada e desenvolvida por Katz, Wackenhut e Hass (1986), que entendem o racismo como o resultado do conflito de atitudes e de sentimentos dos americanos brancos em relação aos americanos negros, conflito este motivado pela coexistência de sentimentos de simpatia e de rejeição em relação aos negros. Os negros seriam simultaneamente percebidos pelos brancos como desviantes e em desvantagem social, o que geraria sentimentos conflitantes de aversão e de simpatia.

A teoria do racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976), por seu turno, afirma que as atitudes contra os negros decorrem da percepção deste grupo como uma ameaça aos valores do individualismo, sendo por isso uma ameaça simbólica. Segundo Kinder e Sears (1981, p. 416) *“symbolic racism represents a form of resistance to change in the racial status quo based on moral feelings that blacks violate such traditional American values as individualism and self-reliance, the work ethic, obedience and discipline”*.

Já a teoria do preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 1995) distingue duas formas de preconceito: o preconceito sutil e o preconceito flagrante. O preconceito flagrante é directo e explícito. O preconceito sutil, por seu lado, tem como fundamento a defesa dos valores do individualismo, associada a crenças de que os membros dos grupos minoritários recebem benefícios imerecidos. As pessoas sutis caracterizam-se por exagerarem as diferenças culturais entre os membros do endogrupo e os membros do exogrupo, e pela recusa na expressão de reacções emocionais positivas em relação àqueles.

As teorias referidas anteriormente analisam os aspectos mais velados do racismo e os efeitos da norma social anti-racista na expressão do racismo, mas enfatizam pouco a importância da saliência contextual de resposta no racismo (à excepção da teoria de Katz e Hass, 1988). Assim, dentre as novas teorias sobre o racismo, uma nos interessa analisar em particular é a teoria do racismo aversivo. Esta teoria afirma que são os contextos de respostas que determinam as expressões mais abertas ou mais veladas de racismo (Gaertner & Dovidio, 1986). De modo que, em contexto nos quais a resposta socialmente desejável não está definida claramente, ou ainda em contextos nos quais é possível encontrar uma justificação não relacionada com a etnia ou a raça para explicar uma resposta negativa em

relação aos negros, o comportamento discriminatório pode ocorrer (Dovidio & Gaertner, 1998; Gaertner & Dovidio, 1986, 2000).

Gaertner e Dovidio (1986) designaram como racismo aversivo a forma de expressão de racismo apresentada pelos indivíduos que possuem fortes valores igualitários. Segundo estes autores, em situações ou em face de acontecimentos que tornam salientes atitudes negativas em relação aos Negros, as pessoas que se julgam igualitárias tendem a repudiar ou a dissociar estes sentimentos de sua auto-imagem de igualitárias, e tentam agir evitando estes sentimentos.

Dovidio e Gaertner (1998) conduziram alguns estudos experimentais com o propósito de mostrar que em situações nas quais a norma anti-racista é clara, os Negros são tratados tão favoravelmente quanto os Brancos, pois discriminá-los feriria a auto-imagem igualitária da pessoa.

Gaertner (1973) testou estes pressupostos em dois experimentos utilizando o paradigma do *Helping Behaviour*. No experimento 1, membros do partido Liberal e do partido Conservador receberam chamadas telefônicas aparentemente erradas que rapidamente se tornaram num pedido de ajuda. Estas chamadas eram feitas por dois comparsas do experimentador, que podiam ser claramente identificados por seu sotaque como sendo Branco ou Negro. Assim, o comparsa explicava que o seu carro estava avariado e que ele estava tentando chamar o serviço de reboque de um telefone público. Acrescentava ainda que já não tinha maneira de fazer outra chamada e pedia ao participante para o ajudar, telefonando ele para o serviço de reboque. A variável analisada era o comportamento de ajuda, expresso pelo facto do indivíduo telefonar ou não para um suposto número de uma garagem, onde outro comparsa do experimentador atendia a chamada. Os resultados indicaram que os Conservadores prestaram menos ajuda aos Negros do que aos Brancos e que, embora os Liberais ajudassem o Negro e o Branco igualmente, desligavam a chamada mais freqüentemente ao Negro do que ao Branco.

No experimento 2, Gaertner (1973) entrevistou outros membros dos partidos Liberal e Conservador sobre o que eles achavam que fariam se recebessem chamadas telefônicas erradas de um motorista Negro ou de um motorista Branco pedindo ajuda. Os resultados indicaram que a disposição expressa para ajudar a 'vítima' Negra era igual à disposição expressa para ajudar a 'vítima' Branca, e que não existia qualquer diferença entre Liberais e Conservadores nesse comportamento. Gaertner (1973) concluiu que, quando a norma anti-racista está saliente, a discriminação no comportamento de ajuda não se manifesta.

Num estudo mais recente, Dovidio e Gaertner (2000) afirmam que, mesmo quando as directrizes normativas estão claras, os racistas aversivos podem lançar mão de factores não raciais para justificar uma resposta negativa em relação aos

Negros. Para demonstrar este pressuposto, Dovidio e Gaertner (2000) utilizaram uma situação de selecção de candidatos para um emprego, na qual os participantes avaliavam os supostos candidatos com base em extratos de entrevistas. Os extratos de entrevistas apresentavam três condições: altas qualificações (um pré-teste indicou que o candidato seria aceito em 85% dos casos); fracas qualificações (o candidato seria aceito em 15% dos casos) e qualificações moderadas (o candidato seria aceito em 50% dos casos). Os participantes avaliavam um candidato Branco ou um candidato Negro. Segundo os autores, a discriminação contra os Negros só aconteceria num contexto em que houvesse uma justificação não racial, ou seja, no contexto de qualificação moderada. Os resultados confirmaram esta hipótese.

Uma outra teoria que analisa os efeitos das normas sociais nas expressões do racismo é a teoria do racismo moderno (McConahay, 1986). Esta teoria baseia-se no pressuposto de que existe a crença de que os Negros violam os valores mais caros ao Norte-Americanos brancos, de que recebem mais do que merecem e de que fazem exigências ilegítimas a fim de mudarem seu estatuto racial. Nesta teoria, McConahay, Hardee e Batts (1981) manipulam o efeito das normas sociais no racismo, através da presença da etnia da entrevistadora na discriminação contra os Negros, e sugerem que a presença da entrevistadora negra induz a diminuição de respostas discriminatórias contra pessoas Negras, ou seja, torna saliente a norma anti-racista. Segundo McConahay *et al.* (1981), a expressão do racismo depende de quem pergunta e também do que é perguntado.

McConahay *et al.* (1981) realizaram estudos a fim de verificar em que medida as respostas dos entrevistados são alteradas a fim de parecerem menos racistas perante si mesmos e perante os outros.

No primeiro estudo, estudantes universitários Brancos respondiam a um questionário de opinião. Os participantes foram distribuídos por duas condições que pretendiam maximizar ou minimizar respostas preconceituosas para as escalas de racismo moderno e tradicional. Na primeira condição, os questionários eram distribuídos e recolhidos por uma experimentadora Branca. Na outra condição, era uma experimentadora Negra quem distribuía e recebia os questionários. A hipótese subjacente à manipulação experimental era a de que, diante da experimentadora Negra, os participantes tenderiam a mostrar-se menos racistas, pois estariam mais motivados pela norma anti-racista, do que perante a experimentadora Branca. Os resultados encontrados apoiaram estas hipóteses. Estes resultados foram replicados num segundo estudo. McConahay *et al.* (1981) concluem que a presença de uma entrevistadora Negra pode tornar saliente a norma-antiracista.

Como salientam Vala, Brito e Lopes (1999), todas estas novas formas de expressão do racismo têm em comum o facto de sustentarem que o racismo se mani-



festa hoje de uma forma indireta ou encoberta, e que este caracter encoberto reflete as pressões da norma social anti-racista sobre as atitudes raciais dos indivíduos.

Estudos feitos em Portugal também têm mostrado que as normas sociais actuam como variável moderadora nas expressões de racismo (ver Gonçalves & Garcia-Marques, 2002; Lima & Vala, 2002; Vala, Brito & Lopes, 1999; Vala, Lima & Lopes, 2002). Os estudos feitos nos EUA por Crandall, Eshleman e O'Brien (2002) acrescentam a este conjunto de pressupostos sobre os efeitos das normas sociais no racismo, o facto de que não importa analisar apenas as formas de preconceito que são anti-normativas ou condenadas (p.e.: o preconceito contra os Negros), mas também os tipos de expressões preconceituosas que são aceites e patrocinadas pela sociedade (p.e.: preconceito contra neonazistas).

## **Racismo na infância**

Os estudos acima citados mostram que as expressões do racismo se têm tornado mais indirectas, e que esta mudança tem relação com a presença da norma anti-racista que impede a expressão do racismo mais flagrante, somada à presença de valores que enaltecem a igualdade de direitos entre as pessoas (Pettigrew & Meertens, 1995; Gaertner & Dovidio, 1986; Dovidio & Gaertner, 1998, 2001). Entretanto, estes estudos foram feitos com adultos, poucos estudos tendo sido feitos nesta perspectiva com crianças.

Mas esta limitação pode dever-se à idéia largamente difundida na literatura sobre o preconceito na infância, de que o preconceito apresentado pelas crianças está mais associado a limitações de suas capacidades cognitivas, tal como é proposto pela abordagem cognitiva do desenvolvimento (Aboud, 1988), do que pela aprendizagem e interiorização de normas sociais num contexto intergrupar. A abordagem cognitiva do desenvolvimento (Bigler & Liben, 1993; Brown, 1995; Doyle & Aboud, 1995; Doyle, Beaudet & Aboud, 1988; Katz & Zalk, 1978; Yee & Brown, 1992.) afirma que, por volta dos 6 anos de idade, a criança apresenta índices elevados de favoritismo endogrupal, que aumentam até por volta dos oito anos. A partir dessa idade assistir-se-ia a uma redução do favoritismo endogrupal. Este fenómeno, ou seja, este aumento do etnocentrismo até cerca dos 8 anos de idade, é designado por muitos estudiosos como o “período crítico” do preconceito ou “pico etnocêntrico” (ver Aboud, 1988; Allport, 1954; Bigler & Liben, 1993; Brown, 1995; Doyle & Aboud, 1995; Doyle, Beaudet & Aboud, 1988; Katz & Zalk, 1978; Williams, Best, Boswell, Mattson & Graves, 1975; Yee & Brown, 1992).

Apropriando-se dos fundamentos da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget e aplicando-os às relações inter-étnicas e raciais, Aboud (1988) afirma que a criança evolui de uma fase de egocentrismo, de onde decorre a impossibilidade de

apreciar as diferenças quer individuais quer grupais, para uma fase de sociocentrismo, em que os julgamentos sociais são baseados na percepção das semelhanças e dassemelhanças entre grupos sociais, e finalmente para uma fase de descentração, quando então podem atender simultaneamente a diferentes perspectivas, tornando-se mais conscientes das qualidades internas dos indivíduos e não sendo mais propensas aos enviesamentos cognitivos dos estereótipos (ver Piaget & Weil, 1951). O preconceito e o favoritismo endogrupal presentes até aos 9-10 anos, bem como a redução do preconceito que então ocorreria, são, assim, explicados com base nas capacidades cognitivas da criança em cada fase do desenvolvimento.

Convém salientar que, nos estudos que sustentam esta perspectiva, utilizam-se medidas de atitudes e não de comportamento (e.g., Doyle & Aboud, 1995; Aboud, 1980; Doyle, Beaudet & Aboud, 1988). De modo que estes estudos analisam mais o preconceito do que a discriminação e o racismo. Além disso, essas medidas de atitudes são explícitas, o que determina respostas conformes com a norma social anti-racista. Este facto pode constituir uma explicação alternativa para a suposta redução do preconceito nas crianças mais velhas: essas crianças não deixariam de exprimir preconceito, mas graças à interiorização das normas sociais dos adultos em relação à não discriminação aberta dos Negros, tornar-se-iam sutis ou veladas na expressão de seu racismo. Com efeito, alguns estudos mostram que por volta dos 7 anos as crianças fazem seus julgamentos morais considerando que agradecer e ajudar os outros é bom (Kohlberg, 1982). Nessa mesma perspectiva Berk (1994) observa que por volta dos 7 ou 8 anos de idade, as crianças começam a raciocinar em termos de tolerância, e reconhecem que aqueles que estão em situação de desvantagem devem ser tratados de maneira especial.

A presente investigação consiste em três estudos que têm o objetivo de verificar o efeito da saliência das normas na expressão do racismo na infância em dois grupos de idade. Esperamos que, após os oito anos de idade, as crianças apresentem discriminação apenas nas condições de baixa saliência da norma anti-racista, e que a partir desta idade tenham interiorizado a norma social dominante referente à discriminação racial. Espera-se, assim, que a partir dessa idade haja uma correspondência entre o comportamento adulto e o comportamento infantil, e que as crianças apenas exibam atitudes públicas de discriminação em relação a grupos para os quais a discriminação social é aceitável.

## **Visão Geral dos Estudos**

No primeiro estudo procuramos criar um contexto que justificasse a discriminação, através de situações de desempenhos diferentes ou aparentemente diferentes entre

alvos branco e negro. No segundo estudo, utilizamos um paradigma semelhante a McConahay *et al.* (1981), ou seja, utilizamos uma entrevistadora Negra, a fim de manipularmos um contexto no qual a norma anti-racista estivesse muito ou pouco saliente. No terceiro estudo investigamos a interiorização da norma anti-racista pelas crianças, a partir da correspondência entre as suas atitudes e as do seu grupo de referência.

## Estudo 1

Este estudo teve o objetivo de verificar o efeito da saliência de um contexto de desempenho igual (em que a discriminação não é justificável) e de um contexto de desempenho diferenciado (em que a discriminação é justificável) de alvos, na expressão de formas indiretas de racismo na infância, em dois grupos de idade. Foram testadas as seguintes hipóteses: 1) O alvo Negro será mais discriminado do que o alvo Branco; 2) As crianças com menos de 8 anos de idade discriminarão o alvo Negro, independentemente dos contextos normativos e 3) A partir dos 8 anos de idade as crianças discriminarão o alvo Negro apenas de modo indireto ou sutil, ou seja, apenas na condição em que a discriminação é justificável.

### Método

#### Participantes

Participaram da pesquisa 86 crianças brasileiras Brancas, sendo 44 meninas (51,2%) e 42 meninos (48,8%). As crianças foram distribuídas em dois grupos etários: de 5 a 7 anos (46,5%) e de 8 a 10 anos (53,5%).

#### Desenho

Utilizou-se um desenho factorial do tipo 2 (Idade: 5 a 7 anos *vs.* 8 a 10 anos) X 2 (Alvos: Branco *vs.* Negro) X 2 (Contexto: que não justificava a discriminação *vs.* que justificava). As duas últimas variáveis foram intra-sujeitos. A variável dependente foi o número de doces distribuídos a cada um dos alvos.

#### Procedimentos

As crianças foram entrevistadas individualmente em escolas da rede pública e privada do Brasil. Utilizaram-se fotografias de crianças brancas e negras como material de estímulo, e ainda 4 pequenos tijolos e 6 doces de brinquedo.

A entrevistadora dava a seguinte instrução a cada criança:

“Imagine que você está querendo construir uma casa (para meninas) ou uma garagem de brinquedo (para meninos), e precisa de algumas crianças para o ajudar na tarefa de levar tijolos para a construção. Você chama duas crianças para o ajudar, e diz-lhes que lhes dará em troca alguns doces.”

Em seguida, a entrevistadora colocava as fotografias de cada criança-alvo (uma Negra e uma Branca, do mesmo sexo que a criança entrevistada) sobre a mesa, e abaixo de cada fotografia, o número de tijolos (miniaturas de verdadeiros tijolos) que cada criança carregou. Pedia então à criança entrevistada que distribuísse os 6 doces de brinquedo para os dois alvos.

A discriminação racial foi medida através do número de doces dado a cada alvo em dois contextos de resposta: um contexto que não justificava a discriminação e um outro que poderia justificar a discriminação. No contexto que não justificava a discriminação, pedia-se às crianças para distribuírem os seis doces a alvos que tiveram um desempenho igual na tarefa de construção (cada criança carregou dois tijolos). No contexto que justificava a discriminação, as crianças entrevistadas deveriam recompensar os alvos em duas situações de desempenho aparentemente diferentes. Numa situação o desempenho do alvo Branco era melhor do que o do alvo Negro (i.e., o alvo Branco carregava mais tijolos do que o alvo Negro) e numa segunda situação o desempenho do alvo Negro era melhor do que o do alvo Branco (i.e., o alvo Negro carregava mais tijolos do que o alvo Branco). Porém, o somatório dos desempenhos dos alvos Branco e Negro era igual.

#### Pré-teste das fotografias

As fotografias utilizadas como estímulo foram pré-testadas em relação à cor da pele, idade, aparência física e qualidade gráfica. Para isto foram apresentadas a 18 juizes (média de idade de 22 anos (DP= 5,55), tendo cada fotografia sido avaliada por nove juizes. As fotografias foram avaliadas como idênticas nos requisitos analisados, excepto quanto à cor da pele. Com relação à cor da pele, a criança Negra foi considerada Negra por 89% dos juizes, e 11% disseram que era Mulata (1 pessoa). Todos os juizes (100%) que avaliaram a criança Branca, a consideraram Branca. À criança Branca foi atribuída uma idade média de 8.44 anos, enquanto à criança Negra foi atribuída uma idade média de 8.33 anos  $F(1,17) = 0.05$ , *n.s.* A aparência física e a qualidade gráfica foram avaliadas numa escala de sete pontos, na qual sete correspondia ao grau mais positivo do atributo. Quanto à aparência física, a criança Branca obteve média de 6.06, enquanto a criança Negra obteve média de 6.22,  $F(1,17) = 0.07$ , *n.s.* Com relação à qualidade gráfica, a fotografia da criança Branca obteve média de 4.5, enquanto a fotografia da criança Negra obteve média de 3.9  $F(1,17) = 0.34$ , *n.s.*

#### Verificação da compreensão das crianças sobre a tarefa

Para verificar a compreensão das crianças sobre a tarefa, fizemos um teste *t* para amostras emparelhadas com as recompensas distribuídas aos alvos quando eles levavam um, dois ou três blocos. Como podemos ver na Tabela 1, as crianças não realiza-

ram a tarefa aleatoriamente; seguiram o critério do desempenho dos alvos. Assim, em todas as idades, distribuíram mais recompensas aos alvos que tiveram desempenhos melhores e menos recompensas aos alvos que tiveram desempenhos piores.

Tabela 1 - Médias e Desvios Padrões (em parenteses) das Recompensas Distribuídas em Diferentes Contextos de Desempenho em Função da Idade (Teste *t* para amostras emparelhadas-  $p < .001$ ).

Idade	Desempenho dos Alvos		
	Alvos carregam um bloco	Alvos carregam dois blocos	Alvos carregam três blocos
5 a 7 anos	2.43 (0.60)	2.94 (0.44)	3.61 (0.73)
8 a 10 anos	2.31 (0.57)	2.99 (0.40)	3.64 (0.67)

## Resultados

Primeiramente realizamos uma ANOVA, a fim de verificarmos se havia efeito significativo do gênero dos participantes na distribuição de recompensa aos alvos. Os resultados indicam que não existe efeito do gênero sobre a discriminação,  $F(1, 80) < 1$ , *ns*. Em seguida, a fim de testarmos as hipóteses do estudo, realizamos uma ANOVA com medidas repetidas em que a variável independente entre-participantes foi a idade das crianças, e as variáveis independentes intra-participantes foram o alvo e o contexto de avaliação. Os resultados indicam um efeito principal do alvo,  $F(1, 80) = 9.30$ ,  $p < .01$ . Este efeito indica que o alvo Negro foi discriminado ( $M = 2.92$ ,  $DP = 0.28$ ) em relação ao alvo Branco ( $M = 3.13$ ,  $DP = 0.37$ ). Este resultado, que confirma a primeira hipótese, foi no entanto, qualificado por uma interação tripla entre idade, alvo e contexto,  $F(1, 80) = 4.52$ ,  $p < .05$ .

Para testarmos as nossas hipóteses realizamos comparações planejadas. Primeiramente testamos se as recompensas distribuídas aos alvos Branco e Negro pelas crianças mais novas (5 a 7 anos) se diferenciavam das recompensas distribuídas pelas crianças mais velhas (8 a 10 anos) no contexto que não justifica a discriminação (i.e., contexto de desempenho igual). Os resultados indicam, de acordo com a hipótese, que a diferença entre as crianças mais novas e mais velhas é significativa,  $F(1, 80) = 5.74$ ,  $p = .01$ . Enquanto que as crianças mais novas discriminam o alvo Negro ( $M = 2.84$ ) em relação ao Branco ( $M = 3.24$ ); as mais velhas são igualitárias ( $M = 2.98$  para o alvo Negro e  $M = 3.02$  para o alvo Branco). Entretanto, no contexto que justifica a discriminação as diferenças entre as crianças mais novas e mais velhas não foram significativas,  $F(1, 80) < 1$ , *ns*. Tanto as crianças mais novas como as crianças mais velhas recompensam mais o Branco do que o Negro nesta condição<sup>1</sup> (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Médias e Desvios Padrões (em parênteses) das Recompensas Distribuídas para os Alvos Branco e Negro em Função da Idade e do Contexto de Resposta.

	Contexto que não justifica a discriminação		Contexto que justifica a discriminação		
	5 a 7 anos	8 a 10 anos	5 a 7 anos	8 a 10 anos	Total
Alvo	3.24	3.02	3.12	3.16	3.13
Branco	(0.55)	(0.15)	(0.51)	(0.58)	(0.37)
Negro	2.84	2.98	2.98	2.90	2.92
	(0.44)	(0.15)	(0.39)	(0.37)	(0.28)

## Discussão

Este estudo teve o objetivo de verificar o efeito da saliência de um contexto de desempenho igual e de um contexto de desempenho diferenciado de alvos sobre a expressão das formas indiretas de racismo nas crianças, em função da idade. A discriminação racial foi avaliada através da distribuição de recompensas a alvos Branco e Negro em dois contextos: um contexto que justificava a discriminação e outro que não justificava. Verificamos, como previsto na primeira hipótese, que as crianças discriminaram o alvo Negro em relação ao alvo Branco. Contudo, verificamos também que este resultado depende da idade das crianças e do tipo de contexto de resposta. A partir dos sete anos de idade as crianças deixaram de discriminar o Negro no contexto que não justifica a discriminação, mas passam a discriminá-lo num contexto em que a discriminação pode ser justificada por uma aparente diferenciação no desempenho dos alvos. Em outras palavras, as crianças mais velhas não reduzem a discriminação, como pretendem as teorias de base desenvolvimentista cognitiva; apenas se mostram racistas em contextos nos quais elas acreditam que o seu comportamento discriminatório pode ser justificado de algum modo. Assim, as crianças mais velhas, diferentemente das mais novas, apresentam-se indiretas na expressão de seu racismo.

Todavia, as formas indiretas de racismo também podem ser expressas em contextos nos quais a norma anti-racista não está claramente definida ou saliente (Dovidio & Gaertner, 1998; Gaertner & Dovidio, 1986, 2000). A fim de verificar a expressão das formas indiretas de racismo em contextos nos quais a norma social anti-racista não está saliente realizamos um segundo estudo.

## Estudo 2

Este estudo teve o objetivo de verificar a influência da saliência de uma norma anti-racista sobre a expressão de racismo em crianças de dois grupos de idade. Na seqüência dos objetivos atrás delineados e do quadro teórico previamente desenvolvido, as seguintes hipóteses foram formuladas: a) As crianças de 5 a 7 anos

de idade discriminarão o alvo Negro em relação ao alvo Branco, independentemente do grau de saliência da norma anti-racista; b) Após os sete anos, as crianças vão expressar racismo de modo indirecto, ou seja, as crianças vão discriminar o alvo Negro apenas quando a norma anti-racista não estiver saliente.

## Método

### Participantes

Participaram na pesquisa 71 crianças brancas do sexo masculino, com idades compreendidas entre os cinco e os dez anos, sendo 42% de 5 a 7 anos e 57% de 8 a 10 anos. A amostra foi retirada de escolas privadas e públicas do Estado de Sergipe (Brasil).

### Procedimentos

As crianças foram abordadas em sua sala de aula e convidadas a participar numa entrevista, tendo sido entrevistadas individualmente por uma entrevistadora Negra. A entrevistadora começava por se apresentar à criança e em seguida explicava a instrução de pesquisa.

A instrução tinha o seguinte conteúdo:

“Vou falar sobre dois meninos que querem comprar bicicletas. Cada um deles quer sua própria bicicleta. Eu resolvi ajudá-los pedindo contribuição para eles às crianças das escolas. Para contribuir você tem só que colocar esse dinheiro (13 notas de brinquedo de 1 Real = 0,35 Cêntimos cada) nesses mealheiros. Veja! Outras crianças já contribuíram”. Então a entrevistadora balança os dois mealheiros, produzindo ruído, para tornar credível a informação que acaba de dar. “Você dá quanto quiser e do jeito que quiser. O dinheiro que você der, vai ser transformado em dinheiro de verdade e depois dado a eles.”

À frente da criança, sobre uma mesa, ficavam os dois mealheiros com cadeados e as treze cédulas de brinquedo de um real. Em um mealheiro estava anexada a fotografia de uma criança branca e no outro a de uma criança negra. Os cadeados tinham o propósito de dar a impressão de que a tarefa já havia sido feita por outras crianças, e de dar à criança a impressão de confidencialidade na distribuição do dinheiro. A instrução de que poderia distribuir o dinheiro da maneira que quisesse incluía a informação de que, se não quisesse distribuir todo o dinheiro, também poderia ficar com algum para si.

### Desenho

Utilizou-se um desenho fatorial 2 (idade: 5 a 7 e 8 a 10 anos) X 2 (saliência da norma anti-racista: entrevistadora negra presente/ausente) X 2 (alvos: branco/ negro). As duas primeiras variáveis eram inter-participantes e a última era intra-participantes.

A variável ‘saliência da norma anti-racista’ foi operacionalizada, através da presença *versus* ausência da entrevistadora: a norma anti-racista estava saliente quando a entrevistadora negra permanecia o tempo todo junto da criança, acompanhando-a enquanto esta realizava a tarefa, e não estava saliente quando a entrevistadora se ausentava da sala após ter dado as instruções, deixando a criança realizar a tarefa em sigilo.

Na condição em que a entrevistadora negra se ausentava, era dada a seguinte instrução adicional: “Eu queria que você ficasse aqui fazendo essa actividade enquanto eu vou lá fora tomar um pouco de água. Você faz a actividade e fica me esperando, que eu volto já. Está bem?”.

A variável dependente foi o comportamento de ajuda medido através da distribuição de recursos (que eram as 13 cédulas referidas no Procedimento) para as duas crianças-alvo (Branco e Negro), de modo que a variável dependente variou entre +13 (todos os recursos para o alvo Branco) e -13 (todos os recursos para o alvo Negro). Para a manipulação do alvo foram utilizadas as fotografias de uma criança Negra e de uma criança Branca do sexo masculino, de cerca de 8 anos.

#### Verificação da Compreensão Aritmética das Crianças

A fim de verificar a capacidade matemática de divisão das crianças, foi criada uma tarefa que consistia em dividir igualmente dez cédulas de um real (de brinquedo) entre duas crianças, representadas por desenhos de duas crianças, em um cartão de aproximadamente 12X15cm (não se fazia menção a características tais como cor da pele ou gênero das crianças desenhadas). Os participantes em ambas as condições de idade distribuíram exatamente a mesma quantidade de recursos para cada alvo (5 para uma criança e 5 para a outra). Este resultado indica que, independentemente da idade, os participantes são capazes de lidar com os conceitos matemáticos básicos para este tipo de tarefa.

#### Resultados

##### Manifestação do Racismo nas Crianças

Antes de começarmos as análises dos dados, procedemos à substituição dos valores extremos da distribuição (superiores a três desvios-padrão em relação à média) pela média.

A hipótese principal do estudo era a de que, após os sete anos, as crianças iriam manifestar racismo de modo indireto, ou seja, iriam discriminar o alvo Negro apenas quando a norma anti-racista não estivesse saliente. Assim, procedemos a uma ANOVA com medidas repetidas, considerando a idade e a saliência da norma anti-racista como variáveis independentes inter-participantes e a recompensa



dada ao alvo (Branco e Negro) como variável independente intra-participantes: A variável dependente foi a média das recompensas atribuídas a cada um dos alvos.

Os resultados indicam, que ocorre um efeito principal do alvo,  $F(1, 67) = 3.19$ ,  $p = .078$ . A criança Negra foi discriminada ( $M = 5.81$ ) em relação à criança Branca ( $M = 5.98$ ). Observamos ainda, em acordo com as hipóteses, que ocorre um efeito de interação tripla do alvo, da saliência da norma anti-racista e da idade  $F(1, 67) = 8.35$ ,  $p = .005$ , que qualifica o efeito principal do alvo (ver Tabela 3). Para testar as hipóteses sobre os efeitos da idade e da saliência da norma anti-racista na discriminação realizamos comparações planejadas. A primeira hipótese previa que as crianças de 5 a 7 anos discriminariam o alvo Negro independente da saliência da norma anti-racista. Esta hipótese é confirmada uma vez que, as diferenças na distribuição de recompensas para o alvo Branco e para o alvo Negro não são influenciadas pela saliência da norma anti-racista,  $F(1, 67) = 2.14$ ,  $p = .15$ . A segunda hipótese previa que a discriminação dos Negros, por parte das crianças mais velhas, seria mais baixa quando a norma anti-racista estivesse saliente do que quando a norma anti-racista não estivesse saliente. A análise dos contrastes também confirma esta hipótese,  $F(1, 67) = 7.66$ ,  $p = .007$ . Como podemos ver na Tabela 3, as crianças mais velhas discriminam o alvo negro quando a entrevistadora Negra está ausente, mas quando a entrevistadora Negra está presente fazem favoritismo exogrupal.

Tabela 3 - Médias e Desvios Padrões (nos parêntesis) da distribuição de recompensas para os alvos em função da idade, da cor da pele e da saliência da norma anti-racista ( $n = 71$ )

		Saliência da norma anti-racista				
		Não saliência (entrevistadora negra ausente)		Saliência (entrevistadora negra presente)		
Alvo		5 a 7 anos	8 a 10 anos	5-7 anos	8 a 10 anos	Total
		5.68	6.47	6.64	5.50	5.98
Branco		(1.37)	(0.84)	(1.02)	(1.06)	(1.17)
		5.49	5.88	5.91	5.90	5.81
Negro		(0.88)	(1.10)	(0.83)	(1.34)	(1.08)

## Discussão

O presente estudo teve o objetivo de verificar a influência da saliência de uma norma social anti-racista na expressão de racismo em crianças Brancas, considerando dois grupos etários. Consideramos que a presença de uma entrevistadora Negra tornaria saliente a norma anti-racista e que sua ausência, traduzindo-se num comportamento sigiloso das crianças, produziria um contexto propício à discriminação do alvo Negro. Formulamos a hipótese de que apenas as crianças mais velhas (8 a 10 anos), por já terem internalizado a norma anti-racista, fossem capazes de expressar racismo em função da variação do contexto normativo.

Os resultados indicaram que as crianças de 5 a 7 anos discriminam o alvo Negro, tal como previsto nas hipóteses, independentemente do grau de saliência da norma anti-racista. Já as crianças de 8 a 10 anos, apresentam discriminação do alvo Negro apenas quando a entrevistadora está ausente. Ou seja, na situação em que estas crianças são motivadas pela norma anti-racista decorrente da presença da entrevistadora Negra, elas respondem com um comportamento de orientação igualitária, e não discriminatória. Contudo, a ausência da entrevistadora Negra, desativando os conteúdos da norma anti-racista, permite-lhes expressarem o preconceito que, de facto, continuam a ter em relação às crianças Negras.

Uma das críticas relativas às teorias sobre as formas indiretas de racismo consiste no facto de os teóricos, apesar de afirmarem que o que gera a discriminação são as pressões da norma anti-racista sobre os indivíduos, não testarem este pressuposto (Biernar, Vescio, Theno & Crandall, 1996). A fim de analisar, precisamente, a relação entre as normas racistas, implícitas e explícitas, nos adultos e nas crianças e verificar a partir de que idade as crianças interiorizam as normas racistas implícitas, nas sociedades em que o grupo Branco é dominante, realizamos um terceiro estudo. Em outras palavras, poderíamos nos perguntar se nas idades em que as crianças exprimem o racismo de forma indireta elas estão sob o efeito da vontade de se mostrarem igualitárias?

### **Estudo 3**

A principal característica das novas formas de racismo é a expressão sutil, indireta ou velada da discriminação. Este carácter velado e disfarçado comum às novas expressões do racismo reflete as pressões da norma anti-racista (Crandall, Eshleman & O'Brien, 2002; Vala, Brito & Lopes, 1999). Entretanto, poucos estudos têm analisado a partir de que momento as crianças interiorizam as normas sociais que contrariam a expressão directa do racismo. Esse estudo é importante, na medida em que permite verificar a hipótese de que a emergência de formas sutis de discriminação deve estar associada a uma interiorização, pelo menos parcial, da norma anti-racista. Com base neste pressuposto, e na sequência dos dois primeiros estudos, em que foi possível verificar que as crianças Brancas, por volta dos 8 anos, deixavam de discriminar as crianças Negras de forma directa e flagrante, enquanto passavam a discriminá-las de uma forma indirecta e sutil (justificada pelo contexto ou face à ausência da norma e do seu controle); este estudo teve o objetivo de verificar se a norma anti-racista dos adultos está presente nas crianças do grupo Branco, por volta dos 8 anos, mas não anteriormente. Formulamos, assim, a seguinte hipótese de que, a partir dos 8 anos as crianças tenderão a adoptar as normas do seu grupo de referência, ou seja, vão discriminar os grupos que as mães acham

aceitável discriminar e não discriminarão os grupos que as mães não acham aceitável discriminar.

## Método

### Participantes

Participaram na pesquisa 30 crianças Brancas, sendo 15 de 5 a 7 anos e 15 de 8 a 10 anos, 70% do sexo masculino e 30% do sexo feminino.

Participaram também 30 mães Brancas, provenientes do mesmo grupo socioeconômico que as crianças, que tinham filhos com idades entre os 5 e os 10 anos (53,3% dos filhos tinham 5 a 7 anos e 46,7% tinham 8 a 10 anos). A média de idade das mães foi de 31,06 anos e o desvio padrão de 6,28.

### Procedimento

Selecionamos da lista de grupos alvos de preconceito estudados por Crandall, Eshleman & O'Brien (2002), aqueles que consideramos que as crianças poderiam conhecer. Compusemos então, uma lista com 11 grupos (doentes de AIDS, homossexuais, índios, motoristas barbeiros (condutores de risco), negros, cegos, pessoas feias, gordos, racistas, pessoas sujas e políticos). No processo de entrevista havia uma pergunta filtro que consistia em questionar as crianças acerca do conhecimento que tinham sobre o significado de cada um dos grupos. As crianças que não conheciam qualquer dos grupos eram eliminadas. Após a definição dos grupos pedia-se às crianças que dissessem, através de uma escala que variava de 1 (muito), 2 (talvez) a 3 (nada), o quanto gostavam das pessoas que pertenciam a cada um dos grupos.

As mães emitiram suas avaliações sobre os mesmos 11 grupos utilizados com as crianças. As mães respondiam à questão "Eu acho que... 'Está certo' ('talvez esteja certo'/'não está certo') ter sentimentos negativos em relação a este grupo". A escala variava de 1 (não está certo ter sentimentos negativos em relação a este grupo) a 3 (está certo ter sentimentos negativos em relação a este grupo).

## Resultados

### Normatividade do preconceito na avaliação das mães

Para sabermos quais os grupos que seriam normativamente alvo de preconceito no contexto social estudado, utilizamos a percepção das mães sobre a aceitabilidade do preconceito em relação aos grupos investigados. As respostas das mães foram comparadas com o valor 2 através de um teste *t*. Assim, os grupos-alvo cujas médias foram iguais a 2 ('talvez esteja certo ter sentimentos negativos em relação a este grupo'), ou significativamente superiores a 2 ('está certo ter senti-

mentos negativos em relação a este grupo’), foram considerados normativamente alvos de preconceito. Os grupos cujas médias foram significativamente inferiores a 2 (‘não está certo ter sentimentos negativos em relação a este grupo’), foram aqueles em relação aos quais o preconceito é considerado anti-normativo. Podemos ver na Tabela 4 que, de acordo com as mães, os grupos normativamente alvos de preconceito foram: políticos, pessoas racistas e homossexuais. Já os grupos em relação aos quais o preconceito é anti-normativo foram: cegos, índios, negros, pessoas feias, pessoas gordas, doente de AIDS, condutores de risco e pessoas sujas.

### Preconceito das crianças

A fim de verificar os grupos em relação aos quais as crianças mais expressam preconceito, realizamos, como para a amostra de adultos, um teste *t* contra 2 dos valores obtidos por cada um dos grupos-alvo, utilizando os mesmos critérios de agrupamento dos valores da escala que foram utilizados na análise dos dados das mães: assim, os grupos-alvo cujas médias foram iguais a 2 (‘talvez’), ou significativamente superiores a 2 (‘não gosto nada das pessoas deste grupo’), foram considerados alvos de preconceito. Os grupos cujas médias foram significativamente inferiores a 2 (‘gosto muito das pessoas deste grupo’), foram aqueles em relação aos quais as crianças não exprimem preconceito. A Tabela 4 mostra que os homossexuais, doentes de AIDS, pessoas racistas, condutores de risco, pessoas sujas e pessoas gordas são os grupos-alvos de preconceito das crianças, sendo o grupo dos políticos apenas tendencialmente alvo e os grupos de índios, negros e cegos não são alvo de preconceito pelas crianças.

Tabela 4 - Valores médios de normatividade do preconceito das mães e do preconceito das crianças para 11 grupos (N= 30; teste *t* contra 2)

GRUPOS	Normatividade do preconceito da mãe*			Preconceito da criança**		
	<i>M</i>	<i>T</i>	<i>p</i>	<i>M</i>	<i>T</i>	<i>P</i>
Cegos	1.07	-20.15	.00	1.63	-2.48	.02
Índios	1.10	-12.25	.00	1.57	-4.29	.00
Negros	1.10	-16.16	.00	1.60	-2.85	.01
Pessoas feias	1.10	-16.16	.00	1.87	-.85	.40
Pessoas gordas	1.17	-12.04	.00	1.93	-.42	.68
Doente AIDS	1.43	-4.96	.00	2.60	5.84	.00
Motorista barbeiro	1.63	-3.00	.01	2.40	3.03	.01
Pessoas sujas	1.70	-2.52	.02	2.30	3.07	.01
Homossexuais	1.90	-.65	.52	2.83	12.04	.00
Pessoas racistas	2.57	5.46	.00	2.57	4.96	.00
Políticos	2.73	6.89	.00	1.72	-1.97	.06

\*A escala variou de 1 a 3, quanto maior o valor mais normativo e o preconceito contra o grupo.

\*\* A escala variou de 1 a 3, quanto maior o valor maior o preconceito contra o grupo.

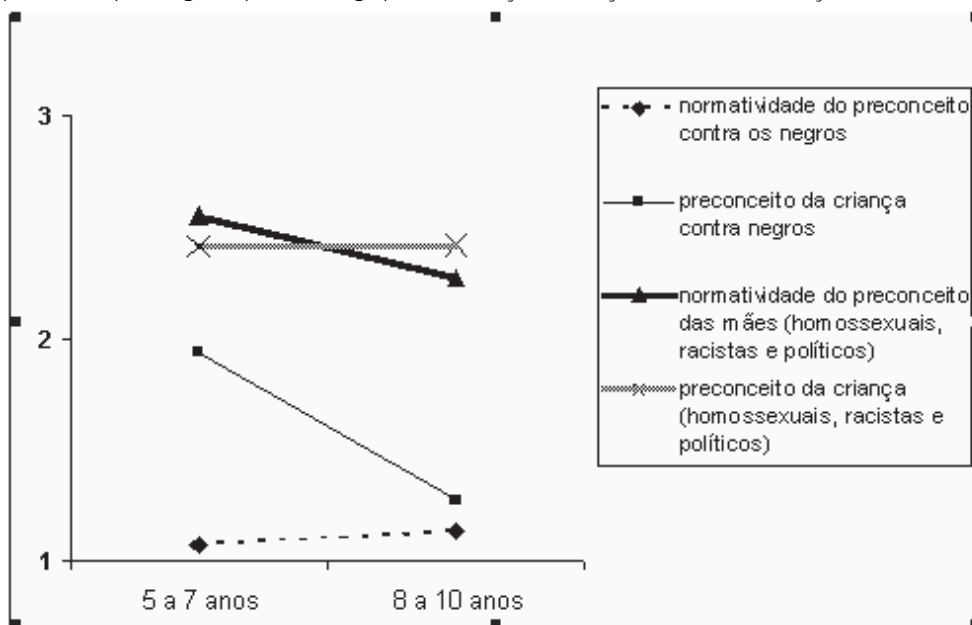
### A interiorização das normas relativas ao racismo

Para verificarmos quando (idade) e em que condições (normatividade ou anti-normatividade do preconceito), as crianças refletem abertamente as normas sociais de seu grupo de referência em relação ao racismo, compusemos os seguintes índices: um índice de ‘normatividade do preconceito’ (das mães) e um índice do ‘preconceito’ (da criança). O grupo dos negros foi utilizado como grupo de comparação, pois este é o grupo de interesse específico para a nossa pesquisa. Para compor o índice de ‘normatividade do preconceito’ das mães, selecionamos os três grupos que as mães mais consideraram certo discriminar, ou seja, aqueles que poderiam ser alvo normativo de preconceito (políticos, homossexuais e pessoas racistas), e calculamos a sua média simples. Utilizando o mesmo procedimento, construímos o índice de ‘preconceito’ das crianças para estes mesmos três grupos-alvo, de modo a proceder à comparação entre ambos os índices. Realizamos em seguida um teste t para amostras emparelhadas entre estes dois índices, e entre as médias de normatividade do preconceito (das mães) e do preconceito (das crianças) relativas ao grupo “negros”, para os dois grupos etários (5 a 7 anos e 8 a 10 anos), um de cada vez.

Os resultados (Gráfico 1) indicam que as crianças de 5 a 7 anos diferenciam-se de suas mães quanto ao preconceito relativo ao grupo dos negros ( $t(14) = 4,52$ ,  $p < .001$ ): Enquanto as crianças expressam preconceito contra este grupo ( $M = 1,93$ ,  $DP = 0,79$ ), suas mães acham que é anti-normativo ter preconceito contra eles ( $M = 1,06$ ,  $DP = 0,25$ ). Isto significa que as crianças desta idade ainda não interiorizaram a norma expressa pelos adultos, norma esta que impede a expressão direta do preconceito contra este grupo e por isto expressam preconceito independentemente da normatividade expressa pela mãe. As crianças de 5 a 7 anos, por outro lado, não se diferenciaram de suas mães quando comparamos o índice de normatividade do preconceito das mães ( $M = 2,55$ ,  $DP = 0,43$ ) e o índice de preconceito da criança ( $M = 2,40$ ,  $DP = .33$ ;  $t(13) = -1,0$ ,  $p = 0,34$ ), relativos aos grupos contra os quais as mães acham certo ter preconceito.

No que diz respeito aos resultados relativos às crianças de 8 a 10 anos, podemos verificar que estas crianças não se diferenciam de suas mães quanto às suas atitudes em relação ao grupo dos negros  $t(14) = .695$ ,  $p = .49$ . As mães acham que é anti-normativo ter preconceito contra este grupo ( $M = 1,13$ ,  $DP = 0,35$ ) e as crianças de 8 a 10 anos não exprimem atitudes negativas contra eles ( $M = 1,27$ ,  $DP = 0,59$ ). Isto mostra que as crianças desta idade interiorizaram o padrão normativo de seu grupo de referência para emitir avaliações directas sobre o grupo dos negros.

Gráfico 1 - Valores médios da normatividade do preconceito para negros e para outros grupos das mães e do preconceito para negros e para outros grupos das crianças em função da idade das crianças.



### Discussão

Este estudo teve o objetivo de verificar a partir de que idade as crianças interiorizam a norma anti-racista dos adultos. Avaliamos a adoção da norma anti-racista através da percepção da normatividade do preconceito das mães relativa ao grupo dos negros e do preconceito das crianças em relação ao mesmo grupo.

Verificamos que na faixa etária de 5 a 7 anos as crianças ainda não adquiriram a norma anti-racista, uma vez que apresentam elevados índices de preconceito relativamente a muitos dos grupos investigados (políticos, homossexuais e pessoas racistas), incluindo o grupo dos Negros, independentemente da orientação normativa dos adultos ou grupo de referência. Este resultado parece confirmar o fenômeno do 'período crítico' ou 'pico etnocêntrico', encontrado em outros estudos sobre preconceito na infância (Aboud, 1988; Allport, 1954; Bigler & Liben, 1993; Doyle & Aboud, 1995; Doyle, Beaudet & Aboud, 1988; Katz & Zalk, 1978; Williams, Best, Boswell, Mattson & Graves, 1975; Yee & Brown, 1992), sugerindo que as crianças desta idade possuem modos de expressão do preconceito que é qualitativamente diferente daquele das crianças mais velhas. As crianças mais novas diferem das mais velhas expressando o preconceito de modo extremado, pois elas discriminam a quase todos os grupos investigados. O que nos leva a concluir que as crianças de cinco a sete anos ainda não adquiriram ou interiorizaram a norma anti-racista.

Já as crianças que têm mais de 7 anos de idade, demonstraram, como previsto na hipótese, ter interiorizado a norma anti-racista, adotando as normas de seu grupo de referência. Essas crianças apresentam o mesmo padrão de preconceito apresentado pelas suas mães, não só em relação aos três grupos estigmatizados pelos adultos como em relação ao grupo dos negros. Podemos dizer, seguindo Crandall *et al.* (2002), que elas apresentam o padrão de preconceito dos adultos, ou seja, discriminam os grupos em relação aos quais é permitido discriminar e não discriminam os grupos em relação aos quais não é permitido discriminar.

### Discussão Geral

Nos estudos das novas formas de racismo tem-se verificado que a expressão sutil e indireta comum a estas formas de racismo é reflexo das pressões das normas sociais anti-racistas sobre os indivíduos. Estes estudos foram realizados com sujeitos adultos, mas não respondiam à questão das possíveis etapas da interiorização, nas crianças, deste tipo de normas, bem como das suas consequências na expressão do preconceito racial por parte dos membros dos grupos majoritários e dominantes. O presente trabalho é composto de três estudos com o objetivo de verificar o efeito dos contextos normativos sobre a expressão das novas formas de racismo nas crianças, considerando dois grupos de idade cruciais para esta averiguação. Consideramos que a manifestação das formas indiretas de racismo, sensivelmente a partir dos 8 anos, está relacionada com a interiorização da norma anti-racista por parte das crianças, precisamente por volta desta idade.

O primeiro estudo mostrou que as crianças expressam racismo de forma velada, sutil ou indireta, em contextos que justificam a discriminação. Este contexto foi criado com base na distribuição de recursos a crianças-alvo que apresentavam desempenhos diferentes em uma tarefa. No segundo estudo verificamos a expressão das formas indiretas de racismo considerando um contexto em que a norma social anti-racista estivesse saliente ou não saliente. Neste estudo verificamos que as crianças do grupo dominante apenas discriminam contra um alvo Negro quando a norma social anti-racista não está saliente, ou seja, estas crianças expressam racismo de modo indirecto. Finalmente, no terceiro estudo, verificamos que, a partir dos 8 anos de idade, as crianças Brancas interiorizam a norma anti-racista e já são pressionadas por esta norma para não apresentarem o comportamento discriminatório contra pessoas Negras que estava presente entre os 5 e os 7 anos.

Estes resultados põem em questão a interpretação meramente cognitivista proposta por Aboud, para explicar a redução do preconceito nas crianças mais velhas, que já teriam atingido a fase da descentração, sendo por isso capazes de perceberem uma diferenciação no interior das categorias que lhes limitaria as atitudes

estereotipadas e preconceituosas. De facto, e contrariamente ao que Aboud afirma, as crianças mais velhas continuam a expressar comportamento discriminatório. Contudo, este comportamento expressa-se de modo indireto, de modo a ficar imune à crítica ou punição social, podendo ser observado, quer em contextos que justificam a discriminação por outro motivo que não a categorização racial, quer quando a norma explícita anti-racista reduz a sua saliência e deixa de exercer controle sobre os comportamentos das crianças.

Com base nos resultados encontrados nos estudos aqui apresentados, o responsável direto pela mudança no modo de expressão do racismo, e não pela sua eliminação, parece ser o processo de interiorização deste tipo de normas sociais e a capacidade de as gerir em função dos contextos, processo e capacidade estes que, como foi demonstrado no terceiro estudo, já está presente nas crianças mais velhas, sensivelmente a partir dos 8 anos.

## Notas

<sup>1</sup>  $t(45) = 2.02, p < .05$

## Referências

- Aboud, F. E. (1980). A test of ethnocentrism with young children. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 12, 195-209.
- Aboud, F. E. (1988). *Children & Prejudice*. Oxford: Basil Blackwell.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley.
- Berk, L. E. (1994). *Child Development*. London: Allyn and Bacon.
- Bigler, R. S., & Liben, L. S. (1993). A cognitive-developmental approach to racial stereotyping and reconstructive memory in euro-american children. *Children Development*, 64, 1507-1518.
- Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A., & Crandall, C. S. (1996). Values and prejudice: Toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. In C. Seligman; J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.), *The Psychology of Values: The Ontario Symposium*, (vol. 8, pp. 153-189). New Jersey: LEA.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its Social Psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O'Brien, L. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice the struggle for internalization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 3, 359-378.



- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2001). Affirmative action, unintentional racial biases, and intergroup relations. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings* (pp. 178-187). Psychology Press.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S.L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of Aversive Racism. In J.L. Eberhardt & S.T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: the problem and the responses*. California: SAGE Publications. (pp. 3-32).
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S.L. (2000). Aversive racism and selection decisions: 1989 and 1999. *Psychological Science*, 11, 319-323.
- Doyle, A. B., & Aboud F. E. (1995). A longitudinal study of white children's racial prejudice as a social-cognitive development. *Merrill-Palmer Quarterly*, Vol. 41, N° 2.
- Doyle, A.B., Beaudet, J., & Aboud, F.E. (1988). Developmental changes in the flexibility of children's ethnic attitudes. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 19, 3-18.
- Gaertner, S. L. (1973). Helping behavior and racial discrimination among Liberals and conservatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, n° 3, 335-341.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In: Dovidio, J. F. & Gaertner, S. L. (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2000). *Reducing intergroup bias: The common intergroup identity model*. Philadelphia: Psychology Press.
- Gonçalves, A. I. S., & Garcia-Marques, T. (2002). Manifestação aversiva de racismo: dissociando crenças individuais e crenças culturais. *Psicologia*, Vol. XVI, 2, 411- 424.
- Hodson, G., Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2002). Processes in racial discrimination: Differential weighting of conflicting information. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, n° 4, 460-471.
- Katz P. A., & Zalk, S. R. (1978). Modifications of children's racial attitudes. *Developmental Psychology*, 14, 447-461.
- Katz, I., & Hass, R.G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, n° 6, 893-905.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R.G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. In J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism* (pp. 35-59). Nova York: Academic Press.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Kohlberg, L. (1982). Moral development. In J. M. Broughton & D. J. Freeman-Moir (eds.) *The cognitive developmental psychology of James Mark Baldwin*. Norwood, NJ: Ablex.

- Lima, M., & Vala, J. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo, *Análise Social*. Vol. XXVII, 181- 207.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In: Dovidio, J. F. & Gaerner, S. L. (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- McConahay, J.B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends upon who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- McConahay, J.B., & Hough, J.C., Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- Monteiro, M. B.; Lima, M. L., & Vala, J. (1991). Identidade social. Um conceito chave ou uma panaceia universal. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 9, pp. 107-120
- Mouro, C.; Monteiro, M. B. & Guinote, A. (2002). Estatuto identidade étnica e percepção de variabilidade nas crianças. *Psicologia*, Vol. XVI, nº 2.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Piaget, J., & Weil, A. M. (1951). The development in children of the idea of the homeland and of relations to other countries. *International Social Science Journal*, 3, 561- 78.
- Sachdev, I., & Bourhis, R. Y. (1991). Power and status differential in minority and majority group relations. *European Journal of Social Psychology*, Vol. 21, 1-24.
- Sherif, M. (1967). *Social interaction: process and products*. Chicago: Aldine.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup behavior*, Londres: Academic Press.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Estudos e Investigações, ICS, Lisboa.
- Vala, J., Lima, M., & Lopes, D. (2002). Social values, prejudice and solidarity in the European Union. In W. Arts & L. Halmann (Ed.), *European Social Values at the end of the milenium*. Leiden: Brill.
- Williams, J.E., Best, D.L., Boswell, D.A., Mattson, L.A., & Graves, D.J. (1975). Preschool Racial Attitude Measure II. *Educational and Psychological Measurement*, 35, 3-18.
- Yee, M. D., & Brown (1992). Self- evaluations and intergroup attitudes in children aged three to nine, *Child Development*, 63, 619-629.

## O INDIVIDUALISMO E O COLETIVISMO COMO EXPLICADORES DO PRECONCEITO FRENTE AOS NEGROS<sup>1</sup>

*Valdiney V. Gouveia*

*Valeschka Martins Guerra*

*María del Carmen Martínez*

*Consuelo Paterna*

### Introdução

É possível que o individualismo e o coletivismo predigam o preconceito em relação a grupos minoritários (por exemplo, negros, mulheres, homossexuais)? Não existe uma resposta simples para esta pergunta e, certamente, muitos fatores de ordem cultural e circunstancial estão envolvidos. Neste sentido, Triandis (1995) sugere que “a relação entre o individualismo-coletivismo e o preconceito e a discriminação é extremamente complexa” (p.125). Este autor comenta que os individualistas e coletivistas podem ter diferentes razões para se comportar de maneira preconceituosa. Apesar desta indicação teórica, o tema do preconceito tem sido explicado quase que exclusivamente a partir da perspectiva da Teoria da Identidade Social (TIS) (Brewer, 1999), raramente levando em conta a contribuição destes construtos (Brown & cols., 1992; Han & Park, 1995). Além do mais, como assinalam Smith e Bond (1999), a ampla maioria das pesquisas sobre questões intergrupais (estereótipos, preconceito, discriminação) é realizada em sociedades que apresentam baixas pontuações em medidas culturais de verticalidade, isto é, hierarquia, distância de poder ou conservadorismo. Esta situação motivou o presente

estudo, cujo objetivo principal foi conhecer o poder preditivo do individualismo e coletivismo para explicar medidas de preconceito em relação a um dos grupos minoritários mais discriminado no Brasil: os negros (ver Costa, 2001).

Em uma amostra de 53 culturas nacionais, o Brasil obteve uma colocação baixa em individualismo e alta em uma medida de distância de poder (Hofstede, 1984). Portanto, pode-se assumir que esta é uma cultura que privilegia valores sociais que acentuam a convivência harmoniosa entre as pessoas (por exemplo, afetividade, apoio social, convivência e honestidade), enfatizando igualmente a manutenção do status quo (por exemplo, obediência, ordem social, religiosidade e tradição) (Gouveia, 1998; Gouveia, Albuquerque, Clemente & Espinosa, 2002), o que a caracteriza como adotando uma orientação mais tipicamente coletivista (Gouveia & Clemente, 2000).

A importância deste estudo parece evidente. Embora assuma diferentes formas (sutil, tradicional), o preconceito ainda é um problema social difundido e destrutivo do tecido social na sociedade contemporânea (Pedersen & Walker, 1997; Williams & cols., 1999). Embora tenha sido assumida a correlação entre o individualismo-coletivismo e o preconceito (Gudykunst, 1988; Reynolds, Turner, Haslam & Ryan, 2001; Triandis, 1995), não foram encontrados dados empíricos substanciais a este respeito. Além disso, o preconceito é uma variável contingente, não sendo considerada inevitável (Duckitt, 1992). Portanto, compreender os antecedentes do preconceito é um passo importante para a criação de programas preventivos para sua redução (Brewer, 2000).

## **O Preconceito Frente a Exogrupos Minoritários Étnicos**

Embora a lista de definições de preconceito seja muito vasta, a definição clássica assume que este compreende uma atitude pró ou contra alguém ou alguma coisa (Allport, 1954). Apesar desta definição ainda ser utilizada na atualidade (Martínez, 1996), a idéia mais comum é que o preconceito é estritamente uma atitude negativa de um grupo majoritário frente a grupos minoritários ou dominados. Esta concepção começou com as primeiras pesquisas sobre preconceito, que enfatizavam as diferenças e antipatias raciais (Duckitt, 1992). Entretanto, atualmente não é possível conceber o racismo de uma maneira exclusivamente tradicional. O racismo antiquado ou dominante, que é expresso abertamente contra vítimas (alvos), está decrescendo (Biernat, Vescio, Theno & Crandall, 1996; McConahay, Hardee & Batts, 1981; Williams & cols., 1999). Em muitos países, incluindo o Brasil, a discriminação contra pessoas por motivo de raça, gênero ou religião é severa-

mente punida de acordo com leis formais, mas isso não significa que o preconceito deixou de existir. Ele simplesmente assumiu uma nova forma, definida como simbólica (Sears, 1986), moderna (McConahay, 1983), aversiva (Dovidio & Gaertner, 1986), laissez-faire, etc. (Martínez, 1996; Williams & cols., 1999).

Estas duas formas de preconceito (tradicional vs. moderno) são positivamente correlacionadas entre si (Pedersen & Walker, 1997), mas não são exatamente a mesma coisa. Por exemplo, Williams e cols. (1999) comentam que as formas antigas de preconceito enfocavam a inferioridade biológica ou inata de grupos minoritários (negros) em relação ao grupo dominante (brancos), enquanto as novas formas sugerem sentimentos negativos, culturas patológicas, comportamentos mal-adaptados e orientações atitudinais deficientes dos exogrupos minoritários (por exemplo, negros, homossexuais).

Independentemente da forma do preconceito racial/ étnico, um problema eminente é sua mensuração. Além do problema da desejabilidade social das medidas de preconceito, incluindo aquelas que se propõem a medir o novo racismo (Pettigrew & Meertens, 1995), deve-se reconhecer que o preconceito racial é um fenômeno complexo e multi-dimensional. Expressa-se de formas diferentes e inclui múltiplos indicadores (por exemplo, evitação do contato social, rejeição do exogrupo, atitudes negativas) (ver Allport, 1954; Brewer, 1999; Williams & cols., 1999). Portanto, o estudo do preconceito demanda que sejam levadas em consideração múltiplas medidas ou atributos.

Como pode ser compreendido do anteriormente comentado, o objeto de preconceito é geralmente uma categoria, um grupo social do qual o sujeito não faz parte, isto é, o preconceito tem origem na diferenciação endogrupo vs. exogrupo (Brewer, 1999). Esta diferenciação é classicamente considerada a partir da perspectiva da Teoria da Identidade Social (TIS). Apesar de não ser a única abordagem existente sobre o preconceito (ver Duckitt, 1992; Martínez, 1996), esta será a considerada aqui.

De acordo com Brewer (2001), a TIS apresenta duas premissas principais que são interrelacionadas: (1) *categorização*, que tem o efeito de minimizar diferenças percebidas no interior das categorias e de acentuar diferenças entre categorias; e (2) *diferenciação grupal*, que indica que os indivíduos são membros de algumas categorias sociais (*endogrupo*) e não de outras (*exogrupo*). Ela comenta que estas premissas fornecem um *esquema inter-grupal*, originando três princípios básicos: (a) *acentuação inter-grupal*: estabelece que os membros do endogrupo são percebidos como mais semelhantes à própria pessoa do que aqueles do exogrupo; (b) *favoritismo endogrupal*: indica que o afeto e a atitude positiva são expressos com relação aos membros do endogrupo, mas não com membros de exogrupos; e (c) *competição social*: sugere que uma comparação social inter-grupal é associada a uma interdependência negativa percebida entre o endogrupo e o exogrupo.

Para Brown (2000) a “TIS é essencialmente uma teoria de diferenciação grupal: como os membros do grupo podem torná-lo distinto de e, sempre que possível, melhor do que o exogrupo” (p. 757). Assim, uma das suposições centrais da TIS é que a identidade social deriva da pertença grupal. As pessoas procuram manter uma identidade social positiva, e tal identidade deriva primariamente da comparação favorável que se realiza entre o endogrupo e os exogrupos relevantes. Isto implica em um *favoritismo endogrupal* (viés), com as pessoas tendendo a discriminar em favor de seu grupo de pertença (Brown & cols., 1992; Feather, 1994; Rustemli, Mertan & Ciftci, 2000).

Estas proposições gerais da TIS têm sido amplamente aceitas na literatura. Por exemplo, a maioria dos pesquisadores dedicados ao estudo das relações intergrupais e do preconceito aceita, pelo menos implicitamente, a idéia de que o favoritismo endogrupal e o negativismo exogrupal são relacionados entre si. Neste sentido, o viés endogrupal e o preconceito exogrupal são estudados de modo intercambiável, como se o favoritismo do endogrupo e a discriminação contra os exogrupos fossem dois lados da mesma moeda (Brewer, 1999; ver também Brown, 2000). No entanto, para Brewer (1999, 2001) isso nem sempre é válido. A TIS é uma teoria muito mais de adoração endogrupal do que de ódio exogrupal. Ela comenta que a construção da identificação endogrupal e exogrupal surge independentemente das atitudes frente aos exogrupos. Portanto, a identificação endogrupal não é explicação suficiente para a hostilidade exogrupal e o conflito entre os grupos (Rustemli, Mertan & Ciftci, 2000).

Recentemente, tem sido considerado que os processos psicológicos colocados pela TIS não são aplicáveis a todos os grupos ou a todas as pessoas no mesmo contexto inter-grupal (Brown, 2000; Duckitt, 1992). Por exemplo, Brown e cols. (1992) observaram que a identificação e o favoritismo endogrupal se correlacionaram diretamente entre si para coletivistas com orientações relacionais ( $r$  médio = 0,51;  $p < 0,01$ ); entre individualistas com orientações autônomas, tais correlações foram próximas a zero. Feather (1994) apóia parcialmente estes achados. Seus resultados indicaram que a correlação entre a identificação e o favoritismo endogrupal foi mais forte para sujeitos que deram maior importância a valores coletivistas (*conformidade* e *segurança*) e para aqueles que atribuíram maior importância ao valor individualista de *hedonismo*. Além disso, Struch e Schwartz (1989) observaram que medidas de intenção de comportamentos agressivos de Israelenses (endogrupo) frente aos Judeus ortodoxos (exogrupo) não se correlacionaram com uma medida de viés endogrupal.

Em síntese, a teoria da identidade social sugere uma explicação para o preconceito frente a exogrupos minoritários, baseada na tendência do favoritismo endogrupal. Apesar desta tendência ser um aspecto importante na diferenciação de

orientações coletivistas e individualistas, raramente estes últimos construtos têm sido levados em consideração (Brown & cols., 1992; Lee & Ward, 1998; Verkuyten & Kwa, 1996). Para Han e Park (1995) “um número de hipóteses interessantes poderia ser proposto com a teoria da identidade social através da incorporação da perspectiva teórica do coletivismo [e individualismo]” (p. 310). A concepção assumida destes construtos é descrita abaixo.

## Elementos Constitutivos do Individualismo e Coletivismo

As dimensões individualismo e coletivismo têm representado um autêntico programa de pesquisa em Psicologia Trans-cultural (Kagitçibasi & Berry, 1989). Embora possam ser considerados pólos opostos de uma dimensão cultural (Hofstede, 1984), o individualismo e o coletivismo são atualmente vistos como ao menos duas dimensões diferentes ao nível individual (Gouveia, 1998; Hofstede, 1994). Pessoas e culturas podem assumir ao mesmo tempo uma perspectiva individualista e coletivista (Schwartz, 1990; Sinha & Tripathi, 1994), dependendo de contextos específicos (Triandis, 1995). Estas dimensões podem ser definidas como a seguir (Gouveia & Clemente, 2000; Kim, Triandis, Kagitçibasi, Choi & Yoon, 1994; Triandis, 1993):

**Individualismo.** Esta orientação descreve alguém discreto, autônomo e auto-suficiente, e que respeita os direitos dos outros. As pessoas são definidas como entidades abstratas e universais. Seus papéis sociais não são predeterminados ou designados, mas definidos por suas realizações (por exemplo, educacional, ocupacional). Sua interação com outros é baseada em princípios racionais, como igualdade e imparcialidade (justiça). Indivíduos com objetivos compartilhados fazem parte de seus respectivos grupos. Leis, regras e regulamentos são institucionalizados para proteger os direitos individuais. O endogrupo é percebido como mais heterogêneo do que os exogrupos. Debates e confrontações são aceitáveis. Conflitos com exogrupos são aceitos, mas não desejáveis. Em culturas individualistas, as pessoas são encorajadas a serem autônomas, auto-dirigidas, únicas e assertivas, e a valorizar sua privacidade e liberdade de escolha. Nestas culturas, é típica a presença de vários endogrupos, mas seus membros mantêm entre si uma relação casual ou contratual.

**Coletivismo.** Esta orientação enfatiza o bem comum e a harmonia social acima dos interesses individuais. Todos os indivíduos estão conectados em uma rede de interrelação, e situados em papéis e *status* específicos e pré-definidos. Seus relacionamentos põem a ênfase em uma sorte ou destino comum. Cada indivíduo é enco-

raçado a priorizar os interesses do endogrupo em detrimento dos seus próprios interesses. Deveres e obrigações são prescritos pelos papéis, e os indivíduos perdem prestígio se falham em cumpri-los. As instituições são vistas como uma extensão da família, e o paternalismo e o moralismo legal, isto é, os valores morais institucionalizados em códigos morais, são imperativos. O endogrupo é percebido como mais homogêneo do que os exogrupos. A harmonia endogrupal é necessária, e o conflito com os exogrupos é esperado. Em culturas coletivistas, a interdependência, o apoio social e o cumprimento são alguns dos aspectos mais importantes. Em tais culturas, o número de endogrupos é menor, mas estes são mais extensos (por exemplo, a família com todos seus ascendentes e descendentes ou propriamente o clã). Seus membros mantêm um relacionamento afetivo forte entre eles.

Apesar da aceitação desta tipologia (ver também Kim & cols., 1994; Smith & Bond, 1999), reconhece-se que mais atributos específicos podem ser relacionados ao individualismo e coletivismo (Kim, 1994; Triandis, 1995). Por exemplo, Gouveia (1998) listou cerca de duas dúzias de tipos de individualismo e coletivismo (por exemplo, utilitário, expressivo, possessivo). Esta riqueza terminológica não está alinhada com os avanços teóricos deste tema (Gouveia, Clemente & Espinosa, 2003). Provavelmente, uma exceção é o modelo teórico de Triandis e colaboradores (Singelis, Triandis, Bhawuk & Gelfand, 1995; Triandis, 1995; Triandis & Gelfand, 1998). Cruzando o individualismo e coletivismo com o atributo hierarquia (Schwartz, 1994) ou distância do poder (Hofstede, 1984), Triandis (1995) propôs dois tipos para cada uma destas dimensões, como se segue:

**Individualismo Horizontal.** Para pessoas que assumem esta orientação, é desejável ser único, diferente dos outros. Sua privacidade é valorizada acima de tudo. Os princípios valorativos de justiça social (alta igualdade) e auto-direção (alta liberdade) guiam suas vidas. Os relacionamentos inter-pessoais são estabelecidos em um contexto igualitário, onde todas as pessoas são iguais, tendo os mesmos direitos e obrigações.

**Individualismo Vertical.** Adotar esta orientação significa dar máxima importância às realizações pessoais. As pessoas que o fazem perseguem um ideal de triunfo. Combina uma ênfase nos princípios valorativos poder (baixa igualdade) e auto-direção (alta liberdade). Os relacionamentos inter-pessoais são estabelecidos em um contexto contratual, onde é valorizado o *status* de cada pessoa.

**Coletivismo Horizontal.** Ao serem solicitadas para descreverem a si mesmas, as pessoas que assumem esta orientação definem-se como cooperativas. A harmonia no interior do endogrupo é apreciada. São enfatizados os princípios valorativos de pertença e apoio social (alta igualdade), e minimizada a importância dada à privacidade e auto-direção (baixa liberdade). As relações inter-pessoais são



estabelecidas em um contexto público, priorizando a cooperação, a amizade e as afeições.

**Coletivismo Vertical.** A característica principal que descreve aquelas pessoas guiadas por esta orientação é a obediência. Há um forte sentido de obediência e conformidade (baixa igualdade), paralelo à restrição às escolhas pessoais e aos comportamentos auto-determinados (baixa liberdade). Os relacionamentos inter-pessoais são baseados em princípios hierárquicos. O coletivista vertical é respeitoso com os outros, principalmente com pessoas mais velhas e de maior *status*.

Em resumo, o individualismo e coletivismo são duas dimensões gerais de orientação social. A unidade de sobrevivência é o indivíduo para a primeira, enquanto o grupo o é para a segunda. No entanto, Hofstede (1994) adverte que o grupo, para um coletivista, não inclui toda a humanidade. Ele comenta que o coletivismo não é altruísmo, mas um egoísmo endogrupal. Contrastando com esta abordagem de uma dimensão, estudos psicológicos recentes indicam que o individualismo e coletivismo podem ser divididos em duas orientações mais específicas, definidas pela ênfase em atributos verticais ou horizontais. Esta tipologia atual de Triandis tem recebido apoio empírico em diferentes contextos culturais (Chen, Meindl & Hunt, 1997; Gouveia, Clemente & Espinosa, 2003; Singelis & cols., 1995), sendo, portanto, a que se considera aqui.

## **O Individualismo e Coletivismo como Preditores do Preconceito**

Como indicado previamente, a correlação entre as orientações individualista e coletivista e o preconceito é complexa. Pontos de vista diferentes e, algumas vezes, contraditórios, têm sido expressos (Gudykunst, 1988; Machan, 2001). Não obstante, a maioria dos autores tem sugerido que o individualismo inibe pensamentos e comportamentos preconceituosos contra exogrupos, enquanto o coletivismo os promove. Por exemplo, Triandis, Brislin e Hui (1988) indicam que a distância social de exogrupos tende a ser forte em culturas coletivistas, enquanto é atenuada em culturas individualistas. Morales, Lopez e Vega (1992), usando o Paradigma do Grupo Mínimo e comparando a matrizes de Tajfel e Insko, sugerem que os individualistas discriminam mais em favor de seu próprio grupo e menos contra o grupo oposto do que os coletivistas. Eles afirmam ainda que individualistas parecem mostrar uma alta flexibilidade no uso de estratégias diferenciadoras e uma alta inclinação frente à discriminação positiva. Entretanto, em condições de controle com a matriz de Tajfel, ambos os grupos usaram a imparcialidade como estratégia. Lee e Ward (1998) observaram que sujeitos malaios e chineses (mem-

bro de culturas predominantemente coletivistas) expressaram vieses etnocêntricos (*in-group serving*). Outros autores têm sugerido o favoritismo endogrupal em contextos culturais eminentemente coletivistas (ver Han & Park, 1995; Smith & Bond, 1999; Verkuyten & Kwa, 1996).

Al-Zahrani e Kaplowitz (1993) observaram que sauditas (membros de uma cultura coletivista) mostraram mais vieses depreciativos exgrupais do que americanos (membros de uma cultura individualista). Todavia, este padrão não foi consistente para atitudes inter-grupais. Em termos de favorabilidade, a avaliação de si mesmos feita pelos americanos não diferiu significativamente de suas avaliações dos sauditas. Estes, por outro lado, tinham uma visão significativamente mais favorável dos americanos (exogrupo) do que de si mesmos (endogrupo). Estes autores não confirmaram o poder preditivo do aloctrismo (coletivismo) frente a diferentes indicadores de viés endogrupal (por exemplo, favorecimento da família).

Vera e Martínez (1994) estudaram o preconceito frente a três grupos minoritários na Espanha (imigrantes sul-americanos, magrebinos e ciganos). Dividindo os sujeitos em grupos de preconceituosos e não preconceituosos, eles realizaram uma análise discriminante, considerando os tipos motivacionais de Schwartz (2001). Os resultados indicaram que os sujeitos preconceituosos pontuaram mais alto em valores de *realização*, *poder* e *anti-universalismo*. Estes achados foram consistentes para os três grupos minoritários. Biernat e cols. (1996) observaram um resultado compatível nos Estados Unidos. Os escores em atitudes pró-negros (avaliações positivas) foram positiva e significativamente correlacionados com a importância dada aos valores de *igualdade/humanismo* (comunalismo), enquanto aqueles em atitudes anti-negros (distância social e probabilidade de demitir um empregado) também o fizeram com a importância atribuída aos valores da *Ética Protestante* (individualismo).

Finalmente, Triandis (1995) indica que existem duas tendências contraditórias que aumentam o preconceito, dependendo do caráter vertical ou horizontal do individualismo e coletivismo. Os coletivistas são mais prováveis a identificar-se com seu grupo cultural e ser, conseqüentemente, mais etnocêntricos. No entanto, os coletivistas verticais sentem-se mais confortáveis vendo a si mesmos como diferentes dos outros grupos do que os coletivistas horizontais. Por outro lado, os individualistas verticais são mais prováveis a rebaixar grupos diferentes dos seus, em um esforço para se “distinguir” e para vencer a “competição no mercado”. Portanto, seria provável encontrar mais preconceito e discriminação entre estes do que entre individualistas horizontais. Além disso, este autor comenta que os individualistas horizontais são provavelmente os que apresentam menos preconceito e discriminação.

Em resumo, apesar de serem encontradas publicações que relacionam individualismo e coletivismo ao preconceito, não existe um conjunto consistente de achados. Além disso, relativamente pouca pesquisa empírica tem sido conduzida sobre este tema, principalmente em culturas coletivistas. Neste sentido, pensou-se realizar o presente estudo. Este considera diferentes medidas de preconceito (por exemplo, qualidade e intenção de contato social, atitudes negativas), e uma abordagem multi-dimensional do individualismo e coletivismo.

## Método

### Amostra

O critério para incluir o participante na amostra foi sua identificação como membro do grupo majoritário: pessoas brancas. O exogrupo minoritário (alvo) compreendeu os negros. A amostra foi então composta por 200 pessoas da população geral (73 homens; 127 mulheres), com idade média de 30,1 anos ( $DP = 14,29$ ; amplitude de 12 a 74), a maioria com estudos médios (42,7%) ou universitários (39,7%).

### Instrumentos

Cada participante foi solicitado a responder os instrumentos listados a seguir:

**Escala de Individualismo e Coletivismo Horizontal-Vertical.** Este instrumento é uma versão modificada da escala original de 32 itens de Singelis e cols., validada nos Estados Unidos (Singelis & cols., 1995) e Espanha (Gouveia, Clemente & Espinosa, 2003). A atual escala, elaborada por Triandis e Gelfand (1998), é composta por 16 itens, a serem respondidos em uma escala de 7 pontos, tipo *Likert*, com os seguintes extremos: **1 = Discordo Totalmente** e **7 = Concordo Totalmente**. Esta escala avalia as quatro dimensões destes construtos, como antes descritas: *individualismo horizontal* (por exemplo, preferiria depender de mim mesmo do que dos demais; com frequência faço “minhas próprias coisas”), *individualismo vertical* (por exemplo, triunfar é tudo; a competição é a lei da natureza), *coletivismo horizontal* (por exemplo, o bem-estar dos meus companheiros de trabalho é importante para mim; sinto-me muito bem quando colaboro com os outros), e *coletivismo vertical* (por exemplo, é importante para mim respeitar as decisões tomadas pelo meu grupo; pais e filhos devem estar juntos sempre que possível). Seus autores apresentam evidências empíricas sobre a adequação da sua estrutura fatorial em uma cultura coletivista (Coréia), bem como sua validade convergente e divergente (Triandis & Gelfand, 1998). No presente estudo foram observados os seguintes índices de consistência interna (Alfa de

Cronbach): 0,60, 0,55, 0,73 e 0,67, respectivamente; as dimensões individualismo e coletivismo, considerando os oito itens que define cada uma, obtiveram os seguintes Alfas de Cronbach: 0,68 e 0,79, respectivamente.

**Medidas de Contato Social.** Os sujeitos responderam três escalas para avaliar seu contato com membros de exogrupos minoritários:

**A. Frequência de Contato.** Avaliou o nível de contato em cinco contextos sociais típicos: (a) na escola; (b) como vizinho; (c) como amigo; (d) em conversa informal; e (e) em visita à sua casa. Os itens foram respondidos em uma escala de 5 pontos, variando de **1 = Nunca** a **5 = Sempre** (Alfa de Cronbach = 0,75).

**B. Qualidade do Contato.** Foram apresentados aos sujeitos sete possíveis características de um contato, sendo quatro positivas (voluntário, agradável, igual e cooperativo) e três negativas (superficial, discriminatório e desafiador). Eles deveriam indicar como definem seus relacionamentos com um negro, usando uma escala de 5 pontos, que variava de **1 = Nunca** a **5 = Sempre** (Alfa de Cronbach = 0,64).

**C. Intenção de Contato.** Uma amostra de 10 itens foi usada para medir este construto, sendo dois para cada área comum na vida das pessoas: *saúde* (exemplo, incomoda-me dividir um quarto de hospital com um negro); *educação* (exemplo, teria um negro como meu professor); *trabalho* (exemplo, não gostaria que meu chefe fosse negro); *política* (exemplo, votaria em um candidato negro nas eleições para prefeito da minha cidade); e *privada* (exemplo, teria amigos negros). Os participantes responderam em uma escala de 5 pontos, tipo Likert, com os seguintes extremos: **1 = Discordo Totalmente** e **5 = Concordo Totalmente** (Alfa de Cronbach = 0,79).

**Medidas de Preconceito.** Foram consideradas duas escalas:

**A. Escala de Atitudes frente a Exogrupos** (Stephan, Ybarra, Martínez, Schwarzwald & Tur-Kaspa, 1998). Os participantes deveriam indicar sua atitude com relação a negros, usando uma escala de cinco pontos, que variava de **1 = Nunca** a **5 = Sempre**; dez atitudes foram consideradas, sendo cinco positivas (admiração, aceitação, afeto, simpatia e cordialidade; Alfa de Cronbach = 0,80) e cinco negativas (hostilidade, desprazer, indiferença, ódio e rejeição; Alfa de Cronbach = 0,70).

**B. Escala de Avaliação Comparativa do Exogrupo.** Os negros foram avaliados com relação a quatro temas: *cultura*, *religião*, *formação* e *nível econômico*. Os participantes deveriam dizer como eles se consideravam quando compa-

rados com os negros, usando uma escala de 5 pontos, variando de 1 = *Inferior* a 5 = *Superior* (Alfa de Cronbach = 0,57).

**Dados Sócio-Demográficos.** Os participantes responderam um conjunto de seis questões sócio-demográficas (sexo, idade, escolaridade, grupo étnico, nível de contato com o exogrupo e número de filhos).

As medidas de individualismo e coletivismo, contato social e preconceito foram traduzidas para o português por dois psicólogos bilíngües.

### Procedimento

Todos os participantes completaram os questionários individualmente na sua própria casa. Três colaboradores, bolsistas devidamente treinados, foram responsáveis por entrar em contato com as pessoas, solicitar sua participação e fornecer as instruções necessárias para o preenchimento dos questionários. Estes informaram aos respondentes que sua participação seria voluntária. Foi-lhes fornecido um endereço onde eles poderiam receber informações adicionais sobre o estudo. Em média, cerca de 20 minutos foram suficientes para completar sua participação.

### Resultados

#### O Individualismo e Coletivismo entre os Brasileiros

Inicialmente, procurou-se saber em que medida os brasileiros (participantes deste estudo) poderiam realmente ser definidos como coletivistas. Neste sentido, suas pontuações médias nos fatores gerais de individualismo ( $M = 36,2$ ;  $DP = 8,67$ ) e coletivismo ( $M = 44,2$ ;  $DP = 9,05$ ) foram comparadas entre si, tendo confirmado sua orientação eminentemente social,  $t(157) = 9,41, p < 0,001$ . Sua pontuação média em coletivismo foi também comparada em relação ao ponto médio (mediana teórica = 32) desta medida, reforçando que estes são principalmente coletivistas [ $t(166) = 16,04, p < 0,001$ ].

Além do resultado antes indicado, seria igualmente interessante conhecer o tipo específico de individualismo e coletivismo que melhor permitiria caracterizar os participantes. Portanto, decidiu-se efetuar uma *MANOVA* para medidas repetidas, considerando as quatro dimensões destes construtos como fatores intra-sujeitos, tendo sido observada uma diferença estatisticamente significativa,  $\text{Lambda de Wilks} = 0,39, F(3,155) = 79,72, p < 0,001$ . O teste *post hoc* de Bonferroni possibilitou identificá-los como predominantemente coletivistas horizontais ( $M = 22,2$ ), seguindo de coletivistas verticais ( $M = 22,0$ ) e individualistas horizontais ( $M = 21,2$ ); estas médias não diferiram estatisticamente entre si ( $p > 0,05$ ), porém todas o fize-

ram ( $p < 0,001$ ) com relação ao individualismo vertical ( $M = 15,1$ ). Deste modo, pode-se dizer que estes se caracterizam pela rejeição às idéias, crenças e condutas individualistas verticais, que põem ênfase no ideal de triunfo.

### O Preconceito frente aos Negros

Uma das primeiras perguntas do questionário aplicado era: *Qual é o seu grupo étnico?* Apenas os sujeitos que se identificaram como brancos fizeram parte deste estudo. Estas pessoas passaram em seguida a responder as medidas específicas de contato social e preconceito em relação aos negros (exogrupo minoritário). A média de contatos percebidos com membros deste exogrupo minoritário foi maior ( $M = 3,9$ ;  $DP = 1,01$ ) do que a mediana teórica da escala de resposta (3; amplitude de 1 = *Nunca* a 5 = *Sempre*),  $t(199) = 13,25$ ,  $p < 0,001$ . Esta informação, porém, sugere uma quantidade considerável de erro de medida, visto que é realizada através de um único item. Para minimizar este problema, procurou-se comparar as pontuações dos participantes com a mediana teórica de cada uma das medidas de preconceito; os resultados a respeito são apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1.** Magnitude de preconceito dos participantes frente aos negros comparada com o médio da pontuação total das medidas.

	Pontuação Total				g.l.	t
	Amplitude	Ponto Médio	M	DP		
<b>Medidas de Contato Social</b>						
Frequência	5-25	15	16,1	4,47	180	3,39*
Qualidade	7-35	21	23,5	4,01	172	8,36**
Intenção	10-50	30	42,4	6,40	177	25,91**
<b>Medidas de Preconceito</b>						
Atitudes Positivas	5-25	15	19,3	3,77	185	15,61**
Atitudes Negativas	5-25	15	8,9	3,34	175	-24,07**
Avaliação Comparativa	4-20	12	11,3	1,83	190	-5,39**

Notas: \*  $p < 0,01$ , \*\*  $p < 0,001$  (teste bi-lateral).

De acordo com esta tabela, as pessoas do grupo dominante pontuaram consistentemente acima da mediana nas seguintes medidas de preconceito: *frequência de contato* ( $M = 16,1$ ;  $DP = 4,47$ ;  $t = 3,39$ ,  $p < 0,01$ ), *qualidade do contato* ( $M = 23,5$ ;  $DP = 4,01$ ;  $t = 8,36$ ,  $p < 0,001$ ), *intenção de contato* ( $M = 42,4$ ;  $DP = 6,40$ ;  $t = 25,91$ ,  $p < 0,001$ ) e *atitudes positivas* ( $M = 19,3$ ;  $DP = 3,77$ ;  $t = 15,61$ ,  $p < 0,001$ ). O fizeram abaixo da mediana em *atitudes negativas* ( $M = 8,9$ ;  $DP = 3,34$ ;  $t = -24,07$ ,  $p < 0,001$ ) e *avaliação comparativa* ( $M = 11,3$ ;  $DP = 1,83$ ;  $t = -5,39$ ,  $p < 0,001$ ). Portanto, excetuando a condição de comparabilidade do exogrupo com o endogrupo, em que o primeiro foi avaliado mais negativamente, todos os demais indicadores sugerem um nível reduzido de preconceito em relação aos negros. Resta, não obstante, conhecer em que medida os construtos individualismo e coletivismo explicam a variabilidade de preconceito frente a este exogrupo.

## Individualismo e Coletivismo como Explicadores do Preconceito

Na Tabela 2 são apresentadas as correlações dos diferentes atributos de preconceito com o individualismo-coletivismo. Como é possível observar, foram considerados tanto os fatores específicos como as dimensões gerais ou fatores de segunda ordem destes construtos.

**Tabela 2.** Correlação entre o individualismo e coletivismo horizontal-vertical e os atributos de preconceito frente aos negros.

	Individualismo			Coletivismo		
	T	H	V	T	H	V
Medidas de Contato Social						
Frequência	05	09	03	20**	21*	16*
Qualidade	-09	01	-15*	28***	28***	26**
Intenção	-17*	01	-20**	24**	28***	20**
Medidas de Preconceito						
Atitudes Positivas	-05	02	-10	19**	23**	17*
Atitudes Negativas	20**	-03	29***	-34***	-27***	-32***
Avaliação Comparativa	-14*	-14*	-12*	02	-03	08

**Notas:** Os pontos decimais foram omitidos. \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$ , \*\*\*  $p < 0,001$  (teste unilateral). Identificação dos fatores de individualismo e coletivismo: T = Total, H = Horizontal e V = Vertical.

Conforme se comprova nesta tabela, o individualismo (T) estimula as atitudes negativas frente aos negros ( $r = 0,20, p < 0,01$ ), enquanto reduz a possibilidade da intenção de contato social ( $r = -0,17, p < 0,05$ ) e de uma comparação mais benévola ( $r = -0,14, p < 0,05$ ). No caso dos fatores específicos deste construto, o individualismo horizontal (IH) unicamente produz uma avaliação comparativa menos favorável dos negros ( $r = -0,14, p < 0,05$ ), coisa que também é observada para o individualismo vertical (IV) ( $r = -0,12, p < 0,05$ ). Este último fator é mais flagrante em promover atitudes, crenças e comportamentos preconceituosos em relação aos negros. Especificamente, correlacionou-se inversamente com a qualidade ( $r = -0,15, p < 0,05$ ) e intenção ( $r = -0,20, p < 0,01$ ) de contato social; o fez diretamente com as atitudes negativas ( $r = 0,29, p < 0,001$ ).

Contrariamente ao observado para o individualismo, o coletivismo (T) claramente promove atitudes, crenças e comportamentos menos discriminatórios em relação aos negros. Concretamente, observa-se na Tabela 2 que a dimensão geral deste construto se correlacionou diretamente com a frequência ( $r = 0,20, p < 0,01$ ), qualidade ( $r = 0,28, p < 0,001$ ) e intenção ( $r = 0,24, p < 0,01$ ) de contato social; o mesmo ocorreu com as atitudes positivas ( $r = 0,19, p < 0,01$ ). Coerentemente, no caso das atitudes negativas, estas se correlacionaram inversamente com esta dimensão ( $r = -0,34, p < 0,001$ ), sugerindo que as pessoas mais coletivistas tendem a expressar em menor medida tais atitudes frente a membros do exogrupo minoritário considerado. Em grande medida, este padrão de correlações se repete para os fatores específicos do coletivismo, especialmente para o coletivismo horizontal (CH): frequência ( $r = 0,21, p < 0,01$ ), qualidade ( $r = 0,28, p < 0,001$ ) e

intenção ( $r = 0,28, p < 0,01$ ) de contato social, atitudes positivas ( $r = 0,23, p < 0,01$ ) e atitudes negativas ( $r = -0,27, p < 0,001$ ). Para o coletivismo vertical (CV), os coeficientes de correlação foram os seguintes: frequência ( $r = 0,16, p < 0,05$ ), qualidade ( $r = 0,26, p < 0,01$ ) e intenção de contato social, atitudes positivas ( $r = 0,17, p < 0,05$ ) e atitudes negativas ( $r = -0,32, p < 0,001$ ).

Em resumo, percebe-se um padrão coerente de correlações entre as dimensões do individualismo e coletivismo e os indicadores de preconceito. Basicamente, em termos gerais, o individualismo promove o preconceito frente ao exogrupo minoritário considerado (negros), enquanto que o coletivismo favorece pensamentos, sentimentos e comportamentos mais positivos frente a este exogrupo. Ademais, observa-se que a primeira dimensão está mais fortemente correlacionada com os múltiplos indicadores de preconceito. Cabe, não obstante, indagar sobre em que medida tais indicadores poderiam ser explicados pelo individualismo e coletivismo, resultado que é resumido na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3. - Resultados das análises de regressão stepwise predizendo os múltiplos indicadores de preconceito.

Variável Dependente	Variável Independente	R	Betas padronizados	
			R <sup>2</sup>	No estágio final
Medidas de Contato				
Frequência	Coletivismo Horizontal	0,21	0,05	0,22**
Qualidade	Coletivismo Horizontal	0,28	0,07	0,30***
	Individualismo Vertical	0,33	0,10	-0,19*
Intenção	Coletivismo Horizontal	0,28	0,08	0,31***
	Individualismo Vertical	0,37	0,13	0,24**
Medidas de Preconceito				
Atitudes Positivas	Coletivismo Horizontal	0,23	0,05	0,23**
Atitudes Negativas	Coletivismo Vertical	0,32	0,10	-0,37***
	Individualismo Vertical	0,47	0,22	0,34***
Avaliação Comparativa	<u>NS</u>			

Notas: \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$ , \*\*\*  $p < 0,001$ . NS = Nenhuma variável independente foi estatisticamente significativa para explicar a dependente.

Nas análises de regressão múltipla (método *stepwise*), cada um dos indicadores de preconceito entrou como variável dependente, enquanto que os atributos vertical e horizontal do individualismo e coletivismo foram considerados como variáveis independentes. De acordo com estas análises estatísticas, estas variáveis permitiram explicar de 5% (frequência de contato social e atitudes positivas) a 22% (atitudes negativas) da variabilidade de preconceito frente aos negros. No geral, parece bastante evidente o papel do coletivismo horizontal em inibir o preconceito,



ao passo que o individualismo vertical atua como seu instigador. A exceção corre a cargo apenas do coletivismo vertical para explicar as atitudes negativas frente a este exogrupo; porém, inclusive neste caso, é coerente a idéia de que a orientação mais social, voltada para o grupo e as demais pessoas, pode potencializar a inibição do preconceito ( $b = -0,37, p < 0,001$ ).

### Discussão

O presente pretendeu conhecer o poder preditivo do individualismo e do coletivismo para explicar os múltiplos indicadores de preconceito frente a um exogrupo minoritário (negros). Esperamos que este objetivo tenha sido alcançado. Entretanto, paradoxalmente, é possível que uma de suas limitações correspondeu à natureza do exogrupo escolhido; apesar de ter baixo *status* social e de ser objeto de preconceito no contexto brasileiro (Costa, 2001), os negros neste país são parte de uma cultura miscigenada, inclusive sendo muito difícil diferenciá-los das pessoas que se declaram brancas. Talvez esta seja uma explicação para o baixo índice de preconceito registrado frente a este grupo minoritário. Não obstante, explicações alternativas serão igualmente levantadas aqui.

### A Orientação Coletivista dos Brasileiros

Embora seja pretensioso, parece justificável fazer referência à orientação coletivista dos brasileiros. Apesar dos participantes procederem de um estado específico (Paraíba), em geral, ao menos no que se refere a este tipo de orientação, parece haver um consenso sobre a orientação coletivista dos brasileiros quando comparados com pessoas de outros países (Gouveia, 1998; Hofstede, 1984). O próprio Harry C. Triandis é taxativo quando, na introdução do seu livro *Individualism and Collectivism*, cita um exemplo extremo de uma situação social que, supostamente, revela a orientação estritamente coletivista dos brasileiros (Triandis, 1995). Esta sua condição de coletivista foi também observada previamente por Gouveia e seus colaboradores (Gouveia & cols., 2002; Gouveia & Clemente, 2000).

É preciso destacar também que, mais do que ser caracterizados como coletivistas, os brasileiros deveriam em realidade ser vistos como contrários aos pensamentos e comportamentos que traduzem o individualismo vertical. De acordo com os achados antes descritos, aceita-se uma orientação que prima pela vida privada e a unicidade de cada pessoa (individualismo horizontal), porém se dá muito pouca importância a persecução de metas estritamente pessoais, procurando se diferenciar e ser superior aos demais membros da sociedade. Isso também poderia ser esperado, segundo Gouveia (1998). Para este autor, os brasileiros têm uma orientação social que se pauta por valores que destacam principalmente a impor-

tância dos demais (por exemplo, afetividade, apoio social, convivência e honestidade), sendo menos favoráveis a uma orientação vertical no plano pessoal, isto é, que põe ênfase no egoísmo e no poder. Este estilo singular que combina o coletivismo e individualismo horizontal tem demandado novos instrumentos de medida, inclusive mapeando dimensões que sejam mais próximas do estilo de vida do povo latino (ver Gouveia, Andrade, Jesus, Meira & Soares, 2002).

### O Preconceito frente aos Negros

Considerando os resultados previamente apresentados, poder-se-ia dizer que a população brasileira branca tem deixado de ser preconceituosa em relação aos negros. Por exemplo, suas atitudes são mais positivas frente a este exogrupo e se aprecia uma intenção de manter contato social com seus membros. Esta, não obstante, parece uma conclusão muito elementar. É preciso conjecturar que, como tem ocorrido em outros países, o preconceito declarado e tradicional tenha reduzido, mas não desaparecido (Biernat & cols., 1996; Williams & cols., 1999). Na impossibilidade legal de manifestá-lo abertamente, recorre-se a outras formas de preconceito, menos evidentes, que têm recebido diferentes denominações, como antes apontado (ver Martínez, 1996). Embora tenham sido utilizadas neste estudo diferentes medidas de preconceito, a maioria permite avaliar mais provavelmente o preconceito tradicional; esta pode ter sido uma razão do baixo índice de preconceito registrado frente aos negros. Neste sentido, pesquisas futuras serão requeridas para dirimir eventuais dúvidas, incorporando medidas como a *Escala de Racismo Moderno* (McConahay, Hardee & Batts, 1981).

Apesar do antes comentado, o preconceito frente aos negros na amostra considerada parece evidente quando é solicitado aos participantes que avaliem o quanto se consideram inferiores ou superiores a estes com respeito a quatro áreas temáticas: *cultura, religião, formação e nível econômico*. Nestas circunstâncias, fez-se uma avaliação negativa do exogrupo (negros), isto é, em média, os participantes do estudo se consideraram superiores. Portanto, isso é coerente com a concepção do preconceito moderno; ainda que não se considere o exogrupo como biologicamente inferior, este é percebido como representando uma “cultura patológica”, com orientações atitudinais deficitárias (Williams & cols., 1999).

Finalmente, apesar de não ter sido o objetivo deste estudo testar a hipótese de Brewer (1999, 2001) sobre “a adoração endogrupal e o ódio exogrupal”, os achados parecem em certa medida apoiá-la. A condição de membro de um grupo dominante, ou seja, a identificação como branco não implica necessariamente em ódio frente aos negros (exogrupo minoritário). Por exemplo, a pontuação média de contato social mantido com os negros ( $M = 3,9$ ) foi maior do que a mediana da escala de respostas (3). Unicamente na condição de comparação endogrupal, como pare-

ce mais provável de acordo com a TIS (ver Brown, 2000), acentua-se uma avaliação negativa do exogrupo. Porém, esta conclusão demanda pesquisas futuras.

#### O Papel dos Construtos Individualismo e Coletivismo para Explicar o Preconceito

Os resultados previamente apresentados reforçam a adequação das dimensões individualismo e coletivismo para explicar as relações inter-grupais (Han & Park, 1995; Triandis, 1995). Observou-se que o individualismo promove atitudes e crenças preconceituosas, enquanto que o coletivismo as inibe. Isto é especialmente verdadeiro para o individualismo vertical e o coletivismo horizontal, como pode ser inferido a partir de Triandis (1995). Este autor indica que entre os individualistas, aqueles com uma orientação vertical (orientados ao êxito) seriam mais preconceituosos, ao passo que entre os coletivistas, os que apresentam uma orientação horizontal (orientados à cooperação) seriam menos prováveis expressar atitudes preconceituosas. No entanto, sua hipótese que estabelece uma correlação negativa entre o individualismo horizontal e o preconceito não pôde ser corroborada. Contrariamente, as pessoas com pontuação alta neste tipo de orientação tenderam a avaliar o exogrupo (negros) de forma mais preconceituosa, considerando-o inferior ao endogrupo.

Se os construtos individualismo e coletivismo forem pensados desde o ponto de vista dos valores, estes resultados são coerentes com as novas formulações do preconceito e do racismo. Os novos modelos teóricos indicam que o conflito entre a *igualdade* e o *individualismo* é a base para a manifestação de preconceito dos grupos dominantes frente aos grupos minoritários (Biernat & cols., 1996; Stephan & Stephan, 1996). Para o coletivismo horizontal, a benevolência e o universalismo são valores-chave, como igualmente são os valores de poder e realização para o individualismo vertical (ver Oishi, Schimmack, Diener, & Suh, 1998). Se a pessoa individualista avalia os membros do exogrupo a partir destes valores, é clara a pouca importância que ela dá ao contato social com tais membros. Ela pode pensar que tais pessoas não lhe proporcionam qualquer vantagem.

No modelo teórico de individualismo e coletivismo de Triandis, assume-se que os individualistas horizontais são os menos prováveis a serem preconceituosos (ver Triandis, 1995, p. 125). Talvez este achado poderia ser observado em uma cultura individualista; em culturas coletivistas como a aqui considerada, no entanto, isto pode não ocorrer. Como se observa na Tabela 2, a maioria das correlações entre o individualismo horizontal e os indicadores de preconceito foram próximas a zero. O elemento principal do individualismo horizontal, como operacionalizado por Triandis e seus colegas (Singelis & cols., 1995; Triandis & Gelfand, 1998), é o sentido de privacidade. Individualistas horizontais desejam manter seu próprio espaço, viver independentemente dos outros, e apresentar afetos positivos apenas para as pessoas de sua intimidade. Neste contexto, a suposta importância que tais indivíduos

dão ao valor da igualdade é menos evidente. Por exemplo, Oishi e cols. (1998) observaram que o individualismo horizontal não se correlaciona significativamente com o tipo motivacional universalismo (pró-social) (Schwartz, 1990, 2001), que inclui valores como justiça social, igualdade, tolerância e um mundo em paz.

Em resumo, o individualismo e o coletivismo podem ser vistos como bons preditores de atitudes e crenças preconceituosas frente a exogrupos minoritários no Brasil, especialmente os negros. Em tal cultura coletivista, é mais provável que o individualismo instigue o preconceito, enquanto o coletivismo o iniba. Embora Hofstede (1994) comente que coletivistas não são bons samaritanos, ao menos na atual pesquisa sim, eles pareceram ser. Os coletivistas se mostraram mais prováveis apresentar atitudes positivas e intenção de contato social com os negros.

Finalmente, há mais de uma década atrás Gudykunst (1988) comentou que relativamente poucas pesquisas trans-culturais sobre processos inter-grupais haviam sido realizadas. Este comentário ainda parece válido atualmente. Raramente são encontrados dados sobre este tema que consideram diferentes culturas, principalmente enfocando o individualismo e o coletivismo (ver Smith & Bond, 1999; Triandis, 1995). Seguramente estes construtos poderiam contribuir para explicar diferenças no comportamento inter-grupal através das culturas. O atual estudo representa uma contribuição nesta direção, mas considerando unicamente uma cultura coletivista. Este pode ser o terreno mais apropriado para testar a teoria da identidade social, dado que neste tipo de cultura os indivíduos são necessariamente identificados como membros de grupos sociais (Brown & cols., 1992; Han & Park, 1995). Contudo, recomendam-se estudos futuros em culturas individualistas, de forma a avaliar a extensão dos resultados aqui observados.

## Notas

<sup>1</sup> Nota dos autores: Este estudo foi parcialmente financiado pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)* através de *Bolsa de Produtividade* concedida ao primeiro autor (Proc. Nº 0235/94-6). Os autores agradecem a esta instituição. Endereço para correspondência: Valdiney V. Gouveia, Universidade Federal da Paraíba, CCHLA – Departamento de Psicologia – 58051-900 João Pessoa, PB. E-mail: [vgouveia@cchla.ufpb.br](mailto:vgouveia@cchla.ufpb.br).

## Referências

Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, Mass: Addison-Wesley Publishing.

- Al-Zahrani, S. S. A. & Kaplowitz, S. A. (1993). Attributional biases in individualistic and collectivistic cultures: A comparison of Americans with Saudis. *Social Psychology Quarterly*, *56*, 223-233.
- Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A. & Crandall, C. S. (1996). Values and prejudice: Toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. Em C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.), *The psychology of values: The Ontario Symposium, Volume 8* (pp. 153-189). Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Brewer, M. B. (1999). The psychology of prejudice: Ingroup love or outgroup hate? *Journal of Social Issues*, *55*, 429-444.
- Brewer, M. B. (2000). Reducing prejudice through cross-categorization: Effects of multiple social identities. Em S. Oskamp (Ed.), *Reducing prejudice and discrimination* (pp. 165-183). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Brewer, M. B. (2001). Ingroup identification and intergroup conflict: When does ingroup love become outgroup hate? Em R. Ashmore, L. Jussim & D. Wilder (Eds.), *Social identity, intergroup conflict, and conflict reduction* (pp. 17-41). Oxford University Press.
- Brown, R. (2000). Social identity theory: Past achievements, current problems and future challenges. *European Journal of Social Psychology*, *30*, 745-778.
- Brown, R., Hinkle, S., Ely, P. G., Fox-Cardamone, L., Maras, P. & Taylor, L. A. (1992). Recognizing group diversity: Individualist-collectivist and autonomous-relational social orientations and their implications for intergroup processes. *British Journal of Social Psychology*, *31*, 327-342.
- Chen, C. C., Meindl, J. R. & Hunt, R. G. (1997). Testing the effects of vertical and horizontal collectivism: A study of reward allocation preferences in China. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *28*, 44-70
- Costa, D.M.F. (2001). *Aspectos do preconceito étnico em relação ao negro: Um estudo empírico no setor supermercadista de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba.
- Dovidio, J. & Gaertner, S. (1986). Prejudice, discrimination and racism: Historical and contemporary approach. Em J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 1-34). New York: Academic Press.
- Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, *47*, 1182-1193.
- Feather, N. T. (1994). Values, national identification and favouritism towards the in-group. *British Journal of Social Psychology*, *33*, 467-476.
- Gouveia, V.V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri.

- Gouveia, V.V., Albuquerque, F. J. B., Clemente, M. & Espinosa, P. (2002). Human values and social identities: A study in two collectivist cultures. *International Journal of Psychology*, 37, 333-342.
- Gouveia, V.V., Andrade, J. M., Jesus, G. R., Meira, M. & Soares, N. (2002). Escala Multi-fatorial de Individualismo e Coletivismo: Elaboração e validação de construto. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 203-212.
- Gouveia, V.V. & Clemente, M. (2000). O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: Correlatos sócio-demográficos. *Estudos de Psicologia*, 5, 317-346.
- Gouveia, V.V., Clemente, M. & Espinosa, P. (2003). The horizontal and vertical attributes of individualism and collectivism in a Spanish population. *The Journal of Social Psychology*, 143, 43-63.
- Gudykunst, W. B. (1988). Culture and intergroup process. Em M. H. Bond (Ed.), *The cross-cultural challenge to social psychology* (pp. 165-181). Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Han, G. & Park, B. (1995). Children's choice in conflict: Application of the theory of individualism-collectivism. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 26, 298-313.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G. (1994). Foreword. Em U. Kim, H. C. Triandis, Ç. Kagitçibasi, S.-C. Choi & G. Yoon (Eds.), *Individualism and collectivism: Theory, method, and applications* (pp. ix-xiii). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Kagitçibasi, Ç. & Berry, J. W. (1989). Cross-cultural psychology: Current researches and trends. *Annual Review of Psychology*, 40, 493-531.
- Kim, U. (1994). Individualism and collectivism: Conceptual clarification and elaboration. Em U. Kim, H.C. Triandis, Ç. Kagitçibasi, S.-C. Choi & G. Yoon (Eds.), *Individualism and collectivism: Theory, method, and applications* (pp. 19-40). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Kim, U., Triandis, H.C., Kagitçibasi, Ç., Choi, S. -C. & Yoon, G. (1994). Introduction. Em U. Kim, H.C. Triandis, Ç. Kagitçibasi, S.-C. Choi & G. Yoon (Eds.), *Individualism and collectivism: Theory, method, and applications* (pp. 1-16). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Lee, L. & Ward, C. (1998). Ethnicity, idiocentrism-allocentrism, and intergroup attitudes. *Journal of Applied Social Psychology*, 28, 109-123.
- Machan, T. R. (2001). Individualism and prejudice. *The Laissez Faire City Times*, 5, 30.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del prejuicio*. Madrid: Editorial Síntesis.
- McConahay, J.B. (1983). Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.

- McConahay, J.B., Hardee, B.B & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends upon who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- Morales, J. F., Lopez, M. & Vega, L. (1992). Individualismo, colectivismo e identidad social. *Revista de Psicología Social, Monográfico*, 49-72.
- Oishi, S., Schimmack, U., Diener, E. & Suh, E. M. (1998). The measurement of values and individualism-collectivism. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 1177-1189.
- Pedersen, A. & Walker, I. (1997). Prejudice against Australian aborigines: Old-fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, 561-587.
- Pettigrew, T F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Reynolds, K. J., Turner, J. C., Haslam, S. A. & Ryan, M. K. (2001). The role of personality and group factors in explaining prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37, 427-434.
- Rustemli, A., Mertan, B. & Ciftci, O. (2000). In-group favoritism among native and immigrant Turkish Cypriots: Trait evaluations of in-group and out-group targets. *The Journal of Social Psychology*, 140, 26-34.
- Schwartz, S.H. (1990). Individualism-collectivism: Critique and proposed refinements. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 21, 139-157.
- Schwartz, S. H. (1994). Beyond individualism/collectivism: New cultural dimensions of values. Em U. Kim, H. C. Triandis, Ç. Kagitçibasi, S.-C. Choi & G. Yoon (Eds.), *Individualism and collectivism: Theory, method, and applications* (pp. 85-119). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Schwartz, S. H. (2001). Existen aspectos universales en la estructura y el contenido de los valores humanos? Em M. Ros & V.V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores humanos: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 53-77). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Sears, D. O. (1986). Symbolic racism. Em P.A. Katz & D. A. Taylor (Eds.), *Eliminating racism. Profiles in controversy* (pp. 53-84). New York: Plenum
- Singelis, T.M., Triandis, H.C., Bhawuk, D.S. & Gelfand, M. (1995). Horizontal and vertical dimensions of individualism and collectivism: A theoretical and measurement refinement. *Cross-Cultural Research*, 29, 240-275.
- Sinha, D. & Tripathi, R. C. (1994). Individualism in a collectivist culture: A case of coexistence of opposites. Em U. Kim, H. C. Triandis, Ç. Kagitçibasi, S.-C. Choi & G. Yoon (Eds.), *Individualism and collectivism: Theory, method, and applications* (pp. 123-136). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Smith, P. R. & Bond, M. H. (1999). *Social psychology across cultures*. Needham Heights, MASS: Allyn & Bacon.



- Stephan, W. & Stephan, C. (1996). *Intergroup relations*. Boulder, CO: Westview Press.
- Stephan, W., Ybarra, O., Martínez, C., Schwarzwald, J. & Tur-Kaspa, M. (1998). Prejudice toward immigrants to Spain and Israel: An integrated threat theory analysis. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *29*, 559-576
- Struch, N. & Schwartz, S. H. (1989). Intergroup aggression: Its predictors and distinctness from in-group bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, *56*, 364-373.
- Triandis, H. C. (1993). Collectivism and individualism as cultural syndromes. *Cross-Cultural Research*, *27*, 155-180.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Triandis, H. C., Brislin, R. & Hui, C. H. (1988). Cross-cultural training across the individualism-collectivism divide. *International Journal of Intercultural Relations*, *12*, 269-289.
- Triandis, H.C. & Gelfand, M.J. (1998). Converging measurement of horizontal and vertical individualism and collectivism. *Journal of Personality and Social Psychology*, *74*, 118-128.
- Vera, J. J. & Martínez, M. C. (1994). Preferencias de valores en relación con los prejuicios hacia exgrupos. *Anales de Psicología*, *10*, 29-40.
- Verkuyten, M. & Kwa, G. A. (1996). Ethnic self-identification, ethnic involvement, and group differentiation among Chinese youth in the Netherlands. *The Journal of Social Psychology*, *136*, 35-48.
- Williams, D. R., Jackson, J. S., Brown, T. N., Torres, M., Forman, T. A. & Brown, K. (1999). Traditional and contemporary prejudice and urban whites' support for affirmative action and government help. *Social Problems*, *46*, 503-527.



# PERCEÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO E IMAGENS DA SOCIEDADE PORTUGUESA EM CONTEXTO INTERGRUPAL: O QUE OS JOVENS “NEGROS” PENSAM QUE OS PORTUGUESES “BRANCOS” PENSAM DELES

*Jorge Vala  
Diniz Lopes*

## Introdução

O estudo que apresentamos neste capítulo está integrado num programa de pesquisa iniciado em 1996 sobre o racismo em Portugal (Vala, Brito e Lopes, 1999; Vala, 1999; Vala, Lima e Lopes, no prelo; Vala, Lopes, Lima, & Brito, 2002)<sup>1</sup>. Analisamos, aqui, a imagem que os jovens “negros” consideram que a sociedade portuguesa constrói sobre eles, de modo a entendermos a imagem que eles constroem dessa mesma sociedade. Estas imagens serão descritas a dois níveis: a nível dos traços e das emoções. A hipótese subjacente ao presente trabalho é a de que a imagem que os jovens “negros” em Portugal (portugueses ou não) constroem sobre eles próprios e sobre os portugueses “brancos” decorre, em grande medida, da percepção de discriminação de que são alvo.

Esta hipótese é controversa e pode ser discutida à luz de diferentes perspectivas teóricas que a apoiam ou infirmam. Numa primeira perspectiva, os grupos minoritários interiorizariam a discriminação de que são alvo e interiorizariam uma imagem negativa do seu grupo e outra mais positiva dos exogrupos dominantes. Esta perspectiva recebe apoio de estudos experimentais (e.g., Hinkle e Brown, 1990), mas

também de estudos com grupos reais (e.g., Jost e Banaji, 1994), bem como, e no domínio das relações racializadas, dos estudos clássicos de Clark e Clark (1947) realizados nos EUA, do estudo recente de França e Monteiro (2001), realizado no Brasil, ou ainda, e no domínio das relações de género, dos estudos de Deaux e Emswiller (1974), e dos resultados obtidos em Portugal por Amâncio (1994). De acordo com esta perspectiva, a percepção de que se é discriminado conduz a uma imagem negativa do endogrupo, mas não está relacionada com a imagem do exogrupo.

A hipótese que formulámos pode, ainda, ser enquadrada pela teoria do mundo justo (Lerner, 1980). De acordo com esta teoria, as pessoas aprendem que as coisas boas acontecem a pessoas boas e que as coisas más acontecem a pessoas más, ou seja, cada um tem o que merece. Consequentemente, o mundo é fundamentalmente justo. Só desta forma a vida se torna previsível e é possível programar o futuro (cf., Correia, 2000). Em nosso entender, podemos estender esta hipótese, concebida no campo das relações interpessoais, para a compreensão dos processos de discriminação de que as minorias são alvo. Assim, esta extensão da teoria do mundo justo prediz que quanto maior a discriminação percebida pelos jovens “negros”, mais negativa será a imagem que constroem do seu grupo. Porém, e de forma idêntica à perspectiva anterior, a percepção de discriminação não terá impacto na construção da imagem do exogrupo

Ao invés das perspectivas anteriores, uma outra perspectiva propõe que quando a discriminação é percebida como ilegítima, ela pode suscitar uma imagem positiva do endogrupo. Por exemplo, o “modelo da invalidação dos juízos e comportamentos discriminatórios” de Crocker e Major (1989; Schmader, Major e Gramzow, 2001) propõe que a percepção de discriminação terá um reduzido impacto psicológico, na medida em que os indivíduos discriminados possam atribuir a discriminação ao preconceito de que são objecto, e não a factores que lhe seriam intrínsecos. Neste caso, podemos prever que quanto maior a percepção de discriminação, mais positiva a imagem do endogrupo e mais negativa a imagem do exogrupo.

Podemos convocar, também, a teoria da identidade social (Tajfel, 1982; Tajfel, & Turner, 1979) para enquadrar os resultados que vamos apresentar. Como predito por esta teoria, tendemos a construir uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo. Será nomeadamente quando o baixo estatuto de um grupo é percebido como ilegítimo (Tajfel e Turner, 1979), ou numa situação de ameaça (por exemplo, a percepção de discriminação), que o favoritismo pelo endogrupo será maior (e.g., Henderson-King, Henderson-King, Zhermer, Posokhova, & Chiker, 1997) e, muito provavelmente, a imagem do exogrupo será mais negativa.

Finalmente, a hipótese que apresentámos pode, ainda, ser enquadrada pelo modelo dos conflitos realistas (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961 / 1988). Como sabemos, de acordo com este modelo, e para compreender os comporta-

mentos intergrupais, será necessário analisar as relações funcionais que se estabelecem entre os grupos, relações essas que podem ser de competição ou de cooperação. Neste contexto, a percepção de cooperação entre grupos, ou de interdependência positiva, pode dar lugar a comportamentos positivos, enquanto que a competição, ou a percepção de interdependência negativa, pode dar origem a comportamentos desfavoráveis e derogatórios do exogrupo. Daqui resulta que, ao perceberem interdependência negativa, os membros de grupos minoritários podem desenvolver imagens mais negativas dos grupos dominantes, ao mesmo tempo que percebem o seu grupo como mais positivo nas mesmas características.

É no confronto desta perspectivas que desenvolvemos a análise dos dados que apresentamos sobre os efeitos da percepção de discriminação na imagem do endogrupo (os jovens “negros”) e na imagem do exogrupo (os portugueses “brancos”).

## Método

Os dados recolhidos para testar as nossas hipóteses foram obtidos através de 400 entrevistas realizadas junto de jovens “negros”, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, e residentes na área urbana de Lisboa (Lisboa, Amadora, Cascais, Loures, Oeiras, Almada, Moita e Seixal). A distribuição destas 400 entrevistas pelos Concelhos foi feita de forma quase-proporcional, recorrendo-se ao cruzamento de informação proveniente de fontes oficiais diversas.

Após a distribuição dos questionários pelos concelhos, foram definidas quotas com base em três critérios: o sexo, a idade e as habilitações literárias. Assumindo-se que o universo apresentaria características idênticas à da população nacional, estas quotas foram, assim, construídas com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (Inquérito ao Emprego, 1998). A amostra final por critérios de estratificação é apresentada no quadro 1. Os desvios, embora reduzidos, entre a amostra final e a de partida devem-se a dificuldades de inquirição, apresentando aquela uma sobre-representação de indivíduos com escolaridade elevada<sup>2</sup>. Coube a cada entrevistador identificar como “negro” os jovens a incluir na quota respectiva.

Quadro 1 - Distribuição das entrevistas pelos estratos de inquirição

Escalões etários	15-19 anos				20-24 anos				25-29 anos				Total	
	Sexo		Sexo		Sexo		Sexo		Sexo					
Habilitações	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 6º ano	15	3,8	12	5,5	22	5,5	25	6,3	29	7,3	30	7,5	133	33,25
7º - 9º ano	16	4,0	16	2,5	10	2,5	12	3,0	11	2,8	11	2,8	76	19,00
10º - 12º ano	31	7,8	30	3,8	15	3,8	15	3,8	10	2,5	10	2,5	111	27,75
> 12º ano	0	0,0	0	5,8	23	5,8	22	5,5	18	4,5	17	4,3	80	20,00
Total	62	15,5	58	14,5	70	17,5	74	18,5	68	17,0	68	17,0	400	100,00

A recolha dos dados foi realizada em 1999, e foi objecto de um acompanhamento metodológico contínuo. Além disso, a supervisão no terreno foi realizada, tendo 10% das aplicações efectuadas por cada um dos entrevistadores sido alvo de um *controlo presencial*. Para além do controlo presencial, foram ainda supervisionadas telefonicamente mais 10% das entrevistas realizadas por cada entrevistador. A revisão dos questionários foi efectuada, tendo, nalguns casos, obrigado a novos contactos. Após a codificação dos questionários, procedeu-se à verificação de uma amostra aleatória de 10% dos mesmos.

## Resultados

### 1. Percepção de discriminação grupal e pessoal e imagem sobre os portugueses “brancos”: Atribuição de traços positivos e negativos

Como referimos anteriormente, o objectivo do presente trabalho é o de analisar a imagem que os jovens “negros” constroem dos portugueses “brancos” e deles próprios. Assim, esta imagem será descrita a dois níveis: por um lado, os traços que os jovens percebem como característicos dos portugueses “brancos”; por outro, as emoções que lhes atribuem. Começamos, justamente, por analisar a atribuição de traços positivos e negativos

#### O que os jovens “negros” pensam que os portugueses “brancos” pensam deles

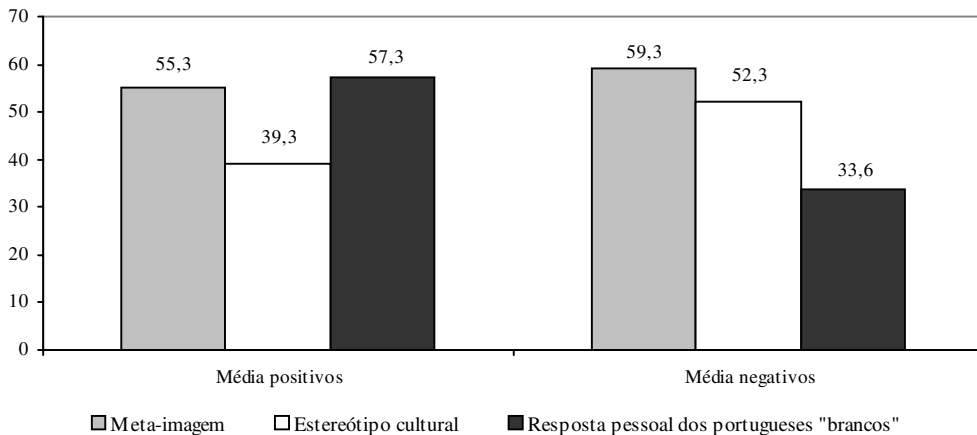
Uma das formas pelas quais podemos caracterizar um grupo e os seus membros é através da atribuição de traços positivos e negativos tais como, por exemplo, a inteligência, a agressividade, a desonestidade. A literatura relativa à atribuição deste tipo de traços psicológicos tem incidido, especialmente, na forma como um grupo específico descreve outros grupos, ou o seu próprio grupo, nestas dimensões. Mas pouca atenção tem sido dada à forma como os membros de um grupo percebem os traços que lhes são atribuídos por um exogrupo (veja-se, no entanto, Vorauer, Main, & O’Connell, 1998; Vorauer, Hunter, Main, & Roy, 2000; Alexandre, 2003), isto é, aos “meta-estereótipos” (ou “meta-traços”) que definem a imagem pública do seu grupo (Vorauer, Main, & O’Connell, 1998; Klein & Azzi, 2001; Gómez, 2002). Os dados que recolhemos juntos dos jovens “negros” permitem, justamente, analisar o “meta-estereótipo” que estes percebem que os caracteriza junto dos portugueses “brancos”<sup>3</sup>. Em bom rigor, quando falamos de “meta-estereótipos” estamos a referir-nos a “meta-traços”, ou a uma “meta-imagem”, dado que os traços que utilizamos neste estudo não foram escolhidos por serem

estereotípicos dos grupos em causa, mas sim por serem atributos importantes na caracterização de pessoas. No resto deste capítulo utilizaremos, portanto, o termo “meta-imagem” como equivalente de “meta-estereótipo”.

Estes dados permitem avaliar, ainda, a correspondência entre a “meta-imagem” e os traços efectivamente atribuídos pelos portugueses “brancos”, através da sua comparação com outros dados provenientes de um estudo sobre o racismo anti-negro em Portugal (Vala et al., 1999).

Vamos, assim, comparar três tipos de dados. A meta-imagem, quer dizer, os traços que os jovens acham que os portugueses “brancos” lhes atribuem<sup>4</sup>; os traços efectivamente atribuídos pelos portugueses “brancos” (“estereótipo pessoal”); e o “estereótipo cultural”, ou seja, os traços que os portugueses “brancos” consideram que a maioria deles atribui aos “negros”<sup>5</sup>. Note-se, contudo, que não podemos falar, realmente, de um “estereótipo pessoal”, mas de uma “imagem pessoal” dos portugueses “brancos” relativamente aos “negros” (para uma discussão mais aprofundada destes conceitos, ver Devine, 1989; Devine, & Elliot, 1995; Krueger, 1996; ver também Garcia Marques, 1999; Marques, & Paez, 2000), bem como não pudemos referir-nos a um “estereótipo cultural”, mas sim a uma “imagem cultural” dos portugueses “brancos” relativamente ao “negros”.

Figura 1 - Meta-imagem, imagem cultural e atribuição efectiva de traços a “negros” pelos portugueses “brancos” (médias)



Como se pode observar na Figura 1, a percepção de atribuição de traços positivos não está muito longe da média de traços positivos que efectivamente os portugueses “brancos” atribuíram aos “negros”. No entanto, esta percepção afasta-se bastante da média de respostas relativas ao estereótipo cultural, mais propriamente à imagem cultural. Assim, a resposta dos jovens está mais próxima da imagem pessoal dos portugueses “brancos” do que da resposta que estes mesmos portugueses acham que os

outros dariam (a imagem cultural). Já no que diz respeito aos traços negativos, as respostas são um pouco diferentes: a meta-imagem dos jovens aproxima-se bastante da imagem cultural e afasta-se da imagem pessoal dos portugueses “brancos”. Isto significa que os jovens percebem que os portugueses “brancos” os discriminam de uma forma flagrante (mais traços negativos do que positivos), enquanto que os portugueses lhe atribuem mais traços positivos do que negativos (embora considerem que a sociedade em geral tem uma imagem mais negativa do que positiva destes jovens).

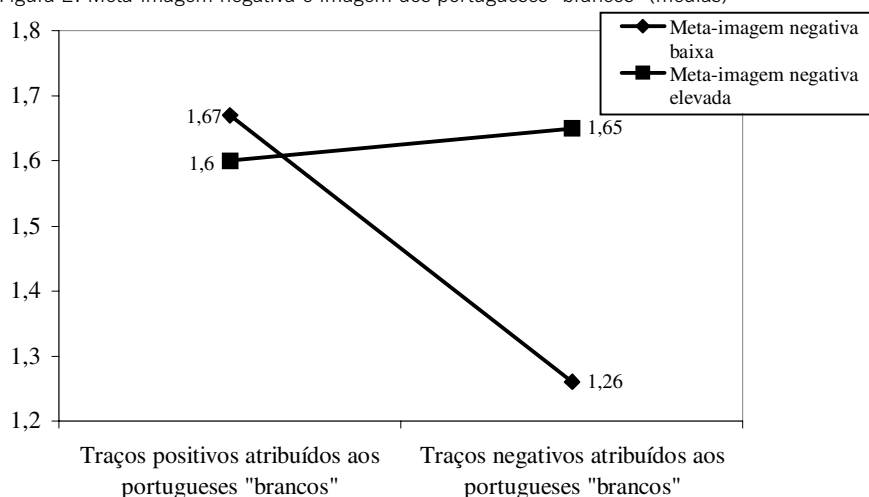
A pergunta que colocamos de seguida é a de saber qual a influência desta percepção na imagens que os jovens constroem dos “brancos” e da sociedade portuguesa.

### Percepção de discriminação grupal, meta-imagem e imagens dos portugueses “brancos”

Para responder à pergunta que colocámos acima, realizámos duas análises de variância. Na primeira, tomámos como variável independente entre-sujeitos a meta-imagem positiva<sup>6</sup> (alta vs. baixa) e como variável independente intra-sujeitos os traços positivos e negativos atribuídos aos portugueses “brancos” (valência). A variável dependente é o número de traços atribuídos pelos jovens “negros” aos portugueses “brancos”<sup>7</sup>. Na segunda análise, a variável independente entre-sujeitos é a meta-imagem negativa (alta vs. baixa).

A primeira análise de variância não mostrou quaisquer efeitos da meta-imagem positiva sobre a imagem dos portugueses. Na segunda análise de variância, realizada com a meta-imagem negativa, não se obtiveram efeitos principais, mas sim um efeito de interacção entre esta variável e a valência dos traços atribuídos aos portugueses<sup>26</sup> (ver Figura 2).

Figura 2: Meta-imagem negativa e imagem dos portugueses “brancos” (médias)



Como se pode observar na Figura 2, o efeito de interacção mostra que a atribuição dos traços positivos aos portugueses “brancos” não é influenciada pela meta-imagem negativa. Contudo, e relativamente aos traços negativos, estes são mais atribuídos aos portugueses brancos quando os jovens percebem que os portugueses os caracterizam de uma forma negativa. De uma forma geral, estes resultados podem ser associados à hipótese da invalidação dos juízos e comportamentos discriminatórios (Croker & Major, 1989; Schmader et al. 2001).

### Percepção de discriminação pessoal e imagem dos portugueses “brancos”

Analisámos, até aqui, a imagem que os jovens consideram que os “brancos” têm do seu grupo, bem como a influência que esta imagem exerce sobre a atribuição de traços positivos e negativos aos portugueses. De seguida, vamos estudar o impacto da percepção de discriminação pessoal a nível desta imagem. Ou seja, enquanto na análise anterior se mostrou como a meta-imagem (uma dimensão grupal) afectava a imagem do exogrupo, vamos ver agora como é que o modo como os jovens se sentem pessoalmente tratados influencia a imagem que têm dos portugueses.

Realizámos uma análise de variância, na qual tomámos como variáveis independentes intra-sujeitos a valência de traços atribuídos (traços positivos e traços negativos) e o grupo de pertença (“negros” e “brancos”)<sup>8</sup>, e como variável independente entre-sujeitos a percepção de discriminação pessoal; a variável dependente utilizada nesta análise foi o número de traços atribuídos a “negros” e “portugueses brancos”.

Quadro 2: Discriminação pessoal e atribuição de traços positivos e negativos a negros e portugueses “brancos” (análise de variância)

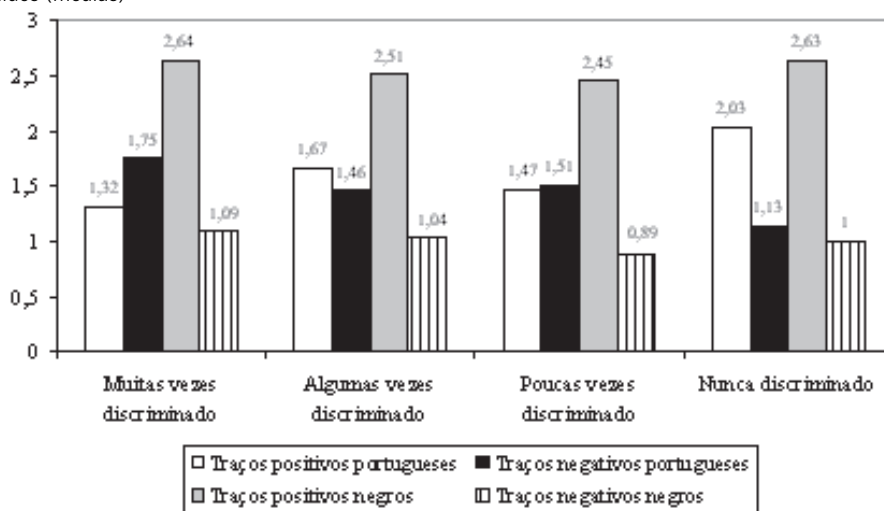
Efeitos	F	gl	p
Discriminação pessoal	0,60	1,198	0,617
Grupo	26,64	1,198	0,000
Valência	155,46	1,198	0,000
Discriminação pessoal X grupo	0,46	3,198	0,708
Discriminação pessoal X valência	4,10	3,198	0,008
Grupo X valência	156,47	1,198	0,000
Discriminação pessoal X grupo X valência	5,07	3,198	0,002

Como se pode observar no Quadro 2, o efeito principal do grupo mostra que são atribuídos mais traços ao endogrupo (os “negros”) do que ao exogrupo (os portugueses “brancos”)<sup>9</sup>. Este resultado indica que os jovens constroem uma imagem mais rica e mais humanizada do seu grupo do que do grupo dos portugueses “brancos”, na medida em que homogeneizam estes últimos de forma mais acentu-

ada. O efeito principal da valência mostra que são atribuídos mais traços positivos do que negativos<sup>10</sup>. Trata-se de um efeito clássico de positividade nas avaliações sociais. Esta análise mostrou, também, uma interacção significativa entre o grupo e a valência. Esta interacção evidencia que a imagem do endogrupo não só é mais rica, como é mais positiva do que a imagem do exogrupo: são atribuídos mais traços positivos do que negativos ao endogrupo<sup>11</sup>, enquanto se atribuem igual número de traços negativos e positivos ao exogrupo<sup>12</sup>.

Obtivemos, ainda, uma interacção entre a discriminação pessoal e a valência que, como os resultados anteriores, é qualificada por uma interacção tripla entre a discriminação pessoal, o grupo e a valência dos traços atribuídos (ver Figura 3).

Figura 3: Efeito de interacção entre a discriminação pessoal, o grupo e a valência dos traços atribuídos (médias)



A interacção tripla apresentada na Figura 3 mostra que enquanto a atribuição de traços positivos e negativos ao endogrupo não é moderada pela percepção de discriminação pessoal<sup>13</sup>, esta moderação verifica-se na atribuição de traços ao exogrupo, especificamente no caso dos traços positivos<sup>14</sup>. Ou seja, quando os jovens se sentem pessoalmente discriminados, constroem uma imagem menos positiva dos portugueses “brancos”. Mais uma vez, estes resultados suportam a hipótese da invalidação de juízos e comportamentos discriminatórios que expusemos anteriormente.

Mas estes resultados podem, também, ser lidos à luz da teoria da identidade social (Tajfel, 1982; Tajfel, & Turner, 1979). Como predito por esta teoria, e mostrado pelos nossos resultados, os jovens constroem uma imagem mais positiva do seu grupo do que do grupo dos portugueses. Por outro lado, é nomeadamente numa



situação de ameaça (percepção de discriminação) que o favoritismo pelo endogrupo é maior. Este favoritismo manifesta-se não só pela construção de uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo, mas também pela construção de uma imagem mais rica, menos homogênea e mais humanizada do endogrupo (para uma revisão, ver Cabecinhas, 2002)<sup>15</sup>. Verificamos, aqui, um processo isomórfico do processo de construção de imagem sobre os “negros” por parte dos portugueses “brancos”, posta em evidência no estudo sobre racismo que realizámos anteriormente<sup>16</sup>. Porém, enquanto no caso dos jovens o favoritismo pelo endogrupo é resultado da percepção de discriminação, no caso dos “brancos” ele resulta de uma estratégia de legitimação da superioridade do seu estatuto e, portanto, de validação das assimetrias intergrupais e das teorias sociais que as sustentam.

Vimos, também, que os jovens fazem favoritismo endogrupal mas não derrogação exogrupal, isto é, atribuem mais traços positivos do que negativos ao endogrupo, mas não mais traços negativos do que positivos ao exogrupo. Esta estratégia foi posta, até agora, em evidência no caso de grupos simétricos (Mummendey, 1995; ver, ainda, Brito, 1998) e no caso das relações dos grupos majoritários com grupos minoritários, nomeadamente no que toca ao racismo (e.g., Pérez, Mugny, Llavata, & Fierres, 1993; Pérez, 1996; Gaertner, & McLaughlin, 1983; Vala *et al.*, 1999), mas não no caso de grupo minoritários relativamente aos majoritários. Desta forma, os nossos resultados apontam para um princípio geral, de natureza socio-normativa, de acordo com o qual a identidade positiva do endogrupo deve ser construída através da auto-atribuição de traços positivos, e não através da atribuição de traços negativos ao exogrupo. Mesmo um grupo discriminado, como no caso destes jovens, reage à discriminação através da construção de uma imagem não negativa, mas menos positiva da fonte de discriminação percebida.

#### Interdependência, identidade e imagens dos portugueses “brancos”

Se, na linha dos resultados anteriores, a construção de uma identidade social positiva pode ser conseguida através de uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo, então os indivíduos que se identificam com as suas origens africanas e não com Portugal devem construir uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo, mas não uma imagem mais negativa do exogrupo do que do endogrupo. Por outro lado, e de acordo com o modelo dos conflitos realistas de Sherif e colaboradores (1961 / 1988), a percepção de cooperação, ou de interdependência positiva, pode dar lugar a comportamentos positivos entre os grupos, enquanto que a competição, ou a percepção de interdependência negativa, pode dar origem a comportamentos desfavoráveis e derogatórios do exogrupo.

Para testar estas hipóteses, construímos duas novas variáveis dependentes: a atribuição intergrupar de traços positivos (favoritismo do endogrupo) e negativos (derrogação do exogrupo)<sup>17</sup>. Como variáveis independentes utilizámos indicadores de percepção de interdependência positiva e negativa e um indicador de identificação primária com o endogrupo<sup>18</sup>. Estas variáveis foram introduzidas em equações de regressão (ver Quadro 3).

Quadro 3- Percepção de atribuição de traços positivos e negativos (regressão múltipla)

Preditores	Atribuição intergrupar de traços positivos (favoritismo endogrupal) R <sup>2</sup> Ajustado = 0,05		Atribuição intergrupar de traços negativos (derrogação exogrupal) R <sup>2</sup> Ajustado = 0,04	
	Beta	p	Beta	p
Interdependência negativa	0,04	ns	0,16	0,02
Interdependência positiva	0,08	ns	-0,15	0,04
Identificação primária	0,24	0,00	0,02	ns

Como se pode observar, a interdependência positiva e negativa são preditores da atribuição intergrupar de traços negativos, mas não a variável relativa à identidade social. Contudo, esta última variável prediz a atribuição intergrupar de traços positivos, o que não sucede com as percepções de interdependência. Em conclusão, para defender a identidade positiva do seu grupo os jovens constroem uma imagem mais positiva desse mesmo grupo do que dos portugueses “brancos”, mas só constroem uma imagem negativa dos portugueses “brancos” quando entendem que existe um conflito de interesses, ou uma interdependência negativa, entre os dois grupos. Mais uma vez se verifica a hipótese de que a identidade social conduz ao favoritismo pelo endogrupo mas não, necessariamente, à derrogação do exogrupo (Mummendey, 1995). Estes dados mostram, contudo, que estes resultados se podem obter não só com relações simétricas, mas também com relações assimétricas. Os nossos resultados suportam, também, a hipótese dos conflitos realistas, nomeadamente no que toca à percepção de interdependência negativa, isto é, quando está saliente um contexto de conflito entre “negros” e portugueses “brancos”.

## 2. Percepção de discriminação e imagens dos portugueses “brancos”: expressão de emoções positivas e negativas

Como vimos anteriormente, os jovens constroem estratégias de atribuição de traços positivos e negativos ao seu grupo e ao grupo dos portugueses “brancos” que se estruturam em função da percepção de discriminação, mas também em função da percepção de interdependência e da identidade social. Contudo, e como vem sendo

sublinhado por vários autores, os tipos de traços percebidos como característicos de um grupo não são a única dimensão que nos permite perceber a dinâmica das relações intergrupais (por exemplo, a diferenciação intergrupai), nem as imagens mútuas que os grupos constroem. De facto, neste domínio, as dimensões emocionais destas imagens têm vindo a revelar-se pelo menos tão importantes como as dimensões cognitivas (por exemplo, a atribuição de valores e de traços) (ver Dijker, 1987; Haddock, Zanna, & Esses, 1994; Smith, 1997; Vala, 1997; Vala *et al.*, 1999; Brewer, & Alexander, 2002; ver também Leyens e Désert, 2003). Por exemplo, os resultados empíricos de Haddock e colegas (1994), bem como de Vala (1997), mostram que as imagens de um grupo sobre o outro podem basear-se mais na expressão intergrupai de emoções do que em crenças estereotípicas. Também Smith (1997; Mackie, & Smith, 1998; Mackie, Devos, & Smith, 2000) propõe que o preconceito é uma reacção emocional geralmente negativa face a um exogrupo, e que a discriminação é um comportamento orientado por essa reacção emocional negativa. As emoções parecem desempenhar, assim, um importante papel na regulação das relações intergrupais.

Na linha de Haddock e colegas e de Smith (1997), Vala e colaboradores (1999), ao analisarem os preditores das atitudes dos portugueses “brancos” face aos “negros”, mostraram que a variância explicada da atitude é fortemente aumentada quando se acrescenta a atribuição intergrupai de emoções à atribuição intergrupai de traços (10% para 21%), sugerindo que as emoções ajudam a compreender melhor a atitude negativa dos portugueses face aos negros do que os traços psicológicos que os portugueses consideram característicos dos negros<sup>19</sup>.

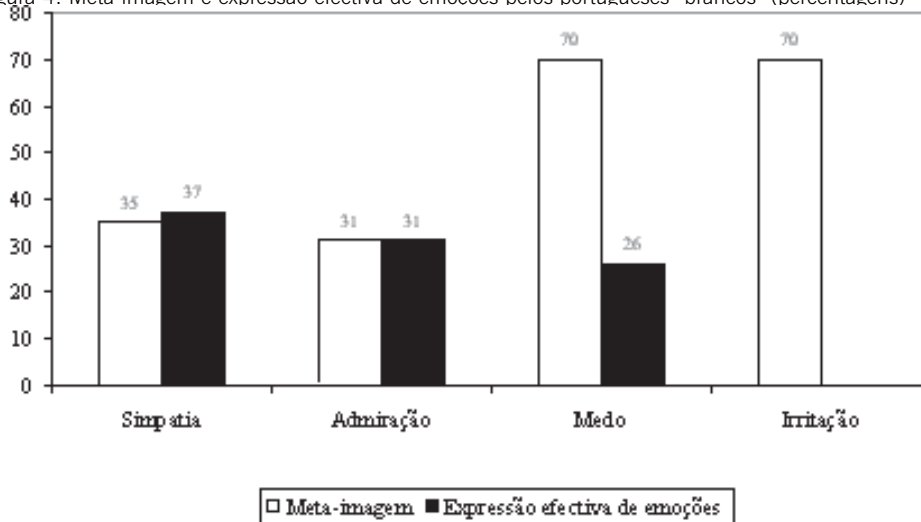
Uma vez que estamos a descrever as imagens que os jovens têm acerca dos portugueses “brancos” importa, conseqüentemente, perceber o papel das emoções na construção destas imagens. Começaremos por analisar a meta-imagem em termos das emoções positivas e negativas, tal como fizemos para a atribuição de traços. De seguida, analisaremos as estratégias de expressão de emoções positivas e negativas dos jovens relativamente aos portugueses “brancos”, procurando compreender se estas estratégias se encontram ligadas à discriminação percebida, à identidade e à percepção de interdependência.

O que os jovens “negros” pensam que os portugueses  
“brancos” sentem sobre eles: expressão de emoções  
positivas e negativas

À semelhança do que realizámos para os traços, vamos analisar a meta-percepção de emoções dos jovens relativamente aos portugueses “brancos”. Na Figura 4, apresentamos a percepção da percentagem de portugueses que expressaram emoções positivas e negativas relativamente aos “negros”<sup>20</sup>. Na mesma figura, apresenta-se, também,

a expressão efectiva de emoções dos portugueses “brancos” relativamente aos “negros”. A fonte destes últimos dados é o estudo sobre o racismo em Portugal já referido.

Figura 4: Meta-imagem e expressão efectiva de emoções pelos portugueses “brancos” (percentagens)



Como se pode verificar na Figura 4, a nível da expressão de emoções positivas a percepção dos jovens é coincidente com a resposta efectiva dos portugueses. Contudo, e no que diz respeito às emoções negativas, o padrão de respostas é algo diferente: como se pode observar, os inquiridos afirmam que os portugueses disseram sentir mais medo do que na realidade estes expressaram sentir. De forma idêntica ao que questionámos anteriormente, será que este padrão de percepções se repercute nas estratégias de expressão de emoções dos jovens “negros” relativamente aos portugueses “brancos”? E como é que outras medidas de discriminação influenciam essa mesma expressão de emoções? São estas questões que analisaremos de seguida.

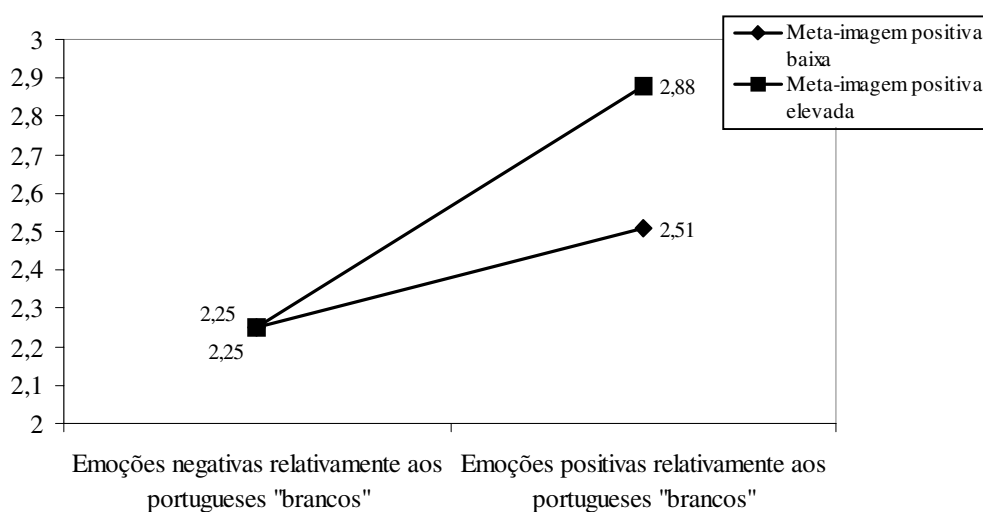
#### Meta-imagem e expressão de emoções relativamente aos portugueses “brancos”

Para analisarmos o impacto da meta-imagem na expressão de emoções positivas e negativas relativamente aos portugueses “brancos”, realizámos análises de variância tomando como variáveis independentes intra-sujeitos a expressão de emoções positivas e negativas relativamente a este grupo, e como variáveis independentes entre-sujeitos as meta-imagens positivas e negativas<sup>21</sup>. A variável dependente é a frequência de expressão de emoções<sup>22</sup>.

A primeira análise de variância, tendo como variável independente entre-sujeitos a meta-imagem positiva, evidenciou efeitos principais da meta-imagem e

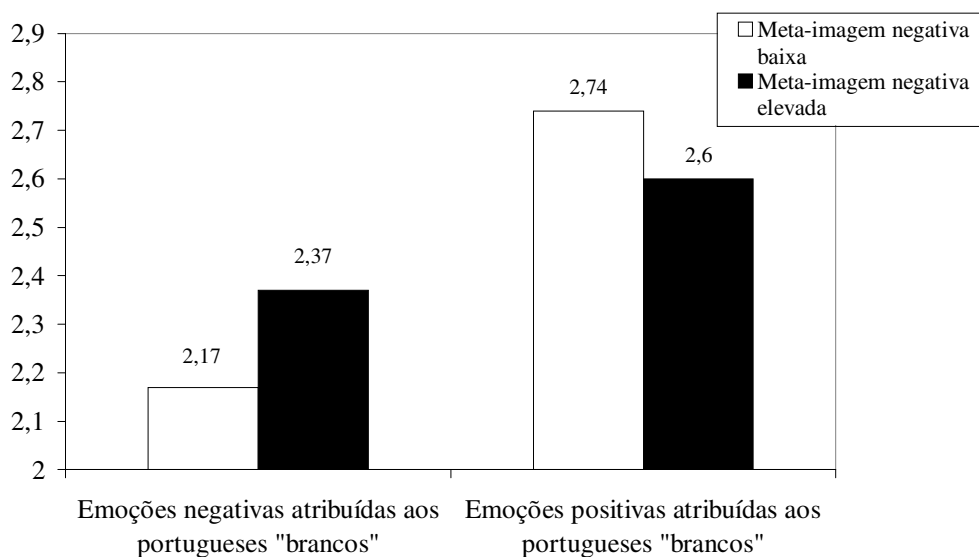
da valência das emoções expressas e um efeito de interação entre esta variável e a meta-imagem positiva<sup>23</sup>. O efeito principal da meta-imagem mostra que a expressão de emoções é mais intensa quando a meta-imagem é positiva do que quando é negativa<sup>24</sup>. O efeito principal da valência mostra que são expressas mais emoções positivas do que negativas relativamente aos portugueses “brancos”<sup>25</sup>. O efeito de interação evidencia que a meta-imagem influencia, de forma clara, a expressão de emoções positivas, mas não a expressão de emoções negativas (ver Figura 5). Isto é, os jovens expressam mais emoções positivas relativamente aos portugueses quando consideram que estes têm uma imagem mais positiva dos negros<sup>26</sup>.

Figura 5: Meta-imagem positiva e expressão de emoções positivas e negativas relativamente aos portugueses brancos (médias)



A segunda análise de variância, tomando como variável independente entre-sujeitos a meta-imagem negativa, mostra um efeito principal da valência e um efeito de interação entre esta variável e a meta-imagem negativa<sup>27</sup>. O efeito principal da valência mostra, como anteriormente, que os jovens expressam mais emoções positivas do que negativas<sup>28</sup>. O efeito de interação é apresentado na Figura 6.

Figura 6: Meta-imagem negativa e expressão de emoções positivas e negativas aos portugueses “brancos” (médias)



O efeito de interacção obtido para a meta-imagem negativa, mostra que, apesar de se exprimirem sempre mais emoções positivas do que negativas, as emoções positivas são mais expressas quando a meta-imagem negativa é baixa, enquanto que as emoções negativas são mais expressas quando a meta-imagem negativa é alta. Os resultados mostram, assim, que os jovens exprimem sentimentos positivos relativamente aos portugueses “brancos”. Contudo, a expressão destes sentimentos é moderada pela meta-imagem.

#### Percepção de discriminação pessoal e expressão de emoções relativamente aos “negros” e aos portugueses “brancos”

Mostrámos a influência da meta-imagem na expressão de emoções relativamente aos portugueses “brancos”. A pergunta que colocamos de seguida é a de saber se a estratégia de expressão de emoções positivas e negativas ao endogrupo (“negros”) e ao exogrupo (portugueses “brancos”) está associada à discriminação pessoal. Realizámos uma análise de variância tomando como variáveis independentes intra-sujeitos a valência das emoções (positiva e negativa) e o grupo alvo de atribuição de emoções (endogrupo: “negro”; exogrupo: portugueses “brancos”) e como variável independente entre-sujeitos a discriminação pessoal percebida pelos jovens. A variável dependente é a intensidade de emoções expressas. Um sumário destes resultados é apresentado no Quadro 4.

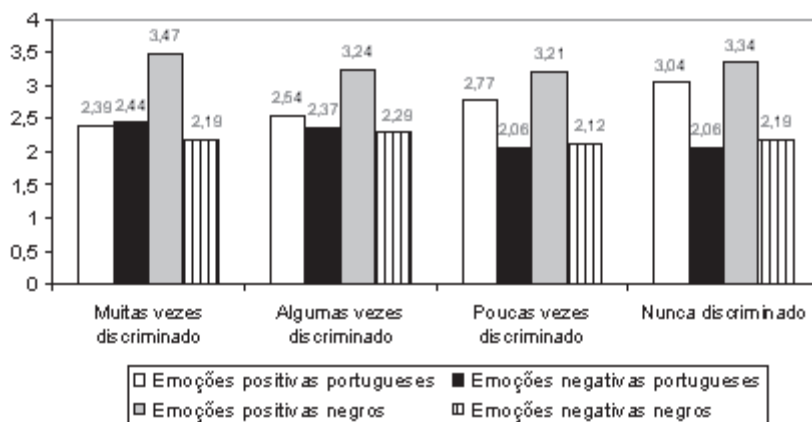
Quadro 4: Discriminação pessoal e expressão de emoções relativamente a “negros” e portugueses “brancos” (análise de variância)

	F	gl	p
Discriminação pessoal	0,74	1,194	0,530
Grupo	85,37	1,194	0,000
Valência	237,99	1,194	0,000
Discriminação pessoal X grupo	1,59	3,194	0,193
Discriminação pessoal X valência	5,62	3,194	0,001
Grupo X valência	48,96	1,194	0,000
Discriminação pessoal X grupo X valência	6,24	3,194	0,000

O efeito principal do grupo mostra que a expressão das emoções é mais frequente no caso do endogrupo do que no caso do exogrupo. Por outro lado, o efeito da valência das emoções salienta que os inquiridos expressam mais emoções positivas do que negativas. Esta análise de variância mostrou, ainda, efeitos de interação significativos entre a discriminação pessoal e a valência das emoções, e entre esta última variável e o grupo alvo. O primeiro destes efeitos de interação mostra que quando se verifica percepção de discriminação pessoal se exprimem mais emoções negativas, sendo constante o grau de expressão de emoções positivas. O segundo efeito de interação evidencia que os jovens expressam mais emoções positivas para com o endogrupo do que para com o exogrupo<sup>29</sup>, enquanto que não existem diferenças significativas na atribuição de emoções negativas aos dois grupos<sup>30</sup>.

Finalmente, esta análise mostrou a existência de um efeito de interação triplo entre o grupo, a valência das emoções e a discriminação pessoal (ver Figura 7). Esta interação mostra que os jovens expressam emoções negativas de forma semelhante relativamente ao seu grupo e ao grupo dos portugueses “brancos”, mas expressam menos emoções positivas ao exogrupo quando percebem que são pessoalmente discriminados.

Figura 7: Efeito de interação entre a discriminação pessoal, a valência das emoções e o grupo (médias)



De seguida, estudámos, também, as relações entre a identidade, as percepções de interdependência e a expressão intergrupar de emoções. Retomamos as hipóteses formuladas anteriormente, isto é, esperamos que a identidade seja um preditor da expressão intergrupar de emoções positivas, e que a interdependência seja um preditor da expressão intergrupar de emoções negativas.

Quadro 5: Preditores da expressão de emoções positivas relativamente “negros” e portugueses “brancos” (regressão múltipla)

Preditores	Expressão integrupar de emoções positivas (favoritismo endogrupar) R <sup>2</sup> Ajustado = 0,16		Expressão integrupar de emoções negativas (derrogação exogrupar) R <sup>2</sup> Ajustado = 0,08	
	<i>Beta</i>	p	<i>Beta</i>	p
Interdependência positiva	0,00	ns	0,00	ns
Interdependência negativa	0,35	0,00	0,29	0,00
Identificação primária	0,18	0,01	0,06	ns

Como se pode ver no Quadro 5, os indicadores que melhor predizem a atribuição intergrupar de emoções positivas são a interdependência negativa e a identificação primária, ou seja, são os sujeitos que percebem incompatibilidade de interesses entre “brancos” e “negros” em Portugal e aqueles que se identificam com categorias identitárias que não a “portuguesa”, os que mais expressam emoções positivas em relação ao seu grupo e menos relativamente aos “portugueses”. Por outro lado, a análise de regressão revelou que os inquiridos que mais expressam emoções negativas aos portugueses “brancos” são os que maior interdependência negativa percebem existir entre os dois grupos.

## Conclusões

Neste capítulo analisámos as imagens que os jovens “negros” constroem sobre os portugueses “brancos”. Estas imagens reflectem as meta-imagens de que os jovens “negros” julgam que são alvo. De facto, estes jovens constroem uma imagem mais negativa dos portugueses “brancos” quando consideram que estes avaliam negativamente os “negros” enquanto grupo. Da mesma forma, a percepção de discriminação pessoal reflecte-se, também, na imagem dos portugueses: os jovens que se sentem pessoalmente discriminados constroem uma imagem menos positiva dos portugueses “brancos”.

Verificámos, ainda, que o favoritismo endogrupar (mais atribuição de traços positivos ao grupo dos “negros” do que ao grupo dos “brancos”) é maior entre os jovens que se identificam com as suas origens africanas; e que a derrogação exogrupar (atribuição de mais traços negativos aos “brancos” do que aos “negros”) se verifica



quando os jovens consideram que existe incompatibilidade de interesses entre “brancos” e “negros”. Quer dizer, para defender a identidade positiva do seu grupo, os jovens constroem uma imagem mais positiva desse mesmo grupo do que dos portugueses “brancos”, mas só constroem uma imagem mais negativa destes em situação de percepção de conflito de interesses. Mostrou-se, ainda, que a identificação com grupos associados à origem africana destes jovens facilita o favoritismo endogrupal, enquanto que a percepção de interdependência negativa facilita a derrogação exogrupal.

Como se referiu, o tipo de traços percebidos como característicos dos grupos, bem como as imagens mútuas, não são as únicas dimensões que ajudam a entender as relações intergrupais. Estudos recentes têm posto em evidência a base emocional do preconceito, mostrando que as emoções desempenham um importante papel na regulação das relações intergrupais. Também o nosso estudo mostrou que as emoções são um importante organizador das imagens dos jovens “negros” sobre os portugueses “brancos”. Estes jovens consideram que os portugueses expressam mais emoções negativas acerca deles do que, de facto, estes o fazem. Consequentemente, quando consideram que os portugueses expressam menos emoções positivas ou mais emoções negativas acerca deles, expressam, por sua vez, menos emoções positivas relativamente aos portugueses “brancos”.

Verificou-se, também, que a menor expressão de emoções positivas relativamente aos portugueses “brancos” se encontra entre os jovens que se sentem pessoalmente discriminados, ou seja, quanto mais estes jovens consideram que o seu grupo é discriminado, mais expressam emoções positivas relativamente ao seu grupo e menos relativamente ao grupo dos portugueses “brancos”. Contudo, não se encontraram quaisquer diferenças na expressão de emoções negativas quer relativamente ao endogrupo (os “negros”), quer ao exogrupo (os portugueses “brancos”).

Adicionalmente, estes mesmos resultados prestam apoio, tal como os resultados dos traços que resumimos anteriormente, às perspectivas da identidade social de Tajfel e ao modelo dos conflitos realistas de Sherif e colaboradores. Neste sentido, os jovens “negros” mostraram uma imagem mais positiva do seu próprio grupo quando se identificam com categorias que remetem para a sua origem africana. Quanto ao modelo dos conflitos realistas, os nossos resultados mostram que quanto mais estes jovens percebem que existem conflitos de interesses entre o seu grupo e os portugueses “brancos”, ou seja, um sentimento de interdependência negativa, mais eles tendem a expressar emoções negativas relativamente a estes últimos.

Os resultados apresentados neste capítulo prestam, assim, apoio genérico à hipótese que colocámos inicialmente, bem como sustentam o “modelo da invalidação de juízos e comportamentos discriminatórios” proposto por Croker e

Major (1989; Schmader, Major, & Gramzow, 2001). Lembre-se que este modelo propõe que a percepção de discriminação reveste um reduzido impacto psicológico, quando aqueles que são alvos de discriminação, no nosso caso os jovens “negros”, atribuem a discriminação ao preconceito e não a factores internos. De uma forma global, os nossos resultados apoiam, também, as explicações sustentadas pela teoria da identidade social de Tajfel, nomeadamente quando os grupos dominados entendem que são objecto de discriminação. Genericamente, os resultados apoiam, ainda, o modelo dos conflitos realistas de Sherif e colaboradores, especificamente no que toca à explicação da derrogação exogrupal.

## Notas

<sup>1</sup> O presente capítulo apresenta alguns dos resultados de um trabalho mais vasto realizado no âmbito da segunda fase do Observatório da Juventude, um Programa de Estudo desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais, co-financiado pela Secretaria de Estado da Juventude, e dirigido por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (ver Vala, 2004).

<sup>2</sup> Aliás, a amostra final revela alguma consistência com outros resultados obtidos em estudos anteriores com inquiridos semelhantes (ver nomeadamente, Baganha, Ferrão e Malheiros, 1998; Pires, 1999; Baganha, Marques e Fonseca, 2000).

<sup>3</sup> A saliência destes traços, e a sua avaliação como traços caracteristicamente positivos ou negativos, foi objecto de um pré-teste (cf., Vala et al., 1999).

<sup>4</sup> Todas as questões sobre atribuição de traços foram colocadas a 50% da amostra. Os restantes 50% responderam a perguntas sobre emoções.

<sup>5</sup> No estudo sobre os racismos em Portugal (Vala et al., 1999), era perguntado aos portugueses “brancos” quais os traços que se considerava que a maioria dos portugueses atribuiria a um negro típico (imagem cultural), seguido dos traços que traduziam a sua opinião pessoal (imagem pessoal). Especificamente, neste estudo os inquiridos eram confrontados com uma lista de oito traços: quatro deles positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro deles negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo).

<sup>6</sup> Os índices de meta-imagem positiva e negativa foram construídos a partir da soma relativa da percepção dos jovens negros relativamente aos traços positivos e negativos que eles consideram que os portugueses “brancos” lhes atribuem. Por sua vez, e para efeito das análises de variância, estes indicadores foram recodificados em duas posições, tomando como ponto de corte a mediana: (1) Baixa percepção de meta-imagem negativa / positiva; (2) Elevada percepção de meta-imagem negativa / positiva.

<sup>7</sup> No questionário, pedíamos aos inquiridos que indicassem “Quais das seguintes

características ou traços melhor traduzem a sua opinião pessoal sobre um português «branco»: alegre, desonesto, inteligente, egoísta, trabalhador, agressivo”.

<sup>8</sup>  $F(1,190) = 5.24, p < 0,02$ .

<sup>9</sup> No nosso questionário, os inquiridos eram convidados a indicar “Quais das seguintes características ou traços traduzem a sua opinião pessoal sobre um “negro”: alegre, desonesto, inteligente, egoísta, trabalhador, agressivo”.

<sup>10</sup>  $M = 2,08$  vs  $M = 1,24$ .

<sup>11</sup>  $M = 1,78$  vs  $M = 1,54$ .

<sup>12</sup> Teste de Newman-Keuls,  $p < 0,00$ ;  $M = 2,55$  vs  $M = 1,01$ .

<sup>13</sup> Teste de Newman-Keuls,  $p < 0,08$ ;  $M = 1,62$  vs  $M = 1,47$ .

<sup>14</sup> Teste de Newman-Keuls,  $p < 0,00$ .

<sup>15</sup> Teste de Newman-Keuls,  $p < 0,05$ ;  $M = 2,03 > M = 1,47, M = 1,67, M = 1,32$ .

<sup>16</sup> No caso dos traços negativos, esta moderação verifica-se com os inquiridos que afirmam nunca se sentirem discriminados, quando comparados com os inquiridos que dizem sentir-se muitas vezes discriminados (teste de Newman-Keuls,  $p < 0,05$ ;  $M = 1,13$  vs  $M = 1,75$ ).

<sup>17</sup> Este resultado é, talvez, único na literatura sobre relações intergrupais. Ou seja, os resultados geralmente relatados mostram que os grupos minoritários de baixo estatuto se auto-homogeneizam e constroem uma imagem mais rica e heterogénea do grupo minoritário de alto estatuto (ver, por exemplo, Cabecinhas & Amâncio, 1999; para uma revisão ver Devos, Comby, & Deschamps, 1996). Os resultados por nós obtidos podem, pelo menos em parte, ser devidos ao facto de os grupos não serem equivalentes no nível de categorização. De facto, contrastámos “negros” e “portugueses brancos”, podendo este último grupo ter sido visto como mais específico e, por isso, como mais homogéneo. Agradecemos a Rosa Cabecinhas os comentários que deram origem a esta nota.

<sup>18</sup> Ver Vala *et al.* (1999). Para uma revisão de literatura sobre as estratégias de gestão da identidade nos grupos minoritário, ver também Ellemers (1993).

<sup>19</sup> No caso da medida de atribuição intergrupala de traços positivos, subtraímos o total de traços positivos atribuídos aos portugueses “brancos” ao total de traços positivos atribuídos aos negros. Relativamente à medida de atribuição intergrupala de traços negativos, subtraímos o total de traços negativos atribuídos aos negros do total de traços negativos atribuídos aos portugueses “brancos”. A inversão dos alvos nesta subtração destina-se a facilitar a leitura dos resultados.

<sup>20</sup> O indicador de percepção de interdependência positiva utilizado foi o seguinte: “Os ‘negros’ e os portugueses ‘brancos’ têm conveniência em defender, em comum, os seus interesses.” (1 –discordo totalmente; 5 – concordo totalmente;  $M = 3.43$ ). O indicador de interdependência negativa foi o seguinte: “É necessário de-

fender os interesses dos ‘negros’ antes de defender os interesses dos portugueses ‘brancos.’” (1 –discordo totalmente; 5 – concordo totalmente;  $M = 2.82$ ). O indicador de identificação primária foi construído a partir de uma questão que colocávamos aos jovens “negros” e pedia que eles indicassem qual a categoria, entre 16 possíveis, que melhor descrevia a forma como se viam a si próprios. Assim, este indicador inclui a identificação com as categorias: “africanos”, “país de origem” e “racial” (“negro”).

<sup>21</sup> Para uma revisão sobre o conceito e a funcionalidade das atitudes, ver Lima (2000).

<sup>22</sup> Perguntámos aos jovens qual a percentagem de portugueses “brancos” que tinham referido, noutro estudo, que sentiam as seguintes (emoções) face aos “negros”? (1) Admiração pelos negros; (2) Simpatia pelos negros; (3) Medo dos negros; (4) Irritados com os negros. Note-se que não foi possível comparar a emoção “irritado” com a resposta efectiva dos portugueses, uma vez que esta mesma emoção não foi alvo de estudo no trabalho sobre os racismos em Portugal. Lembre-se que apenas 50% da amostra respondeu a esta questão, tendo os restantes 50% respondido às questões sobre traços que comentámos anteriormente.

<sup>23</sup> Estes indicadores foram construídos a partir da soma relativa, por um lado, das emoções positivas e, por outro, das emoções negativas. Por sua vez, e para efeitos das análises de variância, estes indicadores foram recodificados em duas posições, tomando como ponto de corte a mediana: (1) Baixa percepção de meta-imagem negativa / positiva; (2) Elevada percepção de meta-imagem negativa / positiva.

<sup>24</sup> Escala de frequência de expressão de emoções: (1) Nunca; (2) Poucas vezes; (3) Algumas vezes; (4) Muitas vezes.

<sup>25</sup> Efeito principal da meta-imagem:  $F(1, 174) = 6.58, p < 0,01$ ; efeito principal da valência:  $F(1, 174) = 40.96, p < 0,00$ ; efeito de interacção:  $F(1, 174) = 6.74, p < 0,01$ .

<sup>26</sup>  $M = 2,57$  vs  $M = 2,38$ .

<sup>27</sup>  $M = 2,57$  vs  $M = 2,38$ .

<sup>28</sup>  $M = 2,88$  vs.  $M = 2,51$ .

<sup>29</sup> Respectivamente,  $F(1, 176) = 32.22, p < 0,00$ ;  $F(1, 176) = 5.74, p < 0,02$ .

<sup>30</sup>  $M = 2,67$  vs  $M = 2,27$ .

<sup>31</sup> Teste de Newman-Keuls:  $M = 3,29$  vs  $M = 2,67$ ;  $p < 0,00$

<sup>32</sup> Teste de Newman-Keuls:  $M = 2,21$  vs.  $M = 2,24$ ;  $p < 0,59$

## Referências

Alexandre, J. (2003). Ciganos, senhores e galhardós: Um estudo sobre percepções e avaliações intra e intergrupais na infância. Tese de mestrado não publicada. Lisboa: ISCTE.

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., & Malheiros, J. M. (1998). *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., & Fonseca, G. (2000). *Is an ethclass emerging in Europe? The portuguese case*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Brewer, M. B., & Alexander, M. G. (2002). Images and emotions. In D. Mackie & E. Smith (Eds.), *From prejudice to intergroup emotions: Differentiated reactions to social groups*. New York: Psychology Press.
- Brito, R. (1998). Racismo e assimetria positivo-negativo no enviezamento endogrupal ao nível das avaliações intergrupais. Tese de Mestrado não publicada. Lisboa: ISCTE.
- Cabecinhas, R. (2002). Racismo e identidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias. Tese de Doutoramento não publicada. Braga: Universidade do Minho.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58, 40-50.
- Clark, K. B., & Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in negro children. In H. Proshansky & B. Seidenberg (Eds.), *Basic studies in social psychology*. New York: Holt Rinehart and Winston.
- Correia, I. F. (2000). A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *Psicologia*, XIV, 253-283.
- Crocker, J., & Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. *Psychological Review*, 96, 608-630.
- Deaux, K., & Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sex-linked tasks: What is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 80-85.
- Devine, P.G. (1989). Stereotype and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Devine, P. G., & Elliot, A. J. (1995). Are racial stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 11, 1139-1150.
- Devos, T., Comby, L., & Deschamps, J. C. (1996). Asymmetries in judgments of ingroup and outgroup variability. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European review of social psychology* (Vol. 7, pp. 95-144). Chichester: Wiley.
- Dijker, A. J. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.

- Ellemers, N. (1993). The influence of socio-structural variables on identity management strategies. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European review of social psychology* (Vol. 4, pp. 27-58). Chichester: Wiley.
- Garcia-Marques, L. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? In J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 121-131). Oeiras: Celta Editora
- Gaertner, S. L. & McLaughlin, J. P. (1983). Racial stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristics. *Social Psychological Quarterly*, *46*, 23-30.
- Goméz, A. (2002). If my group stereotypes others, others stereotype my group... and we know. Concept, research lines and futures perspectives of meta-stereotypes. *Revista de Psicologia Social*, *17*, 253-282.
- Haddock, G., Zanna, M. P., & Esses, V. M. (1994). The (limited) role of trait-laden stereotypes in predicting attitudes toward Native peoples. *British Journal of Social Psychology*, *33*, 83-106.
- Henderson-King, E., Henderson-King, D., Zhermer, N., Posokhova, S., & Chiker, V. (1997). In-group favouritism and perceived similarity: A look at Russians' perceptions in the post-soviet era. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *23*, 1013-1021.
- Hinkle, S., & Brown, R. (1990). Intergroup comparisons and social identity: Some links and lacunae. In D. Abrams & M. Hogg (Eds.), *Social identity theory and critical advances* (pp. 48-70). Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, *33*, 1-27.
- Klein, O., & Azzi, A. E. (2001). The strategic confirmation of meta-stereotypes: How group members attempt to tailor an out-group's representation of themselves. *British Journal of Social Psychology*, *40*, 279-283.
- Krueger, J. (1996). Personal beliefs and cultural stereotypes about racial characteristics. *Journal of Personality and Social Psychology*, *71*, 536-544.
- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. New York, NY: Plenum Press.
- Leyen, J.-Ph., & Désert, M. (2004). Racismo, essencialismo e ameaça do estereótipo. In M. L. Lima, P. Castro, & M. Garrido (Orgs.), *Temas e debates em psicologia social* (pp. 127-148). Lisboa: Livros do Horizonte.
- Lima, L. P. (2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (pp. 187-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mackie, D. M., Devos, T., & Smith, E. R. (2000). Intergroup emotions: Explaining offensive action tendencies in an intergroup context. *Journal of Personality and Social Psychology*, *79*, 602-616.

- Mackie, D. M., & Smith, E. R. (1998). Intergroup relations: Insights from a theoretically integrative approach. *Psychological Review*, *105*, 499-529.
- Marques, J., & Paez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 333-386). Lisboa: Gulbenkian.
- Mummendey, A. (1995). Positive distinctiveness and social discrimination: An old couple living in divorce. *European Journal of Social Psychology*, *25*, 657-670.
- Pérez, J. A. (1996). Nuevas formas de racismo. In J. F. Morales & S. Yubero (Eds.), *Del prejuicio al racismo: Perspectivas psicosociales* (pp. 79-102). Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha.
- Pérez, J. A., Mugny, G., Llavata, E., Fierres, R. (1993). Paradoxe de la discrimination et du conflit culturel: Études sur le racisme. In J. A. Pérez & G. Mugny (Eds.), *Influences sociales : La théorie de l'élaboration du conflit* (pp. 145-168). Paris : Delachaux et Niestlé.
- Pires, R. P. (1999). A imigração. In F. Bethencourt & K. Chaudhuri (Orgs.), *História da expansão portuguesa* (Vol. V, pp. 197-213). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Schmader, T., Major, B., & Gramzow, R. H. (2001). Coping with ethnic stereotypes in the academic domain: Perceived injustice and psychological disengagement. *Journal of Social Issues*, *57*, 93-111.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1988). *The Robbers Cave experiment: Intergroup conflict and cooperation*. Middletown, CT: Wesleyan University Press.
- Smith, E. (1997). Social cognition meets social identity: Group membership becomes an extended self. In D. Abrams & M. Hogg (Eds.), *Social identity and social cognition*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Tajfel, H. (1982). Grupos humanos e categorias sociais. Lisboa: Livros do Horizonte.
- Tajfel, H., & Turner, C. J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations*. Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, *140*, 7-29.
- Vala, J. (Org.) (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta Editora.
- Vala, J. (Coord.) (2004). *Simetrias e identidades: Jovens negros em Portugal*. Lisboa: Celta Editora.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J., Lopes, D., Lima, M., & Brito, R. (2002). Cultural differences and hetero-ethnicization in Portugal: The perceptions of black and white people. *Portuguese*

*Journal of Social. Sciences, 1 (2), 111-128.*

Vala, J., Lima, M., & Lopes, D. (no prelo). Social values, prejudice, and solidarity in the European Union. In W. Arts, & L. Halman (Edits), *European values at the end of the millenium*. Leiden: Brill

Vorauer, J. D., Hunter, A. J., Main, K. J., Roy, S. A. (2000). Meta-stereotype activation: Evidence from indirect measure for specific evaluative concerns experienced by members of dominant groups in intergroup interaction. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*, 690-707.

Vorauer, J. D., Main, K. J., & O'Connell, G. B. (1998). How do individuals expect to be viewed by members of lower status groups? Content and implications of meta-stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*, 917-937



# 3 **ESTUDOS SOBRE** ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA GRUPOS MINORITÁRIOS

---



### **PRECONCEITO CONTRA PROSTITUTAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PROSTITUIÇÃO EM ESTUDANTES DE TEOLOGIA CATÓLICOS E EVANGÉLICOS**

*Cícero Pereira*

*Ana Raquel Rosas Torres*

*Annelyse Soares Pereira*

“Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra”. (Jesus Cristo, citado por Jo. 8: 7).

A prostituição, considerada pelo imaginário popular como a mais antiga das profissões, é definida como a troca de favores sexuais por dinheiro, drogas ou qualquer outro tipo de valor (Overall, 1992). Sua origem latina é a palavra *prostituere*, que significa “preparado pra venda”. Os primeiros relatos sistemáticos sobre essa atividade remontam à Grécia Antiga, onde os familiares de prisioneiros eram obrigados a “prestarem serviços” em troca de dinheiro, favores ou promoção social. É verdade que na Grécia Antiga essa prática não estava restrita às mulheres, pois cidadãos gregos também se “divertiam” com rapazes (Spencer, 1999).

Foram o fortalecimento da tradição Judaico-Cristã e, particularmente, o crescimento do Cristianismo na Europa medieval que permitiram a elaboração de um código de conduta sexual, onde as relações sexuais “fora dos laços sagrados do matrimônio” passaram a serem descritas como práticas pecaminosas (Piazza, 1977). Os fundamentos para a elaboração desse código encontram-se nas “Escrituras Sagradas”, nomeadamente na “Santa Bíblia”, a “Palavra de Deus”. Condenações à prostituição são freqüentes tanto no Antigo Testamento (e.g., “não trará salário de

prostituição nem preço de sodomita à casa do Senhor, teu Deus, por qualquer voto; porque uma e outra coisa são igualmente abomináveis ao Senhor, teu Deus”, Dn. 23:18), quanto no Novo Testamento (e.g., “pois esta é vontade de Deus: a vossa santificação, que vos abstenhais da prostituição”, I Ts. 4:3). De fato, a análise dos versículos da Bíblia mostra 21 passagens no Velho Testamento<sup>1</sup> e 15 no Novo Testamento<sup>2</sup> em que há a condenação da prostituição. É importante referir aqui que a palavra “prostituição” nas “Escrituras Sagradas” refere-se não apenas às pessoas que trocam favores sexuais por dinheiro, mas “toda relação sexual fora do compromisso do casamento entre um homem e uma mulher, está fora do projeto de Deus e traz ao homem conseqüência de morte” (Malafaia, 2003, p. 21). Entretanto, o nosso interesse aqui refere-se às representações sociais relativas a um grupo específico de pessoas: as mulheres que trocam favores de natureza sexual por algum benefício econômico.

O código de conduta sexual descrito nas “Escrituras Sagradas” influenciou as visões modernas sobre a sexualidade humana, fundamentalmente as mais moralistas. De fato, as subseqüentes concepções sobre a natureza da sexualidade não substituem as antigas, mas reforçam as concepções tradicionais mais moralistas (Bullough, 1974). Mesmo sob a vigência de regras moralistas, a prostituição não foi extinta. Ao contrário, o desenvolvimento urbano e o aumento das condições de pobreza no mundo apresentaram as condições necessárias ao seu crescimento. Uma justificativa possível para driblar as regras moralistas passou a ser a da prostituição como um “mal necessário” (Mazzeiro, 1998), já que contribuíam para que as “moças” oriundas das famílias dos senhores feudais chegassem virgens ao casamento e, por outro lado, asseguravam que os homens adquirissem “experiência sexual” sem ameaçar as visões sobre a castidade feminina.

A partir das revoluções de costumes que aconteceram na segunda metade do século XX, onde o amor livre se tornou um “símbolo” em praticamente todo o mundo ocidental, pensou-se que a prostituição desapareceria. Na realidade, isso não só não aconteceu como a visibilidade da prostituição tem aumentado. É verdade que tem tomado outras formas socialmente danosas, como, por exemplo, a prostituição infanto-juvenil (Gomes, Minayo & Fontoura, 1999), em que o Brasil é um dos destinos prediletos do turismo sexual. De acordo com o levantamento feito pela Organização das Nações Unidas em 2000, existiriam mais de cem mil crianças e mulheres que dependem da prostituição para sobreviver. Esse número tem sido questionado por diversas entidades que trabalham com esses grupos. No entanto, todos são unânimes na posição de que ela representa uma violação dupla aos Direitos Humanos. De fato, a dignidade e a integridade humana são violadas quando as pessoas são levadas pela pobreza a se prostituírem. Outra forma de violação

de seus direitos refere-se às diversas formas de discriminação e preconceitos sofridos pelas prostitutas. Nesse sentido, o nosso interesse aqui se dirige, portanto, a analisar as variáveis psicossociais subjacentes ao preconceito contra as prostitutas.

Estudos sobre a prostituição no Brasil e no mundo têm se concentrado, principalmente, nos levantamentos da sua relação com Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (Simon, Silva & Paiva, 2002), no uso de drogas (Flowers, 1990; Potterat, Rothnberg, Muth, Darrow & Phillips-Plummer, 1998) e na violência contra as pessoas que se prostituem (Flowers, 1998; O'Neill, 1995; 1997). No entanto, trabalhos que investigam as possíveis relações entre representações sociais, crenças religiosas e o preconceito contra prostitutas são inéditos. Assim, este capítulo tem o objetivo de investigar como as representações sociais que estudantes de teologia têm sobre a prostituição ancoram o preconceito contra essa minoria social.

Para levar a cabo essa proposta, realizamos uma investigação em que aplicamos, em uma amostra de 374 estudantes de teologia da cidade de Goiânia (sendo 206 evangélicos e 165 católicos), um questionário para mensuração das representações sociais da prostituição e do preconceito contra prostitutas. A idade dos estudantes varia de 14 a 54 anos ( $M = 27.66$ ,  $DP = 7.51$ ), sendo a maioria do sexo masculino (78%). A princípio, nos pareceu improvável existir, nos seminários, estudantes do sexo feminino. De fato, é rara a presença de mulheres em seminários católicos. Os seminários evangélicos apresentam número significativamente ( $\chi^2_1 = 37.957$ ,  $p < .001$ ) maior de mulheres do que os seminários católicos (34% e 7%, respectivamente). Os seminários católicos são formados predominantemente por estudantes do sexo masculinos (93%). Os estudantes evangélicos têm idade mais elevada ( $M = 29.00$ ,  $DP = 8.48$ ) que os católicos ( $M = 26.00$ ,  $DP = 5.64$ ),  $t(372) = 4.003$ ,  $p < .001$ . Em contrapartida, os católicos têm maior tempo de seminário ( $M = 4.70$ ,  $DP = 2.59$ ) do que os evangélicos ( $M = 3.70$ ,  $DP = 2.26$ ),  $t(372) = -4.016$ ,  $p < .001$ . Embora os seminários estudados aceitem estudantes de teologia do sexo feminino e exista uma quantidade maior delas nos cursos evangélicos, em ambas denominações, as mulheres freqüentam estes seminários não para se tornarem líderes religiosas (pastoras ou sacerdotisas). Sua função é secundária, sendo: religiosas (freiras) e religiosas-leigas na igreja católica; missionárias na igreja evangélica.

Para a realização do estudo, seguimos três etapas. Inicialmente, foi realizado um levantamento dos seminários católicos e evangélicos da cidade de Goiânia. Em seguida, entramos em contato com os coordenadores desses seminários para a obtenção da autorização formal necessária à realização da pesquisa. Finalmente, aplicamos os questionários, que foram respondidos individualmente em salas de aula por todos os estudantes que se dispuseram a participar da pesquisa. Nas seções subseqüentes, apresentaremos os resultados obtidos nesta investigação. Inicialmen-

te, investigamos se há posicionamentos preconceituosos dos estudantes em relação às prostitutas, procurando, naturalmente, fundamentá-los nas teorias psicossociais sobre o preconceito. Na seção seguinte, estudamos as representações sociais que esses estudantes têm sobre a prostituição. Investigamos, essencialmente, as diversas explicações que eles atribuem para a prostituição. Finalmente, na terceira seção, analisamos as relações entre representações sociais da prostituição e a expressão do preconceito contra as prostitutas. Nossa principal hipótese é a de que os estudantes de teologia católicos e evangélicos apresentam níveis diferenciados de preconceito em relação às prostitutas. Especificamente, esperamos que essa diferença seja mediada pela forma como os dois grupos de estudantes explicam a natureza da prostituição. Assim, testamos, através de equações estruturais, um modelo que ancora o preconceito nas representações sociais da prostituição, estando essas representações ancoradas nas categorias de pertença dos estudantes (católicos vs. evangélicos).

## **Preconceito: Natureza e Formas de Expressão em Relação às Prostitutas**

Podemos classificar as teorias sobre o preconceito que têm sido desenvolvidas no seio da Psicologia Social em três grandes grupos. No primeiro, podemos incluir textos clássicos como os de Hovland e Sears (1940), Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950), Allport (1954) e Rokeach (1960). Nesses textos, seus autores tentam sistematizar os princípios psicológicos básicos subjacentes ao preconceito. Com a consolidação da perspectiva da cognição social a partir dos anos 1970, conceitos tais como frustração-agressão (Hovland & Sears, 1940), personalidade autoritária (Adorno & cols., 1950) e espírito fechado (Rokeach, 1960) foram sendo substituídos pela ênfase na idéia de processamento de informações ou de processos cognitivos básicos do preconceito e da discriminação. Assim, para autores como Markus e Zajonc (1985), Hamilton (1979) entre outros, o preconceito seria fruto de um erro na percepção do mundo social. Em comum, todos esses autores compartilham a perspectiva de que o preconceito poderia ser investigado a partir de uma aproximação individual e psicologizante (Martínez, 1996).

No segundo grupo classificatório poderíamos incluir as teorias sobre o preconceito que defendem que esse fenômeno deveria ser explicado levando-se em conta as características históricas das relações entre os grupos que compõem as sociedades. Aqui estariam incluídos os trabalhos de Tajfel (1982) sobre a identidade social, cujo pressuposto é que a atribuição de características negativas aos membros de outros grupos seria consequência do processo de categorização social, cuja divisão básica seria o “nós” e o “eles”. A discriminação decorrente dessa categorização

teria, como função básica, a manutenção de uma identidade ancorada nas pertencas sociais cuja valência teria que ser positiva. Aqui é importante destacarmos que, embora Tajfel fizesse referência explícita às condições objetivas das relações intergrupais, muitas das investigações realizadas inspiradas no seu trabalho salientam mais as dimensões motivacionais da busca de uma identidade positiva (Turner, 1985). Retornamos, assim, às explicações psicologizantes que o próprio Tajfel (1972, 1978) tanto criticou.

Finalmente, no terceiro grupo, teríamos as perceptivas teóricas consideradas mais societais. Essas perspectivas sublinham as lutas pelo poder que caracterizam as relações intergrupais (Camino, 1996; Deschamps, 1982; Doise, 1976, 1991) como sendo a gênese de crenças e ideologias que dariam sustentação à existência das diferenças sociais entre os grupos. Nesta perspectiva, o papel normatizador das ideologias seria o responsável pelos princípios que organizam as leis psicológicas que regem os processos cognitivos e motivacionais. Em consonância com esses pressupostos, trabalhos mais recentes (Jost & Banaji, 1994; Jost & Kramer, 2002) têm evidenciado a importância dos sistemas de justificação para o estudo do preconceito e sua integração com conceitos como ideologia, percepção de justiça social e legitimidade do contexto intergrupais (Jost & Major, 2001). Outra vertente de investigações que pode ser incluída neste grupo seria aquela em que o preconceito é estudado como sendo um fenômeno social que estaria ancorado em uma rede de representações sociais (Moscovici, 1978) que serviriam para justificar o preconceito e a discriminação (Pereira, Torres & Almeida, 2003).

Essa estratégia investigativa está em consonância com a situação, no mínimo paradoxal, em que normas sociais antidiscriminatórias convivem com práticas que excluem categorias sociais minoritárias da possibilidade de ascensão social. Isso nos indica que os preconceitos podem ter encontrado formas menos evidentes de expressão, pois nas sociedades ocidentais “politicamente corretas” não é aceitável que pessoas sejam explicitamente preconceituosas. Assim é que Myers (2000) defende que formas mais sutis de preconceito estão paulatinamente substituindo suas expressões mais clamorosas. O que essas formas mais sutis de preconceito têm em comum é o fato de que, embora o favoritismo pelo próprio grupo esteja presente tal como defendido por Tajfel (1982), a derrogação dos membros de outros grupos não é flagrantemente encontrada (Moscovici & Péres, 1999; Vala, Brito & Lopes, 1999).

Numa das mais importantes demonstrações da existência de formas encobertas de preconceito, Pettigrew e Meertens (1995) verificaram que o racismo em países da Europa ocidental poderia ser encontrado sob duas formas: racismo flagrante; racismo sutil. O primeiro seria constituído simultaneamente pela rejeição à intimidade com pessoas de outras raças e pelo sentimento de ameaça econômica

despertada pela presença dessas pessoas. Já o segundo seria formado pela pouca expressão de positivas em relação aos membros de outros grupos e pela percepção de diferenças culturais. Outro conjunto de autores também analisou o papel das emoções nas novas formas de manifestação do preconceito (Dijker, 1987; Dovidio, Mann & Gaertner, 1989). Nesses estudos, os participantes tendem a não relatarem sentimentos negativos em relação aos membros de outros grupos. No entanto, eles relatam sentir com mais frequência emoções positivas na presença de membros dos seus próprios grupos (e.g., Vala, Brito & Lopes, 1998).

No Brasil, as novas formas de expressão do preconceito contra grupos minoritários têm sido estudadas por Lacerda, Pereira e Camino (2002). Estes autores analisaram o preconceito flagrante e sutil de estudantes universitários em relação aos homossexuais. Eles constataram que essas formas de preconceito estavam organizadas em torno de três dimensões: rejeição a relações de proximidade, avaliada com um instrumento adaptado da escala de rejeição à intimidade desenvolvida por Pettigrew e Meertens (1995); expressão de emoções positivas; expressão de emoções negativas. Eles verificaram, também, que o preconceito contra os homossexuais estava modulado pela pertença social dos estudantes: os alunos de engenharia expressaram seu preconceito de forma mais flagrante, os de medicina foram mais sutis e os de psicologia apareceram em maior quantidade na categoria dos não preconceituosos; os estudantes do sexo masculino foram mais flagrantes, enquanto as estudantes foram mais sutis ao expressarem o seu preconceito. Os resultados também indicaram que a pertença religiosa não influenciou diretamente o preconceito, mas a adesão a representações sociais religiosas sobre a natureza da homossexualidade foi determinante do preconceito dos estudantes em relação aos homossexuais. Essa centralidade das explicações religiosas na ausência de influência do tipo de religião leva à necessidade de se estudar mais detalhadamente as relações entre o tipo de religião, fundamentalmente as duas mais frequentes no Brasil (católica e evangélica), e o preconceito contra grupos minoritários. É com base nessa idéia que decidimos investigar o preconceito contra prostitutas em dois grupos de estudantes de teologia vinculados a seminários católicos e evangélicos.

O primeiro passo foi adaptar a escala de rejeição à proximidade utilizada no estudo sobre o preconceito contra homossexuais para a análise do preconceito contra prostitutas. Essa adaptação resultou em um instrumento contendo 10 itens que descrevem possíveis interações interpessoais ou intergrupais que os membros das duas religiões poderiam ter na sua vida cotidiana (ver Tabela 1). Pedimos aos estudantes que indicassem, numa escala variando de 1 (nada constrangido) a 7 (muito constrangido), o quanto eles se sentiriam constrangidos caso passassem por cada situação descrita pelos itens da escala. Aplicamos uma Análise Fatorial pelo méto-



do dos eixos principais aos escores obtidos com os 10 itens da escala. Como podem ser constatados na Tabela 1, os resultados dessa análise mostram a existência de uma estrutura fatorial composta por um único fator responsável pela organização dos posicionamentos dos estudantes concernentes as suas possíveis interações sociais com prostitutas. Essa estrutura pode ser considerada consistente dado o autovalor e as cargas fatoriais bastante elevadas. Além disso, a escala também apresenta elevada consistência interna ( $\alpha = .86$ ).

Tabela 1. Cargas Fatoriais, Autovalor, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Rejeição a Relações de Proximidade com as Prostitutas ( $N = 374$ )

Itens da Escala	Cargas Fatoriais
Ter amigas que sejam prostitutas assumidas	.77
Ter uma amiga que trabalha no ramo da prostituição	.76
Morar na mesma casa em que mora uma prostituta	.70
Saber que a filha do pastor (irmã do vigário)* de sua igreja é prostituta	.68
Saber que uma participante de sua igreja é prostituta	.68
Ter uma filha prostituta (Caso você tivesse)*	.63
Ter uma filha (Caso você tivesse)* que trabalha no ramo da prostituição	.62
Ter prostitutas freqüentando sua igreja	.50
Saber que a esposa do pastor (irmã do vigário)* de sua igreja é prostituta	.47
Se um filho (a) (Caso você tivesse)* seu tivesse amizades com uma prostituta	.46
Autovalor	4.04
Variância Explicada	40%
Fidedignidade da Escala (Alfa)	.86

*Nota.*  $KMO = .83$ , Esfericidade,  $\chi^2 (105, N = 45) = 1.407.050, p < .001$ . \* Expressões utilizadas para adaptar os itens para a amostra de estudantes de teologia em seminários católicos.

Seguindo a análise da estrutura das novas formas de preconceito, investigamos outra dimensão do posicionamento dos estudantes em relação às prostitutas: a expressão de emoções. O estudo da expressão do preconceito através das emoções vem aumentando nos últimos anos (Dijker, 1987; Fazio & Hilden, 2001; Leyens & cols., 2000). O argumento em favor da inclusão das emoções na análise do preconceito é o de que as relações intergrupais se organizam em torno de dimensões tanto cognitivas como emocionais (Leyens & cols., 2001; Vala & cols., 1998). A análise das emoções como indicadoras do preconceito se dá através da freqüência com que os membros de um grupo sentem emoções positivas e negativas em relação aos membros de outros grupos. Nesta linha de raciocínio, Pettigrew e Meertens (1995) utilizam essa dimensão emocional para operacionalizar sua teoria sobre o preconceito sutil. Neste contexto, interessava-nos saber se estudantes dos seminários in-

vestigados expressam de forma coerente suas emoções em relação às prostitutas. Para tanto, pedimos a eles que respondessem uma *Escala de Expressão Emocional*. Essa escala foi desenvolvida por Lacerda e cols. (2002) para analisar as emoções sentidas por estudantes universitários em relação aos homossexuais. A escala utilizada é composta por seis emoções (admiração, desprezo, felicidade, nojo, raiva e satisfação). Os estudantes indicaram, com pontuações variando de 1 (nunca) a 7 (muitas vezes), o quanto eles já sentiram estas emoções com relação a prostitutas. Aos escores obtidos, aplicamos uma Análise Fatorial pelo método dos eixos principais para identificarmos se os estudantes expressam emoções de forma organizada e estruturalmente consistente.

Os resultados (Tabela 2) revelam a existência de dois fatores subjacentes aos dados coletados. O primeiro fator organiza a expressão de Emoções Positivas e o segundo reúne as Emoções Negativas. Essa estrutura replica os resultados observados recentemente por Lacerda e cols. (2002) em que a expressão de emoções em relação a grupos minoritários, como os homossexuais, não é aleatória. Ao contrário, as pessoas expressam-nas conforme sua valência. Além disso, a consistência interna das emoções agregadas nos dois fatores é elevada o suficiente para permitir que construamos indicadores da expressão de emoções em relação às prostitutas.

Tabela 2. Cargas Fatoriais, Autovalores, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Expressão de Emoções em Relação às Prostitutas ( $N = 374$ )

Emoções	Tipos de Emoções	
	Emoções Negativas	Emoções Positivas
Raiva	.83	
Desprezo	.75	
Nojo	.69	
Felicidade		.70
Satisfação		.61
Admiração		.56
Autovalores	1.74	1.19
Variância Explicada	29%	20%
Fidedignidade (Alfas)	.80	.64

Nota. Apenas as cargas fatoriais superiores a .30 são apresentadas após a rotação *varimax*;  $KMO = .68$ , Esfericidade pelo  $\chi^2 (15, N = 45) = 491.492, p < .001$ .

Após analisarmos a adequação das escalas utilizadas na descrição das dimensões do preconceito em relação às prostitutas, investigamos a influência do

tipo de religião nos posicionamentos dos estudantes em relação a essas dimensões. Esta investigação foi realizada através de uma Análise Multivariada de Variâncias (MANOVA), considerando o delineamento 2 (Tipo de Religião: Evangélica ou Católica) X 3 (Dimensões do Preconceito: Rejeição à Proximidade, Emoções Negativas e Positivas). Os resultados indicam que o efeito multivariado é significativo [ $\Lambda = .82, F(3,367) = 26.611, p < .001$ ]. Este efeito significa que, de fato, o tipo de religião influencia o posicionamento dos estudantes nas dimensões do preconceito contra as prostitutas. Notamos, entretanto, que a força desse efeito é apenas moderada, explicando 18% da variabilidade do preconceito ( $\eta^2 = .18$ ). Mesmo assim, a influência do tipo de religião no preconceito é evidenciada na análise dos efeitos univariados, pois todos são significativos:  $F_{\text{Rejeição à Proximidade}}(1,369) = 75.158, p < .001, \eta^2 = .17$ ;  $F_{\text{Emoções Negativas}}(1,369) = 10.529, p < .01, \eta^2 = .03$ ;  $F_{\text{Emoções Positivas}}(1,369) = 15.726, p < .001, \eta^2 = .04$ . Como se pode constatar na Tabela 3, os estudantes dos seminários católicos apresentam menos rejeição à proximidade e relatam sentir menos freqüentemente emoções negativas em relação às prostitutas. Os estudantes evangélicos sentem menos emoções positivas comparativamente aos estudantes católicos.

Tabela 3 - Médias e Desvios Padrões (entre parênteses) dos Posicionamentos dos Estudantes nas Dimensões do Preconceito contra Prostitutas em Função do Tipo de Religião

Dimensões do Preconceito	Tipo de Religião	
	Evangélica ( $n = 206$ )	Católica ( $n = 165$ )
Rejeição à Proximidade	4.86 (1.10)	3.76 (1.34)
Emoções Negativas	2.06 (1.30)	1.65 (1.88)
Emoções Positivas	1.51 (0.91)	1.95 (1.22)

*Nota.* A escala de Rejeição à Proximidade varia de 1 (pouca rejeição) a 7 (muita rejeição). A expressão de Emoções Positivas e Negativas também varia de 1 (nunca) a 7 (muitas vezes).

Esta análise nos revela padrões bem distintos de posicionamentos dos estudantes em relação às prostitutas em função do tipo de seminário que participam. Em outras palavras, a pertença desses estudantes nesses grupos tem produzido níveis de preconceito diferenciado entre as duas categorias sociais investigadas. Uma análise mais detalhada das médias mostra dois fenômenos implícitos aos dados obtidos. Primeiro, os evangélicos claramente apresentam posicionamentos mais preconceituosos em relação às prostitutas. Segundo, o preconceito atua na rejeição generalizada a relações de proximidade (os católicos e, sobretudo, os evangélicos apresentam média de rejeição acima do ponto médio da escala) e na ausência de

expressão de emoções, sobretudo os católicos que sentem poucas emoções negativas, assim como as positivas. Caracterizando ainda mais a sua aversão às prostitutas, os evangélicos sentem mais emoções negativas, quase não expressando emoções positivas. Mas o que explicaria essa diferença na expressão do preconceito entre os estudantes dessas duas categorias sociais? Nossa hipótese, apoiada nas investigações desenvolvidas por Lacerda e cols. (2002) e Pereira e cols. (2003), é a de que as explicações que as duas categorias de estudantes atribuem à natureza da prostituição fundamentam seus níveis de preconceito contra as prostitutas. Em outras palavras, as variações no preconceito estarão moduladas pelas representações sociais ou pelo conhecimento cotidiano sobre a natureza da prostituição.

## **Representações Sociais e o Conhecimento Cotidiano sobre a Natureza da Prostituição**

Temos desenvolvido (Pereira & cols., 2003) a idéia de que os preconceitos contra grupos minoritários são produzidos pelas representações que os grupos majoritários criaram sobre a natureza (positiva) de seu grupo e (negativa) do grupo alvo do preconceito. As funções dessas representações são justificar práticas discriminatórias contra grupos minoritários para preservar a situação de dominação dos grupos majoritários. Essa perspectiva situa o estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais.

Desde a publicação do trabalho pioneiro de Serge Moscovici (1978) sobre as representações sociais da psicanálise que este conceito vem ganhando notoriedade no campo das ciências sociais em geral e da psicologia em particular. Definidas por Moscovici como “entidades quase tangíveis (...) que circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro” (p. 41), as representações sociais são consideradas como uma preparação para ação porque seriam um fator preponderante na construção e reconstrução do meio social onde a ação irá ocorrer. Segundo Farr (1998), as representações sociais seriam os mediadores entre as representações coletivas, descritas por Durkheim, e as individuais, estudadas largamente pela Psicologia Social de orientação norte-americana. Seu estudo envolveria necessariamente uma interlocução entre a psicologia e a sociologia.

No entanto, o conceito de representações sociais tem sido severamente criticado. Estas se referem tanto à indefinição conceitual, apontada por Jahoda (1988) e Potter e Linton (1985), como a questões de ordem mais metodológica, como, por exemplo, as feitas por Leyens e Dardenne (1996). Outros autores (e.g., Camino, 1996; Vala, 1996) defendem que a noção de representação social seja complementada com os conceitos de minorias ativas (Moscovici & Faechoux, 1972) e de identidade

social (Tajfel, 1982), fundamentalmente porque esses conceitos permitem estudar as representações no quadro das relações intergrupais (Pereira & Soares, 2003), onde as representações sociais não seriam geradas num vácuo social, mas seriam produtos da pertença concreta dos indivíduos nos grupos ou categorias sociais (Pereira & cols., 2003). Um dos aspectos mais criticados no trabalho de Moscovici diz respeito à natureza consensual das representações sociais. Para autores como Billig (1988) e Doise (1989), o consenso não estaria no próprio conteúdo das representações sociais e sim na sua lógica organizativa que seria eminentemente social. Doise (1986) define representações sociais como princípios organizadores dos processos simbólicos que são derivados das posições sociais concretas dos indivíduos. Em consonância com essa definição, Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993) defenderam que elas deveriam ser estudadas em três aspectos. O primeiro seria a organização do campo representacional que nada mais é do que o levantamento dos elementos consensuais sobre o objeto investigado. O segundo seria a análise dos princípios organizadores desses elementos, cuja lógica estaria ancorada na própria estrutura social. O estudo sobre as ancoragens seria o terceiro aspecto e poderia ser desenvolvido em três níveis complementares: o psicológico, que faz referência aos posicionamentos individuais nas atitudes e valores; o sociológico, no qual se analisa o papel das pertenças sociais na organização de conteúdos representacionais e, finalmente, o nível psicossocial que analisa a ancoragem nas teorias do senso comum utilizadas pelos indivíduos para explicarem a natureza dos grupos sociais.

Para analisar a relação entre teorias científicas, transformadas em teorias de senso comum, e a discriminação contra homossexuais, Camino e Pereira (2000) realizaram uma investigação sobre a forma como professores de psicologia representam a homossexualidade e a relação entre essas explicações e o posicionamento desses professores frente à Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP)<sup>3</sup>. Esses autores verificaram que os diversos níveis de adesão às explicações da homossexualidade foram os melhores preditores da atitude dos professores em relação à Resolução. Os professores que dão explicações psicológicas para a homossexualidade e que atuam na área clínica não concordam que a Resolução representa um avanço na psicologia. A adesão às explicações biológicas influenciou negativamente a atitude positiva global com a Resolução e levou à concordância de que a homossexualidade é uma doença e a aceitação de que se deve propor uma cura para os homossexuais. Já a adesão às explicações psicossociais levou à concordância de que a Resolução representa um avanço na psicologia, fundamentalmente com relação à afirmação de que “a homossexualidade não é uma doença” e, conseqüentemente, “não se deve propor cura ou tratamento para homossexuais”. Com base nestes resultados, Camino e Pereira (2000) concluíram que teorias e

práticas científicas contribuem, de uma forma ou de outra, com o processo de discriminação social.

Recentemente, Lacerda e cols. (2002) mostraram que as representações sociais que estudantes de Psicologia, Medicina e Engenharia Civil têm da natureza da homossexualidade é composta por cinco princípios organizadores: explicações religiosas, ético-morais, psicológicas, biológicas e psicossociais. Eles também constataram que os preconceituosos flagrantes dão explicações ético-morais e religiosas para a homossexualidade. Os preconceituosos sutis atribuem explicações biológicas e psicológicas, enquanto os não preconceituosos atribuem explicações psicossociais. Esses resultados levaram à conclusão de que as explicações que os grupos dão para os grupos minoritários podem contribuir com a manutenção de práticas discriminatórias contra esses grupos, pois suas explicações mantêm uma representação dos membros desses grupos como portadores de alguma essência eminentemente negativa.

Foi com base na idéia de estudar como as representações sobre a natureza dos grupos sociais justificam o preconceito e a discriminação dos grupos minoritários (Lacerda & cols., 2002; Pereira & cols., 2003) que decidimos investigar se há representações organizadas sobre a prostituição. Em outras palavras, procuramos verificar se existem conhecimentos cotidianos relativamente organizados sobre a natureza da prostituição. O pressuposto básico era o de que o posicionamento dos grupos sociais em relação aos outros grupos é mediado pelas representações que esses grupos constroem sobre a natureza dos outros grupos. Neste sentido, apresentamos aos estudantes uma escala sobre as causas da prostituição. Este instrumento é uma adaptação da escala utilizada por Camino e Pereira (2000) e Lacerda e cols. (2002) nas suas investigações sobre a representação da natureza do homossexualismo. Essa adaptação resultou em uma escala com 15 itens que descrevem cinco possíveis explicações para a prostituição. Nossa hipótese era a de que o posicionamento dos estudantes em relação aos itens da escala fosse organizado por cinco princípios ou tipos de explicação da prostituição:

- » **Explicações Religiosas:** As causas da prostituição estão relacionadas ao descumprimento da Palavra de Deus; As causas da prostituição estão relacionadas à falta de fé religiosa característica das sociedades atuais; As causas da prostituição estão relacionadas à fraqueza espiritual para resistir a tentações.
- » **Explicações Ético-Morais:** As causas da prostituição estão relacionadas à falta de respeito; As causas da prostituição estão relacionadas à falta de caráter; As causas da prostituição estão relacionadas à falta de valores morais do sujeito.

- » **Explicações Psicológicas:** As causas da prostituição estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na primeira infância; As causas da prostituição estão relacionadas a situações traumáticas vividas na infância; As causas da prostituição estão relacionadas à má resolução de conflitos com as figuras parentais.
- » **Explicações Sócio-Econômicas:** As causas da prostituição estão relacionadas a problemas sócio-econômicos; As causas da prostituição estão relacionadas à pobreza; As causas da prostituição estão relacionadas a necessidades financeiras.
- » **Explicações Psicossociais:** As causas da prostituição não possuem uma natureza específica, pois se trata de uma profissão como outra qualquer; As causas da prostituição não podem ser especificadas, pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade; As causas da prostituição não podem ser especificadas, pois ela não é doença, nem distúrbio, nem perversão e nem pecado.

Essa hipótese foi baseada nos dados dos estudos realizados por Camino e Pereira (2000) sobre a atitude de professores de psicologia em relação à Resolução 001/1999 do CFP. As explicações religiosas referem-se à influência das concepções religiosas nas orientações sexuais (Greenberg & Bystry, 1982). As explicações ético-morais referem-se à forma pejorativa como a prostituição tem sido explicada (Mazzieiro, 1998). As explicações psicológicas se referem às teorias científicas produzidas no âmbito da psicologia e psiquiatria relativas ao comportamento sexual dos membros dos grupos minoritários (Camino, 1998; Camino & Pereira, 2000). As explicações sócio-econômicas referem-se às descrições amplamente difundidas de que as prostitutas “não estão na vida porque querem”, mas são forçadas pela situação de pobreza em que vivem (Mazzieiro, 1998). Finalmente, as explicações psicossociais foram incluídas para que representassem a idéia, ainda socialmente minoritária, de que a prostituição é uma profissão como outra qualquer, bem como para se contraporem às representações de que a prostituição seria uma doença de origem biológica ou psicológica, também presente nas representações sociais da natureza do comportamento sexual de outros grupos minoritários (Lacerda & cols., 2002). O princípio psicossocial subjacente aqui é o de que, de uma forma ou de outra, as teorias produzidas no âmbito da ciência ou da religião são transformadas em teorias de senso comum (Moscovici, 1978). A função dessa transformação é, portanto, a de justificar a discriminação contra os membros dos grupos-alvo a partir das explicações dadas por tais teorias.

Neste sentido, procuramos verificar se existem princípios psicossociais responsáveis pela organização dos 15 itens da escala. Para testar a hipótese de que esses itens são organizados pelas cinco formas de explicações possíveis para a prostituição (ético-morais, religiosas, psicológicas, psicossociais e sócio-econômicas) pedimos aos estu-

dantes que indicassem o quanto eles concordam com cada item numa escala tipo *Likert* variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Aos dados obtidos aplicamos uma Análise Fatorial pelo método dos eixos principais, fixando, *a priori*, cinco Fatores como limite máximo na extração fatorial. Os resultados mostram (Tabela 4) que em todos os cinco Fatores extraídos os autovalores são superiores a um, explicando 59% da variância. O primeiro Fator organiza as explicações psicológicas. O Fator 2 reúne as explicações sócio-econômicas. O terceiro Fator organiza as explicações ético-morais. O Fator 4 descreve as explicações religiosas. O Fator 5 reúne as explicações psicossociais. A análise da fidedignidade das escalas mostra alfas variando de .67 a .83 ( $M = 0,78$ ) o que permite a construção de índices do posicionamento dos estudantes de teologia nos princípios organizadores das explicações da prostituição.

Tabela 4. Cargas Fatoriais, Autovalores, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Explicações da Prostituição ( $N = 374$ )

Itens Abreviados da Escala	Explicações da Prostituição				
	F1	F2	F3	F4	F5
Traumas vividos na infância	.90				
Abusos sexuais sofridos na infância	.82				
Má resolução de conflitos	.57				
Pobreza		.78			
Necessidade Financeira		.76			
Problemas Econômicos		.72			
Falta de caráter			.73		
Falta de respeito			.63		
Falta de valores morais do sujeito			.62		
Falta de fé religiosa				.69	
Descumprimento da palavra de Deus				.63	
Fraqueza espiritual				.63	
Faz parte da identidade sexual					.81
Profissão como outra qualquer					.62
Não é doença, perversão, nem pecado.					.48
Autovalores	1.93	1.92	1.85	1.74	1.42
Explicação da Variância	13%	13%	12%	12%	9%
Fidedignidade (Alfas)	.81	.80	.81	.83	.67

Nota. F1 = Explicações Psicológicas; F2 = Explicações Sócio-Econômicas; F3 = Explicações Ético-Morais; F4 = Explicações Religiosas; F5: Explicações Psicossociais. Apenas as cargas fatoriais superiores a .35 são apresentadas após a rotação *equamax*.  $KMO = .82$ , Esfericidade pelo  $\chi^2(105, N = 371) = 2.148.109, p < .001$ .



Após identificarmos os princípios organizadores das explicações da prostituição, analisamos a ancoragem social desses princípios na pertença social dos estudantes. Especificamente, investigamos se as explicações da prostituição variam em função dos participantes estudarem teologia em seminários católicos ou evangélicos. Neste sentido, os resultados de uma MANOVA, considerando o delineamento 2 (Tipo de Religião: Evangélica ou Católica) X 5 (as cinco explicações da prostituição), revelam que o efeito multivariado é significativo [ $\Lambda = .53$ ,  $F(5,365) = 65.272$ ,  $p < .001$ ]. Constatamos também que esse efeito é forte, explicando 47% da variabilidade das explicações da prostituição ( $\eta^2 = .47$ ). O significado desse efeito é o de que o tipo de religião ancora o posicionamento nos princípios organizadores das explicações da prostituição. A análise dos efeitos univariados mostra que o tipo de religião não ancora apenas as explicações psicológicas [ $F_{\text{Explicações Psicológicas}}(1,369) = 1.147$ , n.s.  $\eta^2 = .00$ ]. Como pode ser constatado (Tabela 5), os estudantes católicos são mais favoráveis às explicações sócio-econômicas [ $F_{\text{Explicações Econômicas}}(1,369) = 54.195$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .13$ ]. Os evangélicos explicam a prostituição mais em termos de causas religiosas [ $F_{\text{Explicações Religiosas}}(1,369) = 266.679$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .42$ ] e ético-morais [ $F_{\text{Explicações Ético-Morais}}(1,369) = 101.647$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .22$ ]. Embora ambos discordem das explicações psicossociais, os evangélicos são mais desfavoráveis que os católicos [ $F_{\text{Explicações Psicossociais}}(1,369) = 35.434$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .09$ ].

Tabela 5. Médias e Desvios Padrões (entre parênteses) da Adesão às Explicações da Prostituição em Função do Tipo de Religião

Explicações da Prostituição	Tipo de Religião	
	Evangélica (n = 206)	Católica (n = 165)
Psicológicas	4.45 (1.38)	4.30 (1.25)
Sócio-econômicas	4.41 (1.41)	5.37 (1.04)
Ético-Morais	4.71 (1.21)	3.36 (1.38)
Religiosas	5.35 (1.10)	3.09 (1.56)
Psicossociais	2.25 (1.18)	2.98 (1.16)

Nota. As escalas das explicações da prostituição variam de 1 (discorda totalmente da explicação) a 7 (concordam totalmente com a explicação).

## Ancoragem Social do Preconceito contra Prostitutas nas Explicações da Prostituição

Após constatarmos que há tanto preconceito contra as prostitutas quanto princípios organizadores estruturados em relação às explicações da prostituição, investigamos as possíveis relações entre as dimensões do preconceito e as representações sociais da prostituição. Inicialmente, calculamos as correlações entre esses dois conjuntos de variáveis. Como pode ser constatado na Tabela 6, a matriz de correlações indica dois perfis opostos de relacionamento entre explicações da prostituição e preconceito contra prostitutas. As explicações sócio-econômicas se correlacionam negativamente com a rejeição à proximidade e com a expressão de emoções negativas e positivamente com o sentimento de emoções positivas. Excepcionalmente a correlação com a expressão de emoções negativas, o padrão de correlações entre as explicações psicossociais e as dimensões do preconceito é idêntico ao verificado relativamente às explicações sócio-econômicas. Por outro lado, as explicações ético-morais e religiosas se correlacionam positivamente com a rejeição à proximidade e com a expressão de emoções negativas, ao passo que se correlacionam negativamente com a expressão de emoções positivas. Estes resultados corroboram dados de pesquisas que mostram que as representações que os grupos sociais constroem sobre a natureza dos outros grupos constituem os fundamentos para os posicionamentos preconceituosos contra grupos minoritários (Lacerda & cols., 2002) e justificam as práticas discriminatórias contra esses grupos (Pereira & cols., 2003).

Tabela 6 - Coeficientes de Correlações Bivariadas entre as Explicações da Prostituição e as Dimensões do Preconceito contra Prostitutas ( $N = 374$ )

Explicações	Dimensões do Preconceito		
	Rejeição à Proximidade	Emoções Negativas	Emoções Positivas
Psicológicas	.05	.06	-.03
Sócio-Econômicas	-.19 ***	-.14 **	.10 *
Ético-Morais	.41 ***	.33 ***	-.10 *
Religiosas	.43 ***	.20 ***	-.21 ***
Psicossociais	-.24 ***	-.01	.18 **

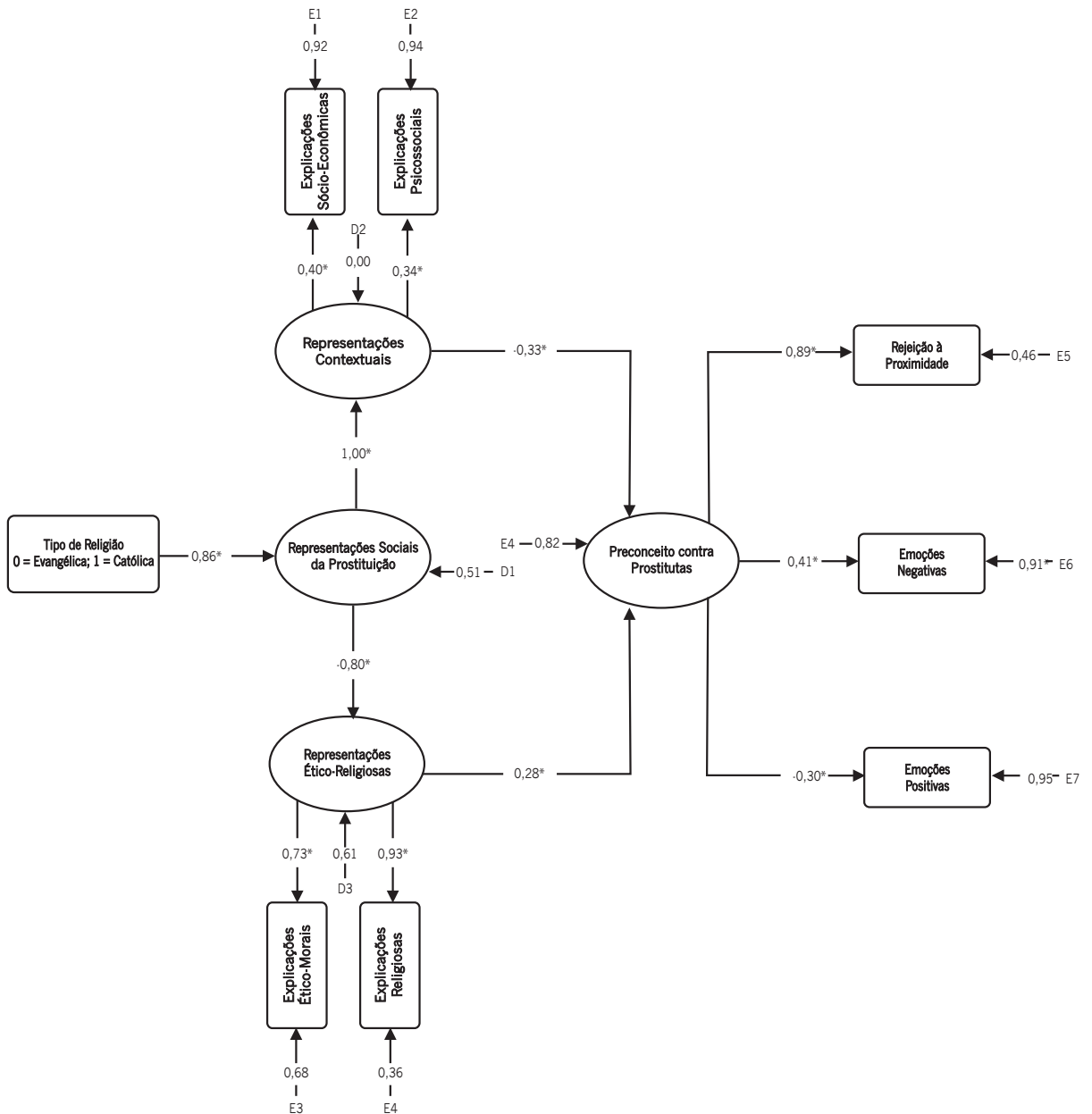
\* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$  (unilateral)

Os resultados deste estudo apresentam evidências empíricas que permitem-nos confirmar as hipóteses que nortearam a elaboração deste trabalho. Relembrando, esperávamos que estudantes católicos e evangélicos apresentassem níveis de preconceito diferenciados em relação às prostitutas. Essa hipótese foi evidenciada nos resultados da MANOVA aplicada para avaliarmos as diferenças nos posicionamentos dos estudantes nas dimensões do preconceito. Esperávamos também que esses estudantes apresentas-

sem padrões distintos de representações sociais da prostituição. Essa hipótese foi confirmada nos resultados da MANOVA que aplicamos na investigação da ancoragem social das explicações sobre a natureza da prostituição. Finalmente, a nossa principal hipótese ainda está por ser testada. Esperávamos que o preconceito contra as prostitutas fosse mediado pelas representações sociais da prostituição. Embora os resultados das correlações entre representações e preconceito evidenciem uma certa relação entre esses dois conjuntos de variáveis, elas não testam diretamente nossa hipótese. Mesmo assim, os resultados das correlações permitem-nos levantar a possibilidade das explicações dadas à prostituição no preconceito contra as prostitutas serem formadas por dois processos representacionais. Por um lado, teríamos as representações contextuais (incluindo as explicações psicossociais e sócio-econômicas) e, por outro lado, as representações ético-religiosas (incluindo as explicações ético-morais e religiosas). Seriam esses dois processos representacionais os responsáveis pela modulação do preconceito contra as prostitutas? Além disso, as representações sociais estariam ancoradas nas categoriais de pertença dos estudantes (católicos vs. evangélicos)?

Estas questões colocam claramente em evidência um modelo teórico (ver Figura 1) em que a pertença social (católica ou evangélica) e as identidades sociais decorrentes dessa pertença levam à construção de representações sociais sobre a natureza da prostituição. Nesse modelo, essas representações são de dois tipos: contextuais e ético-religiosas. As representações ético-religiosas seriam as responsáveis pelo preconceito contra as prostitutas, enquanto as representações contextuais reduzem esse preconceito. Neste caso, o preconceito seria constituído pela rejeição à proximidade e pela expressão de emoções em relação às prostitutas. Assim, o posicionamento preconceituoso estaria ancorado nas representações sociais da prostituição. Essas representações, por sua vez, estariam ancoradas na pertença social dos estudantes. Estas direções descritas no modelo são fundamentadas nas tentativas de articulação teórica que temos desenvolvido em outras investigações (Pereira & Soares, 2003; Pereira & cols., 2003). Os princípios psicossociais subjacentes aqui revelam que os preconceitos que as pessoas expressam em relação aos grupos sociais minoritários são socialmente construídos nas pertenças concretas delas em grupos ou categoriais sociais (Camino, 1996). Além disso, ao situar o estudo das representações sociais no quadro das relações entre grupos e associá-las às identidades sociais estamos concordando com Vala (1996), quando ele estabelece que o estudo dessas representações deve reenviar o sujeito para “as pertenças sociais que ele próprio cria e para as atividades de comunicação daí decorrentes” (p. 145).

Figura 1. Resultados do Teste do Modelo das Relações entre Tipo de Religião, Representações Sociais e Preconceito contra Prostitutas



Nota. Os números apresentados são coeficientes *paths* padronizados. D1-D4 = Erros de estimação dos construtos. E01 – E7 = Erros de estimação das variáveis observáveis. \*  $p < 0,05$ .

Neste contexto, testamos através de equações sociais (Bentler, 1988; Ullman, 1996) o modelo elaborado para a relação entre pertença religiosa, representações sociais e preconceito contra prostitutas (Figura 1). Os resultados mostram que o modelo teórico elaborado é adequado para explicar os dados observados [ $\chi^2(13, N = 371) = 29.029$ ;  $\chi^2/gl = 2.23$ ; CFI = .98, IFI = .94, GFI = .94, RMR = .05]. Como podem ser constatadas, as representações sociais da prostituição estão fortemente ancoradas no tipo de religião dos estudantes ( $\gamma = .86$ ). Essas representações são responsáveis pela oposição entre explicações ético-religiosas ( $\gamma = -.80$ ) e contextuais ( $\gamma = 1.00$ ). A direção da ancoragem é a de que os estudantes católicos adotam representações mais contextuais em oposição às ético-religiosas. Os evangélicos, ao contrário, adotam representações ético-religiosas e se opõem às contextuais. Esses dois padrões de representações ancoram de forma oposta o preconceito contra as prostitutas. Quanto mais os estudantes adotam representações ético-religiosas, maiores são os níveis de preconceito contra as prostitutas ( $\gamma = .28$ ). Em contraposição, a adoção de explicações contextuais reduz os níveis de preconceito ( $\gamma = -.33$ ). O preconceito, por sua vez, é expresso num construto psicossocial que prediz a rejeição a relações de proximidade ( $\lambda = .89$ ), a expressão de emoções negativas ( $\lambda = .41$ ) e a negação de emoções positivas ( $\lambda = -.30$ ) em relação às prostitutas.

## Considerações Finais

Apresentamos neste capítulo os resultados de uma investigação que testa a hipótese de que o preconceito de estudantes de teologia em relação às prostitutas é mediado pelas representações que eles constroem sobre a prostituição. Especificamente, mostramos que o preconceito contra as prostitutas está organizado em torno de três dimensões: rejeição a relações de proximidade; emoções negativas; emoções positivas. Situamos a análise dessas dimensões no quadro das novas teorias sobre o preconceito. Neste sentido, constatamos a existência de preconceito generalizado em relação às prostitutas, o que parece contrariar os princípios básicos das teorias sobre as novas formas de expressão do preconceito (Dovidio & cols., 1989; Pettigrew & Meertens, 1995). Segundo essas teorias, as sociedades ocidentais criaram normas, baseadas nas Declarações dos Direitos Humanos, que coíbem a discriminação explícita de grupos minoritários (Vala & cols., 1998). Nossos resultados mostram que essa norma, relativamente às prostitutas, não tem sido seguida pelos estudantes de teologia. Ao contrário, eles parecem orientar seus posicionamentos com base em outro código normativo: A Palavra de Deus. De fato, como descrevemos, a Bíblia, que é o conjunto de livros básicos que orienta os estudos teológicos,

condena claramente a prostituição. Embora essa condenação se refira ao fato dos “pecadores” não alcançarem o “Reino de Deus”, ela parece estar sendo antecipada por aqueles que provavelmente serão responsáveis por transmitir a Palavra de Deus aos leigos: a condenação prometida na Palavra é concretizada na rejeição ao contato e nos sentimentos de aversão às pessoas que violam “o código religioso de conduta moral”. É fundamentalmente contra ao que chamamos de “condenação antecipada” que aumentam as vozes dos grupos que lutam pela ampliação dos direitos das minorias sexuais. De fato, a lógica que a Igreja utiliza para antecipar a condenação das prostitutas pode ser invocada pela população leiga para fundamentar práticas agressivas e discriminatórias não apenas contra as prostitutas, mas também contra outras minorias sexuais.

Mesmo generalizado, o preconceito contra as prostitutas apresenta um certo grau de variabilidade. Os estudantes dos seminários evangélicos apresentam níveis mais elevados de preconceito. De fato, seus posicionamentos são mais polarizados. Eles expressam maior rejeição a relações de proximidade e sentem mais emoções negativas e menos positivas. Analisamos as diferenças entre católicos e evangélicos ao testarmos a hipótese de que a variabilidade entre eles seria derivada de representações sociais distintas sobre a natureza da prostituição. Neste sentido, aplicando a metodologia proposta por Doise e cols. (1993) para a análise das representações sociais, verificamos a existência de cinco princípios organizadores subjacentes às explicações que os estudantes atribuem à prostituição: sócio-econômicas; religiosas; ético-morais; psicossociais; psicológicas. Essas atribuições, também constatadas nas representações sociais da homossexualidade (Lacerda & cols., 2002), relacionam-se claramente com as explicações no âmbito da ciência e da religião sobre a natureza da prostituição. A presença de representações organizadas com base nessas explicações reflete a característica das representações sociais de transformar saber científico ou filosófico em teorias de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1991).

Finalmente, mostramos que a variabilidade no preconceito está ancorada nas representações sociais sobre a prostituição. Especificamente, os resultados das equações estruturais mostraram que quanto maior a adesão às representações ético-religiosas e menor a concordância com as explicações contextuais (sócio-econômicas e psicossociais) maior é a rejeição a relações de proximidade e a expressão de emoções negativas e menor é a expressão de emoções positivas. Neste caso, os estudantes evangélicos apresentam posicionamentos mais preconceituosos porque construíram representações sociais mais ético-religiosas e se opuseram às representações contextuais.

Esses resultados confirmam a nossa hipótese de que são as pertencças sociais concretas que constroem representações sobre a natureza dos grupos sociais. São

fundamentalmente essas representações que estão na base dos processos discriminatórios contra grupos minoritários (Lacerda & cols., 2002; Pereira & cols., 2003). Contudo, os resultados não permitem-nos apresentar qualquer explicação empiricamente testável sobre os fatores que levam os estudantes evangélicos, relativamente aos católicos, representarem a prostituição mais a partir de explicações ético-religiosas do que de psicossociais ou sócio-econômicas. Isto indica que outras variáveis podem estar envolvidas nesse processo, tais como o grau de identificação com as religiões, diferentes interpretações da Bíblia e fundamentalismo religioso. Contudo, nossa suposição é a de que, subjacente aos posicionamentos de católicos e evangélicos frente aos temas religiosos, existe uma relação intergrupala que os opõe na arena onde são travadas as lutas ideológicas pelo poder. Essa luta se refere às possibilidades de influência de cada religião no cenário político-social, seja através do aumento na filiação de fiéis às congregações, seja através de sua influência no Estado de Direito. No Brasil, embora as religiões evangélicas sejam as que mais se expandiram nas últimas décadas, ela ainda é minoritária comparativamente à católica. Essa relação assimétrica reenvia nossa análise para a articulação psicossocial entre as teorias da identidade social (Tajfel, 1982), representações sociais (Moscovici, 1978) e minorias ativas (Moscovici & Faechoux, 1972), como propuseram Camino (1996) e Vala (1996).

Especificamente, é provável que os posicionamentos mais polarizados, e provavelmente mais consistentes, dos estudantes evangélicos sejam característicos dos processos psicossociais subjacentes à influência social, nomeadamente de consistência relativa a um ponto de referência básico, tal como aquele descrito por Moscovici e Faechoux (1972) na teoria das minorias ativas. Neste caso, a consistência estaria em torno das “Escrituras Sagradas”. De fato, é comum, no discurso evangélico, afirmações de que os católicos não seguem a Palavra de Deus, fundamentalmente no que se refere ao primeiro mandamento da lei mosaica: “Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura, nem alguma semelhança do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás a elas, nem as servirás...” (Ex. 20:3,4,5). Neste caso, o que marca a diferença essencial entre essas duas religiões é, no discurso evangélico, a percepção de que os católicos não seguem os fundamentos básicos da Bíblia. Embora essa hipótese possa apresentar algum grau de consistência, não há como testá-la. Apenas investigações mais específicas sobre esse problema poderão elucidar as diferenças entre os membros dessas duas religiões em relação às representações sobre a natureza da prostituição.

Mesmo assim, o estudo que apresentamos descreve a primeira tentativa explícita de abertura da “caixa preta” que é o papel das religiões na construção dos

Direitos Humanos. Ao nível teórico, tentamos compreender esse papel através da intersecção entre pertenças e representações sociais, tal como sugerido por Moscovici (1978) ao utilizar o conceito de representações para analisar como diferentes sistemas de comunicação ajudaram os grupos sociais a transformar em teorias de senso comum um saber construído “cientificamente”. A análise desse processo é central na compreensão da natureza das representações sociais, processo analisado empiricamente no estudo que apresentamos.

## Notas

<sup>1</sup> Dn. 23:18; Ez. 16:20,26,34; 23:27,29; 43:9; Is. 57:30; Jr. 3:6,8,9; 13:27; Mq. 1:7; Naum. 3:4; Os. 1:2; 4:12; 4:18; 5:4; 6:10; 9:1; II Rs. 13:7

<sup>2</sup> Ap. 2:14,20,21; 9:21; 14:18; 17:14; 18:3; 19:2; Cl. 3:5; II Co. 12:21; II Gl. 5:19; Jd. 1:7; Mc. 7:21; Mt. 15:19; I Ts. 4:3

<sup>3</sup> Nessa Resolução, o CFP considera que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio, nem perversão e estabelece que os psicólogos não colaborarão com propostas de tratamento e de cura da homossexualidade.

## Referências

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.

Bentler, P. M. (1988). Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, 107, 238-246.

Billig, M. (1988). Social representation, objectivation and anchoring: A rhetorical analysis. *Social behavior*, 3, 1-16.

Bullough, V. L. (1974). Homosexuality and the medical model. *Journal of Homosexuality*, 1, 99-110.

Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo. *Manuscrito não publicado*.

Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.

Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 39-63). Brasília: CFP.



- Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relations of power between groups. Em H. Tajfel (Org.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University.
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.
- Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelles: De Boeck.
- Doise, W. (1986). Les représentations sociales: Définition d'un concept. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.). *L'étude des représentations sociales* (pp. 82-95). Paris: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). New York: Springer-Verlag.
- Farr, R. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Fazio, R. H. & Hilden, L. E. (2001). Emotional reactions to a seemingly prejudiced response: The role of automatically activated racial attitudes and motivation to control prejudiced reactions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, (5), 538-549.
- Flowers, R.B. (1990). *The adolescent criminal: An examination of today's juvenile offender*. Jefferson, NC: McFarland & Company.
- Flowers, R.B. (1998). *The prostitution of women and girls*. Jefferson, NC: McFarland & Company.
- Gomes, R., Minayo, C. S. & Fontoura, H. A. (1999). A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. *Revista de Saúde Pública*, 33, 171-179.
- Greenberg, D. F. & Bystry, M. (1982). Christian intolerance of homosexuality. *American Journal of Sociology*, 88, 515-548.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Hovland, C. I. & Sears, R. R. (1940). Minor studies in aggression VI: Correlation of lynching with economic indices. *Journal of Personality*, 9, 301-310.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Jost, J. T. & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.

- Jost, J. T. & Kramer, R. M. (2002). The system Justification motive in intergroup relations. Em: D. M. Mackie & E. R. Smith (Org.). *From prejudice to intergroup emotions: Differentiated reactions to social groups*. (pp.227-245). Nova York: Psychology Press.
- Jost, T. J. & Major, B. (2001). Emerging perspectives on the psychology of legitimacy. Em: T. J. Jost & B. Major (Orgs.). *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 3-30). New York: Cambridge University Press.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*, 165-178.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). Basic concepts and approaches in social cognitions. Em M. Hewstone, W. Stroebe & G. M. Sterphenson (Orgs.), *Introduction to social psychology: A european perspective* (pp. 109-134). Oxford: Blackwell.
- Leyens, J. P., Paladino, M. P., Rodriguez, R. T., Vaes, J., Demoulin, S. Rodriguez, A. P. & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The role of secondary emotions. *Personality and Social Psychology Review, 4*, 186-197.
- Leyens, J. P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M. P., Vaes, J. & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology, 31*, 395-411.
- Malafaia, S. (2003). *O cristão e a sexualidade*. Rio de Janeiro: Central Gospel.
- Markus, H. & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. Em G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.), *The handbook of social psychology* (Vol. 1, pp. 137-230). New York: Random House.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del prejuicio*. Madrid: Síntesis.
- Mazzeiro, J. B. (1998). Sexualidade criminalizada: Prostituição, lenocídio e outros delitos – São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História, 18*, 247-285.
- Moscovici, S. & Faucheux, C. (1972). Social influence, conformity bias and the study of active minorities. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 6, pp. 150-202). New York: Academic Press.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1991). De la ciencia al sentido comum. Em S. Moscovici (Org.), *Psicologia social* (Vol. 2, pp. 679-710). Barcelona: Paidós.
- Moscovici, S. & Péres, J. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: O caso dos ciganos. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Myers, D. G. (2000). *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: LTC.
- O'Neill, M. (1995). Prostitution and violence: towards a feminist praxis. Em: J.

- Radford, M. Hester & L. Kelly (Orgs.). *Women, violence and male power: feminist activism, research and practice* (pp. 130-147). Oxford: Open University Press.
- O'Neill, M. (1997). Prostitute women now. Em: G. Scamber & A Scamber (Orgs.), *Rethinking prostitution: Pruchasing sex in the 1990s*. (pp. 3-28). New York: Routledge.
- Overall, C. (1992). What´s wrong with prostitution? Evaluating sex work. *Signs*, 17, 705-724.
- Pereira, C. & Soares, A. (2003). Reflexões acerca da perspectiva das representações sociais. *Estudos*, 30 (1), 61-84.
- Pereira, C., Torres, A. R. R. & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 95-107.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Piazza, V. O. (1977). *Religiões da Humanidade*. São Paulo: Edições Loyola.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.
- Potterat, J. J., Rothenberg, R. B., Muth, S. Q., Darrow, W. W. & Phillips-Plummer, L. (1998). Pathways to prostitution: The chronology of sexual and drug, abuse milestone. *The journal of sex research*, 35, 333-340.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Simon, C. P., Silva, R. C. & Paiva, V. (2002). Prostituição juvenil feminina e a prevenção da AIDS em Ribeirão Preto, SP. *Revista de Saúde Pública*, 36, 82-87.
- Spencer, C. (1999). *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record.
- Sproul, R. C. (1999). Introdução à Bíblia de estudo de Genebra. Em C. R. Sproul (Org.), *Bíblia de estudo de Genebra* (p.11). São Paulo: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. Em S. Moscovici (Org.), *Introduction à la psychologie sociale* (Vol. 1, pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social group* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Turner, J. (1985). Social categorization and the self-concept: a social cognitive theory of group behaviour. Em: E.J. Lawler (Org.). *Advances in group process theory and research* (Vol.2). Greenwich: J.A.I. Press.
- Ullman, J. B. (1996). Structural equation modeling. Em B. G. Tabachnick, & L. S. Fidell (Orgs), *Using multivariate statistics* (pp. 709- 811). New York: Harper e Row.

Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), *O conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social* (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária.

Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.

## AS BASES NORMATIVAS DO SEXISMO AMBIVALENTE: A SUTILEZA DO PRECONCEITO FRENTE AS MULHERES À LUZ DOS VALORES HUMANOS BÁSICOS<sup>1</sup>

*Nilton S. Formiga<sup>2</sup>*

### Introdução

O fenômeno do preconceito tem sido de grande interesse para a Psicologia Social. Inúmeras são as pesquisas e teorias que vêm apontando respostas frente a um problema que não é tão novo, muito menos, parece que se extinguirá na dinâmica das relações interpessoais (Brown, 1993). Isto porque se percebe que as pessoas já não são tão estáticas e que todo seu processo de *construção da social da realidade social* flutua, justamente, na interação indivíduo-sociedade, vindo a criticar a perspectiva individualista, psicológica e coletivista, sociológica (Berger & Luckman, 1987; Doise, 1981; Moscovici, 1985; Tajfel, 1981) quanto a explicação desse problema. Tal fato, alerta para uma possibilidade de maior compreensão do preconceito: a explicação psicossocial. Isto é, atentar-se, segundo Camino (1996; 24; ver Moscovici, 1985) a natureza dialética dos processos de influência social. Para este autor, todo fenômeno social ocorre num efeito de mão dupla, isto é, tanto aspectos psicológicos quanto sociológicos se dão simultaneamente, desta forma, o sujeito não se separa do social, ele é um ator social e dinâmico.

De fato, o ser humano se movimenta numa espécie de *dança* intergrupala, na qual, sociedade e indivíduo estão intrinsecamente envolvidos (Elias, 1994; Tajfel, 1983). Não é possível pensar a tríade *indivíduo-fenômeno-sociedade*, ocorrendo no vazio

(Camino, 1996; Moscovici, 1985; Torres, Gomes, Techio & Camino, 1997), mas permeando uma interdependência social, onde cooperação, individualismo e competição estão inseridos na manutenção tanto do significado quanto da prática do comportamento e atitude discriminatória, bem como, a possibilidade para mudança social, na concepção de Tajfel (1981) uma mudança nas relações entre grupos sociais.

Dessa maneira, diversas explicações podem ser dadas a respeito desse fenômeno: das perspectivas psicanalíticas, sociológicas, fenomenológicas, sócio-cognitivas as psicossociais (Amâncio, 1994; Fiske, 1989; Fonseca, 2000; Klinenberg, 1974; Moscovici, 1981; Rodrigues, 2001). Cada uma delas, a seu modo promove grandes contribuições para a compreensão de construtos individualistas e dinâmicos em relação à formação e estabilidade das atitudes preconceituosas. Porém, sabendo desses enfoques teóricos, bem como da investida de cientistas e políticos brasileiros frente a desigualdade social, principalmente, em relação as atuais formas de discriminação (Santos, 1998; Monte, 2001; Moya & Expósito, 2001), assim como, na criação de um programa nacional dos direitos humanos, parece que o fenômeno em destaque não tem mostrado uma diminuição quanto à sua manifestação na sociedade, mas, ao contrário, se apresentando numa nova versão: mais sutil, disfarçado, camuflado, etc. (Pettigrew & Meertens, 1995; Torres, 1998; Swim, Aikin, Hall & Hunter, 1995; Tougas, Brown, Beaton & Joly, 1995).

De acordo com Pérez (1996), é possível que as novas formas do preconceito seja institucionalizada a partir da criação dos programas anti-racismo ou contra a discriminação (ver Moya & Expósito, 2001). Na concepção de Perez o programa apresentado na carta da ONU sobre direitos humanos em 1948 expressa que “os cidadãos manteriam uns estereótipos e preconceitos que orientariam suas ações numa direção, enquanto que a difusão da carta trata de normatizar condutas numa direção oposta, mostrando assim, um conformismo entre eles mesmos, o que levaria a uma elaboração de um novo racismo” (p 84-85), tornando sua veiculação, no cotidiano, na maioria das vezes, encoberto, ocorrendo a mitificação da coexistência e aceitação das diferenças (Ferreira, 2002).

Com isso, salienta-se uma dicotomia quanto a não concordância na expressão aberta do preconceito, fazendo com que as pessoas mantenham-no de forma discreta e indireta, aludindo a desejabilidade social (Torres, 1998) às atitudes preconceituosas, assumindo características modernas quanto a manifestação camuflada desse fenômeno (Monte, 2001; Pérez, 1996; Formiga, Gouveia & Santos, 2002), a qual vai cobrindo aos poucos as minorias discriminadas (mulheres, negros, homossexuais, etc.), levando para além dos gritos agonizantes o eco silenciosamente sócio-monástico de quem é considerado diferente da maioria socialmente aceita.

A partir dessas considerações, e podendo relacionar ao preconceito feminino, não há qualquer diferença quanto a essas formas ‘politicamente corretas’ de discriminação.

minação frente ao negro, homossexual, prostitutas, estrangeiros, etc., pelo contrário, preconceito é preconceito em qualquer lugar e independente do grupo social minoritário a que pertença (Formiga, Yepes & Alves, 2004). Assim, tais categorizações grupais distinguem-se apenas na atribuição de um rótulo social, mas, as práticas discriminatórias são bem semelhantes, não assumindo uma forma direta no que diz respeito à diferenciação, mas constituindo novas formas desse fenômeno (Tougas, Brown, Beaton & Joly, 1995). Sendo assim, tal fenômeno poderá ser compreendido a partir de um esquema lógico e hierárquico no que se refere a sua formação: estereótipos, preconceito e racismo (Leyens & Yzerbyt, 1999; Myers, 2000 Rodrigues, 2001). De forma bem simples, os estereótipos através das convicções negativas sustentam o preconceito, que por sua vez, apresenta um prejulgamento negativo a um grupo ou aos seus membros individualmente, embasando o racismo e o sexismo, os quais se manifestam pelas atitudes preconceituosas ou práticas institucionais opressivas ou até de extrema valorização, justificando-as cientificamente os porquês da separação e diferença étnica, sexual, de gênero, etc., vindo assumir a cordialidade, justificada ainda assim pela ciência, “sábia” e “justa” (Amâncio, 1994; Landes, 1998; Schienbinger, 2001; Schwarcz, 2001).

O tema da discriminação da mulher permite muitas especulações em âmbitos diversos das Ciências Humanas e Sociais (ver Aguiar, 1997). Causas e conseqüências podem ser hipotetizadas e defendidas, porém não se conhecerá sua verdadeira extensão se não se consideram diretamente os agentes que o fomentam: homens e mulheres da sociedade civil. Suas opiniões, atitudes e pensamentos sobre o papel da mulher em diferentes facetas da sociedade são cruciais no momento de compreender formas e conteúdos desse fenômeno (Formiga, Gouveia & Santos, 2002).

Independente das perspectivas teóricas que venham a ser tomadas se reconhece que a sociedade está impregnada de ideologias que guiam e justificam as condutas do indivíduo, fazendo com que sejam “comuns” e sirvam como base para que homens e mulheres adotem esquemas psicológicos e ideológicos que refletem comportamentos a respeito da formação discriminatória de papéis sexuais (Paéz, Torres & Echebarría, 1990), principalmente, em relação a estabilidade sutil dessas práticas. Por exemplo, na Constituição Brasileira de 1988 (Siano, 2000), especificamente no que se refere aos *Direitos e Deveres Individuais e Coletivos*, figura como Artigo 5 do Parágrafo 1º que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Moraes (1998) especifica claramente essa parte da constituição; comenta que os desníveis da desigualdade entre os gêneros são proibidos, sendo enfatizado na lei uma plena igualdade. Não obstante, essa pretendida igualdade é apenas parcialmente comprovada na realidade cotidiana, podendo citar que, exercendo a mesma função e tendo o mesmo grau de escolaridade, a mulher segue recebendo menores salários que os homens (Fundação Carlos Chagas, 1998).

Apesar das inúmeras explicações científicas que tratam da discriminação feminina no mundo, uma das preocupações principais é quanto à predição desses comportamentos na sociedade. Uma das vertentes teóricas que tem trazido grandes frutos quanto à explicação funcional dos fenômenos sociais são os valores humanos. Esse construto tem sido considerado de grande importância na predição dos comportamentos das pessoas, pois são capazes de orientar tanto as escolhas, as atitudes humanas quanto a avaliação dos comportamentos e das situações sociais, hierarquizando-as a partir da importância relativa dada pelo indivíduo (Rokeach, 1979; Rokeach, 1973; Schwartz & Bilsky, 1987).

Ademais, vai além das contradições conceituais e de mensuração (Gouveia, 1998; Feather, 1992; Martinez, 1984), prima-se pela diferenciação entre o que é importante e secundário para o indivíduo, pois os valores revelam tanto a relação com o comportamento e as opções de vida dos indivíduos quanto a preferência no que diz respeito ao que tem ou não valor (Tamayo, 1988). Além do mais, concebe-se que os valores humanos, como atributos universais, são reconhecidos em todas as pessoas, independentemente da sua cultura de pertença. Assim, quando se fala que uma pessoa tem valores, salienta-se uma *crença duradoura*, isto é, uma maneira de se comportar ou um estado final de existência da mesma; sendo preferidos, tanto no âmbito pessoal quanto social (Gusmão, Ribeiro, Gouveia, Júnior & Queiroga, 2001).

Compreender tais concepções é considerar os valores estruturados no sistema psicológico, dando coerência à ação humana (Rokeach, 1973), o que metaforicamente, podem ser, os valores humanos, tratado como um *termômetro* social, capaz de indicar o estado febril da sociedade, a partir das relações sociais, evitando assim certas convulsões (Formiga, Queiroga, & Gouveia, 2001). Vale destacar que os valores são derivados das experiências culturais e sociais, pois alguns vão sendo incorporados ao longo da socialização enquanto que outros são adquiridos sob condições específicas, principalmente em episódios ou experiências relevantes na vida da pessoa, correspondendo aos ideais normativos dos grupos sociais, entendidos, segundo Molpeceres, Llinares e Musitu (2000), como concepções que são partilhadas a partir da desejabilidade dos indivíduos, podendo gerar ou se manter quando satisfeito o interesse. Com isso, é possível pensar os valores como uma dos grandes contribuintes na explicação da manifestação do preconceito (Martínez, 1996; Savig & Schwartz, 1998; Formiga, Gouveia & Santos, 2002; Gouveia, França, Gusmão, Chaves & Andrade, 2003).

Sabe-se da existência de uma diversidade de modelos teóricos sobre valores humanos (Bearden, Netemeyer & Mobley, 1993). Uma tipologia alternativa tem sido proposta a partir da consideração da relação existente entre os valores e as necessidades humanas (Inglehart, 1991; Rokeach, 1973; Schwartz, 1992) a qual será tratada neste trabalho. Sendo esta, uma extensão das teorias sobre valores en-



contradas nos estudos em psicologia social, eles são considerados como *categorias de orientação que são desejáveis, baseadas nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las, sendo adotadas por atores sociais. Tais valores apresentam diferentes magnitudes e seus elementos constitutivos podem variar a partir do contexto social ou cultural em que a pessoa está inserida* (Gouveia, 1998; p. 293).

O modelo dos valores humanos proposto busca identificar os valores, supondo um conjunto, potencial, representando as necessidades consensualmente universais (Ronen, 1994), que devem ser reconhecidos pelas pessoas independente da cultura em que estão inseridos. Sabendo-se que alguns deles podem ser menos adotados que outros, a partir das funções valorativas psicossociais assumidas pelos indivíduos o que permite formular hipóteses de âmbito mais generalizado, aumentando o poder preditivo do modelo frente aos fenômenos sociais.

Assim exposto, é possível pensar na curta relação entre valores e preconceito; parece ser que os valores de fato pode ser um bom construto quanto a explicação e compreensão da manutenção do fenômeno do preconceito, já que as pessoas não se orientam socialmente no vazio, mas a partir de suas prioridades valorativas (Formiga, Santos, Gouveia & Jesus, 2000). Segundo Rokeach (1973), os valores têm se apresentado de fundamental necessidade na explicação dos comportamentos das pessoas, pois estes são capazes de orientar tanto as escolhas quanto as atitudes humanas (ver também Rokeach, 1979; Williams, 1979).

## **As Novas Formas da Discriminação Feminina**

A discriminação feminina tem atingindo os mais diversos campos da sociedade mundial: a educação, o trabalho e a política têm sido observados como fortes pontos da manutenção discreta do preconceito. A partir desses campos de atuação profissional e social vêm pretendendo compreender a forma de organização, de luta igualitária, quanto aos direitos humanos, integrando as estruturas monolíticas do capitalismo e o patriarcado a uma nova visão desenvolvimentista e histórica que discute a dominação do gênero e sua interrelação com as classes, a etnicidade, a sexualidade, a política e a cultura (Fukuyama, 2000; Pringle, 1997; Crenshaw, 2002), bem como, a contribuição direcionada a refletir a construção do gênero como prática “imposta” socialmente e fazendo crer na debilidade e inferioridade das mulheres quando comparadas com os homens.

Com isso, o gênero evidencia uma relação de poder distribuída sem simetria na sociedade. Tal diferenciação ou presumível hierarquia, seja questões sociais ou psicológicas, não pode ser considerada isoladamente do contexto em que é fomentada (Ferreira, 1995; Souza & Ferreira, 1997), pois, existe um amplo conjunto de

teorias e práticas que, ligadas ao contexto cultural, facilitam a compreensão das semelhanças e diferenças entre os gêneros (Borelli, 1998; Eagleton, 1998). Contudo, pretende-se uma aproximação às pesquisas que compreendem o *sexismo* como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo (Expósito, Moya & Glick, 1996; Glick & Fiske, 1996; Myers, 1999).

Nesse sentido, Glick e Fiske (1996) destacam a vigência de novas formas de sexismo, entendidas como ambivalentes por não serem tão diretas e claras como as posturas mais tradicionais de discriminação, geralmente baseadas na assumida inferioridade ou diferença das mulheres como um grupo. Não se trata apenas da definição tradicional de preconceito como antipatia ou hostilidade em direção a membros de certos grupos sociais, refletido na obra de Allport (1954), o que impede apreender a verdadeira essência do sexismo (Mladinic, Saiz, Díaz, Ortega & Oyarce, 1998), diferenciado de outras formas de intolerância social (por exemplo, racial, religiosa, econômica). O preconceito em relação a mulher não é uniformemente negativo e derivando dessa perspectiva surge a noção de uma manifestação preconceituosa ambivalente.

O sexismo ambivalente apresenta duas formas principais: *hostil e benévolo*, que estariam interligadas pelos mesmos três subcomponentes, a saber (Glick & Fiske, 1996; Mladinic & cols., 1998):

» **Paternalismo.** refere-se ao relacionamento que se estabelece com a mulher no mesmo sentido que um pai se relaciona com o seu filho, podendo ter um matiz tanto de domínio (*paternalismo dominante*) como de afeto e proteção (*paternalismo protetor*). O primeiro tipo corresponde ao sexismo hostil, caracterizando a mulher como uma pessoa geralmente incapaz e que, portanto, necessita de uma figura masculina superior. O segundo cobre a expressão do sexismo benévolo, assumindo que a mulher é um ser débil que necessita ser protegido e mantido pelo homem.

» **Diferenciação de Gênero.** No sexismo hostil esta diferenciação se apresenta como competitiva, percebendo-se o homem como exclusivo possuidor de traços e habilidades que são necessários para dirigir as instituições sociais mais importantes. No caso do sexismo benévolo, tem lugar uma diferenciação complementar, na qual são identificados atributos positivos na mulher mas que são complementares aos que possuem os homens.

» **Heterossexualidade.** Destaca-se por um lado que a mulher usa seu atrativo e poder sexual para dominar o homem, cuja motivação sexual deste está associada a um desejo de intimidade com a mulher (sexismo hostil). Por

outro lado, reconhece-se que tanto o homem quanto a mulher não podem ser completamente felizes em suas vidas se carecem um do outro. A crença neste caso, válida principalmente para a mulher, é que sem um companheiro a pessoa deve ser digna de companhia e ajuda (sexismo benévolo).

O sexismo hostil é uma expressão mais flagrante de preconceito em relação às mulheres, aproximando-se da definição clássica deste atributo psicossocial (Allport, 1954), que tem sido extensamente tratado (Glick & Fiske, 1996), porém não permite compreender totalmente a direção que toma o sexismo na sociedade atual. No contexto de presumível igualdade em direitos e deveres entre os gêneros (Siano, 2000), o sexismo benévolo se constitui na forma mais apropriada de justificar concessões e tratamentos diferenciados entre homens e mulheres. Apresenta-se a seguir um resumo das principais idéias que caracterizam estes dois tipos:

» **Sexismo Hostil.** Evidencia crenças e práticas típicas de pessoas que consideram as mulheres inferiores aos homens, refletindo antipatia e intolerância em relação ao seu papel como figura de poder e decisão. Prima-se por uma orientação vertical, com obediência aos padrões morais tradicionais que situam a mulher no lar; sendo mais claro e diretamente discriminatório do que o tipo benévolo, por exemplo: as mulheres tentam ganhar poder controlando os homens; as mulheres exageram os problemas que têm no trabalho; e uma vez que uma mulher consiga que o homem se comprometa com ela, tenta controlá-lo estritamente. Por sua vez, o *Sexismo Benévolo*, refere-se a uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, evidenciando o sentido paternalista que a descreve como pessoa frágil, que necessita atenção, mas que também *pode* complementar o homem. É provavelmente outra faceta dos papéis sexuais instrumental e expressivo, ainda prevalentes para descrever, respectivamente, homens e mulheres na sociedade contemporânea (ver Mladinic & cols., 1998). Os seguintes itens poderiam ajudar a defini-lo: as mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens; todo homem deve ter uma mulher a quem amar; e o homem está incompleto sem a mulher.

Como é possível perceber, mesmo na valorização (aparente) da mulher, correspondente ao sexismo benévolo, é subentendido o seu papel de mãe, responsável por prover o afeto na família, cuidar dos filhos, do esposo, etc. Sua identidade sexual feminina, nessa perspectiva, define-se em termos de sua dependência, fragilidade e sensibilidade. Devem complementar os homens e apoiá-los nas suas realizações; não precisam se expor, romper com sua “natureza feminina” e se aventurar

em um mundo de competições. Este tipo de sexismo reflete atitudes em relação às mulheres que, embora as contemplem de maneira estereotipada e desempenhando papéis restritivos, possuem para o sexista um tom subjetivamente positivo e tendem a estimular comportamentos tipicamente pró-sociais (por exemplo, ajudar as mulheres) ou que promovam a intimidade (por exemplo, revelar às mulheres aspectos pessoais) (Mladinic & cols., 1998).

Resumindo, embora proibido por lei, o sexismo existe de fato, em maior ou menor medida, em todas as partes do mundo, deixando de ser uma forma aberta de discriminação contra a mulher, assumindo contornos sutis. Com isso, leva a crer que não existe nenhuma dúvida quanto a extensão do sexismo na sociedade civil, e que ela, tem se manifestado de outras maneiras, passando despercebidamente nas relações sociais.

## **Os Valores Humanos e o Preconceito**

Como destacado anteriormente, o modelo dos valores humanos estudado aqui visa a identificação dos valores nas relações intergrupais, supondo um conjunto, potencial, representando as necessidades consensualmente universais (Ronen, 1994), sendo assim reconhecidos pelas pessoas, independente da cultura em que estão inseridos. Sabendo-se que alguns deles podem ser menos adotados que outros, a partir das funções valorativas psicossociais assumidas pelos indivíduos, o que permite formular hipóteses de âmbito mais generalizado, aumentando o poder preditivo do modelo frente aos fenômenos sociais.

Desta maneira, parece existir uma relação próxima entre valores e preconceito. Gómez e Huici (1999) realizaram um estudo a respeito do preconceito contra a minoria em relação a violação dos valores da maioria, entre a visão do exogrupo e as diferenças e hierarquia de valores entre grupos. Esses autores apontam ainda que os estudos realizados sobre esse tema dividem-se em três grandes enfoques: (1) teorias do novo racismo que têm como eixo os valores associados às atitudes em relação às minorias étnicas, especificamente em relação aos negros, na qual se associa a avaliação a estes grupos com a percepção de que os membros da minoria violam certos valores de grande importância para os membros da maioria; (2) enfoques que põem ênfase na congruência de crenças ao tratar das relações intergrupais, como é o caso de Rokeach (1973) e (3) enfoques que enfatizam a diferença na hierarquia de valores dos membros que compõem os exogrupos.

Pode-se observar que vários estudos estão relacionando valores e preconceito em relação aos grupos minoritários. Sagiv e Schwartz (1995) realizaram um estudo que considerou os grupos de judeus, árabes, cristãos e muçulmanos, centrando-se em conhecer que tipos de valores poderiam estar relacionados com a prontidão para

o contato social com exogrupos. Neste estudo, considerou-se que a influência dos valores sobre a prontidão para o contato com exogrupos depende, sobretudo, se o indivíduo é um membro de um grupo dominante ou minoritário (ver Tajfel, 1981).

Vera e Martínez (1994), considerando uma amostra de universitários espanhóis, comprovaram em que medida os tipos motivacionais de valores do modelo de Schwartz poderiam explicar o nível de preconceito generalizado em direção a membros de grupos minoritários (ciganos e sul-americanos). Dividindo os sujeitos em dois grupos de alto e baixo preconceito, observaram que o *universalismo* e a *tradição* foram os valores mais preponderantes no momento de classificá-los. Especificamente, os mais preconceituosos deram menos importância ao primeiro e mais ao segundo tipo motivacional. Estes resultados variaram em função do grupo minoritário considerado.

Resultados bastante similares aos apresentados acima foram relatados por Gómez e Huici (1999). Num estudo, também realizado na Espanha, contou com a participação de colegas pré-universitários, com idades compreendidas entre 16 e 18 anos. A amostra foi subdividida em duas, segundo a imagem que os participantes tinham do exogrupo: *positiva* vs. *negativa*; em seguida, comprovou-se claramente que aqueles com uma imagem positiva do exogrupo pontuaram mais no tipo motivacional *universalismo*, como se poderia esperar do modelo de Schwartz (1994).

Em resumo, os estudos realizados na linha do modelo de Schwartz (Sagiv & Schwartz, 1995, 1998; Vera & Martínez, 1994) representam uma importante contribuição na compreensão dos fatores que influenciam nas atitudes preconceituosas e na predisposição ao contato social. Não obstante, apresenta algumas limitações que sugere recorrer a outro modelo teórico. Sua abordagem não apresenta uma proposta clara para diferenciar aqueles que seriam os valores sociais e pessoais, isto poderia ser relevante na compreensão da base normativa da conduta preconceituosa. Não se limitando apenas a na diferenciação dos valores individualista (busca satisfação do indivíduo), coletivista (o foco no grupo) ou misto (contemplam ambos os valores em destaque). Estes construtos não podem ser reduzidos aos valores humanos, nem captura as dimensões específicas das orientações pessoal – prioridade aos próprios benefícios e foco na intra-pessoalidade - e social – orientado e integrado ao grupo, respeito a tradição e cultura - (Gouveia, 1998), vão mais além, apontam para uma relação aos construtos culturais de individualismo e coletivismo. Segundo Gouveia, Andrade, Milfont, Queiroga e Santos (2003) tal transcendência teórica, trata-se de conhecer a tipicidade normativa dos construtos do individualismo e coletivismo, e mais, comprovar a existência da convergência e diferenças individuais e sociais.

Especificamente a respeito do estudo de Sagiv e Schwartz (1995), é necessário assinalar que ele não diferencia claramente os tipos de contato (superficial vs.

íntimo), havendo tão só uma classificação *a posteriori* que contempla menos itens do âmbito superficial quando comparado com o íntimo. O conjunto desses argumentos anima considerar uma tipologia alternativa sobre os valores humanos, e sugere a realização de um estudo empírico para conhecer a relação entre o tipo de contato social e os valores.

Assim considerando, um valor, não diz respeito apenas ao que a pessoa quer para si, expressa igualmente o que a pessoa deveria querer, ou seja, tem um forte componente de deseabilidade social. Esta característica imprime ao valor a condição de que deva ser justificado diante dos outros, quer *lógica* ou *moralmente* (Formiga, Queiroga & Gouveia, 2001). Embora os valores sejam representações das necessidades e das pré-condições para satisfazê-las (ver definição na pág. 06), estes não são isomórficos. Os valores, devido a sua natureza social e cultural, apresentam um número reduzido, embora superior ao de necessidades. Não apenas o que falta às pessoas pode ser considerado como um valor, mas o que é reconhecido como importante à vida de cada pessoa, o que é desejado ou o que as pessoas receiam perder. Portanto, os valores não se pautam exclusivamente por um princípio de escassez, como ocorre com as necessidades, mas estão sujeitos igualmente a um processo de socialização (Inglehart, 1991). Bem como, a partir da hierarquia das necessidades de Maslow (1954 / 1970; Todt, 1982) três suposições fundamentais valem ser destacadas: (1) as necessidades humanas são relativamente universais; (2) elas são neutras ou positivas; e (3) os seres humanos são uma totalidade integrada e organizada.

Além da ênfase dada as necessidades humanas, as quais incluem necessidades fisiológicas, de segurança, de amor, de pertença, necessidade cognitiva, estética, de estima e necessidade de auto-atualização, sugere-se algumas pré-condições para que tais necessidades sejam satisfeitas. Partindo destas considerações, identificaram-se 24 valores básicos, os quais são terminais por natureza; estes expressam princípios-guia, sendo vistos como substantivos (Rohan, 2000; Rokeach, 1973). Servem de categorias transcendentais que guiam as atitudes, as crenças e os comportamentos em situações específicas. Estes 24 valores dão origem a um sistema de valor, apresentando três critérios de orientação, sendo cada um subdividido em seis funções psicossociais, como segue:

**Valores Pessoais.** As pessoas que normalmente assumem estes valores mantêm relações pessoais contratuais, geralmente procurando obter vantagens / lucros. A pessoa prioriza seus próprios interesses e concedem benefícios sem ter em conta uma referência particular (papel ou estado). Para Rokeach (1973) estes valores são vistos como tendo um foco intrapessoal. Em Schwartz (1994) tais valores atendem a interesses individuais. Considerando a sua função psicossocial, estes podem ser divididos

em: (1) *Valores de Experimentação*: descobrir e apreciar estímulos novos, enfrentar situações arriscadas, e procurar satisfação sexual são aspectos centrais destes valores (*emoção, estimulação, prazer e sexual*); e (b) *Valores de Realização*: além da experimentação de novos estímulos, faz parte do universo desejável dos seres o auto-cumprimento, o sentimento de ser importante e poderoso, ser uma pessoa com identidade e espaço próprios (*autodireção, êxito, poder, prestígio e privacidade*).

**Valores Suprapessoais.** A expressão “valores centrais” é usada para indicar o caráter central ou adjacente destes valores; eles figuram entre e são compatíveis com os valores *pessoais* e *sociais*, estes tratados a seguir. Em termos da tipologia de Schwartz (1990, 1994), tais valores servem a interesses mistos (individuais e coletivos). Considerando a sua função psicossocial, os valores centrais podem ser divididos em dois grupos de valores: (1) *Valores de Existência*: interessa garantir a própria existência orgânica (*estabilidade pessoal, sobrevivência e saúde*). A ênfase não está na individualidade pessoal, mas na existência do indivíduo. Assim, valores de existência não são incompatíveis com valores *pessoais* e *sociais*. Eles são importantes para pessoas, principalmente em ambientes de escassez econômica, mas sem colocar em risco a harmonia social; e (2) *Valores Supra-pessoais*. Pessoas que assumem estes valores tentam atingir seus objetivos independentemente do grupo ou condição social. Tais valores descrevem alguém que é maduro, com preocupações menos materiais, não sendo limitados a características descritivas ou específicas para iniciar uma relação ou promover benefícios (*beleza, justiça social, maturidade e sabedoria*). Estes valores enfatizam a importância de todas as pessoas, não exclusivamente dos indivíduos que compõem o *in-group*. Portanto, são compatíveis com valores *pessoais* e *sociais*. Embora Rokeach (1979) use a expressão valores supra-individuais, ele não se refere ao mesmo conteúdo aqui abordado. Espera-se que os tipos motivacionais *segurança e universalismo*, propostos por Schwartz (1992), correlacionem-se com as funções psicossociais *existência e supra-pessoal*, respectivamente.

**Valores Sociais.** As pessoas que assumem estes valores estão direcionadas para estarem com os outros. No estudo de Rokeach (1973), correspondem a valores de foco interpersonal, e em Schwartz (1994) estão incluídos entre os valores relacionados com os interesses coletivos. Tais valores são assumidos por indivíduos que se comportam como alguém que gosta de ser considerado; que deseja ser aceito e integrado no *in-group*, ou que pretendem manter um nível essencial de harmonia entre atores sociais num contexto específico. Considerando sua função psicossocial, estes podem ser divididos em: (1) *Valores Normativos*: enfatizam a vida social, a estabilidade do grupo e o respeito para com os símbolos e padrões culturais que prevaleceram durante anos. A *ordem* é apreciada mais que tudo (*obediência, ordem social, religiosidade e tradição*); e (2) *Valores de Interação*: estes focalizam o destino



comum e a complacência. Especificamente, a pessoa que o assume tem interesse em ser amada e ter uma amizade verdadeira, assim como tende a apreciar uma vida social ativa (*afetividade, apoio social, convivência e honestidade*).

Este modelo tem clara vantagem de partir de uma proposta teórica concreta na identificação dos valores humanos. Não supõe uma lista exaustiva, mas um conjunto de valores que, potencialmente, por representarem necessidades consensualmente universais (Ronen, 1994), devem ser reconhecidos por todas as pessoas independente da cultura. Alguns podem ser menos adotados que outros, e isto precisamente permite definir e diferenciar os diversos sistemas valorativos. Contar com pontuações compostas, referentes às funções valorativas psicossociais, pode ser uma vantagem adicional, embora não exclusiva da presente tipologia (ver Schwartz, 1992). Isto permite formular hipóteses de âmbito mais generalizado, aumentando o poder preditivo do modelo.

## Método

### Amostra

Participaram da pesquisa 200 estudantes universitários de ambos os gêneros, da cidade de João Pessoa – PB, com idade variando de 20 a 56 anos ( $M = 25,10$ ;  $DP = 7,80$ ), sendo a maioria mulheres (85%). Essa amostra é não probabilística, podendo ser definida como intencional, pois foram consideradas as pessoas que, consultadas, dispuseram-se a colaborar respondendo o instrumento apresentado a eles.

Instrumento, procedimento e análise dos dados.

Os participantes responderam um questionário constando de duas partes:

**Questionário de Valores Humanos Básicos (QVB).** Composto de 24 valores, seguidos de itens que os descreve. O sujeito deveria indicar a importância que cada um tem como princípio-guia na sua vida, adotando uma escala de resposta com os seguintes extremos: **1 = Nada Importante** e **7 = Muito Importante**. No final deve dizer qual é o mais e o menos importante de todos os valores, indicando, respectivamente, os pesos **0** e **8**.

**Inventário de Sexismo Ambivalente, ISA.** Composto por 22 itens que avaliam os estereótipos assumidos por cada gênero (masculino e feminino) a respeito de duas dimensões do sexismo: hostil (por exemplo, *As mulheres feministas estão fazendo exigências completamente sem sentido aos homens; A maioria das mulheres não apreciam completamente tudo o que os homens fazem por elas*) e benévolo (por exemplo, *As mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens; Muitas mulheres se caracterizam por uma pureza que poucos homens possuem*). A pessoa, para responder, deve ler cada item e indicar o quanto está de acordo com o conteúdo expresso,



utilizando para tanto uma escala de quatro pontos, com extremos: 1 = *Discordo Totalmente* e 4 = *Concordo Totalmente*.

*Caracterização Sócio-Demográfica.* Solicitou-se sua resposta numa folha separada que foi anexada ao instrumento prévio, informações de caráter sócio-demográfico (por exemplo, idade, sexo, estado civil, etc.).

Definiu-se um procedimento padrão que consistia em aplicar o *ISA* e o *QVB* coletivamente em sala de aula. Um único pesquisador ficou responsável pela coleta dos dados; após conseguir a autorização do professor responsável pela disciplina, ele se apresentava como interessado em conhecer as opiniões e os comportamentos das pessoas no dia a dia, solicitando a colaboração voluntária dos estudantes no sentido de responderem um questionário breve. Foi-lhes dito que não haviam respostas certas ou erradas, e que respondessem individualmente, bem como, assegurava-se o anonimato das suas respostas.

Para a análise dos dados, utilizou-se o pacote estatístico SPSS para WINDOWS, em sua versão 11.0, para tabulação dos dados e realizar as análises estatísticas descritivas, bem como os cálculos referentes à análise de regressão (b).

## Resultados

Com o objetivo em conhecer o poder preditivo dos valores humanos em relação ao sexismo ambivalente, procurou concentrar-se apenas na relação causa e efeito das variáveis; neste caso, o cálculo da análise de regressão demonstra, a partir dos indicadores estatísticos (b), uma relação funcional entre as variáveis analisadas. A análise de regressão possibilita a filtragem e consistência preditiva das variáveis capaz de construir um modelo teórico mais consistente.

Um estudo realizado por Gouveia, Silva e Belo (2003) relacionando valores humanos e sexismo ambivalente, mostrou que o sexismo benévolo correlacionou-se com as funções psicossociais normativa, que enfatiza a vida social, a estabilidade do grupo e o respeito para com os símbolos e padrões culturais que prevaleceram durante anos, interacional o qual focaliza o destino comum e a complacência, diz respeito a pessoa que tem interesse em ser amada e ter uma amizade verdadeira, assim como tende a apreciar uma vida. Já o sexismo hostil não apresentou qualquer relação.

Dessa maneira, tomando como base tais resultados, bem como, por não encontrar no Brasil um estudo que aponte indicadores preditivos em relação ao sexismo, efetuou-se uma análise de regressão, com método *Enter*. Inicialmente, com as funções psicossociais dos valores humanos básicos e depois com os critérios de orientação valorativa. Foram Observados os seguintes resultados: na primeira análise, a qual considerou como preditores do sexismo ambivalente - benévolo e hostil

- as funções psicossociais dos valores humanos (ver tabela 1), a função *normativa*, enfatiza a vida social, a estabilidade do grupo, etc., ( $b = 0,30$ ) e *suprapessoal*, destina-se as pessoas que visam atingir seus objetivos independentemente do grupo ou condição social, descrevem alguém que é maduro, com preocupações menos materiais, ( $b = -0,15$ ) permitiram explicar satisfatoriamente o sexismo benévolo ( $F [6/188] = 1,06, p < 0,001; R_{\text{múltiplo}} = 0,34, R^2_{\text{ajustado}} = 0,09$ ); quanto ao sexismo hostil e ( $F [6/188] = 1,99, p < 0,001; R_{\text{múltiplo}} = 0,25, R^2_{\text{ajustado}} = 0,03$ ) apenas função *realização*, visa o sentimento de ser importante e poderoso, ( $b = 0,15$ ) e *experimental*, diz respeito as pessoas que apreciam estímulos novos, enfrentar situações arriscadas, etc. ( $b = 0,12$ ) foram capazes de predizer essa dimensão dos sexismo.

Tabela 1- Análise de Regressão para o sexismo ambivalente, tendo como predictoras as funções psicossociais dos valores humanos.

<b>Sexismo</b>	<b>Predictoras</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b><math>t</math></b>
<i>Benévolo</i>	Experimentação	0,26	6,93***
	Supra-Pessoal	-0,15	-3,78***
	Normativo	-0,13	-3,19**
	Realização	0,08	2,17*
	Interacional	-0,06	-1,34
	Existência	-0,05	-1,17
<i>Hostil</i>	Experimentação	0,25	6,45***
	Supra-Pessoal	-0,19	-4,49***
	Existência	-0,07	-1,66
	Interacional	-0,06	-1,35
	Normativo	-0,05	-1,17
	Realização	0,04	1,12

Notas: \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,001$ ; Método Enter.

Percebe-se que tanto as funções que visam uma busca da manutenção da tradição quanto a de apreciar estímulos novos e ser uma pessoa com identidade e espaço próprios são fomentadores das atitudes preconceituosas; porém, os valores suprapessoais (os quais descrevem pessoas como maduras, com preocupações menos materiais e não limitando as características descritivas visando a promoção de benefícios) podem inibir as atitudes discriminatórias. Assim, considerando e tendo como parte teórica que, os valores orientam as atitudes e comportamentos humanos, bem como, devido às funções psicossociais fazerem parte dos critérios de orientação valorativa, pessoais, sociais e suprapessoais, optou-se por uma segunda análise.

Seguindo os critérios semelhantes da análise anterior, considerou-se como preditores do sexismo ambivalente - benévolo e hostil – os critérios de orientação

valorativa (ver tabela 2). Em relação ao sexismo benévolo ( $F [3/188] = 6,51, p < 0,001; R^2_{\text{múltiplo}} = 0,31, R^2_{\text{ajustado}} = 0,08$ ), tanto o critério pessoal ( $b = 0,17$ ) quanto social ( $b = 0,25$ ) foram capazes de predizer diretamente a dimensão dos sexismo. Já o suprapessoal ( $b = -0,18$ ) o fez inversamente. No que diz respeito ao sexismo hostil ( $F [3/188] = 3,51, p < 0,001; R^2_{\text{múltiplo}} = 0,23, R^2_{\text{ajustado}} = 0,04$ ), apenas o critério pessoal ( $b = 0,23$ ) predisse diretamente a atitude preconceituosa.

Tabela 2 - Análise Regressão para o sexismo ambivalente, tendo como predictoras os critérios de orientação valorativa.

Sexismo	Predictoras	$\beta$	$t$
Benévolo	Pessoal	0,17	2,15*
	Social	0,25	3,18**
	Suprapessoal	-0,183	-2,21*
Hostil	Pessoal	0,23	2,84**
	Social	0,05	0,67
	Suprapessoal	-0,12	-1,41

Notas: \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$ ; Método Enter.

De acordo com o que foi explicitado antes, o sexismo compreende uma expressão dos valores básicos assumidos pelas pessoas. Também é possível identificar critério valorativo específico que promove os diversos tipos de sexismo, tanto os que revelam comportamentos e atitudes diretas quanto aos que são capazes de mesclar, camuflar etc. o preconceito.

## Discussão dos Dados

A meta do presente trabalho foi avaliar os critérios preditivos dos valores humanos básicos em relação ao sexismo ambivalente – benévolo e hostil. Apesar da amostra utilizada ser limitada, é possível discutir os resultados frente às perspectivas teóricas atuais quanto a sutileza do preconceito a partir dos valores humanos.

De fato, o fenômeno do preconceito na sociedade atual tem sido um dos pontos de maior interesse, tanto em relação aos estudos científicos quanto às reflexões políticas. Assim, estas atitudes não podem permanecer mais da forma que há séculos atrás eram manifestadas, a partir das seguintes considerações: *primeiro*, por considerar, independente da condição racial, de gênero, social e intelectual que se encontre o ser humano, ele é antes de tudo um ser com e de direitos sociais e humanos; *segundo*, que apesar da afirmação manifestar - *o preconceito vem desaparecendo!* - um discurso “justo” e meta das pessoas mais consciente social e cientificamente, as mesmas apresentam uma dificuldade quanto a sua realização concre-

ta, pois tanto as dimensões do saber – sociedade e ciência – quanto aos processos implícitos de exclusão desenvolvidos entre indivíduo-sociedade são, também, fomentadoras da discriminação, principalmente, a feminina (ver Schienbinger, 2001). Segundo Camino (1998; 60), tal fato se deve aos “acontecimentos vivido no interior das sociedades, tanto na maneira de definir as diferenças sociais e culturais quanto ao avanço nas mesmas, ocorrendo não devido a evolução nas definições *em relação ao conceito de ciência humana ou social*<sup>3</sup>, mas sim, da acumulação das informações sobre os grupos e à oposição de visões que se desenvolvem em função das pertencas sociais e ideologias dos diversos grupos investigadores do problema” (ver Gómez & Huice, 2001).

Assim, considerar os valores humanos como preditores dos comportamentos preconceituosos, permite pensar a existência de valores que funcionam como inibidores, e também, fomentadores destes comportamentos, bem como, do limite de uma igualdade entre os grupos sociais vitimados e inquiridores das práticas discriminatórias. Assim, esse fenômeno não se deve apenas aos sujeitos que se movem, psicossocialmente, sob a orientação de valores individualistas, mas também, dos coletivistas (dos que valorizam o próprio grupo e a norma defendida por eles). Tais perspectivas, observadas na tabela 2, explicam os dois sexismos; seguindo esta direção, principalmente no que diz respeito à sutileza do preconceito, na mesma tabela, é possível enfatizar que a ênfase dada aos valores sociais pode prever o sexismo benévolo. Isto é, mesmo que o preconceito tradicional venha a ser destacado e algumas vezes manifestado em sua característica negativa, as modernas formas de preconceito não somente se centram nas orientações valorativas individualistas, mas também, nas sociais. Dessa maneira, esse fenômeno não ocorre apenas entre os grupos e suas características valorativas, mas também, na relação intergrupos e a manutenção de seus valores.

Com isso, parece ser que só poderá intervir nas atitudes preconceituosas e sua mudança de comportamento, se e somente se, considerar os valores que orientem os sujeitos em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo, no qual as preocupações são menos materiais e não se limitam aos seus próprios interesses (ver Formiga, Yépes & Alves, 2004). Na verdade, será possível inibir o desfavorecimento de um grupo quando se favorece outro? Será mesmo que o nosso grupo é melhor do que o do outro, ou até isso é também consequência da construção social da realidade social, a qual é responsável por esse processo discriminatório e os construtos psicossociais explicativos (valores, crenças, atitudes etc.)?

Os resultados apurados comprovaram que o sujeito orientado tanto por um conjunto de valores que mantêm relações pessoais contratuais e individuais, os quais enfatizam os processos da intrapessoalidade (ver Rokeach, 1973; Schwartz,

1994) quanto os que priorizam e enfatizam a vida social, a estabilidade do grupo, os valores sociais, também discriminam. Assim, seja devido as atitudes negativas e diretas ou a partir de uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa, o preconceito bem se mostrando discreto em seu discurso (Formiga, Yepes & Alves, 2004; Leyens & Yzerbyt, 1999), adquirindo novas representações.

Apontam também, em semelhante direção, ao estudo proposto por Lima (2003b; Lima, 2003a) a respeito do preconceito, considerando a avaliação desse fenômeno em relação ao negro. O autor encontrou, em termos da percepção social, que os negros que tem êxito na sociedade são percebidos mais com características dos brancos do que negros. Com isso, é possível refletir os valores normativos correspondente ao indivíduo que busca a estabilidade do grupo e o respeito para com os símbolos e padrões culturais, que não somente rejeita suas origens, como também, insere-se num grupo ideologicamente institucionalizado, seguindo o que imposto pela sociedade, sendo assim fomentador do novo preconceito. Isto é, os negros só conseguiram sucesso por que corresponderam às normas exigidas dos brancos.

Em relação à mulher, tais reflexões são bem semelhantes. A discriminação atende aos objetivos implícitos da sociedade, no que diz respeito à mudança e êxito da mulher ocorrerá, se e somente se, as expectativas propostas pela sociedade ou grupo (Fiúza, 2001) forem seguidas, tangenciam-se as formas abertas desse fenômeno, sendo capaz de filtrar as suas condições mais diretas, fomentando um processo mais fino da discriminação (Camino, Silva & Machado, 2003) e sua construção de normas sociais concordante entre os grupos. Isto é, o sujeito que possui uma visão conservadora de mundo tenderá as atitudes preconceituosas mais consistentes e tradicionais (Fernandes, Sousa, Barreto & Camino, 2003; Vasconcelos, 2001).

Dessa forma, sabendo que a sociedade está impregnada de ideologias capazes de guiarem e justificarem as condutas do indivíduo, fazendo com que estas sejam “comuns” e embasem as práticas para homens e mulheres, vem salientar esquemas psicológicos e ideológicos que refletem comportamentos a respeito da formação discriminatória de papéis sexuais (Paéz, Torres & Echebarría, 1990), principalmente, em relação a sua sutil estabilidade pressuposta entre o gênero, tornando a percepção do preconceito como um fenômeno que acabou ou diminuiu na realidade brasileira. Na prática é bem diferente!

## Notas

<sup>1</sup> Durante a realização do presente estudo o autor contou com a colaboração do grupo de pesquisa Bases Normativas do Comportamento social - UFPB, coordena-

nado pelo Prof. Dr. Valdiney V. Gouveia e com a Bolsa de Produtividade do CNPq, instituição a qual agradece.

<sup>2</sup> O autor é mestre em psicologia social pela universidade Federal da Paraíba. Endereço para correspondência: Prof. Nilton Formiga. Curso de Psicologia. Coordenação de Psicologia. Av.: Teotônio Segurado, 1501 sul, Cep.: 77054-970. Palmas-TO. Brasil. E-mail: [nsformiga@yahoo.com](mailto:nsformiga@yahoo.com), [nsformiga@ulbra-to.br](mailto:nsformiga@ulbra-to.br)

<sup>3</sup> grifo do presente autor.

## Referências

- Aguiar, N. (1997). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Allport, G. W. (1954). *The nature prejudice*. Reading, MA: Adison-Wesley Publishing Company.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Archier, J. (1996). Sex differences. Em A. S. R. Manstead & M. Hewstone (Eds.), *The blackwell encyclopedia of social psychology* (pp. 520-524). Oxford: Blackwell Publishers.
- Bearden, W. O., Netemeyer, R. G. & Mobley, M. E. (1956/1993). Values. Em: *Handbook of marketing scales: Multi-item measures for marketing and consumer behavior research*. (83-132). California: Sage.
- Berger, P. L. & Luckmann. T. (1987). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes. 7ª edição.
- Borelli, A. (1998). Gênero: Desafios e perspectiva. *Revista Unicsul*, 4, 79-84.
- Brown, R. (1990). Relaciones intergrupales. Em: M. Hewstone, W. Stroebe, J. P. Codol y M. Stephenson (Coords.). *Introducción a la psicología social. Una perspectiva europea*. (369-393). Barcelona: Ariel.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem “psicossociológica” no estudo do comportamento político. *Psicologia & sociedade*, 8 (1), 16-42.
- Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 39-63). Brasília: CFP.
- Camino, L.; Silva, P. e Machado, A. O. (2003). Novas formas de preconceito racial: racismo sutil ou mascarado. Em: *III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica*. (p. 236). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].

- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas* 10 (1) 171-188.
- Doise, W. (1981). A mudança social em psicologia. Em: A. Filipe Barroso e cols. (Org.). *Mudança social e psicologia social*. (pp. 41-62). Lisboa: Livros horizontes.
- Eagleton, T. (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elias, N. (1987/1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Expósito, F., Moya, M. C., & Glick, P. (1998). Sexismo ambivalente: Medición y correlatos. *Revista de Psicología Social*, 13, 159-169.
- Feather, N. T. (1992). Values, valences, expectations, and actions. *Journal of Social Issues*, 48, 109-124.
- Fernandes, S.; Sousa, F. A.; Barreto, R. L. e Camino, L. (2003). Sistemas de valores e orientação à dominância social. Em: *III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica*. (p. 258). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].
- Ferreira, M. C. (1995). Questionário Estendido de Atributos Pessoais: Uma medida de traços masculinos e femininos. *Psicologia: Teoria de Pesquisa*, 11, 2, 155-161.
- Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia e sociedade*, 14, (1), 69-86.
- Fiske, S. T. (1989). Examining the Role of Intent: Toward Understanding Its Role in Stereotyping and Prejudice. (pp.253-283). Em: S. J. Uleman & J. A. Bargh (org.). *Unintended Thought*. The Guilford Press: NY.
- Fiúza, A. L. C. (2001). Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. Em: C. Bruschini e C. R. Pinto (Org.). *Tempos e lugares de gênero*, (87-118). São Paulo: FCC.
- Fiúza, A. L. C. (2001). Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. Em: C. Bruschini e C. R. Pinto (Org.). *Tempos e lugares de gênero*, (87-118). São Paulo: FCC.
- Fonseca, T. M. G. (2000). Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in) sustentáveis de ser homem e mulher. (pp. 19-32). Em: M. N. Strey; F. Mattos; G. Fensterseifer e G. Werba (Orgs.). *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Unisinos.
- Formiga, N. S., Queiroga, F. & Gouveia, V. V. Indicadores do bom estudante: Sua explicação a partir dos valores humanos. *Revista Aletheia*, 13, 63-73. 2001
- Formiga, N. S.; Gouveia, V.V. & Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, 7 (1), 105-111.
- Formiga, N. S.; Santos, M. N.; Gouveia, V. V. & Jesus, G. R. (2000). Prioridades valorativas e sexismo ambivalente: Considerações sobre as dimensões hostil e be-

névolo. Em: *XXX reunião da anual da sociedade brasileira de psicologia. Psicologia no Brasil: Diversidades e desafios*. Brasília: DF. 26 a 29 de Outubro. Volume 1, [Resumos].

Formiga, N.S.; Yepes, C. & Alves, I. C. (2004). A ambivalência da discriminação: um estudo em termos das atitudes preconceituosas frente ao negro, mulheres e homossexuais. *IV Jornada de iniciação científica do Ceulp-Ulbra*. (528-530). Palmas-To. 25 a 26 de maio. (no prelo)

Fraisse, G. (1991). Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. Em G. Duby & M. Perrot (Org.), *História das mulheres no Ocidente. Século XIX*. (59-96). Porto, Portugal: Afrontamento.

Fukuyama, F. (2000). *A grande ruptura: A natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco.

Fundação Carlos Chagas (1998). *Banco de dados sobre o trabalho das mulheres*. Home Page: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/rgero/bdtrabfm/> (consultada em 31.08.2000).

Glick, P., & Fiske, S. T. (1998). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-521.

Gómez, A. & Huici, C. (2001). Valores y reducción del prejuicio. Em M. Ros & V.V. Gouveia (Coords.). *Psicología social de los valores humanos: avances teóricos, metodológicos y aplicados*. Madrid: Alianza Editorial.

Gouveia, V.V.; Silva, R. & Belo, R. P. (2003). Sexismo ambivalente e valores humanos. Em: *III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica*. (242-243). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].

Gouveia, V.V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madri, Espanha.

Gouveia, V.V., França, M. L. P., Gusmão, E. E. S., Chaves, S. S. E Andrade, P. R. (2003). Preconceito contra grupos minoritários: Sua relação com os valores humanos. Em: *III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica*. (p. 337). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].

Gouveia, V. V.; Andrade, J. M.; Milfont, T. L.; Queiroga, F. & Santos, W. S. (2003). Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: É suficiente dicotomia pessocial vs. social? *Psicologia: reflexão crítica*, 16 (2), 223-234.

Gusmão, E. E. S., Jesus, G. R., Gouveia, V. V. Júnior, J. N. & Queiroga, F. (2001). Interdependência social e orientações valorativas em adolescentes. *Revista Psico*, 32, 23-37.

Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madri:



Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores.

Klineberg, O. (1974). *Psicología Social*. Fondo de Cultura Económica. México.

Landes, D. S. (1998). *Riqueza e pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus.

Leyens, J-P & Yzerbyt, V. (1999). Relações e conflito entergrupos. Em: *Psicologia social*. (263-293). Lisboa: Edições 70.

Lima, M. E. (2003a). O impacto do igualitarismo e da meritocracia individualista no preconceito automático contra os negros. Em: *III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica*. (p.237). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].

Lima, M. E. (2003b). Cor da pele e sucesso social: efeitos do branqueamento nas novas formas de expressão do racismo. Em: *III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica*. (p.240). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1, [Resumos].

Marodin, M. (1997). As relações entre o homem e a mulher na atualidade. Em: Marlene N. Strey (Org.). *Mulher: Estudos de gênero*. (pp.09-18). São Leopoldo: Unisinos.

Martinez, G. S. (1984). Problemática psicossocial de los valores humanos. *Cátedra de Psicología Social y de Personalidad*, 3, 9-46.

Martinez, M. C. M. (1996). *Análisis Psicosocial del prejuicio*. Madrid: Editora Síntesis.

Maslow, A.H. (1954 / 1970). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row Publishers.

Mladinic, A., Saiz, J. L., Díaz, M., Ortega, A., & Oyarce, P. (1998). Sexismo Ambivalente en estudiantes universitarios chilenos: Teoría, medición y diferencias del género. *Revista de Psicología Social y Personalidad*, 14, 1-14.

Molpeceres, M.; Llinares, L. & Musitu, G. (2001). Internalización de valores sociales y estrategias educativas parentales. Em: M. Ros e V.V. Gouveia (Coords.). *Psicología social de los valores humanos: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados*. (197-218). Madrid: Biblioteca nueva.

Monte, D. F. C. (2001). *Aspectos do preconceito étnico em relação ao negro: Um estudo empírico no setor supermercadista de João Pessoa – PB*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Moraes, A. (1998). *Direito constitucional*, 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas.

Moscovici, S. (1985). Introducción: el campo de la psicología social. Em: S. Moscovici (Org.). *Psicología social I: Influencia y cambio de actitudes, individuos y grupos*. Barcelona: Paidós.

Moya, M. & Expósito, F. (2001). Nuevas formas, viejos intereses: neosexismo en varones españoles. *Psicothema*, 13 (4), 643-649.

- Moya, M. C. (1990). Favoritismo endogrupal y discriminación exogrupal en las percepciones de las características sexo-estereotipadas. Em G. Musitu (Org.), *Procesos psicosociales básicos* (pp. 221-228). Barcelona: PPU.
- Myers, D. G. (1999). Preconceito: O ódio ao próximo (pp.181-206). Em: *Psicologia social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Páez, D., Torres, B., & Echebarria, A. (1990). Esquema de si, representación social y estereotipo sexual. Em G. Musitu (Org.), *Procesos psicosociales básicos* (pp. 229-234). Barcelona: PPU.
- Peréz, J. A.(1996). Nuevas formas de racismo I. Em: J. F. Morales & S. Yubero (Coords.). *Del prejuicio al racismo: Perspectivas psicossociais*. (79-102). Cuenca: Ediciones de la universidad de Castilla-la Mancha.
- Pettigrew, T F. e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European journal of social psychology*, 25, 57-75.
- Pringle, R. (1997). Feminist theory and the world of the social. *Current Sociology*, 45, 75-89.
- Radice, J. (1987). Papéis sexuais no Nordeste do Brasil: Sua desejabilidade e possíveis conseqüências para a auto-realização da mulher. *Revista de Psicologia*, 5, 93-103.
- Rodrigues, A. (2001). Preconceito, estereótipos e discriminação (pp. 147-176). Em: *Psicologia Social*. Vozes: Petrópolis.
- Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 255-277.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1979). Introduction. Em M. Rokeach (Ed.), *Understanding human values: Individual and societal* (pp. 1-11). New York: The Free Press.
- Ronen, S. (1994). An underlying structure of motivational need taxonomies: A cross-cultural confirmation. Em H. C. Triandis, M. D. Dunnette & L. M. Hough (Eds.), *Handbook of industrial and organizational psychology*, vol. 4 (pp. 241-269). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Sagiv, L. & Schwartz, S.H. (1995). Value priorities and readiness for out-group social contact. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 437-448.
- Sagiv, L. & Schwartz, S.H. (1998). Determinants of readiness for out-group social contact: dominance relations and minority group motivations. *International Journal of Psychology*, 33, 313-324.
- Santos, I. A. A. (1998). Discriminação: Uma questão de direitos humanos. Em: D. D. de Oliveira; E. C. Geraldês; R B. Lima e S. A. dos Santos (Orgs.). *A cor do medo*. Brasília: UNB.

- Schwarcz, L. M. (2001). *O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1987). Toward an universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. Em M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, vol. 25 (pp. 1-65). Orlando, FL: Academic Press.
- Schwartz, S.H. (1990). Individualism-collectivism: Critique and proposed refinements. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 21, 139-157.
- Schwartz, S.H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Shienbinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: Edusc.
- Siano, J. A. (2000). *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Rideel.
- Souza, M. A., & Ferreira, M.A.C. (1997). Identidade de gênero masculina em civis e militares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 301-314.
- Swin, J. K., Aikin, K. J., Hall, W. S., & Hunter, B. A. (1995). Sexism and racism: Old-fashioned and modern prejudices. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 199-214.
- Tajfel, H. (1981). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. Em: A. Filipe Barroso e cols. (Org.). *Mudança social e psicologia social*. (pp. 14-24). Lisboa: Livros horizontes.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros horizonte.
- Tamayo, A. (1988). Influência do sexo e da idade sobre o sistema de valores. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 40, 91-104.
- Todt, E. (1982). *La motivación: Problemas, resultados y aplicaciones*. Barcelona: Editorial Herder.
- Torres, A. R.; Gomes, G. O.; Techio, E. M. & Camino, L. (1997). Diferenças entre sociedades individualistas e coletivistas relacionadas com o fenômeno da diferenciação grupal. (175-199). Em: L. Camino, L. Lhullier e S. Sandoval (Orgs.). *Estudos sobre comportamento político*. Florianópolis: Letras contemporâneas.
- Torres, R. R. (1998). La influencia de la inducción afectiva sobre el prejuicio racial. *Revista de psicología social*, 2 (13), 279-289.
- Tougas, F., Brown, R., Beaton, A. N. e Joly, S. (1995). Neosexism: Plus ça change, Plus c'est pareil. *Personality and social psychology behavior*, 21 (8), 842-849.
- Vasconcelos, T. (2001). *Atitudes preconceituosas em relação aos negros: Uma análise a partir das prioridades valorativas*. Monografia não publicada. Departamento de psi-

ciologia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: PB.

Vera, J.J. & Martínez, M. del C. (1994). Preferencias de valores en relación con los prejuicios hacia exogrupos. *Anales de Psicología*, 10, 29-40.

Williams, R. M. (1979). Change and stability in values and value systems: A sociological perspective. Em: M. Rokeach (Org.), *Understanding human values: Individual and societal* (pp. 15-46). New York: Free Press.

## **LAS ACTITUDES PREJUICIOSAS A LA LUZ DE LA ESTRUCTURA DE PERSONALIDAD Y DE LA INSEGURIDAD SOCIO-ECONOMICA PERCIBIDA**

*Alicia Omar*

### **Introduccion**

Desde el trabajo seminal de Allport (1954), un gran cuerpo de literatura científica sugiere que los diferentes tipos de prejuicio (racial, nacional, religioso, sexual) están vinculados entre sí, configurando un factor general de prejuicio. En este sentido, Ray & Lovejoy (1986) señalan que el prejuicio está vinculado a muchos diferentes tipos de actitudes (antireligiosas, antisemíticas y similares) y que, en algunas personas, existe una tendencia general a las opiniones prejuiciosas en contra de todos los grupos extranjeros (etnocentrismo), aún cuando esos grupos sean opuestos unos con otros (por ejemplo, árabes y judíos). Al definir el prejuicio, Brown (1990, p. 8), hace referencia a su carácter pernicioso y omnipresente y considera que las actitudes sesgadas, los sentimientos hostiles y las conductas discriminatorias son facetas de una orientación general prejuiciosa; mientras que Echevarría, Garaigordobil, González & Villarreal (1995, p. 13-17), consideran que el racismo, el sexismo y fenómenos similares, constituyen formas particulares o casos especiales de un fenómeno más general: el prejuicio.

Paralelamente, un importante número de estudios empíricos señalan la existencia de vinculaciones entre las actitudes prejuiciosas y la estructura de personalidad (Grossarth-Maticek; Eysenck & Vetter, 1989; Heaven & Connors, 2001; Heaven & Quintín, 2003; Rigby, 1984). Y entre los cultores de los enfoques

psicobiológicos, se sostiene que, en gran medida, el prejuicio estaría genéticamente determinado y podría tener una raíz biológica, evolutiva, con un fuerte nivel de heredabilidad (Eaves & Eysenck, 1991; Eaves, Eysenck & Martin, 1989). A partir del clásico libro de Adorno (1950), y durante varias décadas, se consideró a la personalidad prejuiciosa como una manifestación de conflictos interpersonales mal resueltos y se la atribuía a sujetos cuyo inconsciente era un conjunto tormentoso de necesidades insatisfechas. Aquellos que presentaban mayor tendencia al autoritarismo, quedaban atrapados en conflictos intergrupales por su escasa capacidad de enfrentarlos y resolverlos, dando origen a un mayor repertorio de actitudes prejuiciosas. No obstante, frente a sociedades y grandes áreas poblacionales con tradición histórica de intolerancia racial, religiosa, de género y similares, esta relación simplista de prejuicio-personalidad enferma, fue dando paso a enfoques más integradores. Autoestima, locus de control, asertividad, impulsividad, conducta Tipo A, son algunas de las variables de personalidad que hoy en día se están explorando en relación con la emergencia de actitudes prejuiciosas. Enfoque compartido por Pettigrew (2001, p. 18-29), uno de los mayores estudiosos contemporáneos del tema, que le llevan a concluir que los factores de personalidad no pueden ser descuidados en la comprensión del prejuicio y que sólo cuando comiencen a estudiarse las actitudes en función de los concomitantes de la personalidad y de las presiones socioculturales, empezarán a ser mejor entendidas.

Otro importante cuerpo de investigaciones, remarcan la existencia de relaciones sinérgicas entre la emergencia de las actitudes prejuiciosas y la presencia de circunstancias ambientales desfavorables, que muy bien podría ser la inseguridad personal en el campo socioeconómico (Oskamp, 1991; Pettigrew & Metens, 1995). Desde esta perspectiva, la inseguridad acerca del futuro laboral, la inestabilidad salarial, una desfavorable posición social y otros aspectos similares de la inseguridad y de la alienación socioeconómica, figurarían como fuentes de prejuicio y discriminación; desde el momento que los sujetos con mayor inseguridad mostrarían más prejuicios que los sujetos socio-económicamente seguros. En la literatura psicosocial contemporánea abundan los estudios que resaltan, por ejemplo, el papel de la estabilidad laboral y la integración social como pilares de los lazos sociales y el mantenimiento de los códigos ético-culturales de convivencia armónica. Por lo tanto, no sería erróneo suponer que el creciente desempleo, el retroceso de conquistas laborales y de la calidad de vida, la importante migración laboral, la contradicción entre el imaginario de homogeneidad cultural que nutre la idea de Estado-Nación y la realidad multicultural, multiracial y multinacional de la mayoría de los países contemporáneos, así como la disolución de las antiguas economías nacionales dentro del marco de la economía global, podrían estar sentando las

bases para la conflictividad y la intolerancia “globalizada”, propiciatorias de viejos modos de estigmatización. Aspectos que traen al centro de la escena la consideración tanto del fenómeno de la globalización como de los actuales mandatos “éticos” de convivencia armoniosa con la diversidad y el diferente. Por un lado, entonces, cabría preguntarse cómo se inscriben las manifestaciones prejuiciosas en un mundo regido por la globalización. Lo que conduciría a una redefinición cuidadosa de la palabra globalización. En este sentido, Sanpietro (2002, p. 28), acaba de señalar, que el término “global” tiende a crear la ilusión de un mundo equilibrado y equidistante en el cual transcurren, en interacción creciente, transacciones de todo tipo: circulación de mensajes, de dinero, de influencias culturales, de mercancía. No obstante, esa ilusoria connotación del término desaparece cuando del análisis de la realidad circundante se desprenden notorias contradicciones, desigualdades y asimetrías. Cuando se observa que a medida que se aceleran los procesos de globalización, se aceleran geoméricamente las consecuencias indeseables - desempleo, pobreza, desprotección, inestabilidad laboral, exclusión social-, potenciales fuentes generadoras del prejuicio y la discriminación. En definitiva, es dable suponer que este nuevo cuadro de situación podría constituir una privilegiada fuente de actitudes prejuiciosas, las que preferentemente abreban en las crisis sociales e individuales, hecho que lleva a Postmes y sus colaboradores (1999) a señalar que, para entender completamente el prejuicio, es preciso tener en cuenta la compleja mezcla de factores individuales, históricos, políticos, económicos y de estructura social que están funcionando en un contexto dado.

Por lo que el propósito general del presente estudio se orienta a la exploración de las posibles vinculaciones entre las actitudes prejuiciosas, la estructura psicobiológica de la personalidad y la inseguridad socioeconómica percibida en un mundo crecientemente globalizado.

## **Personalidad y Actitudes: El Enfoque Eysenckiano**

Durante algo más de cuarenta años de labor ininterrumpida, Eysenck ha desarrollado y perfeccionado su teoría psicobiológica de la personalidad, la que ha contribuido a formar el horizonte conceptual de una gran cantidad de estudiosos del tema. Aplicando el análisis factorial a numerosos datos provenientes de autodescripciones de la personalidad, en sus primeras teorizaciones, Eysenck (1970) sostiene que la personalidad puede describirse exhaustivamente a partir de dos factores principales, denominados factor N y factor E, respectivamente. El factor N se refiere a la estabilidad emocional del sujeto y oscila entre los polos del “neuroticismo-control”. Es una dimensión general de integración, estabilidad y

control afectivo que involucra aspectos tales como ansiedad, tensión, sentimientos de culpa y depresión. El Factor E constituye la segunda dimensión eysenckiana. Abarca los aspectos temperamentales y da origen a una variable bipolar “extraversión-introversión” que incluye rasgos tales como sociabilidad, actividad, asertividad y búsqueda de sensaciones. A través de sucesivos ensayos vericatorios, Eysenck demuestra que tales dimensiones se ubican ortogonalmente, en forma semejante a un sistema común de coordenadas cartesianas; que son continuas y adoptan una distribución normal a nivel poblacional. En lo que hace a la dimensión afectiva, la zona de “normalidad” estaría ligeramente “corrida” hacia el polo del “control”, ya que dentro de este continuum resulta más deseable el control, aunque no rígido, de las emociones y los actos, que la tendencia a la labilidad o al descontrol emotivo total.

En planteos posteriores, Eysenck (Eysenck & Eysenck, 1976) identifica un tercer factor, al que denomina Psicoticismo (P), con lo que su sistema teórico pasa a ser tridimensional. La dimensión P tiene que ver con agresividad, egocentrismo, impulsividad y tendencias a la frialdad. Luego de haber introducido la dimensión de Psicoticismo, esboza un modelo de psicopatía primaria y secundaria. Psicopatías primarias y secundarias no se refieren necesariamente a dos categorías distintas, pero sí a dos tipos que son localizados de manera diferente sobre el espacio tridimensional formado por Psicoticismo, Extraversión y Neuroticismo. Los psicópatas primarios se ubicarían en el polo positivo de la dimensión P y en los polos negativos de las dimensiones N y E. Mientras que los psicópatas secundarios se localizarían en el polo negativo de la dimensión P y en los polos positivos de N y E.

Corolario metodológico de la teoría eysenckiana es una sucesión de cuestionarios autodescriptivos de personalidad, tanto para adultos como para niños. Los más difundidos son el Eysenck Personality Inventory (EPI), que explora las dimensiones E y N, y el Eysenck Personality Questionnaire (EPQ), que explora las dimensiones E, N y P. Sus potencialidades diagnósticas son bien conocidas y han sido estandarizados en más de treinta países. La estandarización argentina data de algo más de 15 años y fue realizada por Omar (1988). Tanto el EPI como el EPQ incluyen una escala de mentira (L; del inglés “lie”). Esta escala, constituye un interesante recurso para detectar a los individuos que tienden a falsear sus respuestas, movidos principalmente por el factor de “conveniencia social”, o sea por el deseo de “aparecer mejor”. Está integrada por ítems referidos a comportamientos que son socialmente deseables aunque infrecuentemente practicados; o frecuentemente practicados aunque socialmente indeseables (Omar & Uribe, 2000), y constituye una escala de validez interna con respecto a las otras dimensiones.



La concepción eysenckiana sobre la personalidad consiste, por lo tanto, en dimensiones subyacentes que se infieren de observaciones de la conducta (datos de evaluación) o autoinformes (cuestionarios). Como tales, las tres dimensiones postuladas tienen estatus de constructos hipotéticos. Están implícitas en los datos, pero no son directamente observables. Sin embargo, Eysenck ha desarrollado una teoría sobre las bases fisiológicas de la personalidad que le otorga una realidad física a cada dimensión descrita. Ha expuesto que la dimensión introversión-extraversión está relacionada con la actividad de una porción particular del cerebro, el sistema reticular activador ascendente (SRAA). El nivel de actividad en el SRAA determina el nivel de alertamiento en los centros cerebrales superiores, los cuales, a su vez, influyen en la cantidad de control cortical que se ejerce sobre los centros cerebrales inferiores. El extravertido es aquel cuyo nivel de alertamiento es bajo, mientras que el introvertido tiene siempre un alto nivel de alertamiento. De aquí que los extravertidos deseen buscar estimulación adicional, mientras que los introvertidos intenten evitarla.

La base hipotética del neuroticismo, a nivel fisiológico, es el Sistema Nervioso Autónomo (SNA). Se supone que el neurótico tiene un SNA cambiante o lábil, muy sensible a la estimulación. Una persona neurótica, con un SNA sensible es más propensa a experimentar reacciones autonómicas que el individuo normal. La experiencia subjetiva del miedo y la ansiedad, por ejemplo, posee una serie de concomitantes autonómicos conocidos y desagradables, tales como sensación de pesadez en el estómago, palpitaciones y transpiración. Estas reacciones pueden llegar a asociarse con estímulos neutros a través de un proceso de condicionamiento y, Eysenck afirma, que la persona neurótica es propensa a acumular este tipo de reacciones emocionales condicionadas innecesarias. Las estructuras psicofisiológicas implicadas en la extraversión y el neuroticismo explicarían, por lo tanto, gran parte de las diferencias observadas entre individuos introvertidos (I), extravertidos (E), neuróticos (N) y estables o controlados (C). Eysenck sostiene que una de las diferencias psicológicas más significativas entre I y E es la relativa facilidad o dificultad con que adquieren respuestas condicionadas. Los I tienen un nivel más alto de alertamiento que los E, por lo que su sistema nervioso se halla más preparado para producir las asociaciones necesarias.

Los psicópatas son personas que no tienen remordimientos por sus conductas antisociales. Eysenck (1991), dice que los psicópatas son extremadamente N, E y P, y que su conducta es antisocial porque han fracasado en la adquisición de las restricciones que impone la conciencia (vía condicionamiento). La conciencia se considera como un producto de la socialización y se compone de respuestas de ansiedad condicionadas a los actos antisociales. Dado que los psicópatas son E y

por lo tanto tienen un bajo nivel de alertamiento, son constitucionalmente inferiores en cuanto a su capacidad para adquirir las restricciones de la conciencia. La dimensión N desempeña un papel crucial, ya que cuando el nivel de neuroticismo es extremadamente elevado puede interferir con el aprendizaje a causa del excesivo miedo y ansiedad provocados por la experiencia aprendida. En consecuencia, los psicópatas, que son altamente neuróticos, resultan especialmente difíciles de condicionar.

Desde sus primeras postulaciones, Eysenck (1961, p. 38) advierte que el interjuego de las dimensiones estructurantes de personalidad, condicionaría, en cierta medida, las actitudes hacia diferentes objetos, sujetos o eventos. Sostiene que particulares combinaciones de las dimensiones de personalidad, contribuyen a la configuración de particulares esferas actitudinales, donde se reflejan los “hábitos mentales” o actitudes en general, y los prejuicios en particular, entendidos como actitudes preferentemente negativas hacia cualquier objeto actitudinal. El estudio del prejuicio como una actitud negativa, como bien lo señala Morales (1996, p. 11-14), ha sido una constante desde los años 1930 hasta nuestros días. En sus detallados estudios sobre las actitudes, Eysenck señala que se estructuran dentro de un sistema jerárquico y discrimina diferentes niveles en su organización: 1) en el nivel más bajo, se ubicarían las opiniones específicas, que no están relacionadas entre sí y que por ser efímeras no serían características de la persona que las emite; 2) en el siguiente nivel, se ubicarían las opiniones reproducibles, que tendrían cierto grado de estabilidad ya que conformarían una porción relativamente constante del modo de ser de cada sujeto; 3) en el tercer nivel se encontrarían las actitudes propiamente dichas. En este tercer nivel el sujeto no sólo sostiene una opinión determinada sobre un problema concreto con cierto grado de estabilidad, sino que también mantiene sobre este mismo problema una serie de opiniones diferentes que combinadas definen su actitud en torno al asunto del que se trate; 4) la estructura jerárquica se completa con el cuarto nivel, correspondiente a las superactitudes. En este nivel ya no hay opiniones aisladas ni contradictorias. Todas las actitudes referentes a un mismo tema o problema se encuentran estrechamente correlacionadas entre sí y dan origen a lo que puede denominarse sobreactitudes o superactitudes.

Preocupado por la exploración del nivel actitudinal y convencido que las escalas unidimensionales constituían el recurso más idóneo para explorarlo, en 1964 Eysenck elabora una escala actitudinal a la que denomina Escala T, por la letra inicial de las palabras inglesas Toughness (dureza) y Tenderness (blandura), ya que permitía explorar la dimensión actitudinal encerrada entre los polos de la dureza y la ternura mental como manifestaciones actitudinales del sujeto frente a diferentes objetos. Postula que la “mentalidad blanda” (tenderminded), se vincula

con los valores pertenecientes al mundo de la ética, la moralidad y el altruismo, propios de sujetos influenciados, nacionalistas, religiosamente devotos y verticalistas. Mientras que la “mentalidad dura” (toughminded) se relaciona con las valoraciones realistas, temporales, egoístas, fascistas; propias de sujetos hostiles, pragmáticos, desconfiados y con tendencias prejuiciosas. Señala, así mismo, que este factor podría tener vinculaciones con la dimensión temperamental de la personalidad, asumiendo que una actitud práctica, característica del sujeto con mentalidad dura se correspondería con el extravertido (capaz de vincularse activamente con el mundo exterior), y que una actitud teórica, propia del sujeto con mentalidad blanda, se asimilaría con el introvertido (que se relaciona mejor con su propio mundo interior ya sea a través del pensamiento, las creencias o la fe).

Verificaciones posteriores (Eysenck & Eysenck, 1985), lo llevan a expandir la esfera actitudinal, introduciendo una segunda dimensión, a la que denomina R, encerrada entre el polo de las actitudes conservadoras propias de sujetos poco discriminadores, ideológicamente inclinados al pacifismo y a la integración; y el polo de las actitudes radicalizadas propias de sujetos con altas probabilidades de desarrollar actitudes raciales, segregacionistas ó xenofóbicas. Postula que este factor presentaría vinculaciones con la dimensión afectiva de la personalidad, dominio de los diferentes matices de la tonalidad afectiva (aceptación o rechazo); aspecto inseparable del concepto de actitud y que podría vincularse, también, con las tendencias antisociales, propias de la dimensión psicoticismo. Concluyendo que el prejuicio ocuparía una posición importante en los ejes “mentalidad dura-tierna” y “radicalismo-conservadurismo” del espacio actitudinal. Las dimensiones actitudinales T y R fueron operacionalizadas en su Inventario de Actitudes Sociales (Eysenck, 1996), una de las postreras contribuciones del eminente investigador inglés, diseñado para explorar el componente cognitivo de las actitudes, traducibles en actitudes prejuiciosas a nivel fenotípico o conductual.

## Metodo

### 1. Participantes y procedimiento:

Se exploró una muestra por disponibilidad de 298 jóvenes universitarios argentinos (128 varones y 170 mujeres), estudiantes de dos carreras contrastantes tanto por su orientación como por su inserción laboral futura (156 alumnos de Trabajo Social y 142 alumnos de Ingeniería), incluyendo tanto estudiantes de los primeros años (207 ingresantes) como de los últimos años (91 egresantes) de las respectivas carreras, con una edad promedio de 21,3 años. La recolección de datos se llevó a cabo en el ámbito universitario, en horas de clase cedidas por los docentes para fines de investigación. Participaron del estudio sólo aquellos alumnos que

luego de conocer los objetivos del trabajo, prestaron voluntariamente su colaboración.

## 2. Instrumentos:

### 2.1. Estructura de personalidad

La estructura psicobiológica de personalidad fue explorada mediante el Cuestionario de Personalidad de Eysenck (Eysenck Personality Questionnaire – EPQ-, Eysenck & Eysenck, 1975), diseñado para medir las dimensiones de personalidad a nivel conductual. Además de las dos principales dimensiones de personalidad: temperamental (explorada a través de la Escala E) y afectiva (explorada a través de la Escala N), el EPQ incluye la Escala P, destinada a medir la variable Psicoticismo y la Escala L, orientada a explorar la deseabilidad social o tendencia a presentar una imagen mejorada de sí mismo. El EPQ es un cuestionario autodescriptivo, integrado por 90 ítems de opción forzada (sí/no), distribuidos en las cuatro escalas de la siguiente forma: 23 ítems que conforman la Escala E (variable “intro-extraversión”; a mayor puntaje, mayor extraversión); 21 ítems que integran la Escala N (variable “neuroticismo-control”, a mayor puntaje, mayor descontrol emocional o neuroticismo); 25 ítems que definen la Escala P (variable “normalidad-anormalidad psicótica”, a mayor puntaje, mayor tendencia a los comportamientos psicóticos); y 21 ítems que integran la Escala L (variable “deseabilidad social”, a mayor puntaje, mayor tendencia a mostrar una imagen mejorada). En el presente estudio se empleó la versión del EPQ estandarizada para la población argentina por Omar (1988), la que reproduce la estructura factorial descrita por Eysenck y presenta coeficientes alpha de Cronbach superiores a 0.70 en las cuatro escalas.

### 2.2. Actitudes prejuiciosas

Los hábitos mentales traducibles en actitudes prejuiciosas fueron explorados mediante el Inventario de Actitudes Sociales (IAS; Eysenck, 1996). Integrado por 28 proposiciones de opción forzada (de acuerdo / en desacuerdo), el IAS incluye ítems directos e inversos. Presenta escasa susceptibilidad a las respuestas de deseabilidad social y provee puntajes a lo largo de la dimensión T (actitudes de mentalidad dura-actitudes de mentalidad tierna) y de la dimensión R (actitudes conservadoras-actitudes radicalizadas). A mayor puntaje en la dimensión T, mayor tendencia a la mentalidad dura; a mayor puntaje en la dimensión R, mayor tendencia a las actitudes radicalizadas. Su estructura factorial fue analizada mediante el cálculo de un análisis de componentes principales el que arrojó como resultado dos factores que explicaron el 67.35% de la varianza total. El primer factor (T), quedó integrado por 13 ítems (1, 3, 4, 6, 8, 10, 12, 15, 16, 17, 20, 22 y 24), que explicaron el

38.27% de la varianza. En tanto que segundo factor (R), que explicó el 29.08% de la varianza, quedó conformado por 11 ítems (2, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 18, 19, 21 y 23). La versión final del IAS, empleada en el presente estudio, quedó integrada por 24 ítems (Anexo A), ya que cuatro de los ítems originales fueron eliminados por no presentar saturaciones significativas en ninguno de los dos factores identificados. La consistencia interna de cada escala, en términos de coeficientes alpha de Cronbach, fue de 0.87 y 0.92, respectivamente.

### 2.3. Inseguridad socioeconómica percibida

La seguridad/inseguridad socioeconómica percibida fue evaluada mediante los dos ítems siguientes: *¿Cómo calificarías tu situación económica actual en comparación con la que tenías tres años atrás?* y *¿Cómo calificarías tu posición social actual en comparación con la que tenías tres años atrás?*, frente a los que el sujeto disponía de una escala tipo Likert de tres puntos (1 = mejor, 2 = igual y 3 = peor) para dar su respuesta.

## Analisis de Los Datos

En base a los datos de la muestra total, se calcularon las medias, desviaciones típicas y correlaciones entre las variables exploradas (Tabla 1).

TABLA 1: Índices descriptivos, intercorrelaciones y coeficientes de consistencia interna de las variables exploradas (muestra total, N= 298)

	Variables de personalidad (epq)				Actitudes (ias)		Inseguridad percibida	
	E	N	P	L	T	R	ECON	SOC
E	—							
N	-.120	—						
P	.233 **	.101	—					
L	-.103	-.254 **	-.317 **	—				
T	.317 **	-.116*	.161**	-.111	—			
R	.112	-.278**	-.089	-.172**	.104	—		
ECON	.275**	.092	.098	.078	.356**	.457**	—	
SOC	.098	.578**	.112	.098	.109	.397**	.459**	—
Media	12.77	13.24	5.72	9.30	4.57	5.87	1.72	1.99
S	3.89	4.30	2.69	3.26	3.29	1.31	0.74	0.71
$\alpha$	.78	.76	.81	.72	.87	.92	—	—

\*\*  $p < 0.01$ , \*  $p < 0.05$

De la tabla 1 se desprende que la dimensión temperamental (variable E) se vincula positivamente con la variable P; con el polo positivo del factor T (mentalidad dura) y con la percepción de un empeoramiento de la situación económica actual. La dimensión afectiva (variable N) presenta asociaciones positivas muy significativas con la percepción de una situación social actual desmejorada y asociaciones

negativas con la discapacidad social (variable L) y con el polo negativo del factor R (correspondiente a las actitudes conservadoras). La dimensión psicoticismo (variable P) se vincula negativamente con la tendencia a presentar una imagen mejorada (discapacidad social) y positivamente con la variable T (tendencia a la mentalidad dura). Las dos dimensiones actitudinales se asocian significativamente con percepciones de desmejoramiento de la situación económica y social.

Seguidamente, y en forma separada para cada variable sociodemográfica de la muestra en estudio (sexo, tipo de carrera y año de estudios), se calcularon las medias, desvíos típicos y pruebas de diferencia de medias frente a cada una de las variables exploradas.

TABLA 2: Índices descriptivos correspondientes a los puntajes del EPQ, del IAS y de la seguridad-inseguridad percibida para la muestra total y pruebas de diferencia de medias entre sexos, tipo de carrera y nivel de estudios.

VARIABLES	MEDIAS (DESVIACIONES)					
	SEXO		CARRERA		NIVEL ESTUDIOS	
	MUJERES N=170	VARONES N=128	TRAB.SOC. N= 156	INGENIER N= 142	INGRESAN, N= 207	EGRESAN, N= 91
E	12.26 (3.80)	13.48 (3.93)*	12.12 (3.61)	13.42 (4.07)**	12.59 (3.89)	13.37 (3.86)
N	14.24 (3.87)**	11.83 (4.39)	14.22 (3.73)**	12.25 (4.63)	13.28 (4.23)	13.08 (4.57)
P	4.13 (1.97)	5.63 (2.34)**	4.60 (2.17)	5.54 (2.46)*	4.60 (2.17)	4.54 (2.16)
L	8.84 (3.84) **	6.40 (3.70)	9.22 (3.55)**	5.10 (2.86)	5.69 (3.25)	5.82 (3.01)
T	3.18 (2.08)	5.25 (1.67)**	3.59 (3.23)	4.13 (2.34)**	4.39 (2.34)	4.68 (2.23)
R	4.96 (2.50)	6.18 (2.34)**	3.86 (2.10)	5.66 (2.48)**	5.66 (2.28)	5.86 (2.16)
Inseg. ECON	1.35 (0.78)	2.10** (0.33)	1.32 (0.57)	2.20** (0.78)	1.57 (1.02)	1.75 (1.12)
Inseg. SOC.	1.03 (1.12)	1.10 (0.88)	1.12 (0.67)	1.08 (1.00)	1.76 (1.12)	1.84 (0.94)

\*\* diferencias entre medias con  $p < 0.01$ , \* diferencias entre medias con  $p < 0.05$

Los resultados obtenidos (Tabla 2) indicaron que los varones aparecen como más extravertidos, psicóticos, con tendencias a la mentalidad dura y al radicalismo y que perciben un mayor deterioro de su situación económica actual que las mujeres; en tanto que éstas presentan una mayor predisposición a los comportamientos neuróticos, corroborado por el aumento de sus puntajes en L (discapacidad social), indicador de una mayor tendencia a presentar una imagen mejorada de sí mismas a través de la negación de los síntomas neuróticos (Eysenck & Eysenck, 1975); mayor tendencia a la mentalidad tierna, a los juicios conservadores y no perciben deterioro en su situación socioeconómica actual.

Al analizar las diferencias entre tipos de carrera (Trabajo Social e Ingeniería), se observa que los alumnos de Trabajo Social se caracterizan por una mayor tendencia al neuroticismo, más propensos a mostrar una imagen mejorada de sí mismos, más inclinados a las actitudes conservadoras y la mentalidad tierna y consideran que su integración social ha desmejorado con respecto a los últimos años. O sea, que presentan un perfil asimilable al de las mujeres, posiblemente por ser ésta una carrera que concita mayores preferencias entre la población femenina. En tanto que los alumnos de Ingeniería aparecen como más extravertidos, psicóticos, inclinados a las actitudes radicalizadas y la mentalidad dura y evalúan más desfavorablemente su situación económica actual en comparación con la que tenían tres años atrás. Reproducen el perfil de los varones, posiblemente porque Ingeniería es una carrera mayoritariamente elegida por el sexo masculino. No se registran diferencias significativas entre ingresantes y egresantes, aspecto que puede deberse a que el rango de edades comprendidas dentro de cada una de estas categorías, lícitamente, no justificaría hablar de jóvenes y mayores como dos grupos genuinamente contrastantes. Ya que los estudiantes entre 18-23 años de edad, quedaron asimilados a la categoría ingresantes (o más jóvenes) y los estudiantes entre 24-29 años pasaron a integrar la categoría egresantes (o mayores).

Con el propósito de testear las posibles asociaciones entre los hábitos mentales traducibles en actitudes prejuiciosas, la estructura de personalidad y la inseguridad socioeconómica percibida, se calcularon en forma separada para cada sexo y tipo de carrera los coeficientes de regresión múltiple para las variables dependientes: mentalidad dura-mentalidad tierna (dimensión T) y actitudes conservadoras-actitudes radicalizadas (dimensión R), usando como variables predictoras a las dimensiones de personalidad (E, N, P, L), la situación económica y la integración social percibidas.

La regresión múltiple jerárquica para la dimensión T, calculada separadamente para varones y mujeres mostró ciertas diferencias debidas al sexo. Entre las mujeres, los factores considerados explicaron el 24% de la varianza de los tales hábitos mentales ( $R^2 = .245$ ;  $F_{6,169} = 11.46$ ;  $p < 0.000$ ), correspondiendo el mayor aporte a N ( $b = -.448$ ); seguido de L ( $b = -.360$ ) y de integración social percibida ( $b = .218$ ). Para los varones, en cambio, explicaron el 36% de la varianza ( $R^2 = .358$ ;  $F_{6,127} = 17.12$ ;  $p < 0.000$ ); con el aporte de E ( $b = .456$ ); P ( $b = .387$ ) y de la percepción de deterioro de su situación económica ( $b = .238$ ), sin la participación de las restantes variables en el modelo.

En lo que hace a la carrera elegida, los predictores más fuertes de la variable dependiente entre los estudiantes de Ingeniería (mayoritariamente varones) resultaron ser las dimensiones de psicoticismo ( $b = .760$ ) y extraversión ( $b = .314$ ),

( $R^2 = .252$ ;  $F_{6,141} = 27.97$  ;  $p < 0.000$ ). Entre los alumnos de Trabajo Social (mayoritariamente mujeres) sólo se registró el aporte de N en la predicción de la tendencia a la mentalidad tierna ( $b = -.537$ ) y de L ( $b = -.403$ ), siendo nulo el aporte de las restantes dimensiones de personalidad.

La regresión múltiple para la dimensión R, también indicó ciertas diferencias atribuibles al sexo. Entre las mujeres, las variables independientes predijeron el 27% de la varianza en la tendencia a actitudes conservadoras ( $R^2 = .271$ ;  $F_{6,169} = 15.75$  ;  $p < 0.000$ ), con la mayor contribución por parte de N ( $b = -.573$ ) y L ( $b = -.369$ ). Entre los varones, la tendencia a la extraversión ( $b = .630$ ) predijo la mayor tendencia a las actitudes radicalizadas, seguida por la percepción de un empeoramiento de la situación económica ( $b = .329$ ). Finalmente, entre los estudiantes de Ingeniería, las variables independientes explicaron casi el 30% de la varianza en la tendencia a actitudes radicalizadas ( $R^2 = .294$ ;  $F_{6,127} = 17.12$ ;  $p < 0.000$ ), con el mayor aporte de E ( $b = .717$ ), seguido por P ( $b = .317$ ); mientras que entre los estudiantes de Trabajo Social, la variable N ( $b = -.417$ ), seguida por la L ( $b = -.376$ ), fueron las que contribuyeron a la predicción de su mayor tendencia a las actitudes conservadoras.

## Discusion

Los resultados obtenidos permiten una toma de posición frente a las inquietudes planteadas, al tiempo que generan nuevas especulaciones en torno a la problemática estudiada. La evidencia reunida permitiría responder afirmativamente a las hipotetizadas vinculaciones de las actitudes prejuiciosas tanto con la estructura de personalidad como con la seguridad/inseguridad socioeconómica percibida. En lo que hace específicamente a la personalidad, del análisis efectuado surgen vinculaciones entre las personalidades con tendencias al descontrol emocional (neuróticos) y las actitudes idealistas, tiernas y conservadoras. Esta predisposición a la mentalidad tierna entre los sujetos con tendencias al bajo control emocional, permitiría suponer que la dimensión “neuroticismo-control”, que lidera las expresiones afectivas, sería responsable de tal perfil actitudinal. De acuerdo a las bases biológicas de la personalidad desarrolladas por Eysenck (1970, 1985), los neuróticos por tener un SNA cambiante, lábil y muy sensible a la estimulación, son más propensos a exhibir comportamientos sociales caracterizados por la pusilanimidad, timidez, obediencia, desconfianza y sugestionabilidad. Notas distintivas de la mentalidad tierna, que favorecerían la emergencia de actitudes conservadoras.

Se observa, así mismo, un interjuego entre el polo correspondiente a la extraversión de la dimensión temperamental “introversión-extraversión”; el polo



correspondiente a los comportamientos psicopáticos de la dimensión P y las actitudes radicalizadas, pragmáticas y confrontativas (mentalidad dura). Lo que permitiría anticipar que los sujetos más extravertidos, con mayores tendencias a la sociabilidad y la búsqueda de sensaciones, que al mismo tiempo presentan rasgos de impulsividad, hostilidad, intolerancia, propios del psicoticismo, tendrían una mayor predisposición al radicalismo y que estas dimensiones estructurantes de la personalidad tendrían la mayor preponderancia en la génesis de tal tipo de respuestas actitudinales. Según la teoría eysenckiana, las bases fisiológicas de la introversión-extraversión, se asientan en la actividad de una porción particular del cerebro, el SRAA, que determina el nivel de arousal o activación comportamental. Y dado que el nivel de arousal de los extravertidos siempre es bajo, para mantener su equilibrio necesitan buscar estimulación adicional. Esta búsqueda de estimulación permanente, unida a la frialdad, insensibilidad y falta de empatía, producto de la mayor orientación a comportamientos sociopáticos (Omar, 1997), sería responsable de un mayor repertorio de comportamientos pragmáticos, agresivos, antisociales y conflictivos. Características propias de la mentalidad dura y génesis de las actitudes radicalizadas.

Los resultados obtenidos también nos permitirían responder afirmativamente a la existencia de asociaciones entre determinados perfiles actitudinales y la percepción subjetiva de la situación socioeconómica actual. La inclusión de este supuesto, se fundamentó en las postulaciones más actuales (Perreault & Bourbis, 1998; Perreault & Bourbis, 1999; Verkuyten, 1998), que teorizan sobre la emergencia de actitudes prejuiciosas y discriminatorias como manifestaciones intra e intergrupales frente a situaciones socioeconómicas contextuales que, exacerbando la competencia y la inseguridad social, repercuten directamente sobre el estilo de vida. Los análisis realizados, indican asociaciones entre determinados perfiles actitudinales y particulares sesgos perceptuales de la realidad económica. Al respecto, se observa que los sujetos ubicados en el extremo actitudinal correspondiente al espectro radicalizado consideran que la actual situación socioeconómica impacta negativamente sobre sus vidas. Y la consideran causante del desmejoramiento de su situación económica actual. Frente a este perfil, contrasta el de los sujetos que se ubican en el extremo correspondiente a las actitudes conservadoras, quienes, mayoritariamente, consideran que su situación socioeconómica no ha variado sustantivamente en comparación con años anteriores. Estas relaciones detectadas entre prejuicio-personalidad y entre prejuicio-alienación socioeconómica estarían en concordancia con las reportadas, aunque con muestras provenientes de otras culturas, por Grossarth-Matricek y sus colaboradores (1989).

En lo que hace a las vinculaciones entre actitudes prejuiciosas y variables sociodemográficas tales como edad, sexo y carrera que se elige, la evidencia reuni-

da también ameritaría, aunque parcialmente, una respuesta afirmativa. Entre las mujeres, estudiantes de Trabajo Social, se concentra la mayor cantidad de sujetos orientados a los juicios conservadores y comprometidos con actitudes pacifistas, idealistas y moralistas (mentalidad blanda). En contraposición, entre los varones, estudiantes de Ingeniería, se registra el predominio de opiniones radicalizadas y actitudes pragmáticas, realistas y utilitarias (mentalidad dura). Por lo que se pueden adelantar vinculaciones entre el perfil actitudinal y el tipo de carrera que se estudia (y sexo, dada la preeminencia de varones en Ingeniería y de mujeres en Trabajo Social); aunque no existen elementos que indiquen asociaciones entre el perfil actitudinal y el nivel en la carrera.

Al considerar el género de los estudiantes, independientemente de la carrera y el nivel de estudios (indirectamente, edad de los estudiantes), se observa que los varones, como grupo, y mayoritariamente, presentan características de personalidad asociadas con la extraversión y el psicoticismo. Por su parte, las mujeres como grupo, presentan una mayor tendencia al neuroticismo, lo que queda corroborado, a su vez, por su mayor tendencia al ocultamiento de tales síntomas neuróticos, dada por sus mayores puntajes en deseabilidad social. Deseabilidad social, que, posiblemente, también oculte actitudes de prejuicio abierto, bajo un ropaje de actitudes conservadoras y tiernas. A su vez, si se considera la carrera elegida, independientemente del género y del nivel de estudios, se puede apreciar que los estudiantes de Ingeniería presentan una mayor tendencia a la extraversión y al psicoticismo. Mientras que los estudiantes de Trabajo Social se caracterizan por una mayor tendencia al neuroticismo, o sea, una decidida predisposición a los comportamientos emocionalmente inestables y un elevado monto de deseabilidad social. Observaciones que, basadas en la mayor predisposición a manifestar actitudes prejuiciosas entre quienes presentan un perfil actitudinal radicalismo/mentalidad dura, permitirían suponer, con un apreciable grado de probabilidad, la mayor identificación con ideologías duras y la emergencia de actitudes prejuiciosas entre los orientados hacia una formación tecnológica (mayoritariamente varones), que entre los inclinados hacia una formación humanística y social (mayoritariamente mujeres).

La evidencia empírica provista por el presente estudio estaría indicando que no correspondería hablar de un solo y único hipotético factor de prejuicio, sino de ciertas características de personalidad, que asociadas a determinadas elecciones vocacionales y circunstancias de alienación e inseguridad social, potenciarían la predisposición a dar respuestas con características prejuiciosas o discriminatorias. La evidencia surge, básicamente, del interjuego personalidad – prejuicio - carrera elegida - inseguridad social percibida. En este sentido, se puede inferir que aquellas personalidades en las que predomina la extraversión y el psicoticismo, como en el caso de

los estudiantes de Ingeniería, asociadas a un perfil actitudinal con marcada tendencia al radicalismo y la mentalidad dura, mostrarían una predisposición más acentuada hacia las actitudes prejuiciosas que aquellas personalidades en las que predomina el neuroticismo, como en el caso de los estudiantes de Trabajo Social, vinculadas a un perfil actitudinal con tendencia al conservadurismo y la mentalidad blanda.

Por lo tanto, más que sostener la existencia de un factor general de prejuicio - y en sintonía con Myers (1995), quien remarca que las actitudes prejuiciosas se originan y florecen a la luz de la desigualdad social, la religión, la frustración, la agresión, el dolor, la necesidad de lograr status y las tendencias autoritarias-, habría que pensar en un escenario policausal (Wetherell & Potter, 1992, p.137), caracterizado por el permanente interjuego de factores internos y contextuales externos. Por consiguiente, y frente a las nuevas realidades socio-política-económicas, al nuevo “orden mundial” –generador de los fenómenos de globalización y fundamentalismos diversos- y al aumento de asimetrías disparadoras de múltiples reacciones primarias, tales como la violencia y la agresividad, resultaría lógico plantear nuevos interrogantes en torno a las posibles causas del surgimiento de las actitudes prejuiciosas y discriminatorias.

Cabría preguntarse, por ejemplo, ¿cómo compatibilizar estas tendencias con las pretensiones del discurso -oficial y privado- de aceptación incondicional del otro, sin importar cuán diferente el otro sea?. Posiblemente recurriendo a mecanismos de negación y/o deseabilidad social, como en el caso de las sujetos con fuertes tendencias al neuroticismo, quienes podrían estar camuflando sus verdaderas actitudes, mostrando una imagen mejorada de sí mismos, ya que socialmente no “queda bien” ser tildado de prejuicioso o discriminador; y cuesta reconocerse en esos términos, puesto que se trata de palabras semánticamente desprestigiadas.

Por lo tanto, más que hablar de las clásicas actitudes prejuiciosas manifiestas, hoy en los albores del siglo XXI, estaríamos presenciando la emergencia de actitudes más cuidadosas, que evitarían la manifestación abierta de sentimientos negativos (hostilidad, odio, rabia, antipatía, desconfianza), como recurso solapado para que nadie descubra el verdadero prejuicio. El viejo problema se estaría ocultando bajo un nuevo rostro (Rueda y Navas, 1996; Navas, 1997). Rostro rejuvenecido por el bisturí de los falsos slogans sobre la defensa de los valores tradicionales, del nacionalismo, del patriotismo unido a exaltadas adhesiones políticas y religiosas. Actitudes todas, que esconden prácticas cotidianas expresadas en mensajes enunciados y acciones que de hecho imponen y reproducen modalidades de segregación y rechazo a vastos sectores de la población (mujeres, personas discapacitadas física o psíquica, enfermos terminales, ancianos, mendigos, obesos, homosexuales y tantos otros grupos minoritarios). Estaríamos en presencia, pues, de actitudes enmascaradas,

que ocultan la verdadera discriminación. Nuevas y sutiles formas de prejuicio, socialmente aceptables, aunque más complejas de describir y comprender, justamente, por su carácter encubierto.

## Referências

- Adorno, T.W.; Frenkel-Brunswick, E.; Levinson, D.J. & Sanford, R.N. (1950). *The Authoritarian Personality*. New York: Harper.
- Allport, G.W. (1954). *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: Paidós.
- Brown, R. (1990). Relaciones intergrupales. En M. Hewstone.; W. Stroebe; J. Codol & G. Stephenson. *Introducción a la Psicología Social: una perspectiva europea*. Barcelona: Ariel.
- Eaves, L.J. & Eysenck, H.J. (1991). Genetics and the development of social attitudes. *Nature*, 249, 288-289.
- Eaves, L.J.; Eysenck, H.J. & Martin, N.G.(1989). *Genes, culture and personality: an empirical approach*. New York: Academic Press.
- Echevarría, A.; Garaigordobil, M.T.; González, J.L. & Villarreal, M. (1995). *Psicología social del racismo y del prejuicio*. Madrid: Ramón Areces.
- Eysenck, H.J. & Eysenck S.B.G. (1975). *Manual of the Eysenck Personality Questionnaire*. London: Hodder and Stoughton,
- Eysenck, H.J. & Eysenck S.B.G. (1976). *Psychoticism as a dimension of personality*. London: Hodder & Stoutghton.
- Eysenck, H.J. & Eysenck, M.W. (1985). *Personality and Individual difference. A natural science approach*. New York: Plenum Press.
- Eysenck, H.J. (1961). Personality and social attitudes. *Journal of Social Psychology*, 53, 243-48
- Eysenck, H.J. (1964). *Psicología de la decision política*. España: Ariel.
- Eysenck, H.J. (1970). *Fundamentos biológicos de la personalidad*. Barcelona: Fontanella.
- Eysenck, H.J. (1991). Dimensions of personality: 16, 5 or 3?. Criteria for a taxonomic paradigm. *Personality and Individual Differences*, 12, 773-790.
- Eysenck, H.J. (1996). Scale of Social Attitudes. *Personality and Individual Differences*, 17, 1234-1241.
- Grossarth-Maticek, R.; Eysenck, H.J. & Vetter, H. (1989). The causes and cures of prejudice: an empirical study of the frustration-aggression hypothesis. *Personality and Individual Differences*, 10, 547-558.
- Heaven, P.C.L. & Connors, J.R. (2001). A note on the value correlatos of social

- dominance orientation and right-wing authoritarianism. *Personality and Individual Differences*, 31, 925-930.
- Heaven, P.C.L. & Quintin, D.S. (2003). Personality factors predict racial prejudice. *Personality and Individual Differences*, 34, 625-634.
- Morales, J.F. (1996). El prejuicio como actitud negativa. En J.F. Morales & S. Yubero (Ed.). *Del prejuicio al racismo: perspectivas psicosociales*. España: Ediciones de la Universidad de Castilla, La Mancha.
- Myers, D.G. (1995). *Psicología Social*. México: Mc Graw Hill.
- Navas, M.S. (1997). El prejuicio presenta un nuevo rostro: puntos de vista teóricos y líneas de investigación recientes sobre un problema familiar. *Revista de Psicología Social*, 12, 201-257.
- Omar, A. (1988). Estandarización argentina de los cuestionarios de personalidad de Eysenck. *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 42, 83-95
- Omar, A. (1997). Análisis crítico del modelo de psicoticismo de Eysenck. *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 35, 457-64
- Omar, A. & Uribe, H. (2000). Tendencia al falseamiento y temor a ser descubierto. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 46, 67-73.
- Oskamp, S. (1991). *Attitude and opinion*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Perreault, S. & Bourhis, R.Y. (1998). Social Identification, interdependence and discrimination. *Group Processes & Intergroup Relations*, 1, 49-66.
- Perreault, S. & Bourhis, R.Y. (1999). Ethnocentrism, Social identification, and Discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 92-105.
- Pettigrew, T.F. & Mertens, R.W. (1995). Subtle and blatant in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 547-72.
- Pettigrew, T.F. (2001). Personality and sociocultural factors in intergroup attitudes: a cross-national comparison. In M.A. Hogg; A. Michael & D. Abrams (Ed) (2001). *Intergroup relations: Essential readings. Key readings in social psychology*. Philadelphia, PA: Psychology Press Taylor.
- Postmes, T.; Branscombe, N.R.; Spears, R. & Young, H. (1999). Personal and group judgments of discrimination and privilege: resolving the discrepancy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 320-338.
- Ray, J.J. & Lovejoy, F. H. (1986). The generality of racial prejudice. *Journal of Social Psychology*, 126, 563-564
- Rigby, K. (1984). Acceptance of authority and directiveness as indicators of authoritarianism. A new framework. *Journal of Social Psychology*, 122, 171-181.
- Rueda, J.F. & Navas, M. S., (1996). Hacia una evaluación de las nuevas formas de prejuicio racial: las actitudes sutiles del racismo. *Revista de Psicología Social*, 11, 131-149.

Sampietro, J.J. (2002). *Globalización y diásporas*. Buenos Aires: Lumen.

Verkuyten, M. (1998). Self categorization and the explanation of ethnic discrimination. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 8, 395-407.

Wetherell, M. & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism*. London: Harvester-Wheatsheaf.

## ANEXO A:

### Inventario de Actitudes Sociales de Eysenck

- 1 El comercio y la producción de un país no pueden estar en manos de extranjeros T
- 2 Es mejor una ocupación por parte de un poder extranjero, que una guerra -R
- 3 Las mujeres sólo deben trabajar en su hogar, ya que su misión es atender a su familia. T
- 4 Los judíos son ciudadanos tan valiosos como cualquier otro grupo -T
- 5 La pena de muerte es bárbara y está bien que se haya abolido -R
- 6 Los hombres tienen derecho a mantener relaciones extramatrimoniales T
- 7 Nuestro trato a los criminales es demasiado severo, deberíamos tratar de curarlos y no de castigarlos -R
- 8 Las relaciones sexuales son siempre malas, excepto en el matrimonio -T
- 9 Sería mejor que la gente de color permanecieran en sus barrios a fin de prevenir su contacto con los blancos R
- 10 Los homosexuales no pueden ocupar cargos jerárquicos T
- 11 Los crímenes sexuales, tales como violación y ataques a niños, no sólo merecen la cárcel, sino la tortura o algo peor. R
- 12 La mayoría de las personas religiosas son hipócritas T
- 13 Las personas con enfermedades graves o defectos, deberían ser obligatoriamente esterilizadas. R
- 14 Sería un error que las personas de color fueran jefes de blancos. R
- 15 “Aunque bueno o malo, es mi país”, es una frase que expresa una actitud fundamentalmente deseable. -T
- 16 Cualquier delito, por pequeño que sea, debe ser duramente castigado T
- 17 Los inmigrantes son personas que han fracasado en su propio país T
- 18 El amor libre entre hombres y mujeres debería ser apoyado como un medio para la salud física y mental. -R
- 19 El perdedor merece poca simpatía o ayuda del exitoso R
- 20 La Iglesia debería intentar aumentar su influencia en la vida de la nación -T

- 21 Las personas de color son genéticamente inferiores a los blancos R
- 22 El lanzamiento de la primera bomba atómica sobre una ciudad japonesa, fue un grave error incompatible con nuestro tipo de civilización. -T
- 23 El maltrato a los más débiles debería ser penalizado -R
- 24 Cristo fue divino en un sentido diferente a los demás hombres. -T



## IDADISMO

*Félix Neto*<sup>1</sup>

### Introdução

O envelhecimento está-se a tornar um dos problemas mais importantes das sociedades contemporâneas. Cada vez mais, quer países desenvolvidos que países em vias de desenvolvimento, se vêm a defrontar com este problema. A população envelheceu rapidamente e o número de pessoas idosas não deixa de aumentar. As mudanças nas condições de vida têm desafiado a posição dos idosos em quase todas as sociedades, e Portugal não constitui excepção (Neto, 1992b). O aumento do número de famílias nucleares nas grandes cidades fez com que o tradicional apoio aos idosos da família alargada se torne de difícil prossecução. Por isso as atitudes em relação ao envelhecimento e aos idosos têm consequências importantes no cuidado a ser prestado aos idosos nas diferentes partes do mundo.

A Psicologia Social das pessoas idosas chama a nossa atenção para duas características fulcrais. A primeira é que algumas das principais preocupações da Psicologia Social estão baseadas sobretudo em investigação efectuada com estudantes universitários. Ora a investigação com pessoas idosas pode melhorar a validade ecológica da Psicologia Social, não só porque leva o investigador a sair do laboratório (é mais fácil estudar as pessoas idosas nos seus locais de residência), como também tende a suscitar questões de relevância prática (e.g., reforma, viuvez).

Uma segunda característica fulcral para que chama a atenção a Psicologia Social das pessoas idosas é que elas são mais heterogêneas que qualquer outro grupo etário. O desenvolvimento humano pode ser perspectivado como um pro-

cesso de diferenciação em que as pessoas se tornam cada vez mais individualizadas à medida que envelhecem (Whitbourne, 1987). Por consequência, as pessoas idosas constituem uma categoria de pessoas altamente diferenciadas, incluindo as pessoas mais sábias da sociedade, bem como as mais dementes.

Nos anos vindouros somos de opinião que o envelhecimento vai ter uma maior influência na teoria e na investigação em Psicologia Social. Num estudo assaz inquietante, Sears (1987) discute as implicações para a Psicologia Social de uma base de dados incluindo fundamentalmente estudantes universitários. O autor refere como as actuais concepções do comportamento social e a experiência podem ter sido enviesadas por uma população jovem que em proporção é cognitivamente mais perita, mais bem instruída, e de uma classe social mais elevada do que a maioria da população. Estes sujeitos ainda não assumiram papéis adultos e podem estar menos cristalizados nas atitudes políticas e sociais, ter um sentido do *self* menos desenvolvido, uma maior preocupação com os seus próprios pensamentos e sentimentos, uma necessidade mais forte de aprovação, tendo como resultado um aumento de dependência, relacionamentos mais instáveis, e uma maior mobilidade social. Sears (1987) avança como especulação que uma Psicologia Social com base numa população adulta (sobretudo a idosa) podia ser menos cognitiva, e em resultado disso as atitudes e o comportamento podiam ser vistos como sendo mais influenciados por compromissos interpessoais, dinâmica de grupos, emoções, ou interesses e necessidades mais amplos da comunidade ou do grupo cultural.

As pessoas idosas podem usufruir de um amplo leque de actividades, pois a maior parte mantém-se razoavelmente saudável pelo menos até aos 75 anos. Apesar disso são veiculadas muitas vezes crenças de que os idosos, como grupo, são tacanhos de espírito, não muito espertos, sem interesse sexual, e pouco hábeis em fazerem coisas. Por isso, as pessoas idosas podem muitas vezes confrontar-se com o idadismo, isto é, preconceito e discriminação contra os idosos assentes em crenças negativas sobre o envelhecimento.

Assim, este capítulo girará fundamentalmente em torno de facetas do idadismo. Geralmente o idadismo envolve atitudes negativas, estereótipos, discriminação e tentativas de evitar o contacto com pessoas idosas. Consideraremos o que se entende por idadismo. Ilustrá-lo-emos no campo da Psicologia, bem como no domínio dos estereótipos e dos comportamentos. Abordaremos de seguida as atitudes globais em relação ao envelhecimento. Finalmente, apresentaremos uma proposta de avaliação do idadismo para a população portuguesa. Todavia, antes de abordarmos estas diferentes facetas do idadismo permitimo-nos uma breve alusão ao envelhecimento demográfico.

## Envelhecimento da população

A partir da segunda metade do século XX surgiu nas sociedades desenvolvidas o “envelhecimento demográfico”. Neste contexto observa-se que “o equilíbrio entre as diferentes idades e gerações se está a modificar, ou seja, o ritmo de crescimento das pessoas idosas está a aumentar enquanto que a população total tem tendência a estabilizar os seus ritmos de crescimento ou até mesmo a diminuir” (Nazareth, 1999, pp. 239-240). Este novo fenómeno tem tocado particularmente a Europa. O Quadro 1 apresenta os países com as populações mais envelhecidas. Vinte e um, entre os primeiros 25 países, situam-se na Europa. Efectivamente, as taxas de nascimento na maior parte dos países europeus têm sido muito baixas ao longo de várias décadas. Tal leva a que tenham elevadas percentagens das suas populações totais representadas por idosos. As pessoas nestes países não vivem necessariamente mais tempo que noutros países. Estes países são os mais envelhecidos, dado o baixo número de pessoas jovens que se acrescenta na base e não tanto pela longa idade das pessoas mais velhas.

Quadro 1 Os 25 países mais idosos do mundo:  
Percentagem de população com 60 e mais anos

País	Percentagem
Itália	22,3
Grécia	22,3
Suécia	21,9
Bélgica	21,5
Espanha	21,2
Bulgária	21,2
Japão	20,9
Alemanha	20,9
Inglaterra	20,5
França	20,3
Portugal	20,2
Dinamarca	19,9
Áustria	19,8
Noruega	19,8
Hungria	19,6
Suíça	19,5
Luxemburgo	19,1
Estónia	19,0
Finlândia	19,0
República Checa	18,1
Bielorússia	17,9
Holanda	17,8
Uruguai	17,3
Geórgia	17,0
Estados Unidos	16,5

Fonte: U.S. Bureau of the Census, International Programs Center, International Data Base, 1996.

Este novo fenómeno de envelhecimento demográfico também não deixa Portugal incólume, pois em 1996 ocupava a 11<sup>a</sup> posição entre os países mais envelhecidos. 20,3% da sua população tinha 60 ou mais anos. Portugal, um país com cerca de 10 milhões de habitantes, diminuiu em 40 anos de 3 milhões de jovens com menos de 14 anos para cerca de 2 milhões, enquanto que as pessoas com mais de 65 anos no mesmo período de tempo duplicaram de 1 para 2 milhões. Esta é a realidade portuguesa actual. Será que o futuro será mais promissor? Nazareth (1999), com base em dados do Eurostat, delineou o quadro da intensidade do processo de envelhecimento nos próximos cinquenta anos. Se se tomar como referência o “cenário base” pode-se observar que em Portugal no “envelhecimento na base” os jovens diminuirão de 20,8% para 15,1% e que no “envelhecimento no topo” as pessoas com mais de 65 anos passarão de 13,3% para 25,9%, entre 1990 e 2050. Diversos índices denotam este mesmo quadro. O Índice de Envelhecimento (que relaciona os idosos com os jovens) aumenta de 64 para 172, nesse lapso de tempo. O Índice de Dependência dos Idosos (que relaciona o peso dos idosos com a população potencialmente activa) aumenta de 20 para 44. O Índice de Dependência dos Jovens (que compara os jovens com a população potencialmente activa) diminui de 32 para 26. Finalmente o Índice de Dependência Total (que mede o efeito conjunto da importância da população jovem e velha sobre a população potencialmente activa) aumenta de 52 para 70.

Segundo este cenário tudo parece indicar que muito proximamente a pirâmide das idades já não seja verdadeiramente uma pirâmide, mas uma coluna. Esta modificação da pirâmide das idades suscitará inquestionavelmente novas questões, não só económicas e sociais, como também psicológicas. Para estas novas questões, a Psicologia Social pode e deve dar o seu contributo, pois tal como a antevisão demográfica deixa entrever “em números absolutos e relativos, o futuro já está escrito para os próximos anos e pouco podemos modificar sob o ponto de vista quantitativo; o que podemos e devemos é mudar as nossas estratégias e atitudes perante um Portugal que terá no próximo século mais de 2 milhões de pessoas com mais de 65 anos” (Nazareth, 1999, p. 249).

## O que é o idadismo?

O preconceito e a discriminação são áreas relevantes de aplicação na Psicologia Social (Neto, 1998). Tal como o racismo e o sexismo são termos amplamente utilizados na discussão do preconceito, também o termo *idadismo* permite descrever o preconceito em relação a pessoas tendo como fundamento a idade. Segundo Butler (1978), o idadismo é uma “profunda desordem psicossocial caracterizada

pelo preconceito institucional e individual contra os idosos, estereótipos, elaboração de mitos, aversão e/ou evitamento” (p. 14). Segundo Butler (1980) há três aspectos distintos se bem que inter-relacionados no idadismo:

- 1) **atitudes preconceituosas** em relação às pessoas idosas e ao processo de envelhecimento, incluindo as atitudes das próprias pessoas idosas;
- 2) **práticas discriminatórias** contra os idosos, sobretudo no emprego, mas também noutros papéis sociais;
- 3) **práticas e políticas institucionais** que, muitas vezes sem maldade, perpetuam crenças estereotipadas acerca dos idosos, reduzem as suas oportunidades de uma vida satisfatória enfraquecendo a sua dignidade pessoal.

As atitudes e crenças, os comportamentos discriminatórios e as políticas e normas institucionais estão relacionados e reforçam-se mutuamente uns aos outros.

Num sentido amplo, o idadismo inclui preconceito e discriminação contra qualquer grupo etário, incluindo o jovem. A aplicação da Psicologia Social à temática do idadismo, tão espalhado na nossa sociedade, é relevante.

## Idadismo em Psicologia

O estudo científico do envelhecimento tem amplamente abordado o declínio dos processos mentais e físicos. Efectivamente uma das formas mais subtis de idadismo encontra-se no modo como a ciência tem estudado a velhice.

É bem mais comum atirar a primeira pedra sobre os outros que examinar até que ponto o rei vai nu no nosso próprio domínio. Não seria bem mais produtivo olhar criticamente para o nosso domínio, tentando alterar o estado de coisas no seu seio? E se começarmos a alterar algo no nosso próprio domínio, não será mais fácil por contágio, ou outros mecanismos, alterar as perspectivas do mundo circundante? Pois bem, a Psicologia não está incólume ao idadismo. Por exemplo, Schaie (1993) documenta o idadismo no uso da linguagem dos psicólogos nos seguintes exemplos:

- a) descrevendo um tópico de investigação dizendo respeito a um “problema do envelhecimento” em vez de se focalizar na construção ou na ampliação de um modelo teórico;
- b) tendo confiança nos modelos biológicos de diminuição ou declínio;
- c) ignorando o estado de saúde dos participantes;
- d) assumindo que a idade é a causa de diferenças ou de mudanças no comportamento com ligeiras considerações de explicações alternativas;

- e) usando instrumentos de investigação inadequados ou ofensivos;
- f) confundindo diferenças de idade com mudanças de idade;
- g) não prestando atenção a diferenças individuais.

A linguagem idadista perpassa os conceitos e relatórios psicológicos. Todavia a linguagem não é a única manifestação de idadismo. Perspectivas idadistas também são veiculadas pelos manuais. Whitbourne e Hulicka (1990) analisaram uma amostra de 139 Manuais de psicologia publicados ao longo de 40 anos. A análise evidenciou a continuação do idadismo apesar de tentativas frequentes por parte dos autores para apresentarem uma perspectiva positiva do envelhecimento. O idadismo nesses textos evidencia-se na continuada negligência do idoso, representação restrita de investigação sobre tópicos relevantes, ênfase frequente ou excessivo na situação difícil do idoso, e representação da velhice como um período de declínio. A infância e a adolescência são cerca de cinco vezes mais frequentes que a idade adulta ou a velhice na amostra de textos. Muito embora haja um aumento de atenção ao longo do tempo em vários aspectos positivos do envelhecimento, alguns textos também estavam imbuídos de um tom condescendente e enfatizavam o declínio biológico, a diminuição de funções psicológicas e o isolamento social. A focalização no idoso em dificuldade, a minoria que apresenta problemas graves, reforça uma perspectiva negativa do envelhecimento.

## **Estereótipos etários**

A natureza e o conteúdo dos estereótipos têm sido desde há muito tempo alvo da atenção dos psicólogos sociais. Embora a maior parte do trabalho sobre os estereótipos esteja relacionado com crenças e atitudes acerca de grupos étnicos, investigações mais recentes têm focalizado os estereótipos de género e os etários (Neto, 1993, 2000). Os estereótipos etários, em particular, são sistemas de crenças que se atribuem a membros de grupos de diferentes idades simplesmente pelo facto da pertença a esses grupos. Trata-se de generalizações através das quais se procura o sentido num meio social complexo. Nos estereótipos etários podem-se identificar quatro características: um estereótipo etário é usualmente considerado como procedente do domínio cognitivo, é um conjunto de crenças, trata de que espécie de pessoa se é consoante a idade cronológica, e é partilhado pelos membros de um grupo particular.

Interrogar jovens adultos sobre a velhice reveste-se de alguma especificidade em comparação com os estereótipos de outros exogrupos e da investigação sobre atitudes. Questionar jovens adultos sobre a descrição que fazem de adultos mais

idosos, é pedir-lhes para fazerem a descrição de um grupo de que farão parte algum dia. Tal não é o caso de outros estereótipos, como os referentes ao género, à raça, ou à etnicidade. Trata-se, pois, de uma tarefa fora do habitual para os sujeitos. O facto de os sujeitos se olharem eles próprios no futuro pode influenciar os estereótipos etários, as atitudes que revelam sobre o envelhecimento.

O modo como os jovens percebem os idosos pode variar segundo as sociedades em virtude de variáveis tais como tradições, estrutura familiar, grau de contacto íntimo com os idosos e modernização. Estas percepções podem ter consequências importantes. Antes de mais, na medida em que os jovens terão de assumir eventualmente a responsabilidade de tratar dos problemas dos idosos, as percepções que os jovens têm dos idosos desempenharão um papel importante no modo da sociedade tratar os problemas. Para além disso, tendo em conta que os jovens se tornarão eles próprios idosos, as suas percepções do envelhecimento podem influenciar dinamicamente o seu desenvolvimento pessoal durante a idade adulta.

As percepções das pessoas idosas constituem uma rede de traços de personalidade, de características físicas e de papéis. Desde os anos cinquenta (Tuckman e Lorge, 1952) toda uma série de investigações se tem interessado pelas percepções das pessoas idosas. As conclusões destes trabalhos são no entanto bastante contraditórias. Se há trabalhos que apontam no sentido de as pessoas idosas serem percebidas de modo mais negativo que as jovens (e.g., Wernick e Manaster, 1984), há outros que não encontram nenhuma diferença nas percepções entre esses dois grupos etários, ou encontram percepções mais positivas em relação às pessoas idosas (e.g., Drevenstedt, 1981; Rothbaum, 1983). Para certos autores estes desacordos seriam sobretudo o resultado de diferentes metodologias a que se recorreu (e.g., Lutsky, 1980).

A questão que pode ser levantada é a de se saber em que situações as pessoas idosas são percebidas de modo mais negativo que as pessoas jovens. Kite e Johnson (1988) propuseram-se responder a esta questão por meio de uma meta-análise. A partir do conjunto dos trabalhos disponíveis sobre as percepções das pessoas em relação aos idosos, esses autores examinaram em que medida estas percepções diferem das dos jovens e em que medida certas características dos trabalhos analisados, consideradas como variáveis independentes, podem afectar a grandeza destas diferenças. Entre as variáveis estudadas refira-se a avaliação e o tipo de projecto. A dimensão que se refere à avaliação corresponde aos tipos de avaliações propostas aos sujeitos. Pode-se pedir aos sujeitos para avaliarem quer traços de personalidade (desconfiado, natural, tagarela), quer características físicas (trémulo, enrugado, de boa saúde), quer ainda papéis comportamentais (avô, parente, cônjuge). O tipo de projecto corresponde quer a um projecto “inter-sujeitos”

quer a um projecto “intra-sujeitos”. No projecto “inter-sujeitos” pede-se a um primeiro grupo de sujeitos para avaliarem os jovens e a um segundo grupo para avaliarem as pessoas idosas. As avaliações são, por conseguinte, independentes. No projecto “intra-sujeitos” pede-se aos mesmos sujeitos para compararem as pessoas jovens com as idosas.

Os resultados a que chegaram Kite e Johnson (1988) evidenciam que as percepções em relação às pessoas idosas são mais negativas que as percepções em relação às pessoas jovens. Todavia estas diferenças tendem a atenuar-se quando se utilizaram traços de personalidade em vez de medidas de competências, de características físicas, quando se utilizaram projectos “inter-sujeitos” em vez de projectos “intra-sujeitos” e quando um grande número de medidas são introduzidas no projecto. Estes resultados apoiam o ponto de vista de que outras variáveis, para além da idade, podem influenciar o modo como se percebem as pessoas idosas. Não é pois simples responder à questão se as percepções em relação às pessoas idosas são mais negativas que as dos jovens, tendo em conta que as percepções sobre as pessoas idosas parecem diferenciarem-se das das pessoas jovens de modos múltiplos. Estes resultados apoiam a ideia de que não se podem estudar os estereótipos etários senão através de uma abordagem multidimensional.

A problemática dos estereótipos etários já tem sido abordada em Portugal. Por exemplo, Simões (1985) estudou os estereótipos relacionados com os idosos. O autor aplicou um questionário sobre essa temática a uma amostra de sujeitos, inscritos em cursos de alfabetização, nas áreas urbana e suburbana de Coimbra. Os resultados mostraram que as concepções estereotipadas dos idosos estão, em geral, de acordo com as que evidenciaram as investigações americanas. Contudo, Simões também pôde evidenciar algumas divergências. Foi encontrada uma relação entre o número total de itens estereotipados por sujeito e certas variáveis independentes. Por exemplo, os indivíduos solteiros e do sexo masculino apresentaram uma taxa de estereótipos significativamente inferior aos sujeitos casados, viúvos e divorciados.

Se neste trabalho foram observados os estereótipos das pessoas idosas numa população de jovens adultos e de adultos, num outro trabalho Neto, Raveau, e Chiche (1989) abordaram as representações da velhice junto de 900 jovens escolarizados no ensino secundário com uma média de idade de 15,7 anos. Essas representações foram examinadas em função do sexo e do nível sociocultural. O sexo parece desempenhar neste grupo etário um papel relativamente mais importante que o nível sociocultural nas representações veiculadas em relação ao envelhecimento. Neste estudo foram evidenciadas três atitudes fundamentais. Os jovens “excluidores”, que representavam 14% da amostra; os jovens “tolerantes”, que eram maioritários (56%); enfim, os que tinham uma atitude totalmente positiva,



os “integradores”, que constituíam 27% da amostra, quase duas vezes mais numerosos do que os que rejeitavam as pessoas idosas. Por consequência, ao nível dos papéis encontrou-se em jovens portugueses uma atitude sobretudo positiva em relação às pessoas idosas. E ao nível das características psicológicas?

Participámos na última década do século vinte num estudo intercultural sobre estereótipos etários e atitudes em relação ao envelhecimento. O estudo foi levado a cabo em 19 países representando todos os continentes: África (África do Sul, Zimbábwe), América do Norte (Canadá, Estados Unidos), América do Sul (Chile, Peru, Venezuela), Ásia (Coreia, Índia, Malásia, Paquistão, Turquia), e Europa (Alemanha, Finlândia, Noruega, País de Gales, Polónia, Portugal). Este projecto intercultural englobando, pois, 19 países, centrou-se nos traços de personalidade ou características psicológicas que estão diferencialmente associadas às pessoas jovens e idosas (Neto, 1992b, Williams, 1993).

Vamos apresentar de modo sintético os resultados de três análises. Na primeira serão examinados os dados ao nível dos itens individuais. Na segunda, abordar-se-ão os dados tendo em conta os três componentes da significação afectiva: avaliação, potência e actividade. Finalmente, serão apresentados os resultados em termos dos cinco estados do ego da Análise Transaccional.

As respostas a cada um dos 300 itens foram contabilizadas para determinar a frequência com que se associava cada um com as pessoas idosas (frequência I) e jovens (frequência J). Estes dados foram utilizados para se calcular o score I% para cada item, dividindo a frequência I pela soma das frequências de I e J. Por consequência, um elevado score I% indicava que o item estava altamente associado com as pessoas idosas, enquanto que um baixo score I% indicava que o item estava altamente associado com as pessoas jovens. A apresentação dos dois grupos extremos de itens pode ser suficiente para ilustrar quão polarizadas se tornaram as imagens dos grupos etários: os dez itens com os scores I% mais elevados (os traços mais consensualmente associados às pessoas idosas) e os dez itens com os scores I% mais baixos (as características dos jovens com que os sujeitos manifestaram mais acordo). Estes grupos de itens são apresentados no quadro 2 em que se pode observar que os dez itens altos não são tão “altos” como os dez itens baixos são “baixos”. O valor mais elevado dos 300 scores I% foi de 98,50, ao passo que o mais baixo foi de 0. Havia, efectivamente, 54 adjectivos com scores I% abaixo de 10% e somente 24 adjectivos com scores I% acima de 90%. Isto pode significar que os sujeitos portugueses concordavam mais com as características psicológicas dos jovens que com as dos idosos. Para além dessa assimetria, a observação dos resultados deste quadro mostra que os sujeitos não atribuem as mesmas características psicológicas aos jovens e aos adultos. Os jovens são vistos sobretudo como activos,

rápidos, insensatos, ao passo que os idosos são vistos como conservadores, maduros, calmos.

Quadro 2: Os 10 itens com os scores 1% mais elevados e os 10 itens com os scores 1% mais baixos em Portugal

Estereótipos das pessoas idosas		Estereótipos das pessoas jovens	
Nome do item	1%	Nome do item	1%
Não excitável	98,50	Activo	0
Conservador	97,30	Precipitado	0
Maduro	97,30	Expansivo	0
Lento	97,30	Rápido	0
Supersticioso	97,20	Aventureiro	1,30
Calmo	97,10	Imaturo	1,30
Quieto	95,80	Barulhento	1,30
Clarividente	95,70	Rebelde	1,30
Contente	95,50	Mudável	1,40
Cauteloso	94,70	Apressado	1

Fonte: Neto, 1992b

No estudo dos 19 países a semelhança dos estereótipos etários em cada par de países foi estudada através dos coeficientes de correlação entre os 300 scores I% para cada par de países, elevando-se de seguida o coeficiente ao quadrado ( $r^2$ ) para se obter uma medida da “variância comum” entre os estereótipos nos dois países. Quando se comparou a distribuição dos scores I% em cada um dos 19 países com os dos outros 18 países, verificou-se que a variância comum oscilava de 80% entre o Canadá e a Nova Zelândia para somente 22% entre o País de Gales e a Coreia. A média de variância comum em todos os pares de países foi de 46% o que indica um grau substancial de semelhança nas características psicológicas diferencialmente atribuídas às pessoas idosas e jovens em diferentes países. Refira-se que em estudos anteriores sobre os estereótipos sexuais a média de variância comum entre pares de 25 países foi de 42% (Neto, 1991, 1997b). Por conseguinte, parece que o acordo intercultural sobre as características diferenciais das pessoas idosas e jovens é semelhante em grandeza ao acordo intercultural nas características diferenciais da mulher e do homem.

É difícil averiguar, mediante a análise dos itens individuais, as principais dimensões em que os estereótipos de jovens e idosos possam diferir. Para tal será

necessário recorrer a um modo de condensar as principais diferenças. Uma maneira de realizar isso, pode ser o recurso a um sistema de análise da significação afectiva (Osgood, Suci, e Tannenbaum, 1957). Os resultados sugerem que em todos os países há uma tendência para as pessoas idosas serem vistas de modo mais favorável que as pessoas jovens; uma tendência para as pessoas jovens serem vistas mais fortes que as idosas; e uma clara tendência para os jovens serem vistos como sendo mais activos que os idosos.

Verificou-se também se havia diferenças sistemáticas nos traços atribuídos a pessoas idosas e jovens avaliadas por meio dos cinco estados do ego da Análise Transaccional. Os cinco estados do ego postulados por Berne (1961) incluem o pai crítico, o pai afectuoso, o adulto, a criança livre e a criança adaptada. Os resultados sugerem uma tendência geral para o estereótipo idoso ser maior no Pai Crítico, no Pai Afectuoso e no Adulto, e o estereótipo jovem ser maior na Criança Livre.

Os resultados referidos deste projecto intercultural mostram que nos diferentes países surgem simultaneamente semelhanças substanciais e diferenças interessantes nos estereótipos acerca das pessoas idosas. Todavia há mais semelhanças do que diferenças. Está-se perante a mesma conclusão que se obteve previamente referente aos estereótipos sexuais, isto é, as crenças de pessoas em grupos culturais são geralmente mais semelhante que diferente (Neto, 1997a, 2002). Nestas investigações a evidência de semelhança pancultural pesa mais que a evidência de diferenças culturais.

Em suma, as investigações sobre os estereótipos etários permitem concluir que as pessoas parecem estar imbuídas de crenças variadas sobre a população jovem e idosa. Jovens e idosos estão longe de ser percebidos de modo unidimensional.

## **Atitudes globais perante o envelhecimento**

Tornar-se mais velho é um processo que cada um de nós experiencia. No curto espaço de tempo que passa lendo este capítulo, já envelheceu, seja adolescente, jovem, adulto ou tenha mais idade. O interesse pela gerontologia aumentou enormemente na década passada, dado o aumento da população idosa nas diferentes partes do mundo. Já há muitas universidades que asseguram cursos sobre o envelhecimento onde se solicita aos jovens adultos para aprenderem sobre as pessoas idosas. Para além de um conhecimento factual, um outro tipo de consciência está a aumentar entre esses jovens. Pede-se algumas vezes aos estudantes para reflectirem se determinadas mudanças físicas e psicológicas também lhes dirão respeito quando envelhecerem e como se confrontarão com essas mudanças inevitáveis.

veis. Com o envelhecimento sentirão mais a solidão, ou sentirão maior bem-estar psicológico? É esta antecipação do envelhecimento que abordaremos de seguida.

A parte do questionário relativa às atitudes em relação ao envelhecimento no projecto intercultural levado a cabo em 19 países consistiu em três partes: questões sobre a definição das idades, questões sobre a esperança de vida e questões sobre as percepções da futura satisfação com a vida (Neto, 1999). Em duas questões sobre a definição da idade pediu-se aos sujeitos para indicarem a idade associada com as categorias pessoas “idosas” e “de meia idade”. Para a esperança de vida, pediu-se aos sujeitos para identificarem a sua própria esperança de vida e a da pessoa média em Portugal. A satisfação com a vida foi avaliada de três maneiras. Em primeiro lugar perguntou-se aos sujeitos para identificarem a década das suas vidas que pensavam ser mais satisfatória e produtiva. Em segundo lugar, o Índice de Satisfação de Vida (Neugarten, Havighurst, e Tobin, 1961), uma das escalas mais frequentemente utilizadas para avaliar o bem-estar dos idosos, que foi modificada para se poder utilizar de modo apropriado com jovens adultos. Pediu-se aos sujeitos para responderem a cada um dos nove itens (e.g., “Quando for idoso, esse será o tempo mais triste da minha vida”), utilizando uma escala com seis pontos em que as pontuações mais elevadas indicavam atitudes positivas em relação ao envelhecimento. Em terceiro lugar, perguntou-se aos sujeitos como se sentiam de um modo geral em relação ao envelhecer, numa escala em seis pontos, o seis significava muito positivo.

As respostas a cada item em Portugal e no conjunto dos países foram calculadas separadamente para os homens e para as mulheres (Quadro 3). No conjunto dos 19 países, os homens definiram a pessoa idosa como tendo pelo menos 60 anos, significativamente mais jovens que a definição das mulheres de 62 anos. Uma diferença significativa semelhante foi encontrada para a definição da “meia idade” em que os homens a definiam como tendo pelo menos 39 anos e as mulheres como tendo pelo menos 41 anos. Apesar destas diferenças, as definições da idade dos homens e das mulheres estavam significativamente correlacionadas para a pessoa idosa e para pessoa de meia idade, o que denota padrões semelhantes nos diferentes países para os dois géneros. Estas mesmas tendências foram encontradas em Portugal, se bem que mais acentuadas que no conjunto dos países. Assim, os homens em Portugal definiram a pessoa idosa como tendo pelo menos 63 anos, significativamente mais jovens que a definição das mulheres de 68 anos. Uma diferença significativa semelhante foi encontrada em Portugal para a definição da “meia idade” em que os homens a definiam como tendo pelo menos 43 anos e as mulheres como tendo pelo menos 48 anos.

Quadro 3 - Definição da idade, esperança de vida e satisfação de vida em Portugal e em 19 países

	Portugal		Conjunto dos 19 países	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Média de idade para a pessoa "idosa"	63,2	67,9	60,1	62,2
Média de idade par a pessoa de "meia idade"	43,0	47,8	39,5	41,1
Esperança de vida para si próprio(a)	82,1	79,9	73,3	72,2
Esperança de vida para a pessoa média	65,5	67,7	67,2	68,0
Esperança de vida actual no nascimento (1989)	71	78	66	72
Melhor década da vida*	3,46	3,61	3,61	3,48
Média do índice de satisfação de vida	3,76	3,63	3,95	3,97
Média da atitude em relação ao envelhecimento**	3,60	3,50	3,72	3,72

\* Década 3: 20-29 anos; 4: 30-39 anos.

\*\* Escala de 1 a 6 (1: muito negativo; 6: muito positivo).

Fonte: Neto, 1999.

Se passarmos à esperança de vida, os homens e as mulheres diferiram ligeiramente nas predições da sua própria esperança de vida no conjunto dos 19 países. Os homens previam que viveriam 73 anos e as mulheres previam que viveriam 72 anos. Esta mesma tendência também se verifica em Portugal, se bem que a média da esperança de vida seja mais elevada que a do conjunto dos países considerados. Assim, em Portugal os homens previam que viveriam 82 anos e as mulheres previam que viveriam 80 anos. Estamos aqui perante antecipações interessantíssimas tendo em conta o facto de que em cada um dos países considerados, incluindo Portugal, a esperança de vida actual e a mortalidade em cada idade da vida adulta favorece as mulheres. Em comparação com as mulheres, os homens percepcionavam o envelhecimento como ocorrendo mais cedo, mas esperavam viver mais tempo. Seja como for, o que é certo é que as predições da própria esperança de vida em ambos os géneros são influenciadas pelo desenvolvimento sócio-económico dos países.

As predições da esperança de vida para a pessoa média não diferia nos homens e nas mulheres no conjunto dos países, os homens predizendo que a pessoa média viveria 67,2 anos e as mulheres predizendo 68,0 anos. Esta diferença manifestou-se significativamente diferente segundo o género em Portugal, os homens predizendo que a pessoa média viveria 65,5 anos e as mulheres predizendo que a pessoa média viveria 67,7anos. As esperanças de vida para si próprio e para a pessoa média não estavam significativamente correlacionadas nem para os homens nem

para as mulheres o que denota que os sujeitos não faziam predições semelhantes para si próprio e para os outros.

Os resultados relativos à década mais satisfatória e produtiva indicaram que homens e mulheres, no conjunto dos 19 países e em Portugal, consideraram que a década dos 20 e dos 30 seria o melhor período das suas vidas. A diferença segundo os géneros não se revelou significativa no conjunto dos 19 países nem em Portugal.

Também não aparecem diferenças significativas nas pontuações do índice de satisfação de vida segundo o género no conjunto dos 19 países nem em Portugal. As respostas dos sujeitos portugueses deixam transparecer uma atitude neutra em relação ao envelhecimento.

Para os homens e as mulheres no conjunto dos 19 países, a avaliação global em relação ao envelhecer revelou-se também neutra, 3,72 numa escala de 1 a 6. O mesmo se verificou em Portugal onde os homens e as mulheres não diferiam nesta dimensão.

Estes dados interculturais parecem reflectir a natureza inconsistente das atitudes em relação ao envelhecimento a que já nos referimos anteriormente. Os resultados aqui apresentados mostraram que os jovens adultos estavam algo ambivalentes em relação ao envelhecimento. Se não o percebem como sendo o tempo da melancolia, também o não vêem como constituindo a época mais satisfatória e produtiva da vida.

Seja como for, o certo é que a abordagem intercultural dos estereótipos etários e das atitudes em relação ao envelhecimento convergem em apontar que os jovens adultos eram geralmente mais positivos em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas do que se poderia esperar. E também a este nível encontra-se uma apreciável semelhança intercultural, bem como algumas diferenças culturais em termos de atitudes gerais em relação ao processo de envelhecimento.

## **Discriminação**

Concepções negativas associadas à velhice estão muitas vezes associadas a um comportamento idadista. O comportamento idadista pode ser definido como um comportamento que discrimina com base na idade cronológica (Pasupathi, Carstensen, e Tsai, 1995). Esta discriminação pode envolver comportamentos flagrantemente hostis, mas pode também envolver comportamentos que parecem muito positivos, mas que ao fim e ao cabo servem para impedir as pessoas idosas de atingirem os seus objectivos. Por isso, nesta via, o comportamento idadista depende da idade cronológica e da produção de alguma espécie de impacto prejudicial.

Pasupathi et al. (1995) fizeram uma revisão da investigação sobre o idadismo comportamental em contextos interpessoais. Os autores fornecem inúmeros exem-

plos de comportamentos claramente idadistas em contextos médicos e institucionais. Em contextos da comunidade o quadro apresentado já não é tão claro. Por exemplo, em contextos médicos, os clínicos são mais susceptíveis de prescrever remédios aos pacientes idosos deprimidos do que indicar-lhes um tratamento psicoterapêutico, apesar de haver ampla evidência de que a psicoterapia funciona tão bem com pessoas idosas deprimidas, como com pessoas jovens deprimidas. Já a nível de contextos institucionais a “fala de bebé” é frequentemente utilizada em lares. Ora a “fala de bebé” pode ser percebida pelas pessoas idosas como um modo de se lhes comunicarem baixas expectativas para as suas capacidades por parte do interlocutor. Ainda em lares, existe um tratamento diferenciado segundo a idade que reforça comportamentos específicos que promovem a dependência e que ignoram a independência. Já na comunidade, as pessoas consideram o comportamento independente das pessoas idosas de modo ambivalente, algumas vezes recompensando-o, outras vezes desencorajando-o.

Refira-se, enfim, que a principal focalização da atenção na discriminação contra as pessoas idosas tem sido na esfera do trabalho, muito especialmente, na reforma forçada ou no despedimento dos trabalhadores idosos, ao mesmo tempo que se mantêm ou empregam trabalhadores jovens. A Psicologia Social Aplicada para além de poder contribuir para evidenciar a discriminação, também pode desenvolver programas de oposição à discriminação.

## **Proposta de uma medida de avaliação do idadismo**

Fabroni, Saltstone, e Hughes (1990), tendo constatado que a maior parte das escalas de medida das atitudes em relação às pessoas idosas se baseavam em construtos que representavam somente os aspectos cognitivos da atitude, construíram a Escala de Idadismo de Fabroni (EIF) (*The Fabroni Scale of Ageism – FSA*) para avaliar a componente afectiva do idadismo. O conteúdo dos itens foram desenvolvidos a partir das definições de três entre os cinco níveis distinguidos por Allport (1954) no que diz respeito ao preconceito: antilocução (conversa hostil e difamação verbal, propaganda), evitamento (evitar membros do grupo de que não se gosta) e discriminação (exclusão de direitos civis, do emprego, do acesso a certas formas de alojamento, de oportunidades de educação ou de lazer, etc.).

Esta escala na sua versão original consta de 29 itens tendo evidenciado uma validade de construto adequada e uma elevada consistência interna. As relações com outros construtos medidos apoiou o carácter único da escala e revelou uma reduzida influência de desejabilidade social.

Tendo em conta a inequívoca importância de se compreender melhor o idadismo, as qualidades psicométricas da Escala de Idadismo de Fabroni (EIF)

(*The Fabroni Scale of Ageism – FSA*), e dado que os autores desta escala sugeriram a análise da utilidade desta escala na investigação intercultural, levamos a cabo um estudo exploratório para a sua adaptação à população portuguesa que apresentamos de seguida.

## **Método**

### Participantes

A amostra foi constituída por cento e setenta estudantes do ensino superior, 77 do sexo masculino, 91 do sexo feminino, e dois não indicaram o sexo. A média das idades foi de 22,3 anos (D.P.= 5,5). No que diz respeito à posição perante a religião 72 (45 %) afirmaram ser crentes praticantes, 77 (45,3 %) crentes não praticantes, 11 (6,5%) nem crentes nem praticantes, e 10 (5,9 %) não responderam.

### Instrumentos

Os sujeitos completaram um questionário que incluía a obtenção de informação demográfica (e. g., idade, género, religião) e as três escalas, abaixo descritas:

*Idadismo.* A versão original a escala de Fraboni comporta 29 itens que foram desenvolvidos para reflectir o construto de idadismo tal como foi definido por Butler (1978) e para incluir uma componente afectiva da atitude tendo em como guia as definições de três dos cinco níveis de preconceito de Allport (1954). Os itens foram avaliados num escala de tipo Likert com sete pontos, desde fortemente em desacordo (1) a fortemente de acordo (7). Exemplos destes itens podem ser vistos no Quadro 4.

*Auto-estima.* Foi medida recorrendo à escala de Rosenberg (1986) por meio de 10 itens. Os itens foram avaliados numa escala de tipo Likert com cinco pontos, desde fortemente em desacordo (1) a fortemente de acordo (5). Exemplos de itens desta escala são: “Às vezes penso que não presto para nada.” e “Sinto que tenho boas qualidades”.

*Solidão.* Foi avaliada recorrendo à versão breve portuguesa da Escala Revista de Solidão da (Russell, Peplau, e Cutrona, 1980) consta de seis itens (ES-6) em que a correlação com a escala mais longa foi de .87 (Neto, 1992a) . Pedia-se aos participantes para indicarem quantas vezes se sentiam desse modo (nunca/raramente/algumas vezes/muitas vezes).

### Procedimento

O trabalho de campo foi realizado em 2002. Na apresentação dos questionários era solicitada a colaboração dos sujeitos, feito um apelo à sinceridade nas respostas e garantido o anonimato. A sua administração foi feita em pequenos grupos no âmbito das aulas práticas. Cada sujeito demorou entre 20 a 30 minutos a res-



ponder aos questionários. Depois de o completarem, agradeceu-se aos sujeitos e respondeu-se a algumas perguntas colocadas.

## Resultados

Com o intuito de determinar se a versão portuguesa da escala estava em consonância com a definição proposta de idadismo, realizou-se uma análise factorial exploratória com a matriz de correlações inter-itens. Efectuou-se uma análise factorial em componentes principais com uma rotação oblíqua, tendo-se especificado a extracção de três factores. O Factor 1 explicou 17,2% da variância, ao passo que os factores 2 e 3 explicaram 11,3% e 9,0%, respectivamente. Para melhorar as propriedades psicométricas da escala original com 29 itens, foram eliminados 4 itens: dois desses itens tinham saturações semelhantes em mais de um factor (itens 24 e 26) e os outros dois (itens 10 e 18) tinham contribuições baixas.

Os 25 itens da versão portuguesa da EIF são apresentados no Quadro 4. Estes itens tinham contribuições superiores a 0,40 nos seus respectivos factores e são esses itens que se vão utilizar nas análises que se seguem.

Para testar a estabilidade da estrutura factorial, uma amostra aleatória de 112 participantes extraída da amostra original foi utilizada para uma análise com os 25 itens apresentados no Quadro 4. Recorreu-se aos mesmos métodos de extracção e de rotação, e os 25 itens saturaram ( $>0,40$ ) nos respectivos factores o que denota alguma estabilidade nas designações dos factores e na solução com três factores. Os três factores explicaram 16,6%, 12,9% e 11,0% da variância, respectivamente.

Quadro 4 Itens da versão portuguesa da Escala de Idadismo de Fraboni (EIF) e saturações factoriais

	Discriminação	Antilocução	Evitamento
1. Deveria haver associações desportivas que facilitassem que as pessoas idosas competissem ao seu próprio nível.*	0,45		
2. As pessoas idosas merecem os mesmos direitos e liberdades que os outros membros da nossa sociedade.*	0,73		
3. As pessoas idosas não necessitam de utilizar as facilidades desportivas da nossa comunidade.	0,50		
4. Não se deveria confiar na maior parte das pessoas idosas para cuidarem das crianças.	0,48		
5. É melhor que as pessoas idosas vivam onde não aborream ninguém.	0,66		
6. A companhia da maior parte das pessoas idosas é muito agradável.*	0,41		
7. É triste ouvir-se falar sobre a situação lamentável das pessoas idosas na nossa sociedade hoje em dia.*	0,48		
8. A maior parte das pessoas idosas são interessantes.*	0,43		
9. Por vezes evito o contacto ocular com pessoas idosas quando as vejo.	0,63		

10. Não gosto quando pessoas idosas tentam estabelecer uma conversa comigo.	0,58	
11. O suicídio de adolescentes é mais trágico que o suicídio de pessoas idosas.		0,62
12. Muitas pessoas idosas são sovinas e guardam o seu dinheiro e posses.		0,62
13. Muitas pessoas idosas não estão interessadas em fazer novos amigos preferindo em vez disso o círculo de amigos que têm tido ao longo dos anos.		0,68
14. Muitas pessoas idosas só vivem no passado.		0,58
15. Conversas complexas e interessantes é algo que não se pode esperar da maior parte das pessoas idosas.		0,41
16. À maior parte das pessoas idosas não deveria ser permitido renovar a sua carta de condução.		0,49
17. A maior parte das pessoas idosas deveriam ser consideradas como tendo pouca higiene pessoal.		0,53
18. A maior parte das pessoas idosas podem ser irritantes porque repetem as mesmas histórias muitas vezes.		0,55
19. As pessoas idosas queixam-se mais que outras pessoas.		0,49
20. Sentir-se deprimido quando se está rodeado de pessoas idosas é provavelmente um sentimento comum.		0,47
21. As pessoas idosas deveriam encontrar amigos da sua própria idade.		0,52
22. Preferiria não ir a um convívio numa associação de pessoas idosas, no caso de ser convidado.		0,67
23. Pessoalmente não gostaria de passar muito tempo com uma pessoa idosa.		0,64
24. Muitas pessoas idosas são mais felizes quando estão com pessoas da sua própria idade.		0,56
25. Preferiria não viver com uma pessoa idosa.		0,59

---

\* Item que deve ser invertido antes de calcular a pontuação.

As médias, os desvios-padrões e as amplitudes das pontuações das escalas de idadismo, solidão e auto-estima podem ser observadas no Quadro 5. As médias e os desvios-padrões para os homens e as mulheres não foram significativamente diferentes na solidão e na auto-estima. Contudo a média da pontuação de idadismo para os homens foi de 77,9 (DP=17,6), ao passo que as mulheres obtiveram uma pontuação média de 69,9 (DP=13,6). Esta diferença era estatisticamente significativa ( $F=11,1$ ,  $p < 0,001$ ). Os coeficientes alfa também são apresentados no Quadro 5. A consistência interna obtida pelas três escalas foi satisfatória.

O coeficiente de consistência interna da Escala de Idadismo foi de 0,85, praticamente idêntico ao encontrado em estudantes canadenses (0,86). Tal como sugerem os autores da escala, um valor tão elevado denota que a escala é homogênea.

Quadro 5 Médias, desvios-padrões e coeficientes alfa das escalas de idadismo, solidão e auto-estima (n=170)

Escala	Média	Desvio-padrão	Amplitude	Alfa
Idadismo	73,6	16,1	36-124	0,85
Solidão	11,3	3,4	6-21	0,83
Auto-estima	39,2	6,4	22-50	0,84

Foram calculados os coeficientes de correlação entre a EIF e as escalas de solidão e de auto-estima. A escala de idadismo evidenciou um coeficiente de correlação de 0,17 ( $p < 0,05$ ) com a escala de solidão, indicando uma relação significativa entre os altos valores de idadismo e de solidão. A escala de idadismo evidenciou também uma correlação de -0,16 ( $p < 0,05$ ) com a escala de auto-estima, o que indica uma relação significativa entre os altos valores de idadismo e baixa auto-estima.

Usou-se uma regressão múltipla “*stepwise*” em que a EIF foi a variável dependente, e o sexo, a idade e a religião foram as variáveis independentes. O único preditor sociodemográfico significativo que emergiu foi o sexo explicando 7% da variância da EIF ( $R=0,27$ ,  $F = 12,2$ ,  $p < 0,001$ ).

Dado que alguns investigadores poderão querer utilizar itens que pertencem a só um dos factores da EIF tendo em conta o tipo de projecto delineado, procedeu-se também à análise dos três sub-construtos do idadismo. As pontuações das subescalas, obtidas pela soma das pontuações dos itens de cada um dos factores identificados (Quadro 4), foram usadas para o cálculo dos coeficientes alfa e das estatísticas descritivas de cada um dos factores da EIF. O Factor 1 (Discriminação), composto por 10 itens, obteve um coeficiente de consistência interna de 0,79 e uma média de 21,4 (DP=6,7). Um alfa de 0,77 foi obtido no que se refere aos 9 itens do Factor 2 (Antilocução) e um valor médio de 34,4 (DP=8,5). Os 6 itens do Factor 3 (Evitamento) obtiveram uma consistência interna de 0,72 e uma média de 17,9 (DP=5,5).

Para se determinar a variância comum entre os três factores primários, realizou-se uma análise factorial principal de segunda ordem com a matriz de correlações das pontuações das subescalas. Os factores primários 1, 2, e 3 saturaram um só factor de segunda ordem com coeficientes de 0,82, 0,69 e 0,82, respectivamente, explicando 60,5% da variância. Por consequência, tal como fora evidenciado pelos autores da escala original, o factor geral evidenciado sugere que muito embora os factores primários demonstrem alguma distinção no conteúdo, podem ser utilizados conjuntamente para se avaliar o construto unitário de idadismo.

Em suma, os resultados da versão portuguesa da EIF confirmam a sua validade de construto na medida em que o conteúdo dos itens dos três factores evidenciou os três níveis (discriminação, antilocução, evitamento) da definição de idadismo.

Todavia estes níveis também se combinaram para formar um construto relativamente unitário, tal como foi evidenciado pelo factor geral encontrado na análise de segunda ordem. Apesar dos três factores primários não serem independentes, será possível recorrer-se a itens de uma só dimensão (por exemplo, antilocução em relação às pessoas idosas) num projecto de investigação que se interesse mais por um nível particular da definição de idadismo.

## Em jeito de conclusão

Para concluir, convém não nos esquecermos que as pessoas idosas não são sempre e sistematicamente a variável dependente, pois elas também suscitam mudanças sociais. Seria ficar com uma visão truncada da realidade a acomodação ao pensamento de que o que é necessário investigar são as mudanças e as perdas que afectam as pessoas idosas. As pessoas idosas também são actores e as acções que empreendem agora no virar do milénio terão uma profunda influência nos papéis a assumir na aurora do novo milénio. O significado deste novo estádio da vida ainda não está definido, pois está-se perante um novo fenómeno na história da humanidade em que uma vasta proporção da sua população usufrui um longo período de vida na velhice.

Idosos e menos idosos não podemos olvidar que o envelhecimento é um processo humano. Por isso o idadismo é um problema humano que nos pode tocar e o seu combate não fere ninguém e ajuda todas as pessoas.

## Notas

<sup>1</sup> Rua do Campo Alegre, 1021/1055, 4169-004 Porto. Email: fneto@psi.up.pt

## Referências

- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, Mass: Addison-Wesley.
- Berne, E. (1961). *Transactional analysis in psychotherapy*. Nova York: Grove Press.
- Butler, R. N. (1978). Thoughts on aging. *American Journal of Psychiatry*, 135, 14-16.
- Drenstedt, J. (1981). Age bias in evaluation of achievement: What determines? *Journal of Gerontology*, 36, 453-454.
- Fraboni, M., Salstone, R., e Hughes, S. (1990). The Fraboni Scale of Ageism (FSA): An attempt at a more precise measure of ageism. *Canadian Journal on Aging*, 9, 56-66.
- Kite, M. E., e Johnson, B. T. (1988). Attitudes toward older and younger adults: A meta-analysis. *Psychology and Aging*, 3, 233-244.

- Lutsky, N. (1980). Attitudes toward old age and elderly persons. In C. Eisdorfer (Ed.), *Annual review of gerontology and geriatrics*, (vol. 1, pp. 287-336). New York: Springer.
- Nazareth, J. M. (1999). Envelhecimento demográfico e relação entre gerações. *Psicologia, Educação e Cultura*, III, 2, 239-251.
- Neto, F. (1992a). Loneliness among Portuguese adolescents. *Social Behavior and Personality*, 20, 15-22.
- Neto, F. (1992b). Estereótipos etários: Abordagem intercultural. *Psicologica*, 8, 81-94.
- Neto, F. (1993). *Psicologia da migração portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (1997a). *Estudos de psicologia intercultural: Nós e outros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Neto, F. (1997b). Gender stereotypes in Portuguese children living in Portugal and abroad: Effects of migration, age, and gender. *International Journal of Behavioral Development*, 20(2), 219-229.
- Neto, F. (1998). *Psicologia Social*, vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (1999). As pessoas idosas são pessoas: Aspectos psico-sociais do envelhecimento. *Psicologia, Educação e Cultura*, III, 2, 297-322.
- Neto, F. (2000). *Psicologia Social*, vol. 2. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (2002). *Psicologia Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F., Raveau, F., e Chiche, J. (1989). Vieillesse et représentations: Effets du sexe et du niveau socioculturel. *Cahiers d'Anthropologie et Biométrie Humaine*, VII, 3-4, 209-228.
- Neto, F., Williams, J., Widner, S. (1991). Portuguese children's knowledge of sex stereotypes: Effects of age, gender and socioeconomic status. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 22(3), 376-388.
- Neugarten, B., Havighurst, R., e Tobin, S. (1961). The measure of life satisfaction. *Journal of Gerontology*, 16, 134-143.
- Osgood, C., Suci, G., e Tannenbaum, P. (1957). *The measuring of meaning*. Urbana, Ill: University of Illinois Press.
- Papupathi, M., Carstensen, L., e Tsai, J. (1995). Ageism in interpersonal settings. In B. Lott e Maluso, D. (Ed.), *The social psychology of interpersonal discrimination* (pp. 160-182). New York: Guilford Press.
- Rosenberg, M. (1986). *Conceiving the self*. Melbourne: Krieger.
- Rothbaum, F. (1983). Aging and age stereotypes. *Social Cognition*, 2, 171-184.
- Russell, D., Peplau, L., & Cutrona, C. (1980). The revised UCLA Loneliness Scale:

- Concurrent and discriminate validity evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 472-480.
- Schaie, K. W. (1993). Ageist language in psychological research. *American Psychologist*, 48, 49-51.
- Sears, D. O. (1987). Implications of the life-span approach for research on attitudes and social cognition. In R. P. Abeles (Ed.), *Life-span perspectives and social psychology* (pp. 17-60). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Simões, A. (1985). Estereótipos relacionados com idosos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIX, 207-234.
- Tuckman, J., e Lorge, I. (1952). The effect of institutionalization on attitudes toward old people. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 47, 337-344.
- Wernick, M., e Manaster, G. J. (1984). Age and perception of age and attractiveness. *The Gerontologist*, 24, 408-414.
- Whitbourne, S. (1987). Personality development in adulthood and old age: Relationships among identity style, health, and well-being. In K. Schaie e C. Eisdorfer (Eds.), *Annual review of gerontology and geriatrics* (pp. 189-216). New York. Springer Publishing.
- Whitbourne, S. K., e Hulicka, I. M. (1990). Ageism in undergraduate texts. *American Psychologist*, 45, 1127-1136.
- Williams, J. E. (1993). Young adults' views of aging: A 19 nation study. Paper presented at the Interamerican Society of Psychology, Santiago, Chile.

Este livro foi publicado em outubro de 2004  
no formato 18x25cm  
Com as fontes *ElegaGarmnd BT* no corpo do texto e  
*NewsGoth BT* nos títulos  
Miolo em papel 75 g/m<sup>2</sup>  
Tiragem: 400 exemplares  
Impresso no setor de reprografia da EDUFBA  
Impressão de capa e acabamento: ESB Serviços Gráficos

